

CARINA CATIANA FOPPA



**COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE
TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA**

**Uma leitura a partir da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em
Balneário Camboriú/SC**

FLORIANÓPOLIS (SC)

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL - MPPT**

CARINA CATIANA FOPPA

**COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE
TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA**

**Uma leitura a partir da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava em
Balneário Camboriú/SC**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio- Ambiental, como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial.

Orientadora: Dra. Lucia Ayala.

Co-Orientador: Dr. Paulo Henrique Freire Vieira

FLORIANÓPOLIS (SC)

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

F691 Foppa, Carina Catiana
Comunidades pesqueiras e a construção de territórios sustentáveis na zona costeira : uma leitura a partir da área de proteção ambiental da costa Brava Em Balneário Camboriú/SC / Carina Catiana Foppa – 2009.
241 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Lucia Ayala
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Planejamento Territorial E Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Florianópolis, 2009.

1. Gerenciamento Costeiro – Balneário Camboriú (SC) - 2. Ecologia Costeira – 3. Pesca artesanal – 4. Meio Ambiente – preservação – I. Ayla, Lucia – II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado Profissional em Planejamento Territorial E Desenvolvimento Sócio-Ambiental. – III. Título.

CDD: 333.9560981642

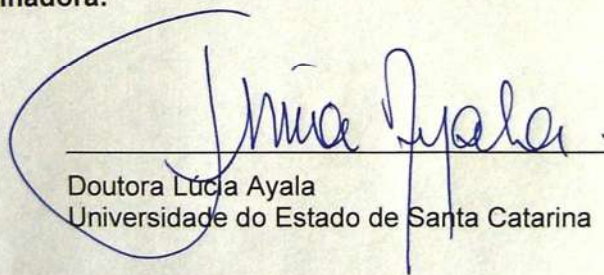
CARINA CATIANA FOPPA

**COMUNIDADES PESQUEIRAS E A CONSTRUÇÃO DE
TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS NA ZONA COSTEIRA:
UMA LEITURA A PARTIR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA
COSTA BRAVA EM BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)**

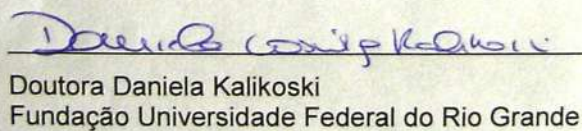
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

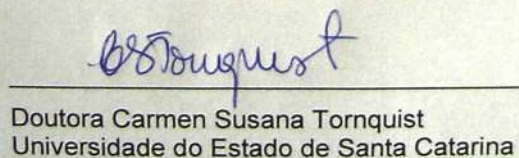
Orientador:


Doutora Lúcia Ayala
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutora Daniela Kalikoski
Fundação Universidade Federal do Rio Grande

Membro:


Doutora Carmen Susana Tornquist
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2009.

Dedico este trabalho aos pescadores e pescadoras de Balneário Camboriú, e especialmente aos futuros pescadores e pescadoras artesanais, que por bem, não de existir...

Dedico também ao meu querido sobrinho Henry, e em nome dele a todas as crianças, com o desejo de que na infância e no futuro possam sentir e valorizar a simplicidade e a felicidade das pequenas coisas...

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à vida acadêmica exige por vezes um longo momento de solidão e isolamento. No entanto, ao longo do caminho é possível encontrar com pessoas, caminhos e momentos. São estes encontros que tornam a caminhada mais leve, feliz e cheia de aprendizados. Assim, agradeço...

Ao MPPT pela oportunidade de construir um processo de aprendizado, e de forma especial agradeço a Professora Paula Marimon pela confiança, ao professor Pedro Martins por todas as reflexões metodológicas e a professora 'Susi' por toda criticidade, lições de vida e por ajudar na minha aproximação com o mundo das pessoas...

A minha orientadora, professora Lucia Ayala, por me dar liberdade suficiente para eu seguir e fazer minhas escolhas, e da mesma forma me apoiar, sempre que necessário.

Ao PROMOP por ter concedido a bolsa de monitoria.

Ao professor Paulo Vieira pela oportunidade de cursar a disciplina Gestão Comunitária de Recursos Naturais Renováveis e por auxiliar com a brilhante e crítica orientação acadêmica, o desenho desta pesquisa.

Da mesma forma agradeço aos colegas desta disciplina pelo aprendizado coletivo que conseguimos constituir junto da 'Katrina'.

Aos colegas do DTS que em muito ajudaram nas reflexões sobre 'o que é e por que DTS?' De maneira especial, a Ramona, 'Dani e Daniel', Guilherme, Luiz e Cidinha.

Com muito carinho agradeço a 'Detinha', funcionária e amiga da Colônia Z-7, que não só disponibilizou informações sobre 'os meus pescadores', como também auxiliou com reflexões sobre o que envolve a pesca no nosso município!

À família Alexandre, com carinho muito especial a 'tia Dora' por ter me adotado como filha e sido 'responsável' em cativar todo o meu carinho por vocês, e não deixar mais meu coração sair de Taquaras. Igualmente ao Zezo, pelas lições permanentes e minha

‘amigairmã’ – Jaque - pelo respeito e admiração que nos permitimos *ser*, e também por ajudar a entender a complexidade que envolve a vida comunitária de vocês!

Ao ‘Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava’! A cada um de vocês que compõe esse ‘todo’! Sempre presentes, solidários, permanentes, professores, tradicionais, simples, sérios, amigos! Minha família de todas as quartas, de todos os sonhos que ainda quero compartilhar...

À minha família! Primeiramente por entender minha ausência neste período, mas, sobretudo pelo ambiente familiar favorável à construção de raízes, e ao mesmo tempo de asas. Obrigada pai pelo esforço em priorizar meus estudos e por nos levar a praias inesquecíveis quando pequenas. Mãe, obrigada pelo incentivo permanente, por sempre acreditar no melhor que há em mim e pelo sentimento de compaixão que sempre deve existir em nós. À minha irmã que me ajuda a ‘voltar a vida real’, orientando-me pragmaticamente ‘no tocante’ aos caminhos da vida...

Ao meu companheiro Tico! Pela ‘enciclopédia ambulante’ sobre pesca, sempre com mais um texto interessante para ler... Mas, especialmente por ter ‘aturado’ meu humor com sapiência neste período. Por sempre acreditar em mim, valorizar e apoiar tudo que faço e quero fazer. Sua presença, seu jeito, seu amor foram fundamentais para eu continuar e cumprir esta etapa! ETA!

A todas as crianças e a ‘professora Claudia’ que fizeram parte do Clube Comunidades Litorâneas da Escola de Taquaras em quatro anos de alegria e aprendizado, ajudando na construção de um entendimento mais completo do que significa este ‘lugar’...

E por fim, aos ‘contadores e contadoras de histórias’ - ‘mestres’, sem os (as) quais este trabalho não teria sido realizado! A cada um de vocês que encontrei nestes nove anos de convívio. Sem dúvidas, vocês são co-autores do que aqui foi escrito! Sou muito grata por ter me aproximado um pouco de suas vidas, por tudo que aprendi! Especialmente pela sabedoria e simplicidade compartilhadas que levarei comigo em todos os momentos da minha vida...

De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda, um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho, uma ponte, da procura, um encontro.

Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa compreende um diagnóstico socioecológico da região da Costa Brava, município de Balneário Camboriú, com destaque para o sistema pesqueiro artesanal, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos à promoção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. A partir do modelo de análise do enfoque da gestão dos recursos comuns para o ecodesenvolvimento, o trabalho descreveu as principais relações socioecológicas que envolve as oito comunidades da Costa Brava. A descrição envolveu as principais características biofísicas disponíveis nos sistemas locais, a trajetória de desenvolvimento, os arranjos institucionais associados à zona costeira, bem como a composição do cenário de interação dos atores locais, seus conflitos, relações territoriais, e especificidades do circuito de comercialização local. Tal descrição contribuiu para o entendimento do cenário atual dessa região costeira, marcado por um processo crescente de degradação do patrimônio natural e cultural, a partir de um modelo desenvolvimentista instituído pelas políticas locais. Ainda, a presença de uma Área de Proteção Ambiental tem possibilitado a criação de desenhos institucionais alternativos, que têm atuado como promotoras de outro desenvolvimento no local. Como agregação ao modelo de análise, a combinação de fatores favoráveis e obstáculos ao desenvolvimento territorial sustentável possibilitou indicar como o cenário socioecológico local pode, ou não, facilitar a construção de estratégias que visem o estabelecimento de territórios sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVES: Comunidades Pesqueiras, Territórios Sustentáveis, Áreas Naturais Protegidas.

ABSTRACT

This research comprises a socioecological diagnosis of Costa Brava Region, municipality of Balneário Camboriú, with emphasis on the artisanal fishing system, in order to place the main potentials and obstacles to the promotion of a Sustainable Territorial Development. From a commons resource management for ecodevelopment framework, the work described the main socioecological relationships that occur at the eight fishing communities located at Costa Brava. This description concerned the main biophysical components that are available at the local socioecological systems, the development path, the institutional arrangements related to the coastal zone, as well as the composition of a scenario of stakeholders interaction, their conflicts, territorial relationships, and specifications from the local trade circuit. Such description contributed to the understanding of the current scenario of this region, conspicuously by a model of development adopted by the local policies, responsible for an increasing process of degradation of natural and cultural heritage. Yet, the occurrence of a protected area has been made possible the creation of alternative institutional designs, which has acted as a trigger for another development. As an aggregation to the framework, the combination of favorable factors and obstacles to the sustainable territorial development has made possible point out how local socioecological scenario can, or not, to ease the construction of strategies that aim to establish sustainable territories.

KEY-WORDS: Fishing Community, Sustainable Territories and Protect Areas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo	11
Figura 2: Modelo de Análise proposto por Oakerson (1992).....	15
Figura 3: Arrasto de praia em Balneário Camboriú.	119
Figura 4: Processo de construção da Avenida Interpraias.....	136
Figura 5: Avenida Interpraias.	136
Figura 6: Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava.	167
Figura 7: Limites da APA Costa Brava.....	167
Figura 8: Inovação Institucional que marca o cenário atual da APA Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).....	169
Figura 9: A pesca do arrasto de praia em Balneário Camboriú (SC).	174
Figura 10: Festa do pescador realizada pela Construtora Thá à comunidade de Taquaras...	181
Figura 11: Ciclo de comercialização da produção da Pesca de Cerco de Taquaras, Balneário Camboriú (SC).....	188
Figura 12: Ciclo de comercialização da produção da Rede de Espera das praias do Estaleiro e Estaleirinho, Balneário Camboriú (SC).....	190
Figura 13: Ciclo de comercialização da produção das Redes de Espera do Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC).	190
Figura 14: Ciclo de comercialização da produção do camarão sete-barbas no Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC).	191
Figura 15: Processamento das cascas de siri para comercialização junto aos restaurantes. .	195
Figura 16: Banca do pescador	197

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Características e dimensões das pescarias Berkes et al. (2001).....	39
Tabela II: Formas de organização da produção na pesca (Diegues, 1983).....	41
Tabela III: Número de habitantes do município de Balneário Camboriú desde a década de 1970. (Fonte IBGE).....	59
Tabela IV: Conjunto de praias que compõe o município de Balneário Camboriú (SC).....	60
Tabela V: Número de casas requeridas em Camboriú (SC) no período de 1948 a 1952.....	88
Tabela VI: Principais aspectos da trajetória de desenvolvimento da Costa Brava, município de Balneário Camboriú (SC).....	145
Tabela VII: Principais Instrumentos de gestão relacionados com a Zona Costeira e considerações de ocorrência na Costa Brava/Balneário Camboriú (SC).....	149
Tabela VIII: Composição do Conselho Gestor da APA Costa Brava/Balneário Camboriú (SC).....	165
Tabela IX: As principais organizações com atuação na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).....	178
Tabela X: Matriz de inventário de combinações de fatores favoráveis e principais obstáculos à promoção do desenvolvimento territorial sustentável a partir de elementos da região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).....	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais pressupostos normativos do ecodesenvolvimento.....	46
Quadro 2: Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002 e 2007).....	51
Quadro 3: Noções de <i>escala e rede</i> importantes para a abordagem e análise do território e territorialidade.....	54
Quadro 4: Elementos para análise do desenvolvimento territorial.....	56
Quadro 5: Contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC).....	80
Quadro 6: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC).....	81
Quadro 7: Contexto socioecológico da Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC).....	83
Quadro 8: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC)..	84
Quadro 9: Contexto socioecológico da Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC)	86
Quadro 10: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC).	87
Quadro 11: Contexto socioecológico da Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC).	88
Quadro 12: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC).	89
Quadro 13: Contexto socioecológico da Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC).	91
Quadro 14: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC).	91
Quadro 15: Contexto socioecológico da Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC).	92
Quadro 16: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC).	93
Quadro 17: Contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC).	95
Quadro 18: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC).	96

Quadro 19: Contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC).	98
Quadro 20: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC).	99
Quadro 21: Principais aspectos das pecarias realizadas na Costa Brava no cenário atual.	77
Quadro 22: Linha do tempo dos principais eventos da trajetória de desenvolvimento do município de Balneário Camboriú (SC).	144
Quadro 23: Instrumentos constitucionais, operacionais e de ação coletiva para uma gestão integrada e participativa de recursos naturais.....	149
Quadro 24: Posicionamentos das entidades presentes na reunião sobre defeso do camarão sete-barbas em 19 de agosto de 2008 na sede do CEPSUL/IBAMA.....	154
Quadro 25: Vetores que marcaram o processo de implementação da APA Costa Brava....	162
Quadro 26: Principais conflitos associados à pesca na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).....	182

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Ação Civil Pública

AMPTA – Associação de Moradores da Praia de Taquaras

ANA – Agência Nacional das Águas

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BC – Balneário Camboriú

DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável

EMASA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FATMA – Fundação Meio Ambiente Santa Catarina

FEPESC – Federação dos Pescadores de Santa Catarina

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

GERCO – Gerenciamento Costeiro Integrado

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SC – Santa Catarina

SDM – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca

SINDIPI – Sindicato dos Pescadores Industriais de Itajaí

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SITE – Sistema Individual de Tratamento de Efluentes

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Contexto da Pesquisa.....	1
Situação-Problema.....	7
Modelo de Análise.....	14
Questões Norteadoras e Hipóteses.....	18
Objetivos.....	19
Considerações Metodológicas.....	20
Estruturação dos Capítulos.....	26
CAPÍTULO 1 - Conservação e Desenvolvimento: o Dilema da Zona Costeira e da Pesca Artesanal.....	27
1.1. O novo paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos de uso comum.....	27
1.2. Rupturas à gestão convencional e o sistema pesqueiro artesanal.....	37
1.3. Modelos alternativos de desenvolvimento face à crise socioambiental planetária.....	44
1.4. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável.....	48
CAPÍTULO 2 – O Contexto Socioecológico da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava.....	58
2.1. Descrição da área: os atributos biofísicos e tecnológicos.....	58
2.1.1. Os ecossistemas, o sistema socioeconômico-tecnológico e as pescarias da Costa Brava.....	60
2.1.2. A trajetória de desenvolvimento.....	101
2.2. Os arranjos de tomada de decisão.....	147
2.2.1. Situação institucional.....	148
2.2.1.1. Instituições formais: algumas considerações sobre legislação, estrutura organizacional e instrumentos de gestão.....	148
2.2.1.2. As instituições informais.....	161
2.2.2. Inovações institucionais e espaços de negociação.....	162
2.3. Os padrões de interação.....	177
2.3.1. Atores sociais envolvidos no processo de gestão.....	177

2.3.2. Conflitos.....	181
2.3.3. Comercialização.....	187
2.3.4. Saberes, tradição e conhecimento local	199
CAPÍTULO 3 – Ensaio à Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira	205
3.1. Os fatores favoráveis e obstáculos atuais no cenário atual da Costa Brava.....	207
3.2. A APA como processo, um processo de educação.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
BIBLIOGRAFIA CITADA.....	229
ANEXO 1: Lei nº 1985/2000 - Cria a Área de Proteção Ambiental da Costa Brava	241
ANEXO 2: Roteiros de entrevista	244
ANEXO 3: Registros da mídia escrita sobre a manifestação do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava	248

INTRODUÇÃO

Contexto da Pesquisa

É porque podemos transformar o mundo, que estamos com ele e com outros. Não teríamos ultrapassado o nível de pura adaptação ao mundo se não tivéssemos alcançado a possibilidade de, pensando a própria adaptação, nos servir dela para programar a transformação.

Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido

Minha relação com o universo da área de estudo desta pesquisa foi estabelecida no ano de 2000, quando de fato, acredito, ter me tornado parte do contexto e do universo que compreende a vida das pessoas que nela habitam, num completo senso de comprometimento e envolvimento com o ambiente vivido. Creio ser este o ponto de partida para contextualizar o percurso de construção desta pesquisa, realizada junto às comunidades costeiras sediadas na região sul do município de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

Este envolvimento teve início durante o meu curso de graduação em Ciências Biológicas, em 2000, onde tive a oportunidade precoce de ser professora em uma Escola Municipal, localizada em uma das praias que compreende esta região de Balneário Camboriú, a Praia de Taquaras. Ser professora da pequena escola local contribuiu para a construção de uma história que possibilitou e desencadeou uma relação de confiança e de reciprocidade com a comunidade local, cultivada até os dias de hoje.

A partir desta experiência, estabeleci uma combinação, ainda que tímida, de ensinar-aprender-pesquisar, num processo de inserção comunitária intenso, embora não sistematizado. A partir de conversas informais, visitas não tendenciosas e acima de tudo prazerosas, surgiram inicialmente anseios de pesquisa, construídos ou percebidos no convívio com a comunidade. Neste convívio, os conflitos, as possibilidades de potencializar as artes locais, a valorização do conhecimento tradicional e de seus costumes, o encanto em ver os engenhos de farinha funcionando, a pesca da tainha reinando como uma celebração de união, o pescador, o antigo agricultor, as brincadeiras de carriola, o carro de boi cantando no chão batido, e sem dúvidas o

lugar em transformação e a angústia da mudança não percebida pela comunidade eram importantes elementos percebidos por mim.

Como voluntária, e estudante de graduação, mantive nos dois anos seguintes a aproximação com a comunidade escolar, proporcionando, ainda que minimamente, pequenas intervenções que tinham o objetivo evidente de manter a relação e potencializar transformações com base numa relação de proximidade com a comunidade local. Diante da complexidade do contexto local e levando em conta minha imaturidade científica, típica da graduação tecnicista e fragmentada do curso de Ciências Biológicas, fiz um recorte da pesquisa inicialmente desenhada. Rendi-me, naquele momento, às exigências imediatistas da própria comunidade, além das exigências e do formato dos projetos de pesquisa individualizados do curso de graduação. Menciono isso, pois dentre tantas possibilidades, necessidades e anseios, entender a questão do uso da água na Praia de Taquaras, um dos bairros da região sul do município, pareceu emergencial e de fácil resolução e adesão da comunidade, pois era parte da fala constante dos moradores a preocupação com as mudanças das águas após o processo de urbanização, deflagrado pela construção da Avenida Interpraias. Esta Avenida cruzou as sete comunidades inseridas na região sul do município, condicionando um processo intenso de transformações no ambiente e na vida das pessoas. Além disso, na formação em Ciências Biológicas, não dispunha de embasamento suficiente para uma imersão direta no campo das Ciências Sociais ou mesmo no campo da pesquisa interdisciplinar (ou até mesmo multidisciplinar) em ecologia humana.

Dessa forma, realizei um trabalho de pesquisa¹ que resultou num trabalho de conclusão de curso sobre gestão participativa do uso da água, especialmente relacionado ao comprometimento do recurso hídrico subterrâneo na Praia de Taquaras. Associado a isto, os diversos conflitos que permeavam a gestão deste recurso comum e o processo acelerado de urbanização foram melhor compreendidos e abordados para potencializar processos de organização comunitária. A partir do processo e dos resultados do projeto de monografia a comunidade percorreu caminhos na busca de soluções para o problema “cientificamente

¹ Projeto financiado pelo Edital de Pesquisa PRoBic/UNIVALI no período de 2002-2003. *Avaliação da contaminação do Recurso Hídrico Subterrâneo da Praia de Taquaras, Balneário Camboriú (SC) dentro de seu contexto sócio-ambiental*. Sob orientação dos professores Luiz Eduardo Carvalho Bonilha, Sergio Freitas Borges e Rodrigo Pereira Medeiros.

comprovado” e demonstrava estar aberta para opções alternativas de gestão local da água (Foppa, 2003 e Foppa et al. 2004).

Desde então, busquei aprofundar a reflexão sobre o papel dos pesquisadores junto às comunidades, especialmente as comunidades tradicionais e em processos de gestão dos recursos naturais, na busca de um entendimento sobre as diversas dimensões envolvidas nessas comunidades e como os processos de organização local se construam. A vivência junto às comunidades fortalecia a reflexão de que a autonomia almejada e necessária não poderia estar desvinculada de um processo educativo, na maioria das vezes lento demais para os anseios imediatistas da sociedade contemporânea. Ainda que o recorte de pesquisa estivesse relacionado à gestão do uso da água, numa fase preliminar de diagnóstico, as reflexões e ações estavam sempre associadas ao brusco processo de transformações vivenciado a partir da construção da Avenida Interpraias.

Como resultado desta reflexão, no final de 2003, a visibilidade, o reconhecimento da comunidade e a busca de parcerias resultaram em dois projetos importantes que foram acompanhados por mim como técnica da Universidade do Vale do Itajaí e permitiram a continuidade das ações iniciadas junto à comunidade nos anos anteriores. O primeiro, junto ao Programa de Extensão, coordenado pelo Laboratório de Educação Ambiental/UNIVALI, com o objetivo de implementar um Sistema Alternativo Piloto de Tratamento de Esgoto por Zona de Raízes na Escola Municipal de Taquaras, envolvendo a comunidade escolar, prefeitura e Laboratórios² do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar/UNIVALI). O segundo, o Projeto de Educação Ambiental nas Comunidades Litorâneas dos Estados do Paraná e Santa Catarina – Comunidades Litorâneas. Tal projeto é parte do Programa de Controle Ambiental do Licenciamento Ambiental do Empreendimento de Produção de Petróleo nas Plataformas Coral e Estrela do Mar da Petrobras³, e tinha como objetivo principal implementar sete escolas-pólo de educação ambiental em seis municípios do litoral catarinense e paranaense. Neste propósito, umas das escolas-pólo escolhidas criteriosamente no município de Balneário Camboriú (SC), um dos municípios da área de abrangência deste licenciamento, foi a Escola Municipal de Taquaras.

² Laboratório de Educação Ambiental, Laboratório de Oceanografia Química, Laboratório de Tecnologia do Pescado e supervisão da professora Dra. Janete Feijó, responsável pelos projetos de Engenharia Sanitária.

³ Projeto Coordenado pelo Laboratório de Educação Ambiental da UNIVALI desde 2003. Integrei a equipe deste projeto no período de setembro de 2003 até janeiro de 2008.

Desta forma, integrando a equipe de pesquisadores destes dois projetos que se inter-relacionavam, foi possível, enquanto pesquisadora, retroalimentar o processo com a comunidade, dando continuidade às pesquisas com os novos coletivos constituídos. Apesar do anseio de integralidade desses dois projetos, cada um deles proporcionou aprendizados e análises distintas, que se retroalimentaram mutuamente. O Projeto Comunidades Litorâneas (Foppa, 2006; Foppa et al., 2006a; Foppa et al. 2006b) foi uma possibilidade real de tornar mais crítica e envolvente a educação formal, tornando parte desta reflexão/ação às realidades socioambientais. O trabalho com professores, crianças e jovens foi, além de gratificante, estimulador de novos horizontes de trabalho, favorecendo a aproximação com as outras sete praias/bairros vizinhas à Praia de Taquaras em várias dimensões e possibilitando identificar as relações existentes entre as comunidades. Os estudantes ofereceram novos elementos para conhecer outros contextos e mais uma vez estabelecer relações. Já o projeto de implementação de uma tecnologia alternativa - Zona de Raízes na escola local (Foppa, et al. 2006c; Kuroshima et al., 2006) foi um ensaio para identificar as potencialidades de organização comunitária e comprometimento político do poder público com as questões socioambientais do município.

Sem ilusões de um contentamento pleno perante a comunidade, os projetos seguiram e amadureceram. O processo de educação (ambiental) nas escolas ultrapassou os muros solidificados desta instituição e alcançou a comunidade. Como resultado dessas intervenções, a atuação de pesquisadores e da própria militância socioambiental frente às severas alterações no meio físico e sócio-cultural, veio à tona nos últimos dois anos, a discussão sobre o processo de implementação da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava. A comunidade escolar, juntamente com a mediação da Universidade do Vale do Itajaí, passou a ser de maneira mais integrada e percebida parte de um contexto maior, chamado Área de Proteção Ambiental da Costa Brava (APA Costa Brava) estimulando uma discussão mais ampla, que diz respeito às Unidades de Conservação.

No bojo desse processo, as intervenções geradas pelas pesquisas solidificaram parcerias e parceiros, tendo em vista uma linha de atuação conjunta e propositiva. A exemplo disso, junto à entidade ambientalista Associação Ecológica Taquaras⁴, a Universidade do Vale

⁴ Organização não-governamental (ONG) de caráter socioambientalista com atuação na região de Balneário Camboriú desde 1997.

do Itajaí, à frente de uma das ações desencadeadas pelo Projeto Comunidades Litorâneas, organizou uma oficina comunitária para discutir e basicamente informar as comunidades locais sobre a necessidade de participação e inclusão no processo de implementação da APA. Esta oficina comunitária, realizada em junho de 2007 resultou na formação de um grupo, intitulado pelos próprios participantes, de *Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava*. Este *Movimento*, composto por representantes das associações de moradores, entidades ambientalistas, associações culturais, comunidades de quilombolas, colônia de pescadores, moradores e simpatizantes da área reúne-se há mais de um ano, semanalmente, para conjuntamente identificar problemas e soluções referentes ao processo de implementação desta APA, sendo um importante espaço de discussão e aprendizado *para e com a comunidade*. Espaço este que tem sido mediado, monitorado e avaliado continuamente, num processo de pesquisa-ação que tem sido também analisado em seu percurso⁵.

Paralelamente às ações mencionadas acima, o meu ingresso no Programa de Mestrado Profissional de Planejamento Territorial e Desenvolvimento SócioAmbiental/FAED/UEDESC possibilitou que a escolha do tema desta dissertação estivesse então intimamente relacionado com a minha vivência junto às comunidades da APA Costa Brava, possibilitando um ensaio de pesquisa orientado para a imersão em contextos práticos. Conforme já mencionado nesta introdução, a busca por aportes que subsidiassem a reflexão teórico-metodológica sobre trabalhos com comunidades tradicionais, bem como a relação com a gestão dos recursos naturais foi sendo intensificada neste período, e solidificada para minimizar o fosso existente entre a minha formação inicial nas ciências naturais e a necessidade de uma maior integralidade, proposta em projetos de caráter interdisciplinar.

Essas referências são importantes, na medida em que representam, de algum modo, uma ruptura drástica com a modalidade usual de fazer ciência⁶, transformando-a num fazer integrado, fugindo aos moldes fragmentados, descomprometidos e não contextualizados de compreender e intervir nas dinâmicas de gestão local de recursos naturais. Intimamente relacionado a isto, a possibilidade de cursar a disciplina de Gestão Comunitária de Recursos

⁵ A mediação do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava foi iniciado a partir das ações do Projeto Comunidades Litorâneas em conjunto com Associação Ecológica Taquaras. A partir de 2008 a mediação da UNIVALI se dá pelo Projeto de Extensão do Núcleo de Estudos Sociais e Políticos (NESP), coordenado pelo professor Rodrigo Pereira Medeiros e não mais pelo Projeto Comunidades Litorâneas.

⁶ O termo 'fazer ciência' tal qual se refere Morin (2005) na perspectiva de um fazer ciência consciente, onde a ética do pesquisador é colocada a prova, especialmente em relação ao seu papel na sociedade.

Naturais Renováveis, sob a coordenação do professor Dr. Paulo H. Freire Vieira, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina complementou minha formação e contribuiu com aportes construídos a partir da problemática da gestão de *recursos de uso comum* (*common property resource management*). Esta experiência despertou entre outras reflexões, a necessidade de transcender as práticas de pesquisa excessivamente individualizadas, estimulando a reconstrução da problemática de pesquisa no âmbito de um coletivo transdisciplinar - o Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC), comprometido com estratégias sistêmicas de pesquisa-ação na zona costeira catarinense.

Assim, sem abrir mão da minha vivência junto à comunidade da APA Costa Brava em Balneário Camboriú, a nova problemática passou a ser inserida num contexto mais amplo de pesquisa, balizado por um projeto integrado e interinstitucional intitulado *Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira*, financiado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), tendo como proponente a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) em parceria com o NMD/UFSC. Esta integração possibilitou a formação de um novo coletivo de pesquisa, indo ao encontro do que propõe Garcia (1994): a via alternativa necessária para o estudo dos problemas ambientais é a formação de equipes interdisciplinares, para que não haja a excessiva especialização, e da mesma forma o intento de formar generalistas. A formação de grupos de trabalhos integrados por representantes de diversas disciplinas reforça a hipótese segundo a qual a realidade não se deixa analisar e compreender com base em conhecimentos disciplinares. Em outras palavras, os sistemas socioambientais são sistemas complexos, exigindo um esforço recorrente de integração de saberes especializados.

Contudo, além da possibilidade de estar inserida num coletivo transdisciplinar, a pesquisa foi arquitetada visando contribuir com o processo desafiador que é estimular um novo pensamento e a adoção de uma nova postura, face às dinâmicas de desenvolvimento em comunidades de pescadores artesanais, geralmente descaracterizadas no litoral brasileiro, com grande expressão no litoral centro-norte catarinense. E foi a partir deste contexto e da realidade vivenciada em oito anos de aproximação com a região sul de Balneário Camboriú que esta pesquisa pôde tornar-se realidade.

Situação-Problema

A crise socioambiental contemporânea reflete a hegemonia alcançada por modelos de desenvolvimento que se caracterizam pela apropriação destrutiva dos recursos naturais renováveis e pela exclusão social. Sua incidência na zona costeira é expressiva neste sentido. Dados empíricos recentes indicam que a população humana nessas áreas está aumentando rapidamente, com índices de crescimento duas vezes maior que os encontrados em outras regiões (Brown, Tompkins e Adger, 2002). Cerca de 80% da população mundial vive nas ou próximo às zonas costeiras, rios e estuários que alimentam essas zonas. Mesmo assim, essas áreas têm sido objeto de políticas públicas que subestimam sua importância ecológica, potencial de desenvolvimento e sua importância histórico-cultural.

De fato, trata-se de um bioma que resulta da interação do continente, da atmosfera e do meio marinho. Mesmo que nenhum critério possa ser universalmente aplicável (Diegues, 2001), as zonas costeiras não formam um bioma único, mas sim um conjunto de vários ecossistemas (mangues, restingas, praias, recifes de coral, etc.), com características comuns em todo mundo. Em termos ecológicos e físicos, elas incorporam os recursos hidrobiológicos situados próximos à costa, mares costeiros, recifes de corais, rios, estuários, ecossistemas intermareais, sistemas de praias e dunas e sistemas terrestres de estuário, deltas e bacias hidrográficas próximas da margem costeira (Brown, Tompkins e Adger, 2002). Soma-se a isto uma expressiva diversidade de usos e de atores, evidenciando a sua importância em termos ecológicos e sociais.

Além disso, a diversidade de definições da zona costeira reflete a tensão entre a ciência física e ecológica de reconhecer as características dinâmicas da costa e suas classificações legais e políticas, sendo possível ter uma gama de utilizações e atividades, tais como residências, recreações, indústrias, comércio, eliminação de resíduos, agricultura, pesca e áreas de conservação (Brown, Tompkins e Adger, 2002). O comprometimento dessa diversidade de usos e dos recursos costeiros exige um olhar diferenciado sobre os modelos de gestão em curso, bem como sobre os padrões de desenvolvimento correspondentes. Pois os conflitos de apropriação e uso vêm se agravando ao longo das últimas décadas.

No Brasil, a zona costeira tem sofrido os efeitos destrutivos da urbanização e adensamento populacional desordenado. A falta de planejamento tem interferido no

patrimônio natural, na beleza, nos ecossistemas locais, comprometendo mananciais, e promovendo mudanças radicais nas formas culturais locais. Apesar da produtividade primária dos ecossistemas costeiros, que assegura a sobrevivência de um importante contingente da população, as dinâmicas em curso de apropriação e uso – de caráter economicista – têm comprometido fortemente a resiliência⁷ ecossistêmica. Segundo as diretrizes do Projeto Orla (2002), vários exemplos de efeitos negativos da ocupação na zona costeira brasileira podem ser apontados: o aumento do risco de degradação do ambiente, carência de infra-estrutura e saneamento, diminuição das praias em tamanho e largura como resultado de construções irregulares, descaracterização de modos de vida tradicionais e redução dos recursos exploráveis.

É certo que todos esses fatores estão interconectados e resultam em situações desfavoráveis aos diversos usuários da zona costeira e seus ecossistemas. No entanto, de maneira geral, e para elucidar a conexão das dimensões ecológicas e sociais no agravamento desses problemas, vale à pena salientar os dilemas enfrentados pelas comunidades de pescadores artesanais. Elas têm vivenciado a **descaracterização intensiva dos seus modos de vida tradicionais e a redução dos recursos pesqueiros**, em meio a inúmeros conflitos, que refletem a opção pelo modelo desenvolvimentista, socialmente excludente e ecologicamente predativo. Pescadores, artesãos, pequenos produtores agrícolas ao longo da costa brasileira têm modificado drasticamente seu estilo de vida por não estarem preparados para conviver com padrões culturais diferentes dos seus e trabalhar em atividades econômicas diferentes das que tradicionalmente realizavam. Importa mencionar nesse sentido, que ao longo da costa brasileira, a atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais, a exemplo daquelas compartilhadas por *jangadeiros* (litoral nordestino), *caiçaras*

⁷ Resiliência pode ser entendida como a capacidade do sistema de absorver distúrbios (Holling et al., 1998) ou ainda, a resiliência ecossistema é a capacidade de um ecossistema tolerar distúrbios sem colapso em um estado qualitativamente diferente, que é controlado por um conjunto diferente de processos. Resiliência nos sistemas sociais tem sido a capacidade dos humanos em antecipar e planejar o futuro. Considerando que os humanos são partes do mundo natural e que dependemos dos sistemas ecológicos para a nossa sobrevivência e impactar continuamente os ecossistemas em que vivemos do local à escala global. Resiliência é uma propriedade de conexão entre os sistemas socioecológicos. Resiliência, aplicada aos ecossistemas, ou a sistemas integrados de pessoas ao meio ambiente natural, tem três características: a) quantidade de alteração que o sistema pode sofrer, e ainda conservar os mesmos controles de função e estrutura; b) grau que um sistema é capaz de se auto-organizar; e c) a habilidade para construir ou aumentar a capacidade de aprender e adaptar-se. Fonte: *Resilience Alliance* - www.resalliance.org

(litoral entre o Rio de Janeiro e o Paraná) e *lusso-açorianos* (litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sendo os dois últimos ligados também à atividade agrícola (Diegues, 2004).

Além desses efeitos destrutivos, a pesquisa sobre o tema tem constatado a carência de dados atualizados e confiáveis sobre a pesca artesanal e a sua desvalorização relativamente à pesca industrial, refletindo a falta de atenção do setor público, mesmo esta sendo uma importante fonte de geração de empregos e divisas para as camadas mais pobres da população e vetor de segurança alimentar para um contingente estimado em aproximadamente dois milhões de pessoas (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007). Ainda, segundo estes autores, a pesca artesanal no Brasil é responsável por mais da metade da produção de pescado (cerca de 52,5%, segundo dados de 2002) e por mais de 50% do pescado consumido no País.

Outro ponto relevante, segundo fontes do Ministério do Meio Ambiente (Diegues e Rossman, 1997 *apud* Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007) diz respeito aos múltiplos conflitos que envolvem a pesca artesanal: 1- turismo e a pesca artesanal, 2 - a pesca industrial e a pesca artesanal, 3 - a aqüicultura e a pesca artesanal, 4 - a exploração de petróleo e a pesca artesanal, 5 - unidades de conservação e pesca artesanal e por fim, 5 - salinas e pesca artesanal. Dentre estes, no cenário brasileiro atual, segundo os autores, os conflitos mais agudos estão relacionados ao **turismo e à pesca artesanal**.

Neste sentido, o caso do município de Balneário Camboriú (SC), no litoral centro norte - catarinense, pode ser visto como exemplo. De forma geral, os municípios que compõem o centro-norte catarinense, Bombinhas, Porto Belo, Itapema, Camboriú, Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes, Penha e Piçarras, por estarem localizados ao longo do eixo de metropolização Florianópolis-Curitiba apresentam setores em fase intensiva de conurbação, marcada pela hipertrofia dos setores da construção civil, turismo⁸, serviços portuários e pesca industrial.

O município de Balneário Camboriú, considerado atualmente como um dos mais importantes entre os 36 municípios litorâneos do estado de Santa Catarina e até mesmo do sul

⁸ O termo turismo aqui mencionado está fortemente relacionado ao turismo de massa, conforme propõe Sampaio *apud* Araujo (2008): “*turismo de massa* é aquele desenvolvido, geralmente, de forma sazonal, que procura obter a maior rentabilidade no menor tempo possível, privatizando os lucros de curto e médio prazo e socializando os danos socioambientais em longo prazo. Geralmente ele acontece em regiões com forte apelo paisagístico. No Brasil, caracteriza-se pelo apelo sol-e-mar”.

do Brasil, cresceu exponencialmente nas últimas décadas, modificando significativamente suas estruturas locais. A foz do Rio Camboriú foi eleita como o recanto mágico do veraneio, e em pouco tempo passou a atrair também paranaenses e florianopolitanos, oriundos dos mais diversos estratos sociais, desencadeando uma escalada vertical, com edifícios de apartamentos e hotéis (Lago, 1988). Ali, a urbanização desordenada estimulada pela beleza paisagística, responde por condições que desafiam a resistência do sistema de gestão instituído.

Esta trajetória conduziu ao esgotamento progressivo da praia central e forçando o poder público a expandir o fluxo turístico para as praias ao sul, até então consideradas agrestes e não “exploradas”. A partir desta política, essas praias (comunidades) situadas ao sul do município têm vivenciado, desde 1999, um quadro caótico de desenvolvimento, acentuado com a melhoria do acesso, a partir da construção da Avenida Interpraias⁹. Desde então, os bairros e praias que envolvem a região sul do município (Figura 1), denominada de **Costa Brava**¹⁰ (Barra, Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho) têm sofrido várias transformações ligadas à falta de planejamento, que tem ocasionado conflitos relacionados ao uso do solo, dos recursos hídricos, bem como a população tradicional, que sofre fortemente os prejuízos da especulação imobiliária.

Esta região apresenta uma diversidade natural e cultural significativa e bastante distinta das demais regiões do município e do contexto do centro-norte catarinense, com a presença de diversos ecossistemas costeiros, como lagoas, estuários, praias, remanescentes de Mata Atlântica com vegetação litorânea (restingas e mangues) e vegetação Ombrófila Densa nas encostas. A presença de sítios arqueológicos com registros datados de 800 e 1300 da nossa era (Schmitz e Bitencourt, 1996), alimenta a especificidade dessa região. No entanto, este acervo está sendo descaracterizado em nome do crescimento acelerado e da ascensão do turismo de massa.

⁹ A Avenida Interpraias aqui mencionada também é chamada de Linha de Acesso as Praias (LAP), ou formalmente de Rodovia Rodesindo Pavan. Irei assumir o termo Interpraias para referir-me a esta avenida, pois é o termo utilizado pelas comunidades locais.

¹⁰ Irei assumir neste trabalho o termo ‘Costa Brava’ para designar os Bairros e Praias situados ao sul do município de Balneário Camboriú. Alguns se referem a esta como sendo a área ‘depois do rio’, uma vez que todos esses bairros e praias estão separados da praia central pelo Rio Camboriú, ou como ‘praias agrestes’. Ao longo da pesquisa esses três termos irão aparecer para designar a área de estudo dessa pesquisa. Além desses sete bairros/praias, o Bairro Morro do Boi será incluído na área de estudo, em função da ligação socioecológica que estabelece com os demais bairros/comunidades. Maior aprofundamento será dado no capítulo 2.

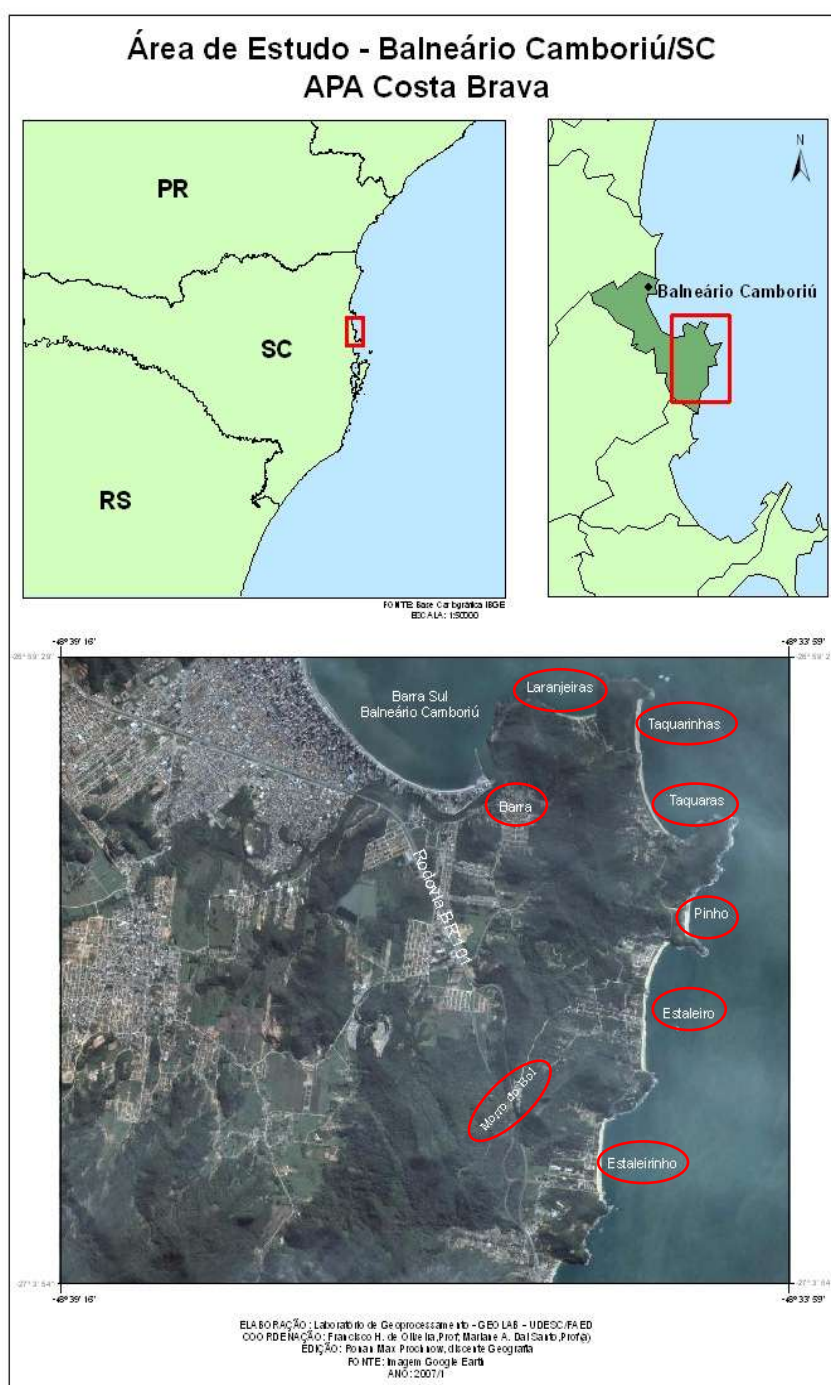


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo, compreendendo os Bairros da Barra e Morro do Boi e praias de Laranjeiras, Taquaras, Taquarinhas, Pinho, Estaleiro e Estaleirinho, no município de Balneário Camboriú (SC), compondo o complexo da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava.

O isolamento da região da Costa Brava até meados de 1999 do centro de município permitiu que o quadro de ocupação fosse bastante distinto e tardio em relação a este.

Assegurou até esta época um desenvolvimento diferenciado, com a manutenção de formas comunitárias de organização e exploração dos recursos. Contudo, a partir dessa data, a população local que era composta basicamente por pescadores e agricultores nativos, cedeu lugar a outros moradores de segunda residência e um novo público vindo do centro de Balneário Camboriú e de outras cidades e estados brasileiros, em busca de tranquilidade e qualidade de vida (Foppa, 2003).

Mesmo em meio às transformações, a região da Costa Brava apresenta núcleos importantes de pesca artesanal, com formas específicas de apropriação e gestão dos recursos. Neste sentido, as comunidades tradicionais¹¹ de pescadores artesanais desempenham importante papel na região, resistindo ao quadro desfavorável de desvalorização da atividade.

Segundo dados da Colônia de Pescadores Z-7, única entidade representativa dos pescadores de Balneário Camboriú, o município apresenta cerca de 550 pescadores/pescadoras profissionais associados(as). O principal recurso explorado é o camarão sete-barbas (*Xyphopenaeus kroyeri*), com produção em torno de 550 toneladas/ano. Associada a esta pescaria existem cerca de 130 mulheres pescadoras, pertencentes a mais de 30 núcleos de processamento e beneficiamento do pescado, na sua maioria, nativos¹² da região (Fonte Colônia de Pescadores Z-7). Apesar da representação usual dos pescadores como uma categoria desunida, a região da Costa Brava é marcada por um complexo arranjo produtivo informal, exemplificado pela sinergia intra-familiar.

Além das atividades de arrasto de camarão, o município abriga atualmente a maricultura, com produção de mexilhões e vieiras. Outros grupos garantem a subsistência e a manutenção da economia local, vinculados às redes de espera (fundeio, caceio e superfície), cerco fixo e o arrasto de praia. Das sete localidades pertencentes à região da Costa Brava, cinco delas desenvolvem arrasto de praia, especialmente nos meses de maio a julho, época da pesca da Tainha (*Mugil spp.*), recebendo grande parte da força de pesca dos outros grupos de pescadores da região. A região conta ainda com dois cercos fixos¹³ geridos por famílias

¹¹ Comunidades tradicionais aqui entendidas como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Silva, 2007).

¹² O termo *nativo* será aqui utilizado para designar os moradores nascidos na região.

¹³ Cerco fixo flutuante modelo japonês, conforme mencionado por Gamba, Bailon e Conolly (1993).

tradicionais locais. O grupo de pescadores dos cercos alternam sua atividade, ao longo do ano, entre o arrasto de praia (três meses da época da tainha) e o cerco fixo (demais meses do ano), resultando daí maior autonomia econômica. O arrasto de praia compreende um número expressivo de pescadores que descendem de famílias de pescadores que tradicionalmente dividiam a atividade de agricultura e pesca, tanto para subsistência como para geração de renda. Atividade esta de grande importância para o litoral sul-sudeste, conforme descrito por Diegues (2004). Este compartilhamento da atividade agrícola e pesqueira é ainda presenciado com as unidades de plantação de mandioca por famílias tradicionais que mantêm a produção de farinha nos engenhos anualmente.

Soma-se a isto o fato da região da Costa Brava estar inserida em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (conforme Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei Federal 9985/2000), denominada **Área de Proteção Ambiental da Costa Brava**. Criada pela Lei Municipal N° 1985/2000 (Anexo 1) como medida compensatória da construção da Avenida Interpraias, atualmente, encontra-se em fase de implementação. No entanto, até meados de 2006 nunca foi assumido o processo de implementação dos instrumentos de gestão - Conselho Gestor e Plano de Manejo, indicando assim, fragilidades no processo de aplicação de tais instrumentos.

Apesar da criação de muitas unidades de conservação, ser deflagradoras de conflitos, especialmente as implantadas sob o regime de proteção integral sobre os territórios usados pelas comunidades tradicionais, muitas experiências positivas tem sido vivenciadas na busca de solução de conflitos e do uso sustentável dos recursos naturais sob o regime de unidades de conservação de uso sustentável. A busca de solução tem ocorrido em processos de protagonismo e participação dos usuários diretos, exemplificados a partir de acordos de pesca, fóruns litorâneos e de pesca, reservas extrativistas marinhas, áreas de proteção ambiental e reservas de desenvolvimento sustentável (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007).

Neste sentido, experiências exitosas podem ser observadas no sul do Brasil, como o Fórum da Lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul (Kalikoski e Lavkulich, 2003; Kalikoski e Silva, 2007), o Fórum da Agenda 21 em Ibiraguera, Santa Catarina (Rebouças, Filardi e Vieira, 2006), ou como verificado na APA da Baleia Branca (Santa Catarina), em que a gestão territorial está desencadeando propostas de reservas extrativistas e valorizando a organização e participação das comunidades pesqueiras tradicionais.

A APA Costa Brava apresenta características particulares neste sentido. Apesar de não ter sido criada para proteger diretamente as atividades e os recursos naturais utilizados pelas comunidades de pescadores tradicionais, pode-se dizer que ela emergiu nos debates da sociedade civil organizada em 2004, quando este processo tornou-se mais visível. Os conflitos catalisaram as ações voltadas à aplicação dos dois instrumentos fundamentais propostos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a saber: Conselho Gestor e Plano de Manejo.

Desta forma, no decorrer do processo tem-se a oportunidade nesta região de ensaiar **novos modelos de desenvolvimento**, orientados para a promoção de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais, visando romper com os paradigmas atuais de gestão e desenvolvimento evidenciados no município, no intuito de definir políticas públicas alternativas, desenhadas nos princípios do *desenvolvimento territorial sustentável (DTS)*.

Modelo de Análise

Diante do exposto, a pesquisa buscou identificar com mais rigor de que maneira as comunidades tradicionais se transformaram ao longo da trajetória de desenvolvimento da região e como estão sendo envolvidas no processo de implementação da APA Costa Brava. A intenção foi caracterizar, com base no enfoque de *gestão dos recursos comuns* para o *desenvolvimento territorial sustentável (DTS)*, os espaços de manobra para a inserção da pesca artesanal numa dinâmica mais complexa de promoção de um novo ciclo de desenvolvimento, agora no âmbito de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Em outras palavras, a pesquisa foi planejada com base numa abordagem integrativa da ciência da gestão de recursos, com uma nova visão que questiona o paradigma analítico-reducionista (Holling et al., 1998; Berkes, 2005a).

Para tanto, as análises foram subsidiadas a partir dos modelos de análise propostos por Oakerson (1992) e Vieira e Cazella (2004)¹⁴ e Vieira (2006).

¹⁴ Modelo de Análise do projeto de pesquisa *Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos e zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina* – Projeto CAPES/COFECUB nº 449/04, coordenado pelos professores Paulo Freire Vieira (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) e Ademir Antonio Cazella (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas), ambos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O primeiro (Figura 2) foi orientador do processo de coleta e sistematização de informações sobre os *commons*, com base na identificação de atributos-chaves, mediante quatro macro-variáveis (**Atributos físicos e tecnológicos**, **Arranjos de tomada de decisão**, **Padrões de interação** e **Outcomes**).

A partir deste modelo orientador e das quatro macro-variáveis analíticas propostas foi possível diagnosticar as situações particulares, explicitando as relações entre essas. Em síntese, este modelo, enquanto ferramenta de diagnóstico deve ser analisado da direita para esquerda, ou seja, a partir da situação-problema (outcomes) pergunta-se/responde-se ‘o que’ está acontecendo e ‘por que’. Ainda, tendo como base essas quatro macro-variáveis o modelo permite agregações de conceitos e teorias que podem ser inseridas de acordo com caracterizações mais específicas.

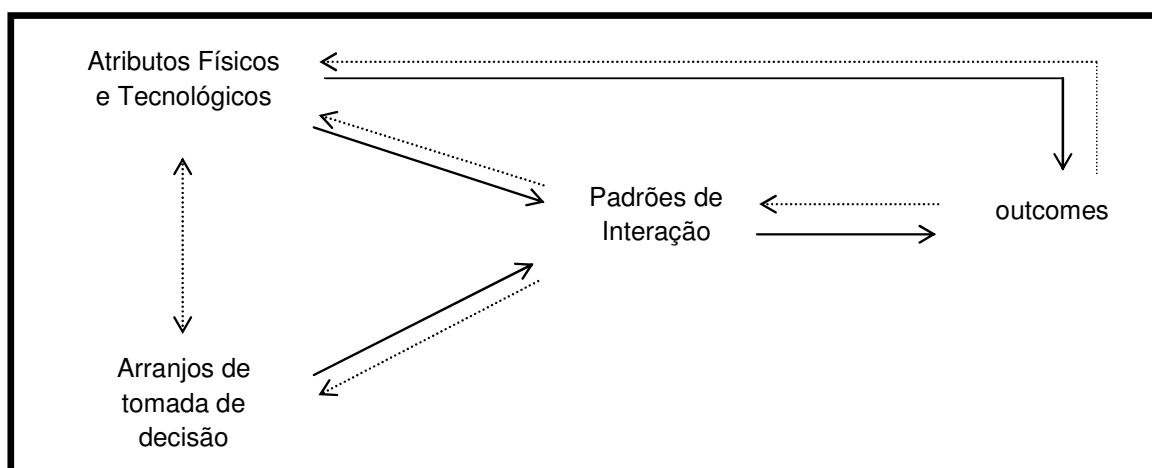


Figura 2: Modelo de Análise proposto por Oakerson (1992).

Nesta pesquisa cada uma das macro-variáveis abarcou micro-variáveis correspondentes e são pontuadas a seguir:

- **Atributos biofísicos e tecnológicos** – designa os aspectos biofísicos, o contexto socioeconômico, as tecnologias utilizadas no uso dos recursos na área, as principais pescarias, bem como as trajetórias de desenvolvimento.
- **Arranjos de tomada de decisão** – correspondem aos conjuntos de regras e ações regulatórias constituídas (Instituições formais e informais), as inovações institucionais

empreendidas, os espaços de negociação, bem como os instrumentos de gestão existentes.

- **Padrões de interação** – corresponde aos atores sociais envolvidos no processo de gestão, os conflitos e os circuitos de comercialização.
- **Outcomes** – designa a caracterização da situação-problema. São o ponto de partida para a explicação do referido modelo.

Importante mencionar que o uso deste modelo, inicialmente para descrever os elementos que constituem a situação-problema e posteriormente para analisar e indicar as relações causais, não pôde ser utilizado de maneira integral, uma vez que exigiria um esforço de pesquisa inter ou trans disciplinar. Desta forma, sem correr o risco de generalizações, este modelo foi utilizado de forma adaptada, incorporando algumas micro-variáveis que essencialmente auxiliariam na construção da análise dos obstáculos e potenciais para o estabelecimento de cenários vinculados ao desenvolvimento territorial sustentável (DTS).

No sentido oposto de leitura, o modelo de análise de Oakerson (1992) ganha um caráter analítico-prospectivo, ou seja, indica, ‘onde queremos chegar’? Neste sentido, o modelo de análise proposto por Vieira e Cazella (2004) e Vieira (2006) auxiliou na identificação de potencialidades e obstáculos à promoção de uma estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável na área selecionada. Trata-se de um roteiro metodológico, que leva em conta as *‘trajetórias de desenvolvimento’* da área, além da caracterização do cenário atual e do *“jogo de atores”* envolvidos na gestão local do desenvolvimento. Para tanto, o modelo prescreve a análise de um conjunto interdependente de fatores **político-institucionais**, **socioeconômicos**, **socioculturais** e **socioecológicos** direcionados para o entendimento das potencialidades e fragilidades para construção de um cenário negociado de desenvolvimento territorial sustentável – DTS para a zona costeira.

No rol dos **fatores sociopolíticos**, o modelo leva em conta dados que indicam a existência de um sistema de planejamento de longo prazo; de programas de fomento da ação coletiva voltada para a criação e implementação de estratégias de desenvolvimento local integrado e sustentável; processos de descentralização do sistema político (existência e dinamismo de Conselhos Municipais e interfaces do Estado com o terceiro setor), leis e

normas reguladoras das ações de agentes e instituições econômicas, especialmente no que diz respeito aos aspectos ligados à apropriação e gestão de recursos naturais; nível de transversalidade no planejamento e na condução das políticas públicas, incorporação da questão ambiental nas agendas dos partidos políticos, bem como adoção de medidas para sua implementação; e inovações no sistema de ensino público.

Nos rol dos **fatores socioeconômicos e técnicos** – nível educacional e de formação técnica para o desenvolvimento local integrado e sustentável; o nível de saúde/qualidade de vida da população; existência de sistemas produtivos ajustados à satisfação das necessidades básicas da população local; a existência de modalidades específicas de economia social e solidária (grau de associativismo e cooperativismo), além de instituições capazes de organizar a poupança local e suprir as necessidades de crédito dos agentes locais; o nível de empreendedorismo coletivo; ações de alívio à pobreza (assistencialistas e “empoderadoras”).

Os **fatores socioculturais** – especificação de mecanismos de integração social (redes associativistas, festas típicas, movimentos sociais), de formas de valorização cultural local/territorial, conexões culturais transescalares (local, microrregional, nacional e internacional), e o patrimônio cultural e arquitetônico existente.

Os **fatores socioecológicos** – dizem respeito à existência de ONG e partidos políticos que assumem a problemática socioambiental como diretriz de ações de mudança na área, além do potencial de recursos naturais, do nível de degradação ecossistêmica e das ações em curso visando a sua superação.

Finalmente, para identificação de **Obstáculos**, o modelo prescreve os seguintes indicadores: carência e/ou utilização inadequada de recursos naturais; legislação excessivamente coercitiva em termos ambientais e de normas técnicas; baixo nível educacional; baixo nível saúde pública; carências do sistema de gestão socioambiental do ponto de vista da descentralização; cultural política autoritária e clientelista; estratégias sócio-econômicas definidas em função de espaços externos e indutoras de efeitos negativos no nível local/territorial; produção local voltada exclusivamente a mercados consumidores externos (nacional ou internacional).

Cabe ressaltar que tal pesquisa servirá de base para outros trabalhos, no intuito de construir novos referenciais e com isso, aprofundar a discussão a partir de estudos de caso, preferencialmente comparativos, que levem em consideração a perspectiva do DTS para o

contexto da zona costeira. Esta abordagem tem sido utilizada na maior parte das pesquisas, com foco na zona rural, carecendo assim de estudos com foco para as comunidades pesqueiras. Além disso, conforme já pontuado não será dado ênfase na análise pormenorizada do jogo de atores envolvidos na área, sendo, contudo utilizada de maneira adaptada no contexto dessa pesquisa.

Questões Norteadoras e Hipóteses

Da perspectiva analítica assim esboçada foram elencadas as seguintes questões norteadoras desta pesquisa, estruturadas visando facilitar a compreensão da lógica de organização da pesquisa de campo:

- Como se deu a trajetória de desenvolvimento da região da Costa Brava e quais os momentos importantes de mudanças no que tange os aspectos institucionais, socioeconômicos, socioecológicos e culturais?
- De que maneira as mudanças no processo de gestão efetuadas a partir da implementação da APA Costa Brava poderão proporcionar um novo modelo de desenvolvimento, agindo como um espaço de conexão transescalar e resiliência socioecológica da pesca artesanal para a região da Costa Brava?
- Que aspectos da dinâmica socioecológica local atuam como promotoras de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável?

A partir destas questões, foram propostas as seguintes hipóteses de trabalho:

- A opção pelo modelo desenvolvimentista, socialmente excludente e ecologicamente predativo presente na zona costeira do centro-norte catarinense acentua a invisibilidade das comunidades tradicionais (pescadores artesanais). Esta condição se intensifica a partir da crise dos recursos pesqueiros, mas tende a recriar formas alternativas de desenvolvimento, oriundos da própria comunidade, como resposta a

tentativa de sobrevivência e aproveitamento das atividades geradas por este modelo, especialmente o turismo de massa, mesmo que contraditória aos seus modos de vida.

- As atividades desempenhadas pelas comunidades tradicionais podem ser potencializadas no processo de desenvolvimento da região, a partir da gestão integrada deste território. A estruturação de planos de desenvolvimento para região a partir da implementação da APA Costa Brava, podem potencializar as interfaces entre o sistema pesqueiro e o território compreendido pela unidade de conservação, sendo um inicializador para construção de estratégias de DTS.

Objetivos

Objetivo Geral

A partir da problemática caracterizada, a pesquisa objetivou realizar um diagnóstico socioecológico da região da Costa Brava no município de Balneário Camboriú, com destaque para o sistema pesqueiro artesanal, com o intuito de pontuar os principais potenciais e obstáculos para a construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Objetivos Específicos

- Descrever o sistema socioecológico que envolve a região da Costa Brava no município de Balneário Camboriú (SC);
- Identificar as principais pescarias desenvolvidas na região da Costa Brava;
- Reconstruir a trajetória de desenvolvimento da região da Costa Brava, colocando em foco as dinâmicas atuais do sistema pesqueiro artesanal;
- Analisar os fatores favoráveis e os obstáculos à construção de um processo de desenvolvimento territorial sustentável que incorpora a pesca artesanal e a presença de uma Área de Proteção Ambiental.

Considerações Metodológicas

Tendo em vista minha inserção no cotidiano das comunidades sediadas na região da Costa Brava, a coleta e a sistematização dos dados foram realizadas numa combinação de várias técnicas de coleta de dados. Embora algumas etapas desta trajetória não tenham sido orientadas, a priori, para realização desta pesquisa, elas foram de fundamental importância para construção da problemática, na identificação dos atores-chaves e das dinâmicas locais e especialmente para estabelecer uma relação de *confiança e reciprocidade* junto à comunidade, essenciais para pesquisas desta natureza.

O fato de ter assumido a natureza qualitativa nesta pesquisa (Minayo, 2000; Haguette, 2000) está fortemente relacionado à intenção de transcender o viés tecnocrático ainda predominante na gestão dos recursos naturais em nosso País. Tal abordagem potencializa aspectos cruciais das realidades locais, levando em conta o envolvimento dos usuários locais de recursos comuns na identificação de problemas e na busca de soluções. Sem dúvidas, abrir mão dos enfoques convencionais, que priorizam na maioria das vezes o ambiente físico e desconsideram o social, grupos marginalizados, as minorias e a complexidade das dinâmicas territoriais, justifica a relevância da pesquisa de corte qualitativo, sem desconsiderar a contribuição muitas vezes encontrada nas abordagens quantitativas.

Vale à pena salientar ainda, na defesa da abordagem qualitativa, as mudanças ocorridas nas práticas de gestão de recursos naturais, desde os anos 1980. Neste sentido, foi colocada em primeiro plano a valorização do conhecimento local das comunidades nas tomadas de decisão. Neste sentido, a pesquisa participativa, difundida principalmente nos anos 1990, tornou-se uma ferramenta indispensável à redemocratização dos sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum (Seixas, 2005). Este tipo de pesquisa, segundo Chambers *apud* Seixas (2005), busca ao mesmo tempo a sustentabilidade no uso dos recursos, o `empoderamento` da população menos favorecida e a valorização do conhecimento local. Os membros das comunidades locais podem ser considerados assim, como “professores nos processos de aprendizagem colaborativa e resolução de problemas” (McArthur *apud* Seixas, 2005).

A pesquisa participativa pode ser definida, neste sentido, como algo que mobiliza diversas abordagens (ou processos) e técnicas que podem ser utilizadas no planejamento,

implementação, monitoramento e avaliação dos recursos naturais. Neste sentido, a partir da evolução de propostas de planejamento e gestão participativa, algumas metodologias começaram a se destacar, especialmente por assumir um caráter investigativo, pedagógico e mobilizador numa mesma técnica. Essas propostas metodológicas ensaiam e promovem uma maior participação popular, especialmente os usuários dos recursos. É certo que elas não substituem pesquisas mais detalhadas, que exigem um maior esforço amostral, mas podem ser menos dispendiosas e podem orientar ações futuras (Pido, et al., 1997).

Na perspectiva de complementar a pesquisa científica convencional, ou processos desencadeados junto às comunidades, às vezes incapaz de perceber aspectos fundamentais da dinâmica de sistemas complexos, a pesquisa participativa reflete um posicionamento ideológico que valoriza a subjetividade no contexto da participação, exaltando valores como autonomia e emancipação (Sawaia, 2002).

A partir dessas orientações metodológicas, o trabalho teve uma fase inicial que compreendeu o levantamento e o processamento de dados secundários – bibliográficos e documentais: registros fotográficos, revisão da bibliografia e de documentos disponíveis sobre a problemática de pesquisa. Já a coleta de dados primários exigiu uma combinação de duas técnicas: entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, entrevistas com grupos focais (Seixas, 2005; Thiollent, 2002).

Em relação às etapas de viabilidade de uma estratégia de DTS, foram utilizados os métodos e instrumentos indicados por Sabourin (2002): especialmente no diagnóstico para indicação dos elementos relacionados ao desenvolvimento (identificação e caracterização de território, recursos, atores e atividades) e resgate das trajetórias de desenvolvimento. Foco especial foi dado às trajetórias de desenvolvimento, que segundo o autor, é utilizada amplamente como um instrumento para entender as transformações rurais¹⁵ e apoiar à decisão de planejamento. Partem do princípio que as sociedades rurais têm uma história própria e uma lógica econômica e social, específica. Essa orientação serviu especialmente para compor os roteiros de entrevistas a serem realizadas com cada informante-chave.

¹⁵ Os roteiros indicados por Eric Sabourin, elaborados com foco para comunidades rurais, foram aqui adaptados para as comunidades pesqueiras.

Propositivamente, as contribuições metodológicas que embasam o conceito de desenvolvimento territorial sustentável, mencionam a *micro-história*¹⁶ para estudar o social como um conjunto de inter-relações que se movimentam no interior de configurações em processo permanente de adaptação, possibilitando uma modulação local da grande história (Cazella, 2006:233), como um instrumento de indiscutível relevância para o estudo das dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Como aprofundamento, assim, surge à possibilidade de utilizar a história oral como técnica para recomposição da micro-história (Helena, 2007), com utilização de fontes da história oral e conseqüentemente da memória, das lembranças, considerando o caráter subjetivo imbuído nas comunidades. De acordo com as oposições sobre as generalizações excessivas dos estudos históricos, Paul Thompson (2002) afirma que por vezes, a finalidade social da história é obscura, evitando qualquer envolvimento com interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas. O autor afirma que pela história oral é possível, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista, com julgamento mais imparcial. A experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser utilizada como matéria-prima, e a história ganha nova dimensão, sugerindo uma reconstrução mais realista do passado.

Assim, os sujeitos-chave, especialmente os mais antigos que ainda residem na região foram o foco da pesquisa. Estes foram abordados sem perguntas prévias definidas, sendo apenas convidados a contar sobre suas vidas, sua aproximação com a pesca, com o 'lugar', sobre onde nasceram e como viveram. Pela relação de proximidade com os sujeitos, a 'entrevista' iniciou na maior parte das vezes com eles mesmos contando algo peculiar sobre a história do lugar e a partir de então a conversa seguiu informalmente, direcionada ora pelo sujeito, ora pelo pesquisador.

Em síntese, foram estruturados objetivos (roteiro genérico) visando a coleta de dados junto aos seguintes sujeitos-chaves (informantes) que reflete a comunidade tradicional da Costa Brava (Anexo 2):

¹⁶ Surge no movimento de historiadores italianos a partir da década de 70. Tem como principais autores: Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Apesar de muitos confundirem este método com a análise de pequenas localidades geográficas, ou a busca de biografias de pessoas pouco conhecidas, os historiadores dessa perspectiva, chamam a atenção de que tais análises estão equivocadas e que o recorte deve ser temático, e mesmo assim relacionado com um assunto mais amplo. (Ver Helena, 2007 e Cazella, 2006).

1. Quatro (04) pescadores vinculados ao arrasto de praia;
2. Três (03) pescadores vinculados às redes de espera;
3. Cinco (05) pescadores vinculados à pesca do camarão;
4. Dois (02) Pescadores vinculados à pesca do cerco fixo flutuante;
5. Nove (09) mulheres vinculadas às unidades de beneficiamento/processamento do pescado/camarão;
6. Uma (01) mulher pescadora¹⁷;
7. Cinco (05) pescadores(as)/agricultores(as) aposentados(as);
8. Um (01) maricultor.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas, sendo a primeira uma composição do que orienta Quivy e Campenhoudt (2005), as entrevistas exploratórias. A segunda etapa foram as entrevistas em definitivo, realizadas como uma conversa informal com os informantes-chaves, sem perguntas prévias definidas, apenas com temáticas orientadoras. As entrevistas foram realizadas com base nas orientações propostas por Thompson (2002), especialmente no que tange a natureza essencialmente criativa e cooperativa do método da história oral, para reconstituir a história local sob o enfoque das comunidades.

Outro ponto importante a ser mencionado é que as entrevistas foram registradas em vídeo, ou gravador digital. Como pesquisadora envolvida anteriormente com a área, realizei em parceria com outros pesquisadores, dois filmes documentários, sendo um sobre a pesca da tainha (*Nas Redes da Tainha*¹⁸) e outro sobre a pesca do cerco fixo flutuante (*A Pesca da*

¹⁷ Segundo informações da colônia de pescadores Z-7 existem três mulheres pescadoras no município que realizam atividades no mar. Estas realizam as atividades junto dos seus maridos. Nesta contagem não estão as mulheres 'catadoras' de siri, que realizam atividade normalmente sozinhas com embarcação a remo.

¹⁸ Filme produzido junto ao Clube de Alunos voluntários do Projeto Comunidades Litorâneas da Escola Municipal de Taquaras e Escola Municipal do Estaleiro. O roteiro deste filme foi produzido pelos alunos que definiram o roteiro de entrevista, bem como os pescadores a serem entrevistados. Durante a coleta das informações, foi registrado um "lance" de tainha na Praia do Estaleiro, desde o seu início, sendo um registro importante para marcar a história local. As imagens foram coletadas no período da pesca da tainha (de maio a julho de 2007). Edição: Guilherme Rosa, Rodrigo Pereira Medeiros e Carina Catiana Foppa. Produção: Verdes Filmes.

Rede “Circo” de Taquaras)¹⁹. Estes dois filmes tiveram uma repercussão positiva junto às comunidades da Costa Brava, em especial os pescadores, e estimularam a coleta de outras imagens no decorrer desta pesquisa. Embora o objetivo do registro das entrevistas fosse explicitado para o contexto da realização da dissertação, a opção em registrar as falas com filmadora foi uma contribuição, que futuramente poderá ser destinada a uma nova sistematização, em forma de filme, a ser doada aos pescadores.

Antes de iniciar as entrevistas, ou mesmo no momento de agendá-las, foi colocado aos entrevistados seu motivo. Minha fala foi direcionada no sentido de que havia escolhido um tema para realizar uma pesquisa e poder concluir meus estudos (“me formar”, como mencionado por eles), e para isso, havia escolhido entender um pouco mais sobre as comunidades de pescadores vinculadas “às praias” e a “Barra”.

Outra observação importante relacionada ao desenho metodológico desta pesquisa, diz respeito ao acompanhamento permanente junto ao Movimento de Moradores e Amigos da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava, mencionado na introdução. O acompanhamento facilitou não só a coleta de dados junto às entidades, mas também o entendimento de alguns arranjos e dinâmicas locais. Minha participação neste movimento foi uma combinação de atitudes e comportamentos, ora como pesquisadora, ora como militante.

O contato mútuo entre pescadores e pesquisadores, conduziu a desdobramentos típicos da tradição da pesquisa participativa. Isto ficou claramente configurado com a realização de uma reunião com 28 pescadores associados à prática do arrasto de praia (especialmente da tainha) do município, idealizada no contato com os pescadores vinculados aos ranchos de pesca. Dentre estes 28 pescadores, estavam presentes ‘patrões de tainha’, donos de rede/canoa, ‘vigias’ e em menor número ‘camaradas’ com vínculo familiares aos demais pescadores.

Os demais atores que compõem o cenário da Costa Brava, relevantes na identificação de uma estratégia de DTS, foi o Ministério Público Federal, por meio de consulta ao procurador federal; o poder público municipal, especialmente na identificação das políticas das secretarias de planejamento, meio ambiente e turismo; as Organizações não-governamentais (ambientalistas, naturismo e comerciantes); e empresários locais, tais como o

¹⁹ Filme produzido a pedido do pescador Irineu Alexandre da Praia de Taquaras, do qual o roteiro foi estruturado de maneira participativa. As imagens foram coletadas no período de janeiro a março de 2008. Produção: Verdes Filmes. Edição: Rodrigo Pereira Medeiros e Carina Catiana Foppa.

Parque Unipraias, Marina Tedesco, pousadas, bares e casas noturnas. A sistematização dessas informações se deu indiretamente, com consulta a folhetos, reuniões informais, audiências públicas, plenária da Câmara de vereadores, encontros do Plano Diretor Municipal, sites e outros documentos. A entrevista junto a esses atores locais não foi realizada, uma vez que meu envolvimento com a militância socioambiental na região induziria a informações tendenciosas. Além disso, haveria o posicionamento contrário em conceder tais entrevistas por muitos desses atores.

Ainda, a contribuição metodológica da observação participante foi fundamental, para que o encontro informal com os diversos atores dessa pesquisa fosse realizado e sistematizado, tais como:

1. Acompanhamento das reuniões e encontros de formação continuada do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava;
2. Acompanhamento das pescarias da rede cerco e rede de espera;
3. Visita às unidades de processamento;
4. Reuniões promovidas pela colônia de pescadores da Barra (Z-7), como encontros de capacitação, reuniões com a Federação Catarinense dos Pescadores, assim como consulta aos documentos;
5. Reuniões promovidas pelo IBAMA/CEPSUL relacionadas ao defeso do camarão;
6. Reunião dos pescadores de tainha;
7. Audiência pública na Praia de Laranjeiras sobre a retirada dos bares em Área de Preservação Permanente (APP);
8. Audiências públicas do Plano Diretor Municipal, especialmente as relacionadas à temática e a área de estudo;
9. Participação nas reuniões das Associações de Moradores locais.

Por fim, menciono que os sujeitos dessa pesquisa serão caracterizados de duas formas, a fim de preservar sua identidade. Ou com um adjetivo que marcou seu perfil durante as entrevistas, ou pela proximidade e convivência com os mesmos. Ou de outra maneira, pelas iniciais do sobrenome/nome. Os entrevistados caracterizados por um adjetivo serão especialmente os moradores mais antigos da região, como os relacionados às seguintes

pescarias: redes de espera, arrasto de praia e cerco fixo. Já os pescadores de camarão serão caracterizados por ‘Sete-Barbas’, seguido de suas iniciais. Já as mulheres, serão aqui caracterizadas como ‘Mulher Pescadora’, ou ‘Descascadeira’.

Estruturação dos Capítulos

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, apresento os fundamentos conceituais do enfoque de *gestão de recursos de uso comum (common property resource management)*, bem como resgato a gênese e a estrutura do enfoque de ecodesenvolvimento e da sua versão mais atual, relacionada à maturação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável. No capítulo 2 analiso a configuração do sistema socioecológico da Costa Brava, a partir dos seus recursos, sistema socioeconômico e trajetória de desenvolvimento. A descrição segue com uma leitura sobre os arranjos institucionais, no que tange a situação institucional (formal e informal), bem como as principais inovações presentes na área. Por fim, os padrões de interação são aqui caracterizados com a composição dos principais atores locais, seus conflitos, os principais circuitos de comercialização da pesca artesanal, bem como o sistema de saberes e conhecimentos locais. No capítulo 3 analiso de que forma os aspectos do sistema socioecológico local atuam como promotores do desenvolvimento territorial sustentável. Por fim, concluo com as considerações finais desta pesquisa.

CAPÍTULO 1 - Conservação e Desenvolvimento: o Dilema da Zona Costeira e da Pesca Artesanal

Após o colapso, inovação e experimentação podem ser favorecidas. Os participantes vêm-se perguntando como o aprendizado pode ser estimulado de forma que reforcem a sustentabilidade. No fim, nós descobrimos que temos de criar emoção, identificar as opções sob a forma de visões alternativas do futuro, e construir a esperança.

C.S. Holling (2003)

Numa reflexão de corte sistêmico sobre os diversos aspectos que permeiam o processo de planejamento e gestão da zona costeira, as dimensões ecológicas e sociais são vistas como interdependentes. Dessa forma, pensar à luz do conceito de *desenvolvimento territorial sustentável* significa levar em conta simultaneamente as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e político-institucionais (Holling, 2003). A visão disjuntiva dessas dimensões, estimulada pela hegemonia da ciência reducionista está na base da crise socioambiental vivenciada nos dias atuais, a qual tem se tentado rupturar pela via do pensamento sistêmico.

Neste sentido, neste capítulo apresento os fundamentos conceituais do enfoque de *gestão de recursos de uso comum* (*common property resource management*). Na seqüência, a linha de argumentação leva em conta a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, resgatando a gênese e a estrutura do enfoque de ecodesenvolvimento e da sua versão mais atual, relacionada à maturação do conceito de “território construído” – no qual se fundamenta na análise das possibilidades de dinamização dos sistemas pesqueiros artesanais na zona costeira, e neste caso com foco na realidade do centro-norte catarinense.

1.1. O novo paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos de uso comum

Vivemos hoje uma crise planetária. Uma crise de identidade, de percepção, de legitimidade e de possibilidades de mudarmos positivamente a realidade que nos cerca. As revoluções ocorridas em nosso planeta ao longo da história e, mais fortemente a partir da Revolução Industrial, transformaram consideravelmente nossos padrões de relacionamento

com a natureza. Esse afastamento vem comprometendo e destruindo progressivamente ecossistemas e culturas humanas de maneira mais ou menos irreversível e alertando para complexidade da crise socioecológica. Diante disto, torna-se necessário entender os condicionantes estruturais da crise para não restringirmos apenas ao enfrentamento de seus sintomas e pensá-la de forma radical, pela raiz. Pois como salienta Gallano, Curi e Motomura (2002:17), a

crise ambiental é uma crise de civilização. É a crise de um modelo econômico, tecnológico e cultural que comprometeu a natureza e negou às culturas alternativas. O modelo civilizatório dominante compromete o meio ambiente, subvaloriza a diversidade cultural e desconhece o outro (índios, pobres, a mulher, o negro, o sul) ao passo que privilegia um modo de produção e um estilo de vida insustentável que são hegemônicos no processo de globalização (Gallano, Curi e Motomura, 2002:17).

Em outras palavras, torna-se necessário entender melhor os “paradigmas” de desenvolvimento das sociedades contemporâneas e os paradigmas que o consolidam (Guimarães, 2007), vistos, segundo Morin (1997), como estruturas de pensamentos que, de modo inconsciente, comandam nossos discursos, nossas atitudes e nossas práticas²⁰. Pois as relações de poder e dominação que permeiam a crise global estão alicerçadas no *paradigma analítico-reducionista* que cultiva a dicotomia sociedade-natureza e legitima a ética do domínio da primeira sobre a segunda.

Do ponto de vista epistemológico, a busca de entendimento de como as sociedades humanas lidam com as inter-relações entre as dinâmicas naturais e sociais, em busca de respostas adaptativas e coevolutivas, deve levar em conta a inércia do assim chamado paradigma científico analítico reducionista (Vieira, Berkes e Seixas, 2005). Neste sentido, com o propósito de repensar a ciência da gestão dos recursos naturais, Holling, Berkes e Folke (1998) questionam essa ciência reducionista, propondo uma nova visão: a *abordagem sistêmica*.

Esta abordagem, segundo os autores é componente essencial da cultura ocidental e estende a análise das populações, ecossistemas, dinâmica e estrutura da paisagem, incluindo

²⁰ Morin (1995) define paradigma como o conjunto das relações fundamentais de associação e/ou de oposição entre um número restrito de noções-chave, relações essa que vão comandar-controlar todos os pensamentos, todos os discursos, todas as teorias.

as interações dos sistemas sociais com os naturais. Neles as incertezas e surpresas integram o cenário de respostas adaptativas, com uma roupagem fundamentalmente interdisciplinar. No mesmo sentido, Garcia (1994) menciona que a realidade não é disciplinar, sendo os sistemas socioambientais, sistemas complexos. O autor ainda afirma que o termo ‘complexo’ é dado pelas inter-relações entre os componentes e cujas funções dentro do sistema não são independentes. O conjunto dessas relações constitui a *estrutura*, que oferece ao sistema a forma de *organização* que lhe faz *funcionar* como uma *totalidade*.

Enrique Leff (2006) acrescenta que a excessiva objetivação da natureza na ordem econômica produziu seu reflexo na antropologia²¹, que estabeleceu a análise da cultura através de uma estrutura simbólica, sem relação com a natureza. Assim, conforme propõe Morin (2005), faz-se necessário “retornar a natureza esquecida” e recuperar um “paradigma perdido” para abrir a possibilidade de recompor o mundo dividido e fragmentado pelo conhecimento.

Desde os séculos XVII e XVIII, com os avanços da ciências naturais, a natureza passou a ser concebida como um vasto mecanismo possível de ser entendida em base na análise das partes. A natureza se dessacralizou e a idéia de progresso substituiu as antigas concepções cíclicas (Foladori, 1999). O paradigma de disjunção separou espírito e matéria, filosofia e ciência, sujeito e mundo, razão e emoção, desconsiderando arte, religião, sentimento, sensações. Criou a ilusão da separatividade, projetada nas formas de conhecimento e nos projetos de vida.

No entanto, o pensamento crítico em direção a um pensamento da complexidade, se inscreve dentro da *episteme*²² emergente do ecologismo²³. Leff (2006) arrisca dizer que o colapso ecológico incitou um retorno à natureza. A crise ambiental se expressou como uma angústia da separação da cultura de suas raízes orgânicas, procurando reconstruir a ordem

²¹ O objetivo aqui não é transcorrer sobre as correntes antropológicas. Apenas apontar alguns pensamentos que indicam a fragmentação do saber nas diversas esferas do conhecimento.

²² O verdadeiro conhecimento, diferente da opinião. O conhecimento das causas que são necessariamente verdadeiras. Mistura de ciência e de saber, pelo que difere das chamadas ciências empíricas. Um esforço racional para substituir a opinião, o conhecimento acerca do contingente. Divide-se em *praxis*, *technè*, e *theoria* (Leff, 2006b).

²³ Ecologismo aqui, no sentido que propõe Leff (2006), onde não se constitui apenas como um movimento de defesa da natureza, mas como uma nova cosmovisão baseada na compreensão do mundo como sistema de inter-relações entre populações humanas e seu entorno natural, alimentando um pensamento da complexidade. Essa visão ecologizada do mundo foi transferida ao campo do social (filosofia, política e economia) e assim nasce a ecologia humana, a bioética e a ecologia profunda.

social a partir de suas bases naturais de sustentação. Sem dúvidas, isso exige a revalorização das relações econômicas, éticas e estéticas do homem com seu entorno, penetrando nos valores da democracia, da justiça e da convivência entre os homens, e entre estes e a natureza.

Essa compreensão do mundo como “totalidade” apresenta o problema de integrar os diferentes níveis de materialidade que constituem o ambiente como um sistema complexo, e a articulação do conhecimento dessas ordens diferenciadas do real, para dar conta desses processos (Leff, 2006; Morin, 2005). Essa totalidade desenhada no desafio da problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico. No entanto, no que tange o debate epistemológico, Gaston Bachelard, considerou a complexidade um problema fundamental, já que segundo ele, não há nada simples na natureza, só há o simplificado. Embora suas idéias tenham permanecido isoladas, ela reaparece, marginalmente, com a cibernética e na teoria dos sistemas (Morin, 2005).

Essa nova disciplina científica, chamada de *teoria geral dos sistemas*, segundo um de seus idealizadores, Ludwig von Bertalanffy, tem como principais propósitos uma tendência geral no sentido da integração nas várias ciências, naturais e sociais, podendo ser um importante meio para alcançar uma teoria exata nos campos não físicos da ciência (Bertalanffy, 1977).

Em síntese, o paradigma científico tradicional²⁴ está baseado em pressupostos de *simplicidade, estabilidade de mundo e objetividade* (Vasconcellos, 2003). Tais pressupostos sugerem uma crença de que é possível entender o todo a partir das partes, de que o mundo é estável e pode ser conhecido objetivamente, tal como ele é na realidade. A ciência reducionista, caracterizada como a ciência das partes, emerge da tradição da ciência experimental, nas quais um estreito foco é permitido na formulação de hipóteses, coleção de informações, e um desenho de experimentos críticos para testar hipóteses. Isto é apropriadamente conservador e inequívoco, pois pode estar sendo incompleto e fragmentado (Holling, Berkes e Folke, 1998).

Já o novo *paradigma sistêmico* pode ser caracterizado como uma ciência da integração das partes. Esta usa os resultados e tecnologias da ciência reducionista, mas identifica

²⁴ Segundo Vasconcellos (2003), o termo “tradicional” se refere a algo que tem uma origem muito remota, mas não a algo que já tenha desaparecido e/ou sido substituído. A ciência tradicional continua vigorosa em nossos dias.

espaços, desenvolve hipóteses alternativas e modelos multivariados. Avalia as conseqüências de cada alternativa usada nas intervenções planejadas, ou não, que ocorre em todo o sistema, ou são designadas para ser implementadas na natureza. Tipicamente, a meta é para revelar a simples causa que freqüentemente está na base dos sistemas complexos. Sua premissa é que o conhecimento do sistema nos obriga a sempre estar incompleto. As surpresas²⁵ são inevitáveis. Não somente é a ciência incompleta, mas o sistema em si está movendo-se, mudando em função de impactos da gestão e da expansão progressiva das influências humanas (Holling, Berkes e Folke, 1998; Gunderson, Holling e Light, 1995).

Já em termos culturais, a ideologia industrialista gera perda de diversidade cultural e atrela o senso de qualidade de vida à capacidade de consumo do indivíduo - segundo Erick Fromm (1976) *apud* Guimarães (2007) a perspectiva do *ter* se sobrepondo a perspectiva do *ser*. Parece indispensável uma mutação cultural apoiada numa representação sistêmica da natureza. Trata-se da passagem de um reducionismo científico-metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la a uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no ambiente (Junges, 2004).

Garcia (1994) aponta que o problema não reside em fragmentar a realidade, mas sim a maneira de fazê-la. Propõe assim, uma interpretação sistêmica da problemática original existente no estudo e que a partir disto será possível chegar a um diagnóstico integrado, para propor ações concretas, e da mesma forma políticas alternativas que permitam influenciar sobre a evolução do sistema. Ainda, conforme balizado por Morin (2005) existe a hiperespecialização dos saberes disciplinares que reduziu a migalhas o saber científico, onde

todos os conceitos molares que abrangem várias disciplinas estão esmagados ou lacerados entre as disciplinas e não são reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares. O saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos, não permitindo comunicação de ciência, técnica e política (Morin, 2005:120).

²⁵ O termo *surpresa* é utilizado quando a realidade percebida parte qualitativamente de uma expectativa. A surpresa ocorre quando as causas estão para se tornar diferente daquelas que foram concebidas, e quando os comportamentos são profundamente inesperados e a ação produz um resultado contrário do inicialmente pretendido (Holling, Berkes e Folke, 1998:347).

Em princípio, existe uma inerente desconhecida habilidade, como também uma imprevisibilidade, no que diz respeito ao envolvimento dos ecossistemas geridos e as sociedades que a eles estão conectados. O ponto essencial é o que envolve os sistemas políticos e as ações que não são somente satisfação de objetivos sociais. Ao mesmo tempo modificam continuamente os objetivos para envolver condições de providenciar flexibilidade para adaptação às surpresas. Ciência, política e gestão tornam-se inextricavelmente conectadas (Holling, Berkes e Folke, 1998).

A necessidade da ruptura de paradigmas, no sentido de avançar de uma perspectiva reducionista para um fazer ciência mais integrador é estimulador. Consciente das críticas ao enfoque positivista que descarta qualquer possibilidade de incorporação de outras formas de conhecimento, nos rumos das investigações propostas, surge ainda mais a necessidade de rupturarmos com a idéia de que os seres humanos são simples forma, tamanho e movimentos e que possuem uma vida interior que escapa a observação primária e foge da “neutralidade” e “objetividade” (Minayo, 2000).

Neste sentido, em se tratando da crise mundial associada à gestão dos recursos naturais, parece evidente conforme análise dos pesquisadores dos *commons*²⁶ que a visão de mundo dominante presente na gestão dos recursos naturais de ‘sistemas em equilíbrio’ é incompatível com as observações da dinâmica complexa dos sistemas socioecológicos (Berkes, Colding e Folke, 2003). Ela se dá porque a existência da ciência que trata das questões parece incapaz de prescrever resultados sustentáveis e explicar os colapsos dos recursos. As respostas não são simples porque exige o desenvolvimento de conceitos, tecnologias e métodos para (re)direcionar a natureza genérica dos problemas. Caracteristicamente, esses problemas tendem a ser problemas sistêmicos, onde aspectos do comportamento são complexos e imprevisíveis, e onde as causas, num período de tempo

²⁶ Gestão de recursos de uso comum (*common property resource management*). O objetivo neste capítulo é apresentar uma rede de conceitos básicos, ainda que não aprofundados, para uma compreensão e embasamento da problemática dos *commons*. Ainda que as principais contribuições partam de quatro principais escolas, a dizer, escola canadense (especialmente Fikret Berkes, Johan Folke, Lance H. Gunderson, C.S. Holling), escola norte-americana (especialmente Elinor Ostrom, Oakerson, Bromley), escola francesa – patrimonialistas (especialmente Montgolfier-Natali, Jacques Weber, Olivier Godard, Ost, Ollagnon) e escola indiana (Madhav Gadgil, Shekhar Singh), irei focar a revisão técnica, especialmente com as contribuições da escola anglo-saxã.

simples (quando finalmente entendido), são sempre múltiplos (Holling, Berkes e Folke, 1998).

Assim, novos rumos têm sido propostos dentro de uma perspectiva sistêmica, construindo novos conceitos na busca de uma teoria geral, entendendo a sociedade enquanto um sistema social e, a natureza, um sistema ecológico (Berkes, Colding e Folke, 2003; Ostrom et al., 2002). Com a contribuição do enfoque sistêmico da gestão dos recursos comuns, utiliza-se o termo sistema socioecológico para designar a visão não-dual de sistemas sociais e de sistemas ecológicos.

Enquanto **sistemas socioecológicos**, a definição apresentada por Berkes e Folke (1998) menciona que o *sistema social* está associado à governança, em termos de regimes de apropriação e acesso aos recursos. Inclui também os diferentes sistemas de conhecimento pertinente à dinâmica dos ambientes, o uso dos recursos, as visões de mundo e a ética da relação homem-natureza. Já o *sistema ecológico* (ecossistemas) refere-se às comunidades auto-reguladoras de organismos que interagem entre si e com o seu ambiente.

Ainda, em se tratando da organização dos sistemas sociais, *tempo e espaço* são importantes dimensões. Contudo, em contraste com os sistemas ecológicos, os sistemas sociais são estruturados por uma habilidade humana de construir e manipular símbolos. Essas “estruturas de significados”, com “estruturas de dominação” (fluxo de poder e padrões de autoridade) e “estruturas de legitimidade” (normas, rotinas, regras, procedimentos) provem a construção de sistemas sociais Westley (2002). Isso remete ao fato de que os sistemas sociais e ecológicos estão conectados e o delineamento entre eles é artificial e arbitrário (Berkes e Folke, 1998). Tais visões, contudo, não são ainda aceitas na ciência social e natural convencional. A proposta deste termo é para enfatizar a o conceito integrado *humanos na natureza* (*human-in-nature*). Uma visão holística dos componentes e relações entre os componentes de um sistema, uma referência à interação entre os dois sistemas, ou a uma visão integrativa entre os sistemas sociais e naturais.

Logo, o **conceito de recursos de uso comum**, ou simplesmente recursos comuns (*commons*), incluem os recursos naturais, como os estoques pesqueiros, a vida selvagem, as florestas, água subterrânea, os quais não são propriedades individuais, mas são compartilhadas por uma comunidade ou grupo de usuários, como os pescadores. (ICLARM, 1998). Os recursos comuns possuem ainda duas características básicas (Feeny et al. 2001:19;

Berkes, 2005:56): a primeira é a *exclusividade* (ou controle de acesso). A natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por potenciais usuários pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Recursos migratórios como peixes, vida selvagem e águas subterrâneas impõem óbvios problemas para a regulação do acesso. De modo similar, pastagens e áreas florestais tipicamente impõem problemas de exclusão. A segunda característica relaciona-se a *subtração*: a capacidade que cada usuário possui para subtrair parte da prosperidade do outro. Mesmo que os usuários cooperem no incremento da produtividade de seus recursos, por exemplo, através do reflorestamento, a natureza dos recursos é tal que o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário. Subtração (ou rivalidade) é a fonte de divergências potenciais entre racionalidade individual e coletiva. Exemplificando, na medida em que um usuário pesca, a captura por unidade de esforço de pesca dos outros diminui.

Dessa maneira, define-se recursos de propriedade comum como *uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração* (Berkes et al., 1989:91). Em síntese, é muito difícil – às vezes praticamente impossível – controlar o acesso de usuários potenciais; depois, pelas características do próprio recurso, cada usuário diminui o potencial de uso de outro usuário (Berkes *et al.*, 1989).

Dentre as inovações, a “teoria dos *commons*”, emergida a partir da metáfora da “tragédia dos comuns” apresentada por Hardin (1968)²⁷, criticava o comportamento humano em relação à natureza e o processo de sobreexploração dos recursos naturais (Dietz, Ostrom e Stern, 2003). A metáfora de Hardin foi fortemente questionada (Feeny et al., 2001), dando início à construção de diversos conceitos-chave para o estudo dos sistemas socioecológicos (Berkes et al., 2003; Ostrom et al., 2002).

²⁷ A ‘tragédia dos comuns’ foi usada por Garret Hardin (1968) como uma parábola para explicar a superexploração de áreas de pastagem num hipotético sistema de recursos comuns na Inglaterra medieval. Cada pastor procurando ganhos individuais deseja aumentar o tamanho de seu rebanho. Os recursos comuns, porém, são limitados, e, cedo ou tarde, o número total de reses irá exceder a capacidade suporte do pasto. Entretanto, corresponde ao interesse racional de cada pastor continuar adicionando animais à área de pastagem, pois seu ganho pessoal ao adicionar mais um animal (+1) supera sua perda pessoal (uma fração de -1) resultando do dano causado aos recursos comuns. Porém, ao usarem a mesma lógica, eventualmente todos os pastores acabam perdendo. Portanto, a superexploração dos recursos comuns torna-se um resultado inevitável, e, segundo Hardin, uma tragédia no sentido das antigas tragédias gregas, nas quais os personagens sabem que o desastre está para acontecer, mas são incapazes de fazer alguma coisa para evitá-lo (Berkes, 2005:49).

Para Hardin, a solução para a “Tragédia dos comuns” estaria baseada no estabelecimento de dois arranjos institucionais: a *privatização* ou a *propriedade estatal*. Por outro lado, estudos demonstraram que em algumas comunidades era possível observar arranjos institucionais de gestão auto-governados com diferentes níveis de sucesso quanto sustentabilidade dos usos praticados (Ostrom, 1990; Berkes et al., 1989). O argumento de Hardin neste sentido negligencia o importante papel de *arranjos institucionais* que geram exclusão e regulação de uso (Feeny et al., 2001).

Essa discussão abriu outras possibilidades para a formação de quatro modelos ideais, definido como os regimes de apropriação (Feeny et al., 2001; Berkes et al. 1989, Berkes, 2005): a) *livre acesso*: no qual não existe nenhum tipo de regra ou direito de propriedade; o recurso não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer usuário; b) *propriedade privada*: os direitos de uso e acesso pertencem a um indivíduo ou um grupo (corporação) definido; c) *propriedade estatal*: os mecanismos de controle de acesso e uso aos recursos são estabelecidos pelo Estado; d) *propriedade comunitária*: uma comunidade identificada possui os direitos de excluir usuários e regular os usos.

Conforme mencionado, importante salientar o papel das *instituições* na mediação e como importante elo de conexão sociedade – natureza. Por este motivo, tem papel destacado na formulação de caminhos alternativos para a gestão de sistemas sócioecológicos.

As instituições pensadas para a zona costeira, segundo Brown, Tompkins e Adger (2002) podem ser definidas como *princípios da governança* dos recursos costeiros. Neste contexto, governança refere-se ao quadro (ou estrutura) do sistema social e econômico e as estruturas políticas e legal (jurídica) pelas quais a zona costeira é gerenciada. Instituições são os códigos de conduta socialmente construídos que definem práticas, atribuem papéis e norteiam as interações de indivíduos e grupos. São as regras em uso e podem ser divididas em *formais* e *informais*. As primeiras incluem a legislação nacional, estadual e municipal, bem como a regulação internacional. A segunda inclui as normas, comportamentos e condutas locais. São menos rígidas, mas não menos importantes que as primeiras.

De acordo com Elinor Ostrom (1990), instituição é o conjunto de regras atualmente usadas (as regras de trabalho ou as regras em uso) por um conjunto de indivíduos para organizar atividades repetitivas que produzem *outcomes* afetando aqueles indivíduos e potencialmente afetando outros. Instituições incluem direitos de propriedade, estruturas

legislativas, organizações governamentais, não- governamentais (ONGS) e ações coletivas informais.

No entendimento de uma abordagem para governança, Carlsson e Berkes (2005) argumentam que este seria o ponto de partida para processos de *co-gestão*. Dessa forma, os processos de co-gestão estão baseados numa perspectiva de integração entre os diversos arranjos institucionais estabelecidos no nível do usuário (comunidade) e no nível do gestor (agências governamentais), no tempo e no espaço, numa concepção de “conexões institucionais transescalares” (Berkes, 2005). No sentido em que propõe (Carlsson e Berkes, 2005:73), a *co-gestão adaptativa* reserva duas características principais: aprendizado dinâmico e as conexões, num processo de divisão de poder e responsabilidade e cria um contexto que incentiva a aprendizagem, liderança e construção de confiança. Por definição, é um processo colaborativo e inclusivo em que *stakeholders*²⁸ compartilham poder de gestão e responsabilidade.

Nesse processo, em essência de compartilhamento, não menos importante, e como questão central no que tange a gestão dos recursos naturais é a incorporação do *conhecimento ecológico tradicional* junto às medidas de gestão. O conhecimento ecológico tradicional é definido por Berkes (1999:08) como um *conjunto cumulativo de saberes, crenças e práticas gerado por populações tradicionais – indígenas, pescadores, quilombolas, agricultores, seringueiros – no bojo de processos adaptativos e transmitido de geração a geração, sobre as relações dos seres vivos (inclusive humanos) entre si e com seu meio ambiente*. Assumir o conhecimento ecológico tradicional recupera a idéia de relação homem-natureza, valorizando tais conhecimentos numa nova perspectiva sociopolítica.

Em outras palavras seria dizer que as comunidades têm reconhecido a necessidade da coexistência de mudanças graduais e rápidas e têm nesse sentido, acumulado um

²⁸ *Stakeholders* é uma pessoa, organização ou grupo com interesses nos assuntos ou recursos. Inclui pessoas com poder para controlar o uso e a gestão dos recursos e aquelas com nenhum poder ou influência de quem os meios de subsistência são afetados pela mudança do uso ou gestão os recursos. Eles variam no grau de influência e importância e podem ser categorizados de acordo com o grau de influência ou importância para o sucesso da gestão de zonas costeiras (Brown, Tompkins e Adeger, 2002). Em síntese, *stakeholders* são os atores sociais envolvidos: indivíduos ou grupos, incluindo instituições governamentais e não-governamentais, comunidades tradicionais, universidades, instituições de pesquisa, agências de desenvolvimento, bancos, e financiadores que manifestam algum tipo de interesse ou alguma reivindicação no processo de apropriação e gestão dos recursos naturais (Vieira, Berkes e Seixas, 2005).

conhecimento baseado em como responder aos *feedbacks* ambientais. Os mecanismos sociais criativos e de renovação dos ecossistemas acumulados e transferidos entre gerações torna possível a adaptação as mudanças e têm sido um meio de sobrevivência (Holling, Berkes e Folke, 1998:356). Mesmo que, tal realidade ainda não tenha sido incorporada por grande parte das agências governamentais ligadas aos processos de gestão.

1.2. Rupturas à gestão convencional e o sistema pesqueiro artesanal

Diante do cenário de crise, desenhado a partir da separação e distanciamento do homem da natureza, resultando em recorrentes conflitos, tanto de interesses como de percepção dos diversos atores envolvidos dos setores da sociedade, desde as esferas governamentais à sociedade civil, fica evidente a necessidade de uma gestão diferenciada. Essa gestão, na perspectiva dos *commons* pode ser clarificada por uma gestão a partir da perspectiva “das pessoas”.

Neste sentido, Berkes et al.(2001) em suas proposições e reflexões sobre a pesca de pequena escala, deixa claro que deveria ser assumido mundialmente e em âmbito local uma dimensão que vá além da avaliação dos estoques, incorporando a dimensão social implícita a esse tipo de pescaria. Isso está completamente de acordo com a abordagem dos sistemas socioecológicos aplicada à pesca e que segundo este autor não pode mais ignorar os movimentos ambientais, a biodiversidade, os selos verdes e os códigos de conduta internacionais. Da mesma forma, uma visão baseada nos ecossistemas precisa considerar a imprevisibilidade (em oposição à previsibilidade) equilíbrios múltiplos (em oposição a um único equilíbrio), a resiliência (em oposição à estabilidade), os efeitos limites (em oposição a mudanças graduais), os processos não-lineares (em oposição aos lineares) e as escalas múltiplas em que esses processos ocorrem (Berkes et al., 2001; Holling, Berkes e Folke, 1998).

As evidências apontadas na bibliografia mencionam que aproximadamente 70% dos estoques considerados mais importantes para economia pesqueira vêm sendo explorados nas últimas décadas, em estágio de sobrexploração, declínio ou em recuperação, e os dados mostram tendência para o aumento deste percentual (FAO, 2005). No Brasil isso é realidade.

A listagem proposta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) indica que uma série de espécies de invertebrados e peixes marinhos, muitas com importância comercial, encontram-se ameaçadas de extinção ou de sobreexploração, tais como, as lagostas, o camarão-rosa, camarão-sete-barbas, tainha, corvina, sardinha, mangona, anchova, entre outros, incluídas nos Anexos I e II da Instrução Normativa MMA N° 05/2004.

Mesmo diante deste cenário, poucas iniciativas promissoras têm sido visualizadas para atender aos objetivos da gestão pesqueira que devem ser, em primeiro lugar, prevenir a extinção biológica e comercial, e em segundo, otimizar os benefícios derivados da pescaria ao longo de um período indefinido (Berkes et al., 2001). As mudanças na gestão foram acompanhadas e instigadas por mudanças na compreensão dos sistemas de pescarias, especialmente no que se refere a admitir o desconhecimento e por tentativas dos cientistas e gestores de modelar a natureza. Incorporar o 'aprender-fazendo' (co-gestão adaptativa) como possibilidades de expandir as fontes de informações para a gestão da pesca, incluindo o uso do conhecimento local e tradicional dos pescadores pode ser uma alternativa promissora (Berkes et al., 2001).

No entanto, a ausência de informações precisas na pesca artesanal de pequena escala é, sem dúvidas, um aspecto relevante e que direciona as pesquisas e iniciativas de gestão a uma perspectiva diferenciada. Essa abordagem aproxima à gestão da realidade das pescarias e pescadores, no entanto exige o conhecimento de conceitos e campos que não são tratados na formação convencional dos gestores de recursos.

A pesca e os pescadores artesanais

Um primeiro aspecto relaciona-se ao entendimento sobre o que significa a pesca artesanal (profissional), ou como propõe Berkes et al. (2001), a pesca de pequena escala. Segundo IBAMA/CEPSUL (1994, 1998), a pesca artesanal é uma modalidade de pesca caracterizada pela utilização de embarcações menores de 8 metros de comprimento total, motorizados ou não, destituída de área coberta de armazenamento do pescado e de sistema de

conservação, com baixa autonomia de mar e com baixo poder de pesca quando comparado à pesca industrial.

Todavia, uma perspectiva mais complexa, deveria levar em conta as relações sociais de produção e os fatores produtivos. Na definição usada pela agência governamental do país têm-se apenas características da embarcação, desconsiderando as demais dimensões, especialmente a humana, indicando uma visão limitada do contexto que envolve a pesca artesanal. Dessa forma, tendo como ponto de partida as diferentes dimensões que envolvem a pescaria artesanal/pescaria de pequena escala, torna-se necessário contextualizá-las.

As características e dimensões da pesca de pequena escala, segundo Berkes et al.:(2001) tem como foco a pesca artesanal, que transita entre a pesca de pequena escala e a pesca de subsistência, e da mesma forma, tem a pesca industrial, que transita entre a pesca de pequena e grande escala. Tais características ajudam entender o perfil que compreende o grupo social dos pescadores artesanais e são apresentadas na Tabela I:

Tabela I: Características e dimensões das pescarias Berkes et al. (2001:07).

CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS COM AS PESCARIAS	CATEGORIAS		
	GRANDE ESCALA	PEQUENA ESCALA	SUBSISTÊNCIA
	INDUSTRIAL		ARTESANAL
Unidade pesqueira	estável, com divisão de mão de obra e perspectiva de carreira	estável, pequena e especializada, com uma certa divisão de mão de obra	operadores individuais ou família ou grupo comunitário
Propriedade	concentrada em poucas mãos, muitas vezes não operadores	normalmente pertence a um operador sênior ou operadores em conjunto, proprietário ausente	operado por proprietário
Compromisso de tempo	normalmente integral	integral ou parcial	normalmente parcial
Barco	motorizado, bastante equipado	integral ou parcial	normalmente parcial
Tipos de arte de pesca	industrializada, montada por outros	materiais parcial ou totalmente industrializados, normalmente montados pelo operador	normalmente materiais artesanais, montados pelo operador
Sofisticação de arte	eletrônica, automação	mecanizada e manual	principalmente não mecanizada

Investimento	alto, grande proporção de pessoal além do operador	médio a baixo; inteiramente do operador	baixo
Rendimento (por unidade de pesca)	alto	médio a baixo	baixo a muito baixo
Disposição do pescado	venda em mercados organizados	venda local organizada; consumo significativo por operadores	consumido principalmente por operadores, sua família e amigos; escambo; venda ocasional
Processamento do pescado	grande parte para ração e consumo não-humano	secagem, defumação, salga, principalmente consumo humano	pouco ou nenhum; tudo para consumo humano
Nível de renda do operador	normalmente alto	médio a níveis mais baixos	mínimo
Integração à economia	formal, totalmente integrada	parcialmente integrada	formal; não integrada
Status ocupacional	emprego ou sazonal	normalmente multi-ocupacional	multi-ocupacional
Comercialização	produtos encontrados em todo o mundo	normalmente nacional e local	apenas local ou regional
Capacidade de gestão da autoridade pesqueira	considerável, com muitos cientistas e gestores	mínima a moderada, com poucos cientistas/gestores	normalmente sem gestão, exceto por usuários de recursos
Unidades de Gestão	uma ou poucas unidades grandes	normalmente muitas unidades pequenas	muitíssimas unidades pequenas
Coleta de dados de pescarias	não muito difícil, devido a capacidade de autoridade	difícil devido a características das pescarias e da autoridade	normalmente, dados não podem ser coletados devido a dificuldades

Diegues (1983) propôs características de grupos e subgrupos, tendo em vista os fatores produtivos em relações sociais de produção, construídos a partir do setor pesqueiro do litoral sudeste brasileiro e que de maneira geral podem ser ‘reproduzidos’ para o estado de Santa Catarina. O autor pontua dois tipos de produção, a dos *pescadores-lavradores* e dos *pescadores artesanais*, como sub formas do que ele caracteriza como *pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil*. Algumas dessas características são apresentadas na Tabela II.

Tabela II: Formas de organização da produção na pesca (Diegues, 1983:150-151).

FATORES VARIÁVEIS	PESCA DE AUTO-SUBSISTÊNCIA	PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL SIMPLES	
		PRODUÇÃO FAMILIAR PESCADORES-LAVRADORES	PRODUÇÃO PESCADORES ARTESANAIS
Espaço de captura	rios, enseadas	rios, áreas estuarinas	áreas costeiras
Capacidade de predação/escala de produção	mínima	reduzida	média, dependendo do meio ambiente físico e da competição entre pescadores
Organização social e conflitos	inexistente	compadrio	compadrio/colônia de pescadores
Papel do estado	difusão	presente de forma descontínua a partir das cidades	presente a partir da organização dos serviços de terra, sistema de preços
Estrutura social	igualitária	homogeneidade/propriedad e dos instrumentos de produção; não distinções de classe.	surgimento de um estrato de pescadores artesanais
Pesca a e outras atividades	pesca associada a outras atividades de subsistência	pesca como atividade complementar a outras	a pesca é atividade principal, mas não a única
Divisão de trabalho	nenhuma	sexual e etária	tarefas de pesca especializadas
Intermediário na comercialização	inexistente	pequeno comerciante agrícola	comerciante especializado na pesca
percepção do espaço marítimo	mar fazendo parte da terra	mar fazendo parte da terra	mar percebido como entidade própria, mas não oposto a terra
Fonte dos conhecimentos na pesca	tradição	tradição	tradição
Propriedades dos instrumentos de produção	comunitária	familiar	propriedade individual/familiar. O proprietário participa da pesca
Remuneração da força de trabalho	divisão tribal/comunitária da produção segundo as necessidades alimentares	remuneração pelo sistema de partes; parceria, retribuição <i>in natura</i>	remuneração pelo sistema de partes sobre o valor da captura; remuneração em dinheiro
Relações sociais de produção	propriedade grupal dos meios de produção	propriedade familiar dos instrumentos de produção	propriedade individual dos instrumentos de produção
Critério de alocação dos recursos e fatores de produção	satisfação das necessidades comunitárias/tradição	marginalmente o mercado de fatores de produção	parcialmente o mercado de fatores de produção
Unidade de trabalho	tribo/clã/comunidade	grupo doméstico sem especialização entre pescadores	grupo de pescadores independentes, com ou sem laços familiares

Da mesma forma que se faz necessário entender as relações associadas ao pescador, assumir a perspectiva ecossistêmica na gestão da pesca é considerar o aspecto *comunitário* e suas relações com os diversos atores que compõe o cenário da zona costeira.

A comunidade e os atores locais

De acordo com Singh et al.(2000) não existe uma definição de ‘*comunidade*’. Segundo este autor, no senso comum, uma comunidade pode ser descrita como um grupo de pessoas que vive numa proximidade geográfica, com habitação definida, como uma vila ou colônia. Contudo, além dos critérios geográficos, existem outros que equivalem e prevalecem. Por exemplo, o critério sociológico que define a comunidade como, um grupo de pessoas que compartilham as mesmas características, tais como o sistema de castas, costumes, tribo, religião ou ainda profissão (Singh, et al., 2000:03). Sinteticamente Berkes et al.(2001) define comunidade como um grupo social que possui crenças e valores compartilhados, participação estável e expectativa de uma interação continuada. Pode ser ligada geograficamente, por limites políticos ou de recursos, ou socialmente, como uma comunidade de indivíduos com interesses comuns.

Como propõe Albagli (2004:28), comunidade humana, refere-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, algumas vezes com origens comuns e, frequentemente, um território comum. A noção de comunidade remete a laços mais fortes do que os da sociedade ou de coletividade. A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços simplesmente jurídicos não são suficientes para definir o pertencimento a uma comunidade, pois esta supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento.

Já segundo Pomeroy e Rivera-Guieb (2005), o termo ‘comunidade’ tende a resumir a diversidade de interesses entre diferentes grupos de pessoas. Nesse sentido, os autores ainda salientam como importante, que o não reconhecimento da mulher como um usuário direto porque elas não pescam, no senso tradicional, e isso resulta no seu limitado acesso, participação e benefícios em projetos de gestão de recursos costeiros (Pomeroy e Rivera-Guieb, 2005:19). A invisibilidade da mulher, especialmente na pesca, se dá pelo fato de serem vistas com um senso limitado, especialmente na captura ou produção. Elas raramente pescam,

mas desempenham um papel importante nas antes e depois da produção das atividades pesqueiras.

Para uma noção mais ampla dos diversos atores que compõem um dado cenário, propositivamente tem-se o termo *stakeholders*. Este agrega pessoas que foram sendo ignoradas por seus diferentes interesses e necessidades e nesse sentido não incluindo apenas os que diretamente usam os recursos, sendo esta uma concepção limitada.

A capacidade de uma comunidade em gerir seus próprios problemas é fundamental. Debates sobre os méritos da comunidade envolvidas na conservação vem de um ou ambas razões: a) senso de não satisfação com o status de conservação de áreas geridas por governantes, e/ou b) senso de não satisfação com a maneira em os recursos tem sido usados e alocados, especialmente resguardando o acesso das pessoas, incluindo a comunidade local (Jentoft, 1999 *apud* Berkes et al., 2001). Isto porque as comunidades não são simples agregações de indivíduos maximizadores de utilidades, e sim ‘sistemas conectados, enraizados em relações de parentesco, na cultura e na história (Jentoft, 2000b).

Assim, considerar o nível da comunidade local e os diferentes *stakeholders* em suas diferentes dimensões é fundamental, especialmente em se tratando da gestão integrada da zona costeira. Essa gestão da zona costeira envolve múltiplos *stakeholders* e usuários de recursos (Jentoft, 2000a). Em outras palavras seria considerar os diferentes atores e suas relações que podem, ou não, resultar em conflitos, cooperação e novos sistemas de governança. Ampliam-se assim os instrumentos para entender a realidade, avançando nos estudos de caso, geralmente de corte reducionista e tecnocrático. Essas dinâmicas caracterizam o *jogo de atores*²⁹ (governos, empresas e associações civis) envolvidos nos diversos modos de apropriação e gestão de recursos naturais de uso comum. O entendimento do jogo dos atores permite a criação de um meio favorável para o desenvolvimento, sobretudo nos aspectos relacionados a seus posicionamentos diante do cenário atual e das perspectivas de evolução futura.

²⁹ Contribuições sobre o ‘jogo de atores’, em Crozier e Friedberg (1990).

1.3. Modelos alternativos de desenvolvimento face à crise socioambiental planetária

O ecodesenvolvimento não é o único caminho para uma nova forma de desenvolvimento, mas uma entre várias vias de acesso a uma nova práxis fundamentada na ética ecológica (Dansereau, 1999), na solidariedade sincrônica com a geração atual e diacrônica com as gerações futuras e uma responsabilidade com o futuro da vida na Terra (Sachs, 2002). O ecodesenvolvimento, desde sua concepção inicial, tem absorvido diversas inovações no contexto analítico, alimentando-se especialmente de uma Ecologia Humana³⁰ renovada (Vieira, 2005) interessado em fazer frente à atual crise socioambiental planetária.

O ecodesenvolvimento pode ser entendido como uma política ambiental preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento – integradas, endógenas, participativas e sensíveis à ética da reverência pela vida (Vieira, 2005: 333). Dessa forma, o paradigma sistêmico vem constituir assim o substrato teórico e metodológico de um enfoque preventivo e proativo de planejamento e gestão dos ecossistemas de suporte da vida na esfera (Vieira, 2005).

Desde as primeiras discussões preparatórias da Conferência de Estocolmo, em 1972, a questão ambiental tem sido associada a um conjunto de problemas interdependentes que têm mobilizado gradualmente a atenção da opinião pública em escala planetária (ONU, 1972). A pesquisa voltada ao entendimento e ao enfrentamento dessa questão vem exigindo uma abordagem integrativa das várias disciplinas que compõem o campo disperso e controvertido da ecologia humana. O discurso controvertido que acompanham a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável após a Cúpula da Terra baseia-se numa visão menos resistente, ainda com viés economicista e não viabilizando a construção de soluções pró-ativas para a crise global.

Esses modelos de desenvolvimento, centrados no reducionismo, na visão mecanicista de mundo, no antropocentrismo, em posturas individualistas, consumistas e que supõem uma crença de que sempre serão encontradas soluções técnicas para os graves problemas que se

³⁰ Ecologia Humana – estudo das interações homem – meio ambiente (Begossi 1993). Proposta de retomar a busca de explicações sobre as causas dos processos de evolução e/ou desagregação de sistemas sociais a partir de determinadas condições ecológicas, bem como sobre causas de mudanças específicas nos sistemas sócio-ecológicos a partir de determinadas condições vigentes na organização e dinâmica dos sistemas sociais (Vieira 2005: 336).

apresentam para a humanidade - o mito da tecnologia (Guimarães, 2007), precisam rapidamente ser desmistificados. O intuito é estruturar um discurso e uma *práxis* que possa ser crítica o suficiente para propor mudanças no sistema de valores como fator de mudança social e histórica.

O novo modelo questiona os fundamentos ideológicos da sociedade industrial, enxergando na crise ecológica um ponto de viragem radical na história da humanidade. Isto na medida em que os condicionantes configuram um conjunto de variáveis interconectadas, que exigem a redefinição das abordagens tradicionais de planejamento e um novo critério de racionalidade social.

A concepção desenvolvimentista, calcada nos paradigmas cientificistas, desse modelo de sociedade moderna – capitalista, urbana, financeira, industrial, globalizada – cada vez mais complexo, contrariando sua própria análise simplista de realidade, porém extremamente funcional a seus propósitos, vem impregnada de uma inculcação ideológica que serve e está a serviço de um movimento de conservação da ordem, embutido em uma racionalidade pouco afeita a mudanças que saiam de seu controle (Guimarães, 2007:90).

Diante disso, a década de 1970 foi marcante e se configura como um marco das discussões voltadas para a crítica dessa visão de mundo. Ignacy Sachs desponta como um dos vários construtores de um novo enfoque de desenvolvimento face à crise planetária do meio ambiente. Ele desmistificou como poucos a relação conflitiva que associa o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente. Desde então, vem reunindo evidências para confirmar que a harmonização das relações que os seres humanos mantêm com a natureza e a luta obstinada pela pacificação das relações entre os seres humanos constituem duas faces da mesma moeda (Vieira, 2005). O ecodesenvolvimento, na sua opinião, fundamenta-se na lógica das necessidades sociais e não na produção, na capacidade das coletividades humanas para se apoiarem em suas próprias forças e para aproveitarem os recursos específicos e muito diversos do meio onde vivem, com o propósito de harmonizar os objetivos sócio-econômicos com uma gestão prudente do ambiente (Sachs, 1986:29).

Na busca da caracterização de fundamentos axiológicos, norteados por um conjunto interdependente de postulados éticos, o ecodesenvolvimento tem como pressupostos normativos: o *atendimento de necessidades humanas fundamentais* (materiais e inatingíveis),

promoção da *auto-confiança* (*self-reliance*) das populações envolvidas e cultivo da *prudência ecológica* e o *reenquadramento da economia* (Sachs, 1986, Vieira, 2005; Vieira, 2007). Tais fundamentos encontram-se sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1: Principais pressupostos normativos do ecodesenvolvimento.

Pressupostos	Qualificações
Atendimento de necessidades humanas fundamentais	Romper com os elevados índices de crescimento econômico que podem coexistir com o <i>mau desenvolvimento</i> , refletido na desigualdade social e deterioração progressiva do meio ambiente biofísico. Redirecionar os processos de crescimento econômico visando o alcance de metas sociais prioritárias, onde as necessidades materiais somam-se as imateriais, como autodeterminação, participação política, desenvolvimento cultural, auto-realização existencial e capacidade de sorrir.
Promoção da auto-confiança (<i>self-reliance</i>)	Contestar a tirania dos modelos universalistas de desenvolvimento. Optar por uma estratégia de regeneração do tecido cultural que se contrapõe as relações de dominância e dependência. Fortalecer a vontade política de explorar com mais acuidade toda a diversidade de alternativas civilizatórias. Busca de um maior grau de interferência no processo de dinamização socioeconômica, mediante iniciativas da sociedade civil organizada.
Cultivo da prudência ecológica	Contrato natural em nome da solidariedade entre gerações. Abandono do padrão arrogante de relacionamento com a natureza instaurado pelo reducionismo econômico. Incorporar princípios da precaução. Levar em conta os limites da regeneração dos ecossistemas em escala global face à intensificação aos impactos destrutivos das ações humanas.
Reenquadramento da economia	Pensado à luz dos princípios da eficiência econômica medido pelo padrão macrossocial e não apenas pela lucratividade empresarial. Reavaliar os limites dos indicadores quantitativos da economia, com a inclusão de critérios mais complexos e capazes de permitir a internalização dos custos sociais e ecológicos agregados das estratégias de desenvolvimento.

Fonte: Sachs (1986 e 2007); Vieira (2005 e 2007).

Em essência, o conceito de ecodesenvolvimento designa um enfoque participativo de planejamento e gestão, voltado para concepção de trajetórias de desenvolvimento que se situam numa via intermediária entre o ecologismo dogmático e o economicismo arrogante, conduzindo-nos a um processo de mudança social orientado pelos princípios de justiça social, prudência ecológica e gestão participativa do patrimônio natural e cultural. Deve ser usado para designar situações que permitam intervenções simultâneas nos campos econômico, social e ecológico (Sachs, 1995).

Confirmando uma abordagem sistêmica de planejamento e gestão, o enfoque do ecodesenvolvimento é considerado como eixo norteador da análise dos modos de apropriação e de sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum. Ele requer uma autêntica descentralização das tomadas de decisão, no bojo da conquista de autonomia crescente das populações locais (Diegues, 2001). Exige também esforços visando uma utilização mais racional dos recursos, no sentido da busca de satisfação das necessidades básicas das populações e o estabelecimento de sistemas de produção que se adaptem melhor às especificidades das culturas locais (Sachs, 1986).

Assume as idéias de incerteza e imprevisibilidade, participação e descentralização, flexibilidade e aprendizagem social, rompendo assim com a visão reducionista e ecologicamente predativa que alimenta a globalização excludente. Os desafios envolvidos na gestão dos recursos naturais, do suprimento energético, de meio ambiente, e do crescimento demográfico só poderão ser corretamente percebidos quando examinados em suas relações mútuas, o que implica entender o desenvolvimento; e da mesma forma, implica um quadro conceitual unificado de planejamento, no qual são superados os particularismos setoriais e estimulada a “participação” popular:

Essa autoridade não poderia operar de maneira eficaz sem a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento. Tal participação é indispensável pra a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas dos ecossistemas e para a organização do esforço coletivo com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades (Sachs, 2007: 63).

Enfim, este campo complexo da sustentabilidade em construção e na confusa evolução do debate que conduz progressivamente ao ideário de um “outro desenvolvimento”, evidencia-se o papel determinante representado pela difusão do novo paradigma científico. A pesquisa sistêmica vem sendo assumida, desde o início do século passado como um novo e poderoso instrumento de elucidação e gestão da complexidade dos fenômenos vivos (Vieira, 2006). Este “novo” paradigma, equidistante tanto da visão *economicista* quanto da visão *estatista* que têm comandado a dinâmica evolutiva das sociedades contemporâneas (liberais e socialistas), permite-nos integrar as várias dimensões geralmente associadas aos focos

geradores da degradação socioambiental, que constituíram o modelo da sociedade contemporânea, geradora de vários desses problemas.

1.4. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável

O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento e deve ser internalizado em todos os níveis de decisão. Em síntese, de acordo com as indicações postas no item anterior, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas à longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, desempenhando papel importante na adaptação ao meio, sem negar a importância dos intercâmbios. O ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominantemente das soluções pretensamente universalistas e das formulas generalizadas (Sachs, 1986).

O conceito de desenvolvimento, fundamentado na eficácia, deveria ser substituído, por fundamentos da justiça social e da criação de um homem novo que reponha ou no mínimo reflita sobre os objetivos da sociedade, como um grito ávido por mudanças, numa reflexão de progresso pra quem?

Sem dúvidas, o período que acabamos de viver testemunhou um desenvolvimento, sem precedentes, do poder tecnológico, do volume de bens, dos serviços produzidos e das trocas comerciais. O estilo de consumo e o modo de viver transformaram-se profundamente para a maioria dos habitantes dos países industrializados e para uma minoria dos países do terceiro mundo (Sachs, 2007). Passado mais de 15 anos da Rio-92 pouco se tem visto em termos de mudanças estruturais. O poder destruidor das tecnologias, cujo uso permanece subordinado à busca de projetos financeiros e econômicos de curto prazo, manifestou-se, e por outro lado, a degradação do meio ambiente, cuja gestão prudente tornou-se um imperativo mundial, como ficou evidenciado na Rio-92 – Cúpula da Terra (Sachs, 2007).

Segundo este autor, estamos aqui no cerne da noção de *mau desenvolvimento*, o qual não é incompatível com um crescimento da economia, até mesmo forte. Ele ressalta que *crescimento e desenvolvimento* não são sinônimos. Enquanto persistirem enormes

disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, como uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. É um erro dizer que os exorbitantes custos sociais e ecológicos de certas formas de crescimento econômico constituem os danos inelutáveis do progresso (Sachs, 2007)

Na busca de qualificar o desenvolvimento e desta forma incorporar o econômico, o social, o político, o cultural, ecológico e humano, Sachs (2007) propõe o termo *desenvolvimento integral*, que denota as múltiplas facetas do desenvolvimento, ainda que este apareça, no melhor dos casos, como um ideal distante.

Desse modo o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificantes, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente o seu bem estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos (Sachs, 2007:293).

Segundo o autor, seria tratar simultaneamente paz, economia, meio ambiente, justiça e democracia, tomando as condições sociais como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento. Um desenvolvimento reavaliado, que supere o economicismo, balanceando em situações duplamente ganhadoras, o econômico e o ecológico, o econômico e o social.

Como descreve Andion (2007) o paradigma desenvolvimentista, marcado fortemente por mentores economicistas foi base de um modelo de desenvolvimento em que é sinônimo de crescimento econômico e industrialização. Além disso, potencializa o declínio dos setores tradicionais, especialmente agricultura; dinamizado por uma economia capitalista típica dos países do Norte, marcada pela transição da sociedade do estado tradicional (caracterizado pela estagnação e subsistência); e no qual o papel do Estado é essencial e não apenas com equilíbrio de forças do mercado. Tais preceitos são postos em prática, enquanto política, por meio do modelo fordista³¹.

³¹ Modelo de produção proposto por Henri Ford nos anos 1920 que apresentava a idéia de assalariados como sendo principais consumidores da produção de massa, na produção de massa, na organização do trabalho e na regulação implementada pelo Estado.

A crise resultante desse paradigma (questionados a partir dos anos 1960-1970 pelos pressupostos da teoria marxista, ou complementados pelo paradigma neoliberal) favoreceu o surgimento de um novo conjunto de teorias, que alicerçam a *abordagem territorial do desenvolvimento*.

Contudo, tendo como base essas linhas gerais, o *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS) pode ser visto como uma síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento. Uma síntese, conforme Carrière e Cazella (2006) das principais dimensões, primeiramente do conceito de *desenvolvimento territorial* (DT), destacando o processo de criação coletiva e institucional associada a este novo estilo de desenvolvimento.

As discussões que permeiam o conceito de desenvolvimento territorial pontuam a necessidade de incorporar as dimensões históricas, junto das espaciais, nas análises do fenômeno do desenvolvimento territorial. A proposição de complexificar o espaço-lugar de desenvolvimento, substituindo-o pela idéia de espaço-território, possibilita identificar novas potencialidades de desenvolvimento (Vieira, Cazella e Cerdan, 2006; Carrière e Cazella, 2006), mas da mesma forma exige entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico. Neste sentido, a participação dos atores locais é condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (Cazella, 2006).

O conceito de desenvolvimento territorial tem sentidos bastante distintos em relação aos países desenvolvidos, especialmente na França que é a base empírica para estes estudos. As formulações teóricas pioneiras têm como referencial empírico países ou regiões com expressivos indicadores econômicos, onde a questão central do desenvolvimento territorial não se reduz à luta contra a pobreza no campo. Os desafios urbanos mais significativos com a redução das disparidades de desenvolvimento social e econômico entre as regiões e as demais são o tema central (Carrière e Cazella, 2006). Em contextos socioeconômicos como o Brasil, não se pode ignorar as carências no suprimento das necessidades básicas, como segurança alimentar, alojamento, abastecimento de água, saúde e educação das populações mais pobres.

Segundo Veiga (2004), o uso cada vez mais freqüente da noção de DT tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da

Europa). Sinteticamente o autor menciona a evolução do conceito, marcado por algumas fases, especialmente numa fase transitória marcada pelo desenvolvimento local:

(...) essa retórica do “DT” também deve muito à evolução paralela dos debates da “economia industrial”, da “economia rural” e da “economia regional e urbana”. Nos últimos quinze anos houve nessas três disciplinas uma forte valorização da escala “local”, logo seguida (ou acompanhada) da necessidade óbvia e imperiosa de não isolá-la das escalas superiores que vão até a “global”. A retórica do “DT” é certamente melhor que a do “desenvolvimento local”, mas ambas estão longe de engendrar uma ‘teoria e prática’ que venha, de fato, superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário) e também permitir um tratamento integrado da divisão espacial (urbano-rural). (Veiga, 2004:29)

Na proposição de avançar na síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento, considerando o DTS como um conceito em construção, Andion (2007) menciona que três campos estão envolvidos na configuração da noção do DTS, sendo eles: a) o debate que reintegra variáveis ambientais no processo de desenvolvimento a partir da noção de sustentabilidade³² (conforme síntese no Quadro 2) que considera as dimensões econômicas, sociais, ecológicas, etc.; b) noção de território (inscrição espacial, social, política e cultural do desenvolvimento); e por fim, c) a institucionalização da ação coletiva e pelo retorno do ator.

Quadro 2: Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002 e 2007).

Critérios	Especificações
SOCIAL	- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
CULTURAL	- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis de modelos alienígenas); - autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
ECOLÓGICO	- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitar o uso dos recursos não-renováveis;
AMBIENTAL	- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

³² A questão da sustentabilidade já embasada a partir do debate construído no item anterior com base no binômio meio ambiente e desenvolvimento.

TERRITORIAL	<ul style="list-style-type: none"> - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); - melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; - estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua de instrumentos de produção com razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional;
POLÍTICA (nacional)	<ul style="list-style-type: none"> - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - um nível razoável de coesão social;
POLÍTICA (internacional)	<ul style="list-style-type: none"> - um sistema efetivo das Nações Unidas para prevenir guerras, proteger a paz e promover a cooperação internacional; - um programa de co-desenvolvimento norte-sul, baseado no princípio da equidade (regras do jogo e compartilhamento de favorecimento dos parceiros mais fracos); - controle institucional efetivo das finanças e do comércio internacionais; - controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da biodiversidade biológica (e cultural) e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; - sistema internacional de cooperação científica e tecnológica internacional, <i>desmercantilização</i> parcial da ciência e tecnologia, como elementos que pertencem também ao patrimônio comum da humanidade.

O Território, a Territorialidade e suas Dinâmicas

Tendo discutido sinteticamente os principais pontos que envolvem o ‘desenvolvimento’ e da mesma forma o que aqui é assumido como ‘sustentável’, pontuo também as principais noções relativas ao ‘território’, na busca de um entendimento geral sobre o que consiste o conceito em construção de ‘desenvolvimento territorial sustentável’.

Segundo Albagli (2004), o território vem do latim, *territorium*, que por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. As noções de espaço e território são distintas: o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou

mais atores sobre determinado espaço³³. A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como: físicas, econômica, simbólica e sociopolítica. E dessa forma, cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.

A autora ainda menciona que o conceito de *territorialidade* refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas (localidade, região ou país) e expressando um sentimento de *pertencimento*³⁴ e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Segundo Abramovay (2006), a noção de território tem quatro virtudes básicas. A primeira refere-se ao abandono do horizonte estritamente setorial, além de ampliar a natureza teórica dos territórios que enfatizam a importância da cooperação e dos conhecimentos e experiências compartilhadas entre os atores na formação do ambiente que permitirá o desenvolvimento. A segunda é que ela impede a confusão entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, incorporando a análise das instituições. A terceira indica que o estudo empírico dos atores e suas organizações são cruciais para compreender situações localizadas, considerando os vários setores econômicos, origens políticas e culturais, estimulando o estudo dos mecanismos de governança pública. E por último, o território enfatiza a maneira como a sociedade utiliza os recursos que dispõem na sua organização produtiva, e, portanto, na relação entre *sistemas sociais e ecológicos*, já explicitados nesta revisão. Segundo o autor:

³³ O território assume significados distintos em cada formação socioespacial. No mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica (Albagli, 2004)

³⁴ *Pertencimento* será aqui entendido segundo definição de Sorrentino (2001) de “*sentir-se pertencente, oposto de alienação, emergindo ainda o da identidade, como capacidade de visualizar, identificar e compreender seu espaço e tempo. Essa compreensão possibilita uma potência no sentido de transformação, uma possibilidade maior de interferir positivamente no seu espaço*”.

(...) os territórios são o resultado da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais no que se apóia sua reprodução, o qual abre um interessante campo de cooperação entre as ciências sociais e naturais para o conhecimento desta relação (Abramovay, 2006:53).

Neste propósito, importante mencionar que algumas noções são importantes à análise do território, tais como *escala* e *redes* (Quadro 3).

Quadro 3: Noções de *escala* e *rede* importantes para a abordagem e análise do território e territorialidade.

ESCALA	A noção de escala é relacional, remetendo aos seguintes principais aspectos: a) tamanho/dimensão, envolvendo ordens de grandeza; b) diferenciações/especificidade; c) grau de autonomia; d) nível de análise e de complexidade. Do local ao mundial, as diferentes escalas territoriais correspondem a práticas políticas, econômicas e sociais específicas, que se organizam em torno e através dos poderes territoriais. O aprofundamento do processo de globalização e as transformações que lhe são subjacentes, no campo da economia, da ciência e tecnologia, da cultura, da política e dos padrões societários de modo geral, tem sido importantes repercussões sobre o significado e as relações entre várias escalas e as distintas territorialidades correspondentes.
REDES	As redes podem ser abstratas (redes sociais, sistemas de relações que vinculam indivíduos ou grupos sociais entre si); concretas (de transporte e comunicação); visíveis (rodovias e ferrovias); invisíveis (redes de telecomunicação), ou ainda formais/explicitas, ou informais/tácitas. Enquanto os territórios caracterizam-se pela contigüidade e a horizontalidade, constituindo o chamado “espaço banal”, formado pelo conjunto dos atores sociais, as redes representam as verticalidades do território, sendo formadas por conjuntos de pontos que conformam o espaço dos fluxos (“parte do espaço e o espaço de alguns”). As redes tem sido instrumentos precípuos do processo de globalização, freqüentemente à custa da “desconstrução” de territorialidades.

Fonte: Albagli (2004).

A diferença entre **espaço-lugar** para **espaço-território**, em função do dinamismo dos indivíduos que nele vivem, traz uma noção de território que designa o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais, complexificando o espaço-lugar funcional. Em outras palavras seria dizer que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns (Carrière e Cazela, 2006:33).

Ainda, um ‘território dado’, cuja definição é político-administrativa, pode abrigar vários ‘territórios construídos’. O território pode ser visto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, e sua construção pressupõe a existência de uma relação de

proximidade dos atores (Pecqueur, 1996 *apud* Carrière e Cazela, 2006). O território pode então ser definido como uma construção social de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados, onde tais recursos estão ligados a um espaço físico bem delimitado (Pecqueur, 2006).

Já que na perspectiva territorial, o espaço é definido de uma forma dinâmica, as dinâmicas particulares de cada território, e a recomposição territorial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. As estratégias de desenvolvimento não são universais e segundo Andion (2007:69) elas convidam cada localidade ou região que enfrenta uma situação de declínio a inventar seu próprio modelo de reconversão. Desta forma, a autora menciona que a formação de um território não é um processo natural e exige uma organização/cooperação dos atores locais, visando mobilizar e colocar em valor os recursos territoriais, por meio de estratégias específicas, tanto no nível organizacional, quanto institucional.

Segundo Carrière e Cazela (2006:43) as dinâmicas territoriais possuem características especiais: a) são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) seus limites não são nítidos; e c) buscam valorizar o potencial de *recursos* latentes, virtuais ou “escondidos”.

Esses “recursos” são aqui entendidos como fatores a serem explorados, organizados ou revelados. Quando um processo de identificação e valorização dos recursos latentes se concretiza, esses recursos se tornam ‘*ativos territoriais*’. Os ‘recursos’ e ‘ativos’ podem ser: *genéricos* - transferíveis e independentes da aptidão do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos, ou *específicos* – são difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais (Carrière e Cazela, 2006:34).

Os recursos territoriais referem-se a uma potencialidade, indo além dos recursos diretamente presentes e disponíveis para serem usados numa atividade produtiva. A diferença entre recurso e ativo é que o primeiro é uma reserva, um potencial latente (ou virtual) que pode se transformar em ativo se as condições de produto ou de criação tecnológica lhe permitirem. O segundo é um fator em atividade, valorizado pelo mercado e o que interessa é o esforço do território para manter sua identidade, valorizar a especificidade de seus recursos, transformando-os em ativos específicos (Pecqueur e Colletis *apud* Andion, 2007:71).

Embora o desenvolvimento territorial focalize prioritariamente as dimensões econômicas e sociais, deixando de fora o debate sobre a sustentabilidade, a agregação do

termo ‘sustentável’, incorpora variáveis que complementam o conceito inicial, nascido a partir dos distritos industriais³⁵. Dessa forma, segundo Veiga (2003) *apud* Vieira e Cazella (2004) para se entender adequadamente o desenvolvimento territorial, torna-se necessário separar a análise em três temas que estão inter-relacionados, para assim contemplar as diferentes formas de expressão de empreendedorismo local (econômico, social e público) – Quadro 26.

Com este contexto, vale ainda ressaltar as contribuições do aprofundamento das noções sistêmicas de endogeneidade, descentralização, autonomia e sistemas produtivos integrados. Tais inovações estão incluídas, entre outras, na emergência de novas formas de reciprocidade econômica, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo. Em relação aos sistemas produtivos, pressupõe sua integração em *redes* de pequenas e médias empresas que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividades. Além disso, a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da governança local e territorial, da equidade e da busca de sinergia entre comunidades locais e os diferentes âmbitos de regulação estatal, e da gestão patrimonial dos recursos naturais/culturais (Vieira, 2006:261).

Quadro 4: Elementos para análise do desenvolvimento territorial.

Recomposição dos territórios	Diferentes formas de articulação intermunicipais e microrregionais, como associações e consórcios de municípios. O poder de atração de um território, assim como sua permanência, são tão mais fortes quanto mais eles dispuserem de recursos e ativos específicos.
Sistemas Produtivos Localizados	Conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. O SPL beneficia-se de uma forte identidade e de características que permitem à coletividade local de se defender e reproduzir. O enfoque de SPL permite desvelar os padrões de organização que articulam as empresas sediadas num dado território, além de explicitar a natureza das externalidades que a proximidade entre as mesmas acaba gerando. Os SPL não se desenvolvem de maneira linear e determinista.
Qualidade do Meio Ambiente	Possibilidade da competitividade chegar a ser comprometida pela degradação ambiental. Valorização do patrimônio natural e cultural como principal trunfo do desenvolvimento dos territórios. Tal valorização vista como um processo de construção, que necessariamente envolve o engajamento dos atores sociais.

Fonte: Vieira e Cazella (2004); Courlet (2006).

³⁵ O ambiente social e econômico de um distrito industrial diferencia-se completamente da localização pura e simples das unidades produtivas numa certa área, sem ancoragem local. A proximidade e o modo de funcionamento de pequenas e médias empresas integradas aos distritos industriais são marcados pelo estabelecimento de estreitas relações de cooperação. Associada a esta característica, também se faz presente as relações socioprofissionais entre os empreendedores e seus funcionários, como a articulação entre o saber-fazer local e o saber científico. Dessa forma, tais pilares não negligenciam o papel dos atores locais nos processos de desenvolvimento (Carrière e Cazella, 2006).

Contudo, tal enfoque contrapõe-se ao esforço de ajustamento passivo às coações geradas pela globalização de inspiração neoliberal, instaurando-se assim uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento, para de certa forma combater os problemas suscitados por tal globalização, que potencializa o fenômeno de padronização, bem como a descentralização dos processos produtivos (Vieira, 2006; Pecqueur, 2006).

Segundo Pecqueur (2006), a existência de uma renda dita de qualidade territorial, combinando a qualidade do produto e a sua ancoragem num local específico, dispondo de uma história e saberes locais específicos, permite colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (com vários bens e serviços) e situada, no sentido de potencializar o espaço específico à sua cultura e à história.

Tal proposta é assumida pelo autor, como o *modelo de cesta de bens*. Em síntese, tal modelo defende a ideia de uma articulação dos modos de valorização de diversos produtos, numa intensificação da oferta, onde o produto líder atrai consumidores que também apreciam a qualidade dos outros produtos da ‘cesta’, o que reforça a qualidade global do território. A cesta de bens possui as seguintes características: a) conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; b) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; e c) uma organização interativa/interdependência entre produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda da qualidade territorial.

Por fim, a abordagem territorial opõe-se as alternativas neoliberais para enfrentamento da crise do Fordismo, mostrando que os espaços locais não têm como destino apenas espelhar os movimentos globais. Defendem uma teoria ‘de baixo para cima’, onde as comunidades locais se mobilizam para valorizar suas especificidades, frente a um processo de globalização recente (Andion, 2007:72). Ainda, possibilita com suas estratégias, minimizar a exclusão social, a elitização do desenvolvimento, reforçando as identidades territoriais e compatibilizando as políticas setoriais com as territoriais, indo ao encontro das proposições do ecodesenvolvimento.

CAPÍTULO 2 – O Contexto Socioecológico da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava

O comportamento do ecossistema e como ele responde para exploração do recurso pode ser imprevisível. A maior mudança no pensamento ecológico nos últimos 20 anos é o entendimento que a natureza raramente é linear e seus processos são dominados por incertezas (Berkes e Carlsson, 2005)

Analiso neste capítulo a configuração do sistema socioecológico da região que integra os limites do território previamente definido como Área de Proteção Ambiental da Costa Brava. O capítulo está organizado em três partes. Primeiramente descrevo a área, com foco na situação dos recursos, na base socioeconômica-tecnológica e nas trajetórias de desenvolvimento (atributos biofísicos e tecnológicos). Depois descrevo as instituições formais e informais associadas à zona costeira e os instrumentos de gestão que têm sido utilizados ou não na área, bem como as inovações institucionais e espaços de negociação (arranjos de tomada de decisão). Por fim, aponto os principais atores envolvidos no processo de gestão e suas relações/interações, os principais conflitos e os circuitos de comercialização associados a pesca artesanal. Ainda comento sobre os saberes locais ainda presentes junto à comunidade e seu papel nas novas configurações institucionais (padrões de interação).

2.1. Descrição da área: os atributos biofísicos e tecnológicos

A descrição área de estudo será feita mediante a especificação da *situação geral dos ecossistemas e a base socioeconômica-tecnológica*. Esta descrição será pontuada a cada um das oito comunidades, com foco na atividade pesqueira (Barra, Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro, Estaleirinho e Morro do Boi), seguidas de uma *síntese integrada* que compõe a área de estudo, com o intuito de visualizar os diferentes elementos que compõe o sistema socioecológico da área. Como agregação para o entendimento das dinâmicas territoriais, também irei discorrer sobre as *trajetórias de desenvolvimento*.

No entanto, antes de focarmos na descrição da região da Costa Brava, importante mencionar algumas características essenciais que compõe o cenário do município de

Balneário Camboriú e que condicionaram seu processo de desenvolvimento e uso dos recursos. Balneário Camboriú possui uma área de 46 km², limitando-se ao norte com o município de Itajaí, ao sul com Itapema, leste Oceano Atlântico e ao oeste com Camboriú, sendo atualmente um dos núcleos de turismo receptivo de maior destaque no sul do Brasil (Lins et al., 2002).

Sua população atual, segundo dados do IBGE (2008), atinge atualmente 99.493 habitantes, com densidade demográfica em torno de 2.050 habitantes/km². Esses dados confirmam o acelerado adensamento populacional e expansão urbana ocasionada nos últimos 15 anos, onde a população residente foi mais que duplicada (Tabela III). Além do aumento da população residente, os picos populacionais no período de verão, atingem um milhão de habitantes que comprometem os recursos e ao mesmo tempo dinamizam a economia local.

Tabela III: número de habitantes do município de Balneário Camboriú desde a década de 1970. (Fonte IBGE).

Ano	1970	1991	1996	2000	2007
Número de habitantes	10.810	40.308	57.687	73.455	94.344

Sem dúvidas, essa expansão urbana exigiu que o município explorasse cada vez mais seus recursos disponíveis, especialmente relacionados às praias que impulsionaram o turismo na região. Atualmente caracterizados por uma área urbana e com foco na região polarizada da foz do Rio Camboriú, o município pode ser subdividido genericamente por três conjuntos de praias (regiões), a dizer, região central (praia central), região agreste (Costa Brava, região situada 'depois do Rio Camboriú') e região norte (divisa com Itajaí), conforme proposto na Tabela IV:

Tabela IV: Conjunto de praias que compõe o município de Balneário Camboriú (SC).

Praia Central <i>região central</i>	Praia central com cerca de 7 km de extensão. Enquanto espaço urbano inclui o bairro central (Centro) e os ditos periféricos (Bairro das Nações, Municípios, Vila Real, Nova Esperança, Pioneiros, etc.).
Praias Agrestes (Costa Brava) <i>região sul</i>	Barra Praia de Laranjeiras Praia de Taquarinhas Praia de Taquaras Praia do Pinho Praia do Estaleiro Praia do Estaleirinho
Praias Norte <i>região norte</i>	Canto Praia do Buraco Praia dos Amores

Cada uma dessas regiões apresenta características similares, mas acima de tudo, especificidades, tanto pelas suas características naturais, como pelos aspectos sociais e culturais. Neste sentido, o foco da pesquisa recai sob os elementos que constituem o sistema socioecológico das praias agrestes, chamadas também de Costa Brava.

2.1.1. Os ecossistemas, o sistema socioeconômico-tecnológico e as pescarias da Costa Brava

A pesca dá mais serviço que lucro na verdade, porque a nossa costa, é costa brava né...(O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos)

Conforme já mencionado na Introdução, a região da Costa Brava focalizada neste estudo incluirá, além das seis praias agrestes e o Bairro da Barra, o Morro do Boi. Atualmente, pela divisão geopolítica do município, o Morro do Boi faz parte do Bairro Nova Esperança. No entanto, sugere-se aqui uma nova divisão ou inclusão dessa localidade à região sul do município, tendo como base as características socioecológicas desse território que serão descritas a seguir.

De forma geral, os recursos da região sul são compostos por praias preservadas, num complexo de ecossistemas costeiros e marinhos, como estuários com a presença manguezais bem configurados, apesar das alterações já evidenciadas pela ação antrópica. No entanto, tais alterações não estão ainda no grau de degradação encontrada na praia central. A orla marítima apresenta em sua maioria porções do ecossistema de restinga-fixadora de dunas ainda preservados, sendo a planície costeira recortada por morrarias com Floresta Atlântica, com alguns setores em fase de avançada regeneração. Em geral, essas localidades possuem baixa ocupação e com exceção do Bairro da Barra, não estão relacionadas com o Rio Camboriú, formando sete microbacias principais e de certo modo, independentes (Rech, 2003; AMBINAT, 1997).

Atualmente os principais recursos explorados são os recursos pesqueiros com diferentes modos de apropriação em cada uma das pescarias. Existe um uso mínimo das morrarias, com pequenas plantações (roças) de mandioca e alguns outros produtos agrícolas para subsistência. O Bairro da Barra teve uma longa fase de exploração de granito, as chamadas “pedreiras”, que perdurou até meados de 2006. Além disso, os recursos naturais, especialmente os localizados em Área de Preservação Permanente, têm sido amplamente disputados por residências e demais empreendimentos turísticos em ascensão na região.

Um importante aspecto diz respeito aos recursos hídricos. A população dessa região, com exceção do Bairro da Barra, depende exclusivamente dos recursos hídricos locais, com a captação de água por poços artesianos, ponteiras ou nascentes. Esses mais de 1100 habitantes (Dados da Associação de Moradores da Praia de Taquaras/AMPTA, 2001) competem pelo uso desses recursos que apresenta níveis de comprometimento, tanto pela sua contaminação por esgoto doméstico, como pelos fortes indícios de redução do recurso, com a contaminação salina, devido ao excesso de bombeamento (Foppa, 2003).

De maneira relacionada, e não menos importante, a ausência de um saneamento ambiental eficiente reflete em prejuízos socioambientais. A descarga do efluente não tratado reflete na destruição de habitats, danos à biodiversidade, riscos para a saúde humana, incluindo infecção e impactos negativos em atividades econômicas, como pesca e o próprio turismo (Wagner e Bellotto, 2008). A praia central, apesar de possuir rede coletora e sistema de tratamento de efluentes, vivencia um permanente problema, especialmente pela flutuação da população em períodos de verão. Da mesma forma a região sul repete o modelo da praia

central, onde a expansão urbana e infra-estrutura de acesso foram proporcionadas sem que antes houvesse um planejamento relacionado ao abastecimento de água e esgoto.

Atualmente, apenas a Praia de Taquaras, apresenta um sistema de coleta e estação tratamento de efluentes implementado pela Prefeitura Municipal, com recursos provenientes da Agência Nacional das Águas. Anteriormente a esta proposta, a Escola Municipal foi contemplada por um sistema alternativo de tratamento de efluentes por *zona de raízes*, proposto em parceria com a UNIVALI, prefeitura, escola e comunidade. As demais praias, não apresentam qualquer sistema, além dos Sistemas Individuais de Tratamento de Efluentes (SITEs), as chamadas fossas/tanques sépticos, que possuem eficiência reduzida em função do solo arenoso característico dessa região.

O ecossistema de praias das praias agrestes possui característica diferente da praia central, distinguindo-se desta por serem, com exceção da praia de Laranjeiras, *praias reflectivas*³⁶. Tais características refletem no uso dessas praias. Por serem consideradas ‘praias perigosas para banho’ por turistas e até mesmo por moradores locais, são de certo modo pouco frequentadas. Isso é fala constante dos moradores que recorrem a isto para justificar que as praias não ficarão tão cheias como Laranjeiras, que apresenta característica oposta, com ‘mar calminho’.

Em se tratando do contexto socioeconômico, existem fortes transformações. O crescimento da região, a partir da construção da Avenida Interpraias, tem direcionado as atividades, num modelo muito semelhante ao adotado pela praia central, a partir da década de 60, com a construção da BR-101. Este modelo é fortemente direcionado ao turismo, especialmente o turismo de massa, ou seja, exploratório, de alta densidade e sazonal. Esses indícios são visualizados pela presença de estruturas locais, bem distintas das que existiam anteriormente à Interpraias, tais como casas noturnas, bares e restaurantes voltados a um tipo específico de público, e respaldados pelo poder público local, que *a priori* não tem priorizado os aspectos da realidade local, especialmente no que se refere às questões culturais.

³⁶ Essas praias desenvolvem-se quando a ação da onda é mínima e o sedimento é grosseiro. Nestas praias não existe uma zona de arrebatção, e as ondas produzem uma zona de varrido larga acima da praia. A praia possui um declive forte e a energia da onda incide diretamente sobre a face da praia, e é refletida na direção oposta (Brown e McLachlan, 1994).

Ainda relacionado à Interpraias, antes da sua construção, os sistemas de manejo dos recursos estavam associados a sistemas comunitários/familiares da terra e do mar. Essa transformação foi acentuada após a construção da avenida, com a privatização das terras, para fins residenciais, de alguns espaços públicos e grande parte deles em Área de Preservação Permanente.

Quanto ao sistema pesqueiro, as principais pescarias desenvolvidas na região são: a) a pesca de arrasto de praia, especialmente a tainha; b) a pesca do camarão, especialmente sete-barbas; c) as redes de espera (caceio, fundeio e superfície); d) os cercos fixos flutuantes e; e) a maricultura.

A partir desse panorama geral, serão pontuadas na sequência, características e especificidades de cada uma das praias/bairros da Costa Brava.

2.1.1.1. Bairro da Barra: “Barra, o forte é a pesca, a verdade é, era a pedra e a pesca”

Limita-se ao norte com o Rio Camboriú, ao sul com a praia de Laranjeiras, a leste com o promontório de Laranjeiras e ao oeste com a BR-101 e liga através da Avenida Interpraias todas as praias do sul do município. Conta com uma população em torno de 4.300 habitantes e é o maior Bairro em população da região da Costa Brava.

A “Barra”, como costuma ser chamada pelos moradores nativos é o primeiro núcleo urbano do município. Explorada pelos açorianos, retrata um marco histórico onde se encontra o maior número de nativos de Balneário Camboriú. Anteriormente chamada Arraial do Bom Sucesso, mas desde então concentra uma comunidade de famílias tradicionais açorianas que desempenham fortemente atividade pesqueira. Além da atividade pesqueira artesanal, as atividades econômicas estavam fortemente relacionadas à extração de minerais nas ‘pedreiras’, até meados de 2006, quando a atividade é impedida pela atuação do Ministério Público Estadual. Tal impedimento ocasionou a paralisação das atividades e com isso, muitas famílias ficaram sem alternativas de trabalho. Situação esta que permanece até os dias atuais.

Seu limite com as margens do Rio Camboriú, possibilita que seja abrigada uma grande frota de embarcações pesqueiras da região. Um contraste bastante acentuado com a margem

norte, que abriga grandes marinas, bem como trapiches ocupados por embarcações de cunho turístico, como barco de passeios, bares e restaurantes.

A população que não está vinculada as atividades econômicas locais, ou que necessitam de atividades comerciais excedentes aos oferecidos pelos comércios locais, deslocam-se ao centro de BC preferencialmente pela Balsa que cruza o rio Camboriú (pedestres e ciclistas), ou pela BR-101. Durante muito tempo, a proposta de uma ponte que ligasse a Barra ao Centro foi anseio da comunidade e parte do discurso político de muitos representantes do poder executivo e legislativo municipal. Proposta esta que nunca foi concretizada, e que para tal precisaria ser analisada criteriosamente.

Atualmente, os principais aspectos relacionados à foz do Rio Camboriú e que mobilizaram a comunidade da ‘Barra’ dizem respeito à construção do *molhe*³⁷ da Barra Sul e a construção da Marina Tedesco. O primeiro alterou as características da foz do Rio, alargando-a, e da mesma forma provocando o assoreamento, alterando a profundidade do rio. Tal situação é identificada pelos pescadores de camarão, especialmente os que possuem embarcação de médio porte (cerca de 12 metros):

O mole ali ficou ótimo, só que deixaram muita largura, ficou muito largo, daí cria muito banco de areia. Atrapalha bastante. Se o mole fosse mais pra cá, tinha mais força d’água e jogava areia fora. Pra sair ali dentro do rio, passa quase dentro do banco de areia. Um barco igual ao meu, já tem lugar que não passa. Ai fizeram do jeito dele... (Sete-Barbas S.A., 50 anos, pescador de camarão).

O outro aspecto mobilizou especialmente a Associação de Moradores da Barra para garantir que a balsa de travessia mantivesse seu espaço na margem norte do Rio Camboriú, não a perdendo ao grande empreendimento da Marina. Além disso, o Ministério Público Federal a partir de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao Grupo Tedesco, exigiu que recursos fossem disponibilizados e revertidos para região.

A foz do Rio Camboriú é espaço disputado por diversos atores que desempenham atividades econômicas na região. Exemplo disso refere-se a ‘banca do pescador’. Durante

³⁷ Termo referente à obra marítima que consiste numa estrutura costeira semelhante a um pontão, ou estrutura alongada que é introduzida nos mares ou oceanos, apoiada no leito submarino pelo peso próprio das pedras ou dos blocos de concretos especiais, emergindo da superfície aquática. É uma longa e estreita estrutura que se estende em direção ao mar, sendo uma ponta do molhe situada no mar e a outra ponta em terra. Fonte: Wikipedia Enciclopédia Livre.

muito tempo, parte da margem norte do rio Camboriú era território dos pescadores artesanais que vendiam sua produção, diretamente aos turistas e moradores da região. Além de ser um ponto estratégico, localizado na Avenida Atlântica (Barra Sul), era de fácil escoamento da produção, devido ao acesso direto pescadores que vinham da Barra. No entanto, depois de uma negociação arbitrária da prefeitura municipal que envolveu a colônia de pescadores³⁸, vereadores e empresários, a banca do pescador foi perdida, e “eles correram com o pescador”. Tal ação substituiu o espaço-território dos pescadores para espaço-território da elite de Balneário Camboriú. A banca do pescador que mobilizava a grande parte dos pescadores da Barra foi transferida para um local, avaliado pelos pescadores, como escondido dos turistas e de difícil acesso para escoar a produção.

Porque lá na Barra Sul pegaram as assinatura, da banca do pescador, e depois botaram lá pra trás. Ainda tem que cuidar, porque se o pescador não cuidar aquela banca vai vir aqui pra barra, daí mesmo que não vai dar nada. Se lá já ta ruim, imagina aqui (Pescador R., nascido na praia do Estaleiro e morador da Barra).

Não tem validade aquilo ali. Não passa o movimento. (Sete-Barbas R.A.J., 55 anos, pescador desde sempre).

Além da margem norte do Rio Camboriú, atualmente a margem direita tem sido alvo de propostas que resultam em dissonâncias entre a comunidade local diretamente usuária dos recursos e demais atores locais. A proposta é “reformatar” e “embelezar” o trapiche dos pescadores. Em reunião realizada no dia 28 de maio de 2008, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CONDES) de Balneário Camboriú, o representante do escritório municipal da EPAGRI menciona que é necessário ‘embelezar o porto dos pescadores da Barra, fazer igual à Marina, pois assim melhoráramos o visual, pois quem olha lá da Marina, vê uma coisa feia’. Tal postura é contestada pelos pescadores que claramente entendem os interesses que permeiam tal obra:

O trapiche tem que deixar assim. O trapiche como eles querem fazer, fica difícil pra encostar a embarcação. Por causa da força da maré (Sete-Barbas R.A.J., 55 anos, pescador desde sempre).

³⁸ A colônia de pescadores na época era presidida por Donatil Martins (1993-2000), que também exercia o cargo de vereador do município (1997-2000). O prefeito na ocasião era o Sr. Leonel Arcângelo Pavan, em seu segundo mandato (1997-2000).

As lancha da marina tudo bem, tem ré, porque a embarcação pequena de camarão, você vem, não tem como dá uma ré (Pescador R., nascido na praia do Estaleiro e morador da Barra).

Ainda em relação ao sistema pesqueiro, a Barra concentra fortemente atividade relacionada ao camarão sete-barbas (*Xyphopenaeus kroyeri*), além de uma parcela significativa de pescadores que utilizam as redes de espera (caceio, fundeio e superfície). Essas atividades mobilizam a socioeconomia local com a existência de mais de 35 unidades de beneficiamento/processamento familiares do pescado com forte participação das mulheres. Em relação a isso, maiores detalhes serão propostos no item 2.3.3 deste capítulo.

De certo modo, compondo o sistema pesqueiro, as casas de artesanato local tem tido expressão nos últimos tempos. Com a participação da Fundação Cultural, e também da EPAGRI, comércios ligados ao artesanato local, tem se constituído, a partir dos cursos oferecidos no local.

Em complementação ao tecido socioeconômico que compõe o Bairro da Barra, tem-se a presença de favelas nas morrarias que compõe parte das Áreas de Preservação Permanente. Tal situação, em grande parte é reflexo de um modelo de desenvolvimento adotado no município, bem como de políticas descontextualizadas e que não propõem alternativas, especialmente de trabalho e renda, como ocorreu com a proibição do funcionamento das pedreiras.

2.1.1.2. Praia de Laranjeiras: de sítio arqueológico a reduto de empresários

A pequena praia de Laranjeiras, com cerca de 750 metros de extensão, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste com a localidade da Barra e com o Oceano na Ponta da Aguada, a leste com o Oceano Atlântico na ponta das Laranjeiras, e ao sul com a localidade de Taquarinhas. Possui na pequena faixa de planície estrangulada entre o Oceano e o Morro das Laranjeiras, não mais que 35 residentes fixos (dados AMPTA, 2001), com cerca de 12 famílias, cujas principais atividades econômicas relacionam-se à pesca, maricultura e turismo.

Sem dúvida, falar e pensar em Laranjeiras remete ao fato de esta ser uma área de grande interesse cultural e histórico, apesar de que de maneira geral esta é sempre lembrada como foco do turismo de massa. Toda a praia foi um grande sítio arqueológico, com idade

datada em aproximadamente 3 mil anos (Schmitz e Bitencourt, 1996). As condições ecológicas eram muito propícias, conforme descrição dos autores: ‘lugar ameno, praia linda, rica em pescado e, na época, certamente também de caça, comprovado pelas numerosas ossadas de peixes, aves e mamíferos recolhidos durante as escavações, além da abundante água potável nas duas extremidades e no meio do sitio arqueológico’.

No entanto, os interesses da especulação imobiliária oprimiram grande parte da história local com o intuito de ceder espaço aos bares e restaurantes que ocuparam a orla marítima, em sua maioria em APP. Apesar da pequena faixa de areia e de sua planície, Laranjeiras cresceu baseada num modelo de desenvolvimento que priorizou o turismo de massa. A construção da Avenida Interpraias trouxe outros empreendimentos, como a implantação do Parque Unipraias³⁹, um complexo turístico, com 46 bondinhos aéreos, com três Estações/paradas: Estação Barra Sul, Estação Mata Atlântica, Estação Laranjeiras. As duas últimas estão relacionadas a Laranjeiras, sendo a Estação Mata Atlântica, uma parada intermediária no trajeto, localizada no Morro da Aguada com estrutura para exposições e um parque ‘ambiental’ com cerca de 60 mil m² e 50 metros de passarelas ‘ecológicas’. Já em relação a Estação Laranjeiras, os turistas seguem por um ‘boulevard’ que abriga uma série de pequenos estabelecimentos comerciais, com poucos elementos da cultura local.

No pequeno espaço disponível da praia de Laranjeiras também foi implantada uma pista de ‘bicicross’, localizada parcialmente na morraria que abriga a praia, atraindo grupos específicos durante as competições promovidas com apoio da prefeitura municipal.

Um aspecto importante, e que fica tangenciado nas principais discussões sobre a economia local está relacionado a alterações do público freqüentador dessa praia ao longo do tempo. A praia de Laranjeiras, antes mesmo da Avenida Interpraias possuía um melhor acesso, se comparado com as demais praias que estavam em quase completo isolamento geográfico, proporcionando a vinda de turistas e outros frequentadores já em meados da década de 70-80. Neste sentido, a construção da Interpraias, diluiu o público de veranistas entre as demais praias, alterando o perfil desses frequentadores.

Nós tínhamos um público com poder aquisitivo melhor na época, porque o pessoal só conseguia chegar até o morro ali, dali ficava tudo aqui. Então eles não conseguiam subir.

³⁹ Consulta no site www.unipraias.com.br.

Hoje o que acontece, aquele que tem poder aquisitivo, chega aqui, 'ah, a praia aqui tá cheia', vai pra frente. Fica aqui só o bagaço...antes patinava, mesmo no seco, chegava ali, não subia (Maricultor K.G.A., 51 anos).

No entanto, não só os bares, restaurantes e bondinho aéreo movimentam a economia local. A pesca artesanal possui grande expressão com diversas pescarias, tais como o arrasto de praia, o cerco fixo flutuante e a maricultura (ostras, mariscos e vieiras), resguardando modos de apropriação do recurso com dimensões familiares e comunitárias fortes. A pequena baía abriga não só o cultivo de marisco e o cerco fixo, como também os diversos barcos turísticos que passam e desembarcam no trapiche de Laranjeiras.

Ainda como elemento turístico da região, existe a “Toca do Urso”, que proporciona a visitação, a partir de trilhas ecológicas guiadas pelo morador da praia que vive em uma toca. Tal atividade pode ser considerada uma das únicas formas de resguardar e valorizar a história local. A trilha ecológica é enriquecida com ossos de baleia, oficinas líticas, além dos elementos em destaque da flora e fauna local.

A praia de Laranjeiras conta com uma Associação de Comerciantes e Associação dos Carrinhos de Milho, além de constituir em 2007, sua Associação de Moradores. Outro ator importante que compõe o cenário é o Ministério Público Federal que desde 2006 tem atuado diretamente na região, a partir de uma Ação Civil Pública contra 18 (dezoito) réus, entre proprietários de terrenos, restaurantes, pescadores que possuem construções erguidas em APP, além da prefeitura municipal por não exercer seu papel de fiscalizar tais obras. Todos esses atores estão desde 2006 em processo de negociação para recuar suas instalações além dos 33 metros de marinha, conforme determina legislação federal.

Mesmo diante deste cenário, a prefeitura não hesita em promover novas estratégias para dinamizar a economia local, sem, no entanto, preocupar-se com as dimensões sociais e ambientais explícitas em todo o município. Em 2007, durante as discussões do Plano Diretor Municipal, foi exposta a proposta de migrar as casas noturnas da praia Central para praia de Laranjeiras. Isso desencadeou uma mobilização muito grande, dos poucos moradores de Laranjeiras, como das praias e bairros vizinhos, que conseguiram com êxito impedir a proposta de tal empreendimento.

2.1.1.3. *Praia de Taquarinhas: “o projeto tá lá, tá pronto, como Deus fez, tem que continuar eternamente”*

A praia de Taquarinhas limita-se ao norte com Laranjeiras, a leste com o Oceano Atlântico no promontório de Taquarinhas, a oeste com Taquaras, e ao sul com o Oceano Atlântico. Possui uma extensão de 730 metros e sua principal característica é de não possuir população fixa residente, além de uma única residência situada na proximidade da orla marítima.

Essa peculiaridade, especialmente considerando o contexto do centro-norte catarinense, com praias extremamente adensadas, é um grande atrativo paisagístico para a região. Apesar de alguns autores caracterizarem a área com características primitivas, sem hotéis, pousadas, e por isso inexistindo a possibilidade de gerar empregos, conforme descrito por Rech (2003), tais características atraem, não só na temporada de verão, a atenção de turistas e de empresários de todo o Brasil. Tal atração embora seja fortemente marcada por anseios da especulação imobiliária, as características singulares desta praia podem ser um grande elemento de dinamização socioeconômica, se pensada e estruturada a partir de outro estilo de desenvolvimento.

Atualmente, a praia de Taquarinhas também gera um fluxo intenso de pescadores amadores/pesca esportiva que freqüentam a área em busca de bons ‘pesqueiros’. Isso mobiliza a única família residente, que além de ser ‘caseiro’ da praia, também organiza os carros e conduz os ‘pescadores’ até os pontos de pesca.

Fundamentalmente, a praia de Taquarinhas apresenta um dos últimos remanescentes de restinga, em um estágio de conservação ímpar no litoral centro-norte catarinense (AMBINAT, 1997). As importantes descrições da composição florística realizadas por Hering-Rinnert e Sevegnani (2002), caracterizaram a área em vários estádios sucessionais, com cobertura vegetal modificada, sugerindo assim o uso histórico da área pela agricultura de subsistência. Os pesquisadores ainda identificaram uma espécie de grande relevância, a *Campomanesia reitzii* (Família Myrtaceae) considerada como endêmica, rara, ou ameaçada de extinção. Tal referência também é feita pela Resolução CONAMA nº 261/1999, classificando-a em seu anexo como uma espécie arbustiva, endêmica, rara ou ameaçada de

extinção. Assim, a praia de Taquarinhas possui uma vegetação bem estruturada, com significativa diversidade de espécies arbóreas relevantes ao contexto ecológico da região.

Importante considerar que ‘as taquarinha’, como é mencionada pelos moradores nativos era gerida pelos moradores da praia de Laranjeiras, especialmente nas relações estabelecidas com a agricultura.

Aquilo era do pessoal de Laranjeiras, mas depois ficou o cara que morava lá e plantava mandioca. Mas o terreno era da Laranjeiras. Tinha muitos donos lá da Laranjeiras.

João Cassino, Dorval, um bocado de gente era dono lá daquele terreno (...) o cara que plantava lá, que tava morando, plantava pra ele, então, então dava pra fazer a meia, eu fazia a meia deles lá, eles tinham a metade. (O Agricultor, 83 anos, morador nativo)

Além disso, Taquarinhas parecia ser um território compartilhado pelos moradores das diversas praias. Tal situação foi mencionada por pescadores da praia do Estaleiro, que junto com outros pescadores compartilhavam a safra da tainha.

Na Taquarinha. Eu ia daqui, passava esse picada toda, pelo mato todo, pescar lá em Taquarinha. Isso foi em 70, quando o Brasil foi campeão do mundo na copa de 70 (...) chegava em casa, tomava um banho, de banheira, né, por naquele tempo não tinha chuveiro, não tinha nada, né. Aí tomava um banho, trocava de roupa, pegava uma comida, botava na bolsa, daqui pra lá, dormia o resto da noite lá. Pra de manha ta lá. Porque na época, nós criamos um rancho desse lá. (...) Era desse Januario Rosa, do Mané Tanazio⁴⁰, que já é morto, e do Noi, Agenor. Que é aquele que tem a rede na Laranjeiras. (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos)

Essa situação existiu até a pesca da tainha de 2005, onde uma forte relação entre os pescadores do arrasto de praia de Taquaras era mantida com Taquarinhas. Inclusive o segundo maior lance de tainha cercado pelos pescadores de Taquaras (13.000) se deu na praia de Taquarinhas, uma vez que esta era território de pesca desses pescadores. Após a compra do terreno de Taquarinhas por uma empresa de construção civil de Curitiba (Thá Construtora) outro grupo de pescadores requereu direito de pesca, gerando conflitos com os pescadores de Taquaras. Situação que será descrita em detalhes no item 2.3.2., especialmente no que se refere ao projeto de implantação de um *resort* por esta empresa.

⁴⁰ Januario Rosa era ‘dono de rede’ de tainha na Praia do Estaleiro e Mané Tanazio é mencionado o mais famoso pescador de Taquaras. Relatos obtidos dos entrevistados ‘O Vigia’ e ‘O Patrão’.

Desta forma, saliento, que enquanto representação, a praia de Taquarinhas está incluída no estatuto da Associação de Moradores da Praia de Taquaras, uma vez que a única família a residir nesta praia (caseiro) tem fortes vínculos familiares e históricos com a praia de Taquaras.

2.1.1. 4. Praia de Taquaras: “pra mim não tem outro lugar, importância disso aqui pra mim é um pedaço da minha vida”

A praia de Taquaras limita-se ao norte com o Oceano Atlântico na Ponta das Laranjeiras, a oeste com o Morro de Laranjeiras e a localidade da Barra, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a localidade do Pinho na Ponta das Taquaras. Possui a segunda maior praia em extensão da Costa Brava com cerca de 1200 metros e sua planície tem sido amplamente ocupada.

‘As taquara’, possui recursos naturais importantes, tais como uma pequena lagoa costeira que divide geograficamente os núcleos de moradores nativos. Na porção sul da praia, em direção a Galheta, reside ainda um conjunto de famílias descendentes de pescadores-agricultores nascidos nessa praia, dos quais muitos permanecem na atividade pesqueira, e desta forma, configura-se uma ‘vila de pescadores’. Assim como na porção sul da praia, outros núcleos de famílias tradicionais residem na porção central e norte da praia, sendo algumas com propriedades que demonstram a forte atividade agrícola desenvolvida na região. Esses núcleos de famílias possuem relações de parentesco fortes, mantendo de certo modo, uma coesão social diferente das demais praias. Suas propriedades abrigam as casas dos pais, filhos, netos e irmãos que dividem seus lotes de acordo com regras familiares, regras estas que são assumidas pelo contexto interno da comunidade e não por regulamentações ‘externas’ da comunidade.

Taquaras possui diversas pescarias, tais como o arrasto de praia, especialmente a pesca da tainha, pescadores vinculados a rede de espera e um cerco fixo flutuante. A forte referência como vila de pescadores, faz com que alguns pescadores possuam em sua residência/rancho de pesca pequenas unidades de beneficiamento e processamento do pescado capturado, mantendo-os como pescadores profissionais, vivendo anualmente da atividade pesqueira.

Se não pelos elementos mencionados acima, Taquaras tem um grande diferencial das demais praias, pelo simples fato de ser a única em permanecer com os engenhos de farinha, assim como pequenas ‘roças’ de mandioca em funcionamento. A partir da coesão familiar de algumas famílias, assim como com a proximidade e valorização da vida tradicional pelos moradores mais antigos, as propriedades foram, ainda que com dificuldades, mantidas. A farinha produzida fica para o consumo da família e parte da produção, algumas vezes é vendida. Maior detalhamento do sistema associado aos engenhos de farinha será descrito no item 2.1.2.

Atualmente, a praia de Taquaras possui também pousadas, restaurantes e pequenos comércios que mobilizam parte dos moradores nativos nessas atividades. Além disso, muitos moradores nativos realizam atividades associadas à limpeza de terrenos e cuidam de propriedades de moradores de segunda residência (ditos caseiro) que estão aumentando a cada ano na região. Outros desenvolvem atividades no centro de Balneário Camboriú com ‘carteira assinada’. Impressão esta compartilhada pelos moradores nativos, especialmente por membros de uma família tradicional local que resguarda aspectos da tradição local.

Era só isso ai que eles trabalhavam aqui, naquele tempo. Era na pesca e na roça, né. Portanto hoje em dia ainda ta assim também, nós aqui na pesca, nós ainda temo assim, nós temo na pesca, e às vezes fazendo um pouco de farinha, é assim que ta acontecendo ainda, mesma coisa que era. Claro que trabalha muita gente com carteira assinada, aqui dentro da taquaras. Nós da nossa família tamó assim. O meu irmão trabalha no barco, e trabalha com roça aqui, e nós ficuemo no mesmo, vamo pesca tainha, na rede cerco ai, trabalhando com farinha as vezes. Ta assim.(O Vigia, 48 anos, pescador)

Por fim, o cenário da ‘praia das taquara’ é composta por algumas particularidades, demonstradas desde a ‘pedra rachada’, ou ‘pedra do ovo’ que é um marco de navegação e motivo de orgulho da comunidade, até o grupo Terno de Reis de Taquaras⁴¹. Esse grupo é hoje constituído por cantores e tocadores de Taquaras e alguns da Barra que realizam shows e divulgam a gravação do CD e DVD, com grande expressão no sul do Brasil. Tal referência e estabelecimento deste grupo é em grande parte pela forte relação da comunidade ainda hoje

⁴¹ www.ternodereis.com.br.

em manter tais tradições. Ainda hoje, a comunidade se prepara para receber o Terno de Reis na época do Natal, bem como, tem uma forte relação com a prática da Farra do Boi⁴².

Taquaras também possui um fluxo de turismo religioso, uma vez que reside há décadas um ‘mensageiro da palavra de Deus’, Sr. Bento Conceição, atraindo uma série de curiosos e religiosos para conhecer as mensagens proferidas por ele.

2.1.1.5. Praia do Pinho: ‘praia de nudismo’

Limita-se ao norte com Taquaras na ponta das Taquaras, ao sul com Estaleiro na ponta do Lobo, a oeste com o Morro do Boi e a leste com Oceano Atlântico. Sua pequena praia de 500 metros é a primeira praia de naturismo do Brasil⁴³. Poucos moradores residem na localidade da praia do Pinho, sendo essencialmente moradores de segunda residência.

As infra-estruturas da praia do Pinho estão relacionadas ao atendimento dos freqüentadores e adeptos do naturismo, tais como pousadas, camping, estacionamentos, restaurantes. Tais estruturas, bem como algumas residências estão localizadas em Área de Preservação Permanente, sendo alvo de questionamentos do Ministério Público Federal.

No entanto, nem sempre a praia do Pinho foi praia de naturismo. A praia era amplamente utilizada pelos pescadores artesanais e moradores da região que usavam os recursos da praia como lazer ou subsistência, tal como relata um pescador artesanal que vive no bairro da Barra.

Na praia do pinho eu cansei de matar tainha, tirar marisco, matar peixe de caniço. Hoje em dia ninguém entra mais lá. Pra tirar um marisco, não dá. Já faz uns 20 anos atrás. (Sete-Barbas R.A.J., 55 anos, pescador desde sempre)

⁴² Não entrarei em detalhes na densa discussão que envolve a Farra do Boi, especialmente no que se refere a atividade ser assumida como tradicional ou não. A Farra do Boi na praia de Taquaras mobiliza uma série de famílias, moradores não só de Taquaras, mas também de outras praias e regiões vizinhas. Juntamente com o bairro da Barra é a comunidade que possui a maior organização local, com lideranças responsáveis em articular a compra, o ‘esconderijo’, a brincadeira e a ‘matança’ do boi. Taquaras e Barra, sem dúvida são da mesma forma as comunidades que tem maior expressão com a pesca e da mesma forma com heranças recentes dos ascendentes açorianos.

⁴³ www.praiadopinho.com.br

Atualmente a praia foi privatizada, sendo que para frequentá-la é necessário adotar o nudismo. O acesso à praia também é dificultado, uma vez que o acesso principal conduz às infra-estruturas administradas pela associação de naturismo, exigindo o pagamento destas, como estacionamento, entre outras coisas.

Tais estruturas não foram visualizadas nesta pesquisa, além do que é possível observar do mirante existente na área. As informações sobre a praia do Pinho foram obtidas junto aos informantes desta pesquisa, bem como pela página virtual e imagens aéreas da localidade. Além da praia não possuir atividade de pesca artesanal, o caráter da praia (naturismo) impediu a proximidade com as infra-estruturas locais.

2.1.1.6. Praia do Estaleiro: Estaleiro-grande e terra do Capitão Tomaz

Limita-se ao norte com a localidade do Pinho na ponta do Lobo, a leste com Oceano Atlântico, a oeste com o Morro do Boi e ao sul com a localidade de Estaleirinho na ponta dos Coqueiros. É a maior praia em extensão, cerca de 1450m, assim como pela sua planície passível de ocupação.

O ‘estaleiro grande’, como é chamada pelos moradores nativos, possui grande número de moradores fixos, muitos deles descendentes das primeiras famílias que ‘descobriram’ a praia. As narrativas dos moradores mais antigos, mencionam que tal praia foi descoberta pelo Capitão Tomaz e pelo Tenente Luiz, vindos de Portugal. Assim relata o esposo da bisneta do capitão Tomaz, ainda viva:

Capitão Tomaz veio de Portugal né? Os outro falo. Naquele tempo, 150, 160 ano, o governo de lá mandava, porque o Brasil foi descoberto por Portugal né? Então, o governo de lá mandava. O povo conta assim, vieram correr a costa, chegaram no Estaleiro grande fundiaram o barco, saltaram.(...)Então tinha o capitão Tomaz bem no canto de cá. Que eu conheci a casa velha, de porão. E o tenente Luiz que era o irmão dele. E o tenente Luiz, morava pro lado de lá, numa volta que faz, tem um condomínio...que era casa de estuque, se fosse minha não tinha desmanchado. (...)a gente chamava de Praia da Velha Chica, praia do Estaleiro Grande no canto de cá [sul], que é do capitão Tomaz, mulher do capitão Tomaz. Praia da Velha Chica porque ela amanhecia o dia, ela ia caminhar na praia, entendes. (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha).

Atualmente, a orla da praia do Estaleiro é ocupada por diversos restaurantes, pousadas e grandes residências que compõem os condomínios em ascensão. No canto norte desemboca um importante curso de água, onde em sua margem existem vários pequenos ranhos de pesca utilizados pelos moradores/pescadores nativos que mantêm atividade a pesca. O canto norte é também marcado por um rancho centenário da pesca de tainha (arrasto de praia) que atualmente teve o acesso comprometido pela instalação de um grande condomínio sobre o ambiente da vegetação de restinga. Assim como no canto norte, outros caminhos antigos de acesso à praia ao longo da orla foram privatizados por pousadas e outras residências.

Uma pequena porção da orla da praia do Estaleiro possui uma estrada à beira mar que comprometeu o ecossistema de praias, com a deposição de aterro sobre a vegetação de restinga -fixadora de dunas. Esses diversos usos ao longo da orla induziram a construção de passarelas ao longo da praia, estando todas sob processo judicial, em função da ausência de critérios ecológicos e sociais para a implantação das mesmas.

Além da pesca da tainha as pescarias com rede de espera, desenvolvidas pelos moradores nativos, existe na praia do Estaleiro. Uma minoria de moradores insistem na atividade diária da pesca artesanal com as redes de espera próximas a costa. As embarcações a remo conduzem os pescadores aos pesqueiros, e devido ao baixo esforço de pesca, estes transitam entre a pesca de subsistência e a pesca comercial. Torna-se evidente que um conjunto de fatores comprometem a continuidade da atividade. A privatização dos caminhos tradicionais certamente minimiza, enfraquece e desestimula a continuidade da atividade.

Por fim, uma atividade artesanal também existente nesta praia diz respeito a uma pequena fábrica de móveis que funciona em um antigo engenho de farinha desativado de uma das famílias tradicionais do Estaleiro. Os móveis são construídos de forma artesanal, com fibra de árvores, madeira e outros materiais (vindos de outras regiões do Brasil) possibilitando a renda de algumas famílias nativas. O responsável pela pequena fábrica é neto de pescador-agricultor que possuía entre estas, a arte de construir canoas e balaios de forma artesanal. Ele trabalha com mais dois funcionários e os móveis possuem design personalizado de acordo com a demanda dos clientes, sendo vendidos em toda região centro-norte de Santa Catarina, além de outros lugares do Brasil. É uma grande evidência de manutenção das artes locais, e guarda muitas histórias e lembranças da cultura local.

2.1.1.7. Praia do Estaleirinho: ‘aqui no Estaleirinho serrava madeira mais miúda’

Porque quando o capitão Tomaz veio, eles faziam barco, eles tinham barco a vela, naquele tempo não tinha motor, era vela. Então eles consertavam, eles faziam, pra eles, então sabe o que é o Estaleiro? Eles usavam os escravo sabe, eles tinha escravo, então naquele tempo tinha muito pau, madeira, então eles iam no mato tirar madeira pra cerrar pra fazer barco. La no Estaleiro grande tinha o estaleiro que serravam madeira mais grada, e aqui no Estaleirinho serrava madeira mais miúda. Então era o Estaleiro grande e Estaleirinho, por isso. (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha).

A praia do Estaleirinho limita-se ao norte com a localidade de Estaleiro, com a ponta dos coqueiros, a leste com Oceano Atlântico, a oeste com o Morro do Boi/BR-101 e ao sul com a praia de Mato Camboriú na ponta do Malta e com o município de Itapema. Possui uma extensão de 800 metros e é a localidade com maior adensamento populacional das praias.

Sua planície, assim como as morrarias, está amplamente ocupada por residências, pousadas e restaurantes. Possui um fluxo turístico alto, por um lado em função de estar próxima do município de Itapema e por outro, por seu acesso pela porção sul do município de Balneário Camboriú não possuir morrarias que dificultam o acesso. Desta forma, o processo de ocupação da área é anterior as demais praias.

Essa facilidade do acesso, especialmente pela proximidade com a BR-101, induz à presença de outras atividades, tais como casas noturnas, bares que oferecem serviços além da gastronomia, causando desconfortos a comunidade local. Grandes condomínios estão também sendo instalados nesta praia, bem como casas noturnas. A poucos anos também foi instalado um laboratório de cultivo de camarão, muito questionado pelos moradores locais. Atualmente apesar das instalações, não encontra-se em funcionamento, especialmente devido a crise instituída a esta atividade.

A população residente exerce atividades ligadas direta ou indiretamente à construção civil e ao turismo, atuando principalmente no município de Itapema. O Estaleirinho possui uma forte relação com Mato Camboriú (Bairro Ilhota, município de Itapema). Essa relação é mantida pelo compartilhamento de serviços, como pelo uso dos recursos. Primeiramente, o abastecimento de água da praia do Estaleirinho é realizado pelo município de Itapema

(Empresa Municipal de Água - Águas de Itapema), especialmente a grande parte dos moradores que não captam água dos poços ou nascentes locais. Em contra partida, a escola municipal do Estaleirinho recebe alunos do bairro vizinho. Além disso, alguns moradores do Estaleirinho trabalham em vários restaurantes existentes na praia do Mato de Camboriú como garçons, cozinheiras, etc.

Mas um ponto importante também está relacionado à pesca artesanal. Famílias tradicionais que permanecem na atividade usam a praia vizinha como porto pesqueiro, uma vez que as condições da praia do Estaleirinho não proporcionam um fácil embarque/desembarque com os barcos pesqueiros. Situação esta que garante a manutenção da atividade pesqueira de algumas famílias dessa localidade por meio da pescaria com rede de espera. Da mesma forma, o arrasto de praia mobiliza os moradores do Estaleirinho e do Mato Camboriú, de maneira concentrada na época da tainha.

2.1.1.8. Morro do Boi: “Estaleiro Grande com o Morro do Boi era tudo família combinado”

O Morro do Boi limita-se ao sul com o município de Itapema (Bairro Ilhota), a leste com a BR-101 (posteriormente às praias do Estaleiro e Estaleirinho), a oeste com o município de Camboriú (localidade do Rio Pequeno) e ao norte e com o Bairro Nova Esperança em Balneário Camboriú. Já a comunidade relacionada nesta pesquisa, reside nos limites superiores do atual túnel da BR-101, denominado de Túnel do Morro do Boi (em torno de 300 metros acima do mar).

A comunidade do Morro do Boi é marcada por ser uma comunidade remanescente de quilombos. As evidências de escravos na região da Costa Brava são fortes e também relatadas pelos moradores da região. Eles mencionam a grande relação com as atividades pesqueiras, além da proximidade das comunidades residentes nas atuais localidades do Estaleiro e Morro do Boi, antes da construção da BR-101.

Eles tinham pesca com ele, sabe como é? Tal de Laurentino, preto, do tempo dos escravo, morreu faz muito tempo, do tempo do escravo. Então tinha rede do tempo do capitão Tomaz, viviam tudo misturado. Já tinha acabado a escravidão, mas eles eram de família de escravo. Tinha os filhos de escravo, o Laurentino, Pedro Maria, João Mateus. A Camila, que foi escrava, era um quilombo – ali onde vai pra Camboriú velho. (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha)

O Estaleiro Grande com o Morro do Boi era tudo família combinado entendes. A minha vó era casada com um preto. Que ficou viúva do marido que era branco, casou com um preto. Casou com esse preto que era filho da Camila. E tinha um irmão dele que morava no Estaleiro, o Fabiano, que era filho da Camila. Quer dizer que o preto com o branco naquela época, era tudo irmão, tudo misturado. (...) a BR era estrada de carro de boi, não tinha estrada. (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha)

Tinha escravo aqui. Eu não conheci né. Mas diz que tinha, os escravo que carregavam. La na minha casa, lá embaixo aonde eu morava, tinha uma calçada que começava uma pedra bem pequenininha, ia começando até a porta. Tudo com pedra carregada do costão. Tristeza né? Minha sogra dizia, isso aqui quem fez foram os escravo. Os antigo falavam.

(...) e ali aquele caminho do Porto que ta trancado ali minha filha, aquilo ali é dos escravos, os escravo que abriram aquilo ali. Aquela casa do Zé Verginio foram os escravos que fizeram o calçamento tudo, aquilo ali era do tenente Luiz tudo. (Saúdosa, 84 anos, filha de pescador)

Por se tratar de uma comunidade remanescente de quilombos⁴⁴, ainda desenvolvem atividades vinculadas à terra e também ao mar. Ao longo do ano desenvolvem atividades de plantio em suas propriedades e muitos homens são camaradas respeitados da pesca da tainha na praia do Estaleiro. Um grande destaque na comunidade é a participação das famílias no Concurso de Hortas⁴⁵. Sua participação direcionou em parceria com o Armazém do Colono⁴⁶ a comercialização de produtos produzidos no Morro do Boi, como nas proximidades por seus conhecidos, possibilitando a geração de renda extra ou até mesmo exclusiva para as famílias. De qualquer modo, algumas pessoas da ‘comunidade quilombola’ ainda estão associadas a

⁴⁴ Mesmo ciente da complexidade que envolve não só o termo ‘quilombo’, mas também suas representações, saliento que não será foco desta pesquisa analisar com aprofundamento as relações de identidade e territorialidade expressas nessas comunidades. Isso exigiria um acompanhamento e proximidade da qual não sistematizei e foquei durante a pesquisa, mas que não minimiza a importância dada a esta comunidade não só no contexto da APA Costa Brava. De qualquer modo, menciono, em consonância com o moderno conceito antropológico, que a condição de remanescente de quilombo é definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: *a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico*. O sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Referências obtidas de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002:04).

⁴⁵ Projeto criado pelo Núcleo Assistencial Humberto de Campos (NAHC), que incentiva as hortas inscritas (hortas necessariamente orgânicas) em possuir uma ‘farmácia viva’, além da formação de feiras para a comercialização dos produtos orgânicos oriundos das hortas, promovendo a geração de emprego e renda.

⁴⁶ Comércio localizado na praia central, com produtos naturais, orgânicos e similares. Este sede espaço aos agricultores orgânicos associados ao concurso de horta que manifestarem interesse em comercializar seus produtos.

serviços informais na praia central ou nas demais praias, como jardinagem, diaristas ou junto à prefeitura municipal.

Em 2007 a comunidade do morro do Boi criou a Associação Quilombola, com apoio e assessoria técnica da UNIVALI e desde então estão organizadas em manter e (re)significar suas origens. A partir da criação da Associação Quilombola e da sua imersão junto a grupos quilombolas, ou que valorizem a identidade cultural, outras iniciativas de geração de renda foram desenvolvidas. A comunidade atualmente produz artesanato, destacando-se a produção das bonecas *Abayomi*⁴⁷.

O morro do Boi também é marcado por importantes nascentes de água. Nascentes estas que compõe as micro-bacias associadas às praias do Estaleiro e Estaleirinho. Os relatos dos moradores mencionam que após a construção do túnel da BR-10 muitas nascentes de água desapareceram, ‘secaram’, e foram alteradas a partir de ‘desvios’ de alguns cursos de água.

A invisibilidade da comunidade do Morro do Boi é marcante perante aos demais setores da sociedade. Exemplo disso ocorreu com a construção do túnel, onde os moradores nunca foram indenizados e nem mesmo avisados das explosões e demais procedimentos realizados durante a construção. Apenas após o desmoronamento do túnel, em meados de 2008, que os órgãos responsáveis ficaram sabendo da existência da comunidade, que por sua vez foi em busca de seus direitos.

Da mesma forma, o poder público municipal ao seu critério altera as divisões geopolíticas do município, desconsiderando os aspectos da cultura local. Atualmente o Morro do Boi pertence ao Bairro ‘Nova Esperança’, o que direciona as demarcações de endereços e placas locais. Alguns moradores indispostos com isso mencionam que irão apagar a indicação de Nova Esperança da única placa de identificação formal do bairro para ‘Morro do Boi’, indicando assim a forte relação quem mantém com o complexo ‘território Morro do Boi’.

⁴⁷ Bonecas *Abayomi* – arte africana em retalhos com técnica de amarração, desenvolvidas por mulheres negras nos porões dos navios negreiros para a brincadeira de crianças. *Abayomi* significa ‘*meu presente, meu momento*’.

2.1.1.9. Síntese Integrada

Por fim, num esforço de síntese, apresento nos Quadros 5 a 20 os principais aspectos que compõe o cenário socioecológico das praias e bairros da Costa Brava. Tais aspectos referem-se especialmente aos atributos biofísicos e tecnológicos apresentados ao longo deste capítulo. As imagens incluídas nos quadros ilustram cenas do cotidiano da comunidade pesqueira artesanal, bem como das dinâmicas em curso.

Quadro 5: Contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC).

BAIRRO DA BARRA		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Foz do Rio Camboriú - Limite com Rio Camboriú - Rio Camboriú com as margens amplamente ocupadas - Ribeirões comprometidos - Manguezal - <i>Molhe</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - Marina Tedesco - Condomínios em ascendência - Pequenos Comércios - Início da Avenida Interpraias - Balsa - Pedreiras desativadas - Porto dos Pescadores - Peixarias - Unidades de Processamento do pescado - Aspectos culturais - Carreira (estaleiro dos barcos) - Favelas 	<ul style="list-style-type: none"> - Pescadores Artesanais - Cortadores de pedra - Mulheres de pescadores - Famílias Tradicionais - Comerciantes - Pequenos empresários ligados à pesca - Colônia de Pescadores - Casa Linhares - Associação de Moradores Bairro da Barra - Associação Rio das Ostras - Associação dos Broqueiros - Ministério Público Federal
PRINCIPAIS PESCARIAS		
<ul style="list-style-type: none"> - Pesca do camarão sete-barbas - Pesca com redes de espera - Pesca de siri 		

Quadro 6: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Bairro da Barra, município de Balneário Camboriú (SC).

1 a 4) Porto dos pescadores
5 a 7) Unidades de processamento familiar do Pescado/camarão
8) Indicação de venda de pescado direto do pescador
9 a 11) Peixarias/salga de maior porte

Continuação Quadro 6



11



12



13



14



15



16



17



18



19



20

11 a 14) aspectos culturais – Igreja Santo Amaro, Casa Linhares, Casa de Artesanato e um dos grupos de Terno de Reis;
15) Balsa de travessia Rio Camboriú (pedestres e ciclistas), ligando centro e bairro da Barra;
16) resquícios das pedreiras de granito;
17 e 18) Novos condomínios em Área de Preservação Permanente;
19) contraste entre porto dos pescadores e Marina Tedesco;
20) Ribeirões comprometidos.

Quadro 7: Contexto socioecológico da Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DE LARANJEIRAS		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Praia - Restinga - Costão Rochoso - Nascentes - Reserva Particular Patrimônio Natural (Parque Unipraias) - Sítio arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> - Parque Unipraias - Restaurantes - Trilha Ecológica - Estacionamentos - BiciCross - Maricultura - Pesca (tainha e cerco) - Residências - Rancho de Pescadores - Trapiche para atracação 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério Público - Associação de Comerciantes - Associação dos carrinhos de milho - Associação de Moradores - ASMARISCAM - Pescadores
PRINCIPAIS PESCARIAS <ul style="list-style-type: none"> - Arrasto de Praia - Cerco Fixo Flutuante - Maricultura 		

Quadro 8: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Laranjeiras, município de Balneário Camboriú (SC).



- 1) Vista geral da Praia de Laranjeiras;
 2 a 4) Cenas da pesca da tainha;
 5) Trapiche multiuso
 6 a 10) Maricultura: na baía abrigada o cultivo e em terra a comercialização.

Continuação Quadro 8



11



12



13



14



15



16



17



18



19



20

11 a 13) Estacionamentos: com ducha e sombra!
14 e 15) Estação Laranjeiras Teleférico;
16 e 17) 'Boulevard' na saída da Estação Laranjeiras
direciona à praia e às lojas bem ao estilo 'camelô';
18) Beira mar: construções e passarelas sob ação judicial;
19) Construções antigas ainda resistem;
20) Índios? Apenas uma estátua.

Quadro 9: Contexto socioecológico da Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DE TAQUARINHAS		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Praia - Restinga - Costão Rochoso 	<ul style="list-style-type: none"> - Caseiro - Empresários - Pesca da Tainha - Pesca Esportiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério Público -ONG socioambientalista: V-AMBIENTAL - THÁ Construtora
PRINCIPAIS PESCARIAS ASSOCIADAS AO NÚCLEO PESQUEIRO		
<ul style="list-style-type: none"> - Arrasto de Praia 		

Quadro 10: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquarinhas, município de Balneário Camboriú (SC).



Quadro 11: Contexto socioecológico da Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DE TAQUARAS		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Praia - Restinga - Costão Rochoso - Lagoa Costeira - Ribeirões - Cachoeiras - Baía (atracador) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pescador (tainha, cerco, emalhe) - Agricultura de subsistência - Famílias Tradicionais - Pequenos comerciantes - Veranistas - Restaurantes - Pousadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério Público - Associação de Moradores - Escola - Igreja - Assembléia de Deus - Igreja do Bento - Entidade ambientalista - Religiosos (assembléia, católica, Bento) - Pescadores
<p>PRINCIPAIS PESCARIAS ASSOCIADAS AO NÚCLEO PESQUEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Arrasto de Praia - Cerco Fixo Flutuante - Pesca com redes de espera 		

Quadro 12: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia de Taquaras, município de Balneário Camboriú (SC).



1 a 4) A pesca da rede cerco;
5 a 10) cenas da pesca da tainha:
a colaboração, a divisão do peixe, as canoas centenárias e a vivência do conhecimento tradicional.

Continuação Quadro 12

The grid contains 20 numbered photographs:

- 11:** Two people in a kitchen-like setting, one in a blue apron, processing fish.
- 12:** A dirt road leading through a village with simple houses.
- 13:** A sign for 'CRIADOURO NATURAL ATENÇÃO' near a body of water.
- 14:** A sign with text in Portuguese near a water tower.
- 15:** A landscape with trees and a clear sky.
- 16:** A rural landscape with a cow and trees.
- 17:** A person in a white shirt working in a flour mill.
- 18:** A road with large boulders in the background.
- 19:** A red banner with fish patterns and the word 'TAQUARAS'.
- 20:** A group of people gathered outdoors, possibly for a cultural event.

11) Pescador rede de espera com esposa processando pescado;
 12) Vila de pescadores com características locais;
 13 e 14) Regramento local em relação ao criadouro natural da baía e existência da pesca da tainha;
 15 a 17) Agricultura: as plantações de mandioca, o gado e o engenho de farinha que resistem;
 18) A pedra rachada ou pedra do “Ovo”;
 19) O boi-de-mamão, uma iniciativa da escola local;
 20) Grupo “Terno de Reis Taquaras”: manutenção da cultura local –abrangência nacional

Quadro 13: Contexto socioecológico da Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DO PINHO		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
- Morrarias; praia; restinga; costão rochoso; nascentes	- Empresários - Naturismo - Pousadas	- Associação Naturismo - Associação Praia do Pinho
Nenhuma comunidade pesqueira associada diretamente		

Quadro 14: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Pinho, município de Balneário Camboriú (SC).



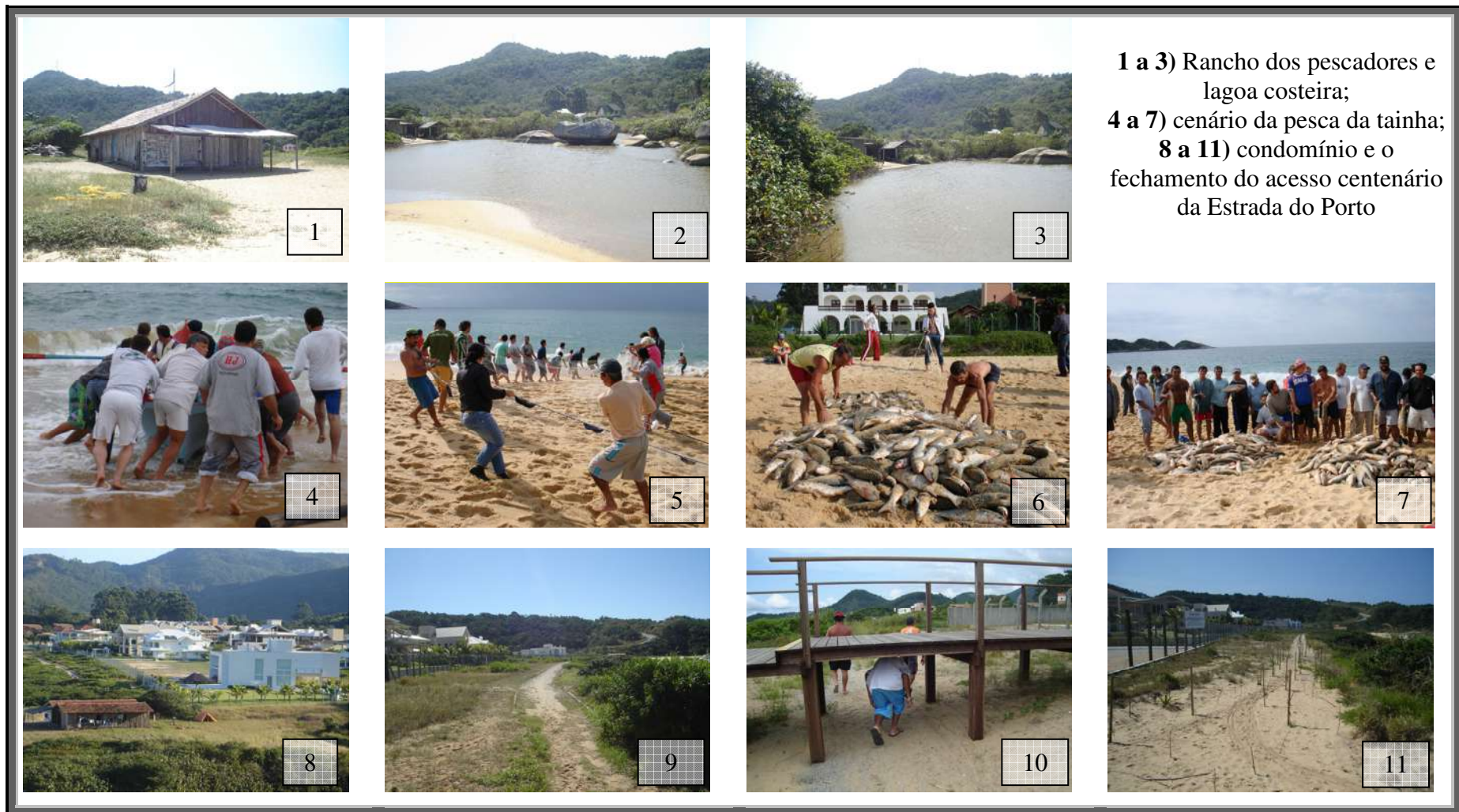



1a 3) imagens da Praia de Naturismo – Praia do Pinho – fotos extraídas do site oficial da praia do Pinho: www.praiadopinho.com.br;
4) Vista do Mirante da Praia do Pinho

Quadro 15: Contexto socioecológico da Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DO ESTALEIRO		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Praia - Restinga - Costão Rochoso - Ribeirões - Nascentes - Sultepa 	<ul style="list-style-type: none"> - Residências - Imobiliária - Condomínios - Pousadas - Restaurantes - Pequenos comércios - Rancho de Pescadores - Engenho de Farinha desativado - Fábrica de Móveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Moradores - Escola - Igreja - Assembléia de Deus - CONSEG
PRINCIPAIS PESCARIAS		
<ul style="list-style-type: none"> - Arrasto de Praia - Pesca com redes de espera 		

Quadro 16: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico Praia do Estaleiro, município de Balneário Camboriú (SC).



Continuação Quadro 16



12



13



14



15



16



17



18



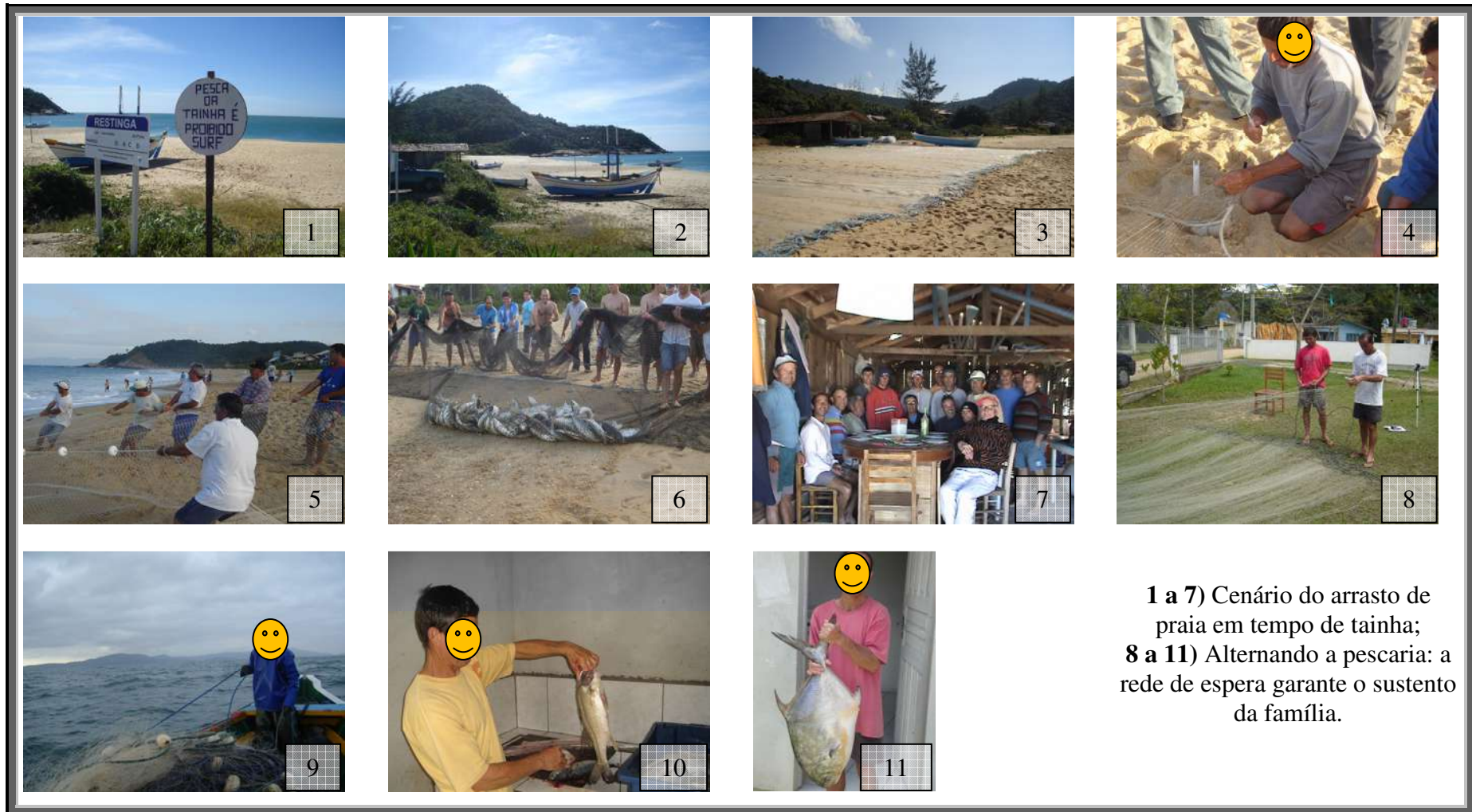
19

- 12 a 13)** Condomínio Vivendas do Atlântico: fechamento da antiga estrada do Porto;
14 e 15) orla marítima descaracterizada com a construção de avenida;
16) antiga casa do Tenente Luiz, um dos fundadores do Estaleiro, datada de julho de 1869.
17) Resquícios da Pedreira da Sultepa (atualmente desativada);
18) Base da Polícia: barganha de empresários;
19) Fábrica de móveis artesanais de uma família tradicional local.

Quadro 17: Contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC).

PRAIA DO ESTALEIRINHO		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Praia - Restinga - Costão Rochoso - Ribeirões - Nascentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Pescador (tainha) - Agricultor - Famílias Tradicionais - Professores e alunos - Religiosos - Comerciantes - Surfistas – Turistas - Casa noturna - Veranistas 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação de Moradores - Escola - Igreja - Assembléia de Deus
PRINCIPAIS PESCARIAS		
<ul style="list-style-type: none"> - Arrasto de Praia - Pesca com redes de espera - Pesca do Camarão sete-barbas 		

Quadro 18: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico da Praia do Estaleirinho, município de Balneário Camboriú (SC).



Continuação Quadro 18



12 e 13) Casas noturnas em Área de Preservação Permanente; **14)** Hotéis de Luxo na beira mar;
15 e 16) Um dia de verão; **17)** Mansões em Área de Preservação Permanente.

Quadro 19: Contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC).

MORRO DO BOI		
DESCRIÇÃO DOS RECURSOS	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	ATORES SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none"> - Morrarias - Ribeirões - Cachoeiras - Sistema Agroecológico 	<ul style="list-style-type: none"> - Residências - Agricultura - Sultepa - Túnel - Pescador - Agricultor - Comunidade remanescente de Quilombolas - Crianças/jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - Associação Quilombola
<p>PRINCIPAIS PESCARIAS ASSOCIADAS AO NÚCLEO PESQUEIRO (aos núcleos pesqueiros da praia do Estaleiro) - Arrasto de Praia</p>		

Quadro 20: Imagens do cenário que compõe o contexto socioecológico do Morro do Boi, município de Balneário Camboriú (SC).



2.1.2. A trajetória de desenvolvimento

Um dos pontos sugeridos por Cazella (2006) para superar os estereótipos normalmente embutidos junto às instituições ligadas ao desenvolvimento, é entender e explicar a dinâmica das mudanças sociais em relação às intervenções externas, bem como os desvios, recomposições e as recusas que os atores locais operam. Neste sentido, importante ter em mente que o território está inserido num *contexto histórico*. No entanto, em oposição aos contextos homogeneizantes da maioria dos estudos históricos, o que se propõe é assumir a pluralidade dos contextos, num esforço de identificar elementos da ‘história longa’ e da ‘história recente’.

Nesse sentido, o estudo das trajetórias de desenvolvimento pode ser visto enquanto pré-requisito para uma compreensão mais lúcida da complexidade embutida nos cenários contemporâneos, na busca da elucidação das novas dinâmicas produtivas para repensar o fenômeno do desenvolvimento na sua configuração territorial (Vieira e Cazella, 2004). Segundo Sabourin e Teixeira (2002:302) o estudo das trajetórias procura analisar as transformações das sociedades rurais pela identificação e pela interpretação das mudanças técnicas, econômicas e sociais. Segundo o autor, esse conceito pode ser definido como a *‘evolução dos recursos produtivos – naturais, humanos, capital e informações – e sua organização no tempo e no espaço, por um grupo de atores sociais, num espaço definido, com o objetivo de manter, reproduzir ou melhorar suas condições de vida’*.

Desta forma, a partir da construção da trajetória de desenvolvimento é possível identificar a evolução dos processos de inovação entre a comunidade e ser um passo fundamental na recuperação da memória coletiva para sistematizar e recolocar numa escala temporal as sucessivas inovações significativas, sendo um primeiro passo na identificação do sistema local de conhecimento de uma região (Sabourin, 2001).

Contudo, levando em conta a essencialidade de não cair numa descrição genérica da realidade irei apontar, a partir da reconstrução da trajetória, os principais aspectos da vida social das comunidades tradicionais pesqueiras do município de Balneário Camboriú, com foco na região Costa Brava. O intuito é identificar as singularidades do desenvolvimento associado a essas comunidades e suas principais transformações, a partir do que elas mesmas pontuam como marcantes. Em outras palavras seria indicar as principais mudanças

significativas para o conjunto do município de Balneário Camboriú, sob a ótica da própria comunidade.

O período para tal descrição vai especialmente da emancipação do município de Balneário Camboriú (década de 1960) até o momento atual. O foco recai em indicar, a partir da representação da comunidade, os eventos marcantes que transformaram de algum modo as relações socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioecológica na escala local e regional. Esta composição será o ponto de partida para propor relações para todo o contexto do centro-norte catarinense.

Primeiramente pontuo, em linhas gerais, a trajetória de desenvolvimento de Santa Catarina, considerada como uma trajetória singular de desenvolvimento, especialmente quando comparada aos demais estados brasileiros. Como agregação, pontuo os reflexos desse desenvolvimento nas especificidades do litoral catarinense. Na sequência, a partir das especificidades do litoral, trago alguns pontos da trajetória do município de Balneário Camboriú e clarifico as principais transformações do sistema agrícola-pesqueiro das praias agrestes (Costa Brava), partindo da reflexão dos eventos ocasionados na praia central. Depois elenco os principais aspectos que compõem o cenário atual da Costa Brava. Por fim, sintetizo a partir de uma linha do tempo, os principais aspectos da trajetória de desenvolvimento do município, juntamente com pontuações relacionadas às dinâmicas socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioecológicas que marcaram a região.

2.1.2.1. O desenvolvimento de Santa Catarina e seus reflexos no litoral

Segundo Vieira e Cunha (2002), o suposto ‘modelo’ catarinense de desenvolvimento merece ser levado em conta numa análise prospectiva sobre os desafios que cercam a dinamização da pequena produção no Brasil, tendo em vista sua trajetória *sui generis*, especialmente relacionada aos demais estados do Brasil. Elementos distintivos desse modelo, explicados pela *ocupação e colonização* do território, foram marcados especialmente pela(s) (Andion, 2007; Vieira e Cunha, 2002):

- a) Estrutura fundiária assentada em unidades de produção familiar que definiram traços particulares dos sistemas produtivos locais, imprimindo características do modo de vida em grande parte da população catarinense;
- b) Características edafo-climáticas e topográficas especiais;
- c) Distribuição bem equilibrada da população e das atividades produtivas no espaço estadual;
- d) Presença de uma rede de instituições (públicas e privadas) promotoras do desenvolvimento local;
- e) Consolidação de um mosaico equilibrado de setores produtivos, alimentados por empresas de pequeno, médio e grande porte;
- f) Descentralização dos pólos industriais e valorização da produtividade do trabalho, com potencial de geração de emprego e renda em função da preeminência da pequena produção;
- g) Baixa intensidade das intervenções governamentais; e
- h) Ausência de grandes aglomerações urbanas.

No entanto, os custos sociais e ambientais desse modelo em crise começam a apresentar sinais de esgotamento a partir do início dos anos 80. O cenário característico dos anos 80 e 90 sugere a ocorrência de uma crise progressiva de identidade do modelo. Crise esta que irá gerar impactos no mundo rural e urbano, fruto especialmente da busca pelo indiscriminado acúmulo de capital (Andion, 2007; Vieira e Cunha, 2002). De maneira geral, os autores pontuam algumas questões prioritárias a serem revistas, reflexos do modelo instituído, tais como, a fragilização da agricultura familiar, intensificação do êxodo rural, urbanização caótica e a redução progressiva do nível de oferta de empregos produtivos.

Importante mencionar que o estilo de colonização adotado favoreceu a formação de comunidades relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcado pela valorização da autonomia local e da coesão comunitária, pelo envolvimento familiar e pelas relações de ajuda mútua. Características que foram decisivas na resistência às crises cíclicas das economias

monoculturas, contribuído para reforçar tendências de crescimento endógeno (Vieira e Cunha, 2002:291).

No entanto, ainda relacionado à colonização catarinense, abro um parêntese, para tratar das relações pouco amistosas especialmente entre indígenas/ocidentais que compuseram o cenário de ocupação e colonização do Estado. A ocupação do território teve início no século XVII com os vicentistas, e prosseguiram no século XVIII com os açorianos, onde estes se impuseram à população nativa composta por índios e caboclos⁴⁸. Segundo Lago (1988), a política portuguesa instituída para salvaguardar fronteiras meridionais, estimulou o povoamento vicentista, concedendo sesmarias, e aguçando apetites mercantis com a comercialização de recursos humanos. Assim, a transferência de indígenas para as áreas agrícolas do sudeste da Colônia Brasileira implicou na violenta supressão de um estoque demográfico que já vinha sofrendo perturbações, especialmente devido ao contato com os ocidentais, portadores de enfermidades para as quais suas resistências eram mínimas.

Desta forma, não só de valores e coesão social foi marcada a trajetória de desenvolvimento de Santa Catarina. O genocídio foi de tamanha amplitude que as marcas da presença pré-cabralina no litoral catarinense desapareceram quase por completo. No entanto, em se tratando do litoral, há que se considerar que as técnicas de captura do pescado, de técnicas para o uso de ervas medicinais e de produtos da incipiente agricultura, ficaram como legado da presença dos primeiros habitantes do Estado (Lago, 1988).

Fecho parênteses, pontuando sobre a segunda imigração que marca fortemente a ocupação e desenvolvimento do Estado. Na segunda metade do século XIX uma grande população de imigrantes europeus, vindos especialmente da Alemanha e Itália constrói uma nova vida no país, atraídos pela fertilidade do solo e pelo clima, ‘desbravando’ a terra catarinense (Lago, 1988), constituindo importantes núcleos agrícolas e pólos industriais.

Sem dúvidas o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e suas transformações são ao longo do tempo geradores de contradições e situações que devem ser permanentemente analisadas em seu curso. Tais apontamentos auxiliam a entender as relações causa/efeito que tal trajetória trouxe para a zona costeira catarinense. Embora tais aspectos sejam de extrema

⁴⁸ O termo caboclo não se refere aqui apenas à características étnicas, resultado da miscigenação de índios, brancos e negros, mas também a uma caracterização social, conforme definida por Bloemer (200) *apud* Andion (2007).

relevância, Araujo (2008) alerta que na maioria dos estudos sobre a zona costeira catarinense o contexto histórico é apresentado de forma homogênea, apontando apenas a colonização açoriana até o período atual, sem mencionar singularidades de todo processo de desenvolvimento.

Neste sentido, chamo atenção que o desenvolvimento do litoral está fortemente marcado pelas influências do sistema turístico, tanto pelos seus atributos naturais e turísticos, como por outros atributos, mais ou menos presentes ao longo do litoral nos tempos atuais. Assim, como contexto, um ponto a ser considerado na trajetória de desenvolvimento em termos de Santa Catarina, refere-se aos circuitos de locomoção. Lago (1988) descreve que durante muito tempo o acesso rodoviário era por demais precário e os veículos automotores somente ganharam popularidade a partir da revolucionária metodologia de produção em série iniciada por Henry Ford, em 1913.

Associado a isto, o autor salienta o papel da aristocracia de Itajaí, Blumenau, Joinville e Florianópolis, em meados da década de 1920 e décadas além, em atingir as praias do litoral catarinense. Mesmo que o uso dos atributos paisagísticos destas praias por parte de populações não-residentes nos locais fosse esporádico, como um acontecimento inusitado, ou eventual ‘piquenique’ até finais da década de 50, as relações homem/paisagem turística estabelecidas trouxeram reflexos aos hoje municípios litorâneos. O autor ainda menciona que as embrionárias relações com a qualidade paisagística das praias da Ilha de Santa Catarina acionavam um desvio de contatos mais habituais com Camboriú, pioneiro *pólo turístico* do estado.

Com isso, a paisagem do centro-norte já representava na década de 1940-1950, como o grande centro de convergência de movimentos de veraneio cujas áreas de irradiação compreendiam os principais centros urbanos do litoral e encosta: Blumenau, Brusque, Florianópolis, Itajaí, outros. Eram raros os ocupantes de outros estados, embora paranaenses de Curitiba começassem a surgir, (especialmente depois da construção da BR-101). Assim, um novo marco de rupturas e resistências, em termos de turismo em SC, foi a década de 1970. A construção da BR-101 que atravessou o território deixou à vista as belezas quase escondidas de enseadas azuis, praias brancas e abrigadas, lagoas de pesca, ilhas e promontórios (Lago,1988).

De tal modo, é possível delinear em linhas gerais que a trajetória de desenvolvimento do litoral catarinense indica um padrão de economia de subsistência, baseada principalmente na combinação da agricultura familiar e da pesca artesanal. Estas, no entanto, começam a ser desestruturadas pelas atividades relacionadas com o turismo de massa, em ascensão no início dos anos 1970. Desde então, o crescimento vertiginoso da demanda turística associada à pressão dos empreendedores imobiliários e à ocupação desordenada do espaço vêm comprometendo significativamente a resiliência ecossistêmica e a qualidade de vida da população residente do litoral.

Enfim, as zonas costeiras continuam, cada vez mais, expostas aos efeitos deletérios da especulação imobiliária e de um perfil de ocupação dos espaços e de promoção do turismo de verão e de lazer com alto impacto destrutivo sobre o meio ambiente biofísico. Sem falar dos impactos sobre a qualidade de vida, especialmente das comunidades locais, que têm sua cultura e seu modo de vida irremediavelmente afetados. Reflexos socioambientais e culturais que comprometem a própria manutenção da atratividade turística (Lins et al., 2002). Tais reflexos são desta forma delineados no item a seguir.

2.1.2.2. No contexto do litoral centro-norte catarinense, o município de Balneário Camboriú

O engajamento efetivo de SC no setor de turismo foi impulsionado a partir dos anos 70, conforme já mencionado. Entretanto, a sedução da orla marítima se fez sentir já desde o início do século XX, estimulando a instalação de residências secundárias, ou casas de praia, por grupos sociais que habitavam áreas mais ou menos próximas do litoral. Essa relação precursora com o mar, vinculada ao principal atributo turístico de SC e ao fator que, de longe, mais afeta as decisões dos visitantes, ocorreu, sobretudo, na área que hoje corresponde ao município de Balneário Camboriú. Atualmente um dos núcleos de turismo receptivo de maior destaque no sul do Brasil, impulsionou nos últimos anos, uma vertiginosa expansão das respectivas atividades em vários outros municípios (Lins et al., 2002), com o reprodutivo reflexo do desenvolvimento de BC.

O desenvolvimento socioeconômico de Balneário Camboriú iniciou a partir da sua emancipação política, quando o turismo começa a despertar como grande e lucrativa atividade

econômica. Mas antes de se tornar município de Balneário Camboriú, este pertencia a Camboriú, sendo que tal área era pertencente a outros municípios, os quais foram: Itajaí, Porto Belo e antes ainda São Miguel e São Francisco, época esta em que o rio servia como divisa (Corrêa, 1985).

Situação marcante ainda na memória dos moradores mais antigos que mencionam a forte relação da ‘praia’, com ‘Camboriú’:

“Camboriú era mãe da praia, não te esquece disso” (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

“Porque a praia aqui era mandada por Camboriú. Camboriú lá que era município aqui da praia” (O Pioneiro, 82 anos, reside em Balneário Camboriú desde os 16 anos).

O primeiro morador de Balneário Camboriú foi Baltasar Pinto Corrêa⁴⁹, vindo de Porto Belo. Estabeleceu-se no morro Canto da Praia, hoje Bairro dos Pioneiros, recebendo sesmaria em 1826. Baltasar fundou o povoamento, chamado Bom Sucesso, nome inspirado no êxito que logrou em sua expedição e do resultado obtido em seus empreendimentos agrícolas. Manoel Germano Corrêa, bisneto de Baltasar Pinto Corrêa, foi o mais antigo pescador que se conheceu (Corrêa, 1985). Ainda relacionada aos primeiros colonizadores da região, Rebelo (1997) pontua que Camboriú não recebeu especificamente casais de açorianos e que os portugueses vieram também de modo indireto, oriundos ou não, dos casais da Baía das Garoupas (atual Porto Belo), de São Paulo de outras localidades, notadamente da Ilha Capital.

Segundo informações de Corrêa (1985), em 1884, o local já apresentava um ponderável número de habitações e um formidável desenvolvimento na agricultura, com dignas condições político-administrativa independente, resolvendo por isso o presidente da Província, Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa, desmembrá-lo de Itajaí conforme se verifica pela Lei 1.076 de 5 de abril de 1884. Sua instalação ocorreu na Barra (atual Bairro da Barra), sede do município da época, em 15 de janeiro do ano seguinte.

⁴⁹ Menciono aqui o primeiro morador, entendendo-o como o primeiro colonizador, uma vez que a presença indígena era marcante já em todo litoral catarinense. Conforme registros do sítio arqueológico encontrado na Praia de Laranjeiras e já mencionado no item anterior. Os índios que habitavam o litoral pertenciam à tribo Carijó, primitivo Guarani. Conforme Corrêa (1985), no interior do município, habitava ainda o Botocudo. O índio Botocudo era arisco e feroz defensor de suas terras.

Seguidamente, através da resolução 96 de 4 de fevereiro de 1890 foi transferido a sede para o ‘Garcia’ (atual Camboriú), e pela Resolução 1.233 e 1.236 de 2 de agosto de 1894, foi criado na Barra o Distrito de Paz e o Distrito Policial respectivamente. Tendo em 1890, a sede do município transferida para a ‘Vila do Garcia’, e assim a barra litorânea voltou a ficar esquecida. Já o Arraial dos Garcia cresceu e tornou-se grande com o plantio do famoso “café sombreado” e suas jazidas de mármore, granito, pedras calcárias e outras riquezas minerais. Esta época foi também marcada pelo movimento republicano. Em Santa Catarina, o primeiro ‘clube’ do Partido Republicano Federativo da Província, foi fundado em Camboriú, no dia 1º de maio de 1887, sendo presidente Manoel Anastácio Pereira. Por este fato, Camboriú é considerado o berço da República no Estado de Santa Catarina (Rebelo, 1997).

É importante frisar que nesta época a agricultura era valorizada e a faixa litorânea desprezada.

Neste tempo a praia era um lugar inóspito. Nada valia. O solo às vezes arenoso, às vezes pantanoso, não permitia a colheita. Apenas vegetava a restinga litorânea. Por esta época, quando se queria ‘xingar’ uma pessoa, dizia-se: “vá para a praia”. Era o pior lugar que existia. (Corrêa, 1985:X)

Segundo o autor, chegou o tempo, que a vida criou nas pessoas o desejo de evasão. A mentalidade das pessoas foi mudando e as praias apareceram como antídoto para os males da vida trabalhosa, tornando-se indispensável usufruí-la em tempo de férias. Foi a época em que os rios foram perdendo seu lugar de importância para as praias. Com isto a costa catarinense ‘florescia’.

Até 1925, a praia era quase deserta, emoldurada apenas por árvores e centenas de gaivotas que sobrevoavam e descansavam tranquilamente, sobre as areias macias da maravilhosa praia, tão somente habitada por modestos pescadores, únicos que denotavam interesse por ela (Corrêa, 1985:26).

A partir de 1926, começaram a apontar no centro da praia, as primeiras casas de veraneio construídas pelos teuto-brasileiros vindos do Vale do Itajaí, principalmente Blumenau, o mais importante núcleo emissor de turistas, no início do século. Foram eles que descobriam esta praia como excelente ponto para o seu lazer, trazendo as primeiras excursões de ‘fins de semana’. Em 1928, Jacó Alexandre Schmidt instalou o primeiro hotel nesta praia – Hotel Jacó. Além disso, foi notável a presença de famílias tradicionais, de razoável poder

aquisitivo de Blumenau, de Brusque, de Rio do Sul e outras. Estas construíram suas finas residências em BC, contribuindo para o fortalecimento do povoamento, trazendo sensíveis benefícios à economia do município. A vinda destes moradores foi bastante marcante, e suas presenças responsáveis pelo rápido crescimento que se verificou, principalmente até 1950. Com a eclosão da Segunda Guerra, os teuto-brasileiros foram afastados da orla marítima. Findo o conflito, reiniciou o afluxo de turistas de origem alemã, e em número ainda mais acentuado, até por volta da década de 1960 (Corrêa, 1985:26-27).

A partir de então, mudou-se o destino da Praia de Camboriú. Os teuto-brasileiros trouxeram o progresso e o desenvolvimento para o Balneário. Por fim muitos turistas alemães construíram suas casas, dando na época aspecto arquitetônicos da praia, um estilo germânico inconfundível.

Foram os alemães que começaram esta moda de banhos de mar. É coisa nova. Obra de uns vinte e cinco anos pouco mais ou menos. Penso que foi em 1928 que o Jacó Schmitt botou o primeiro hotel da Praia, o mesmo Miramar de hoje. Logo depois, D. Mimi Honkel também abriu uma hospedaria ali onde está o 'Balneário'. E daí para cá é que começou o movimento. Depois da instalação dos hotéis é que os terrenos começaram a encarecer. A pobreza foi procurando os morros, os verdadeiros donos da praia que são os pescadores, esses coitados, acharam melhor vender os seus terrenos aos banhistas para aproveitar o preço e desapareceram. E hoje só quem é rico pode ter um terreno aqui... Joga o chapéu com violência na areia e pergunta: - Então pescador pode pagar terra a seis contos o metro? ("Duas Palavras", entrevista que concedeu Manoel Germano Corrêa para o Álbum Descritivo Fotográfico em abril de 1952 apud Corrêa, 1985:27).

A forte transição, a partir de 1926, de ocupações marcadas por ranchos de canoas e “casebres” de pescadores para a construção de residências especialmente pelos alemães, fica registrado com o número de construções requeridas ao longo das décadas em Camboriú. A Tabela V, a partir dos dados de Isaque de Borba Corrêa (1985) demonstra a grande expansão da praia central, já a partir da década de 1950:

Tabela V: Número de casas requeridas em Camboriú (SC) no período de 1948 a 1952.

Ano	nº de casas
1948	41 casas
1949	59 casas
1950	62 casas
1951	71 casas
1952	620 casas

Finalmente a Resolução nº 2, de 18 de fevereiro de 1959, criava o Distrito de Praia de Camboriú, e posteriormente o município de Balneário Camboriú, através da Lei Estadual nº 960 de 8 de abril de 1964. No entanto, vale ressaltar que a criação tanto do Distrito da Praia de Camboriú, como do município foram eventos marcados por negociações políticas obscuras e interesses pessoais dos políticos da época. Segundo Rebelo (1997:62), o desmembramento começou com a criação do Distrito da Praia de Camboriú, que ‘crescia assustadoramente’, após o que bastaria ir rompendo resistências e, através de conchavos, arrancar a principal fonte de renda de Camboriú, para oportunizar a realização de projetos políticos pessoais, de muitos envolvidos nesse processo⁵⁰.

Ainda mais tumultuadas foram as sessões que marcaram o desmembramento definitivo do distrito da Praia de Camboriú para município de Balneário de Camboriú. Várias sessões com votações secretas, em caráter de urgência, marcaram a emancipação do município. Houve resistência de vereadores, principalmente Francisco Barreto. Para muitos a separação não era algo natural, e sim algo difícil que os vereadores negavam-se a reconhecer, em função do pouco benefício que traria aos camboriuenses⁵¹. Esse tom de negociações políticas que marcaram a emancipação do município estão presentes até os dias de hoje.

⁵⁰ A criação do Distrito foi aprovada por unanimidade dos vereadores Luiz Vieira dos Santos, Antonio Fadel Filho, Gilberto Américo Meirinho, Domingos Fonseca e Amadio Dalago. Luiz Vieira dos Santos era presidente da Câmara e de tão orgulhoso que estava, mandou registrar em Ata da Câmara os seguintes dizeres: “*Camboriú cresce assustadoramente. A criação do Distrito da Praia de Camboriú é uma necessidade urgente porque a Administração Municipal funcionará mais eficientemente com a instalação de uma Intendência Distrital naquele futuro pedaço de terra*”. (Rebelo, 1997:61-62). Gilberto Américo Meirinho foi um dos que na ocasião apresenta o projeto de lei para criar o distrito da Praia de Camboriú. Em 1973, torna-se prefeito do município de Balneário Camboriú.

⁵¹ Em relação a isso, com a emancipação, segundo Rebelo (1997:64), “*Havíamos, ali, perdido uma das porções mais belas do município. Perdemos, ainda, a nossa principal fonte de renda e de alimentos, pois havíamos perdido o mar*”. O autor ainda reitera que o decreto de emancipação concedido pelo Governador Celso Ramos, que revolucionava na época a economia do Estado, com fundamentais melhorias, não sabia, com certeza que representava o atestado de óbito de Camboriú.

A partir da emancipação e da alteração do nome para BC no final da década de 1960, novos agentes assumem importante papel para o município, pois toda a estrutura política é criada para gerir o município que inicia seu processo de desenvolvimento. Com a construção da BR-101, na década de 70, inicia-se de forma acelerada o estabelecimento de uma rede viária urbana local bem definida, com o incremento da rede hoteleira. A ocupação da faixa paralela a linha da costa se intensifica. Neste momento várias residências que se situavam em frente da praia são transformadas em hotéis, prédios residenciais e comerciais (AMBINAT, 1997).

Já na década de 50 é instalado o Hotel Fischer, grande referência do ramo hoteleiro, até os dias atuais. Na década de 60, a participação do Sr. Osmar Souza Nunes, da cidade de Itajaí, inicia a construção do mais famoso hotel de BC, com arquitetura redonda, o Marambaia Cassino Hotel (Corrêa, 1985). A geração Nunes vai ser por quase duas décadas, desde o início da década de 1990, responsável pela secretaria de turismo de Balneário Camboriú. A permanência e “personificação” durante onze anos exercendo o mesmo cargo público e ‘político’, de certo modo impôs a política desenvolvimentista, que priorizou o turismo de massa na cidade.

O setor da construção civil, aliado ao incremento do turismo, passa a dominar o cenário econômico e político local. Mais acomodações são rapidamente construídas e a rede hoteleira distancia-se cada vez mais da praia, pois agora os espaços são cada vez mais restritos. Estes eventos marcam a década de 1980, juntamente com o número de turista que passa a ser maior que a população permanente.

Sem dúvidas, a partir da emancipação, a ‘praia de Camboriú’ passa a assumir um importante papel para a economia do município. Na realidade, a atração maior passa a ser a orla marítima com sua praia, suas águas límpidas e transparentes, a areia branca, a vegetação exuberante e o seu belo rio desaguando ao sul da enseada. No entanto, esse processo de urbanização extingue com grande parte dos recursos naturais, num processo que Corrêa (1985) descreve como “as lagoas que cederam lugar aos arranha-céus”:

Um aspecto interessante que fazia parte da antiga paisagem de nossa praia e que com o tempo foi desaparecendo, eram as lagoas. A área correspondente à zona urbana da cidade era quase toda tomada por elas. Com a chegada do progresso, estas lagoas foram dando lugares aos gigantes de cimento armado que se estendem por toda a vasta orla da nossa praia. Ao longo da praia,

desembocava mais sete lagoas, além da Lagoa Seca. Tais eram: Lagoa da Ponta, Lagoa da Tila, Lagoa dos Pombos, Lagoa do Fonseca, Lagoa do João Venâncio, Lagoa do Zé Caldeira e a Lagoa Grande (Corrêa, 1985:79).

Da mesma forma, isso é lembrado pelos moradores nativos que mencionam sobre a importância dessas lagoas e como a praia era marcada por aspectos naturais importantes:

A beira da praia era tudo cheio de banhado, cheio de lagoa. Cheia de rio, cheia de lagoa. Hoje modificou tudo. Por exemplo, ali na praça Tamandaré, da praça Tamandaré até lá na Barra Norte, que é o Marambaia, nos fundos do Marambaia não tem uma ponte? Tem uma lagoa ali atrás. Da Praça da Tamandaré, pela Avenida Brasil, saía no Marambaia, tu podia entrar de barco e sair de barco, tanto lá, como aqui. Era uma lagoa. Um rio, igual esse que nós temo aqui [referindo-se ao Rio Camboriú]. Se duvidar é mais largo que esse que nós temo aqui. Muita gente não conhece Tinha um velho, um tal de Germano que eles falavam, lá no Marambaia eles pegavam tainha ali, nos fundos do Marambaia, eles tocavam a rede e pegavam tainha. Hoje é tudo asfalto.(...) Até 62, 63 ainda existiu, depois foram aterrando tudo. De 62 até 65, por aí. Foram aterrando...

(...) Isso aqui não tinha ninguém, isso aqui não passava nada. Isso aqui era cheio de mato. Isso aqui era tudo mato, banhado, brejo, lagoa, rio. Nós mal vinha na Avenida Brasil. Na Avenida Brasil, era posto de ferro, da linha telégrafo. Nós vinha ali cortar capim de colchão. É um capim bem fininho, vinha aqueles toíça bonita de colchão. Marcela pra fazer travesseiro. Quando não tinha capim, era palha de milho. (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos)

Mesmo diante deste cenário em potencial, o município o desconsiderou e seguiu com grande destaque na indústria da construção civil, e do setor terciário, a partir das atividades turísticas e comerciais, responsáveis pelo dinamismo e crescimento do município. Durante este processo, a administração pública, não hesitou em deixar claro o destaque nacional recebido a partir de suas políticas, mesmo diante da grande degradação socioambiental. De certo modo, o destaque do município em âmbito nacional mascarou os problemas socioambientais em grande ascensão no município, corroborados por uma sociedade pouco organizada e sem a presença de nenhum movimento contrário as políticas instituídas. Esses mecanismos de organização social não aparecem, nem mesmo por meio de associações locais ou instituições religiosas, e menos ainda pela presença de movimentos sociais.

Assim, BC seguiu mantendo a imagem de pólo turístico e de destaque no cenário nacional, justificando ser capaz de atender as exigências dos milhares de visitantes durante todos os meses do ano. De acordo com dados da EMBRATUR de 1999, BC foi considerado o 6º município que mais recebeu turista estrangeiro. A cidade também foi considerada com

melhor qualidade de vida de SC, entre os 293 municípios, de acordo com pesquisa do Governo do Estado e dados do IBGE (Dados de 2002/Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM). Em termos de Brasil, a cidade está entre as 10 primeiras colocadas, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), elevando o nome do município em todo território nacional e exterior (Fonte: Arquivo Histórico Balneário Camboriú).

Mesmo assim, cabe reiterar que a década de 1980 dá início a um cenário, sem dúvidas de contradições. Ao mesmo tempo em que a cidade cresce e “desenvolve”, põe em risco o cenário socioambiental. Reflexos da degradação são vistos a partir da verticalização da linha da praia que compromete os níveis de insolação. Os níveis de balneabilidade caem assustadoramente, os cursos d’água (córregos, ribeirões e lagoas) são canalizados e transformados em vias de transporte de efluentes que são lançados ao mar. Os alagamentos são recorrentes devido à falta de planejamento da drenagem pluvial, o asfaltamento de quase toda a planície ocupada compromete a impermeabilização do solo por completo, além da invisibilidade das comunidades tradicionais que ali residiam. Todos estes fatores, legitimados por um plano diretor centralizador que desconhecia a realidade e as reais necessidades de infra-estrutura, priorizando apenas uma política desenvolvimentista justificada pelo jogo de interesses políticos e de empresários locais.

Tal perspectiva desenvolvimentista é explicitada com o amplo crescimento econômico de alguns setores e logicamente o declínio dos setores tradicionais. E neste cenário galopante de crescimento econômico, ficam tangenciadas as transformações que marcaram a trajetória do *sistema agrícola-pesqueiro* de Balneário Camboriú que não obteve nenhum incentivo, além o de ser extinto. Desta forma, com o intuito de trazê-lo à tona, apresento alguns pontos para entender os reflexos que este modelo alcançou, excluindo as comunidades tradicionais, especialmente os pescadores-agricultores artesanais. E neste propósito acrescento a trajetória ainda recente das comunidades tradicionais da Costa Brava, como aprofundamento na busca de identificar como elas percebem os principais aspectos dessa trajetória que marcou a região.

2.1.2.3. Declínio e resistências do sistema agrícola-pesqueiro da Praia Central

Os pescadores artesanais, que nos estágios de exploração e desenvolvimento de Balneário Camboriú realizavam suas atividades na praia e ao longo do rio foram ao longo do processo sendo ‘confinados’ e restando apenas uma deficitária infra-estrutura para a sua sobrevivência e consequentemente da atividade. A consolidação urbana voltada exclusivamente ao turismo foi transferindo as áreas antes ocupadas pelos pescadores à construção de marinas, trapiches, sempre com predominância as atividades ligadas ao turismo. As tradições culturais da população original também foram perdidas inclusive com a diminuição da população pesqueira artesanal. Sem falar é claro do aspecto agrícola que marcou fortemente um longo período de vida das comunidades tradicionais. Tal período é referendado pelos moradores antigos, conforme visto a seguir:

Não tinha nada. Trabalhavam na roça. Isso aqui pra baixo era tudo um pomar, café, laranja, banana, jabuticaba, abacate. Naquele tempo todo mundo trabalhava na roça. Eu tive engenho de farinha. Eu tinha, minha morada era lá embaixo, daí eu vendi, porque lá embaixo era areia, chegava no verão, secava tudo. Ai eu tinha vaca de leite, tinha junta de boi. Daí eu comprei aqui. Aqui tinha uma pastagem bonita. Aqui faz 48, que eu comprei aqui. Aqui tinha engenho, tinha lá embaixo e tinha aqui. (O Pioneiro, 82 anos, reside em Balneário Camboriú desde os 16 anos)

A partir da fala do *Pioneiro* é possível identificar os valiosos elementos que marcavam a vida nativa, como os engenhos, a atividade agrícola. O ‘não tinha nada’ que compõe a sua fala está muito mais associado ao comparativo feito ao que hoje é o município, do que pela desvalorização dos aspectos da vida cotidiana em tempos anteriores. Ainda mais intenso, são alguns aspectos que marcavam as relações pessoais e comunitárias estabelecidas e vivenciadas na época. Um forte sentimento de pertencimento ao lugar que se perdeu com a vinda dos ‘estranhos’, que aos poucos se tornaram maioria na praia. Da mesma forma o senso de comunidade já mencionado nesta pesquisa, tornou-se difuso, fragilizando as relações e o fortalecimento da identidade individual e coletiva desse grupo social. Além disso, aspectos da vida cotidiana, como a ‘tranquilidade’ são mencionados. Elemento subjetivo, mas muito presente na fala dos moradores que vivenciaram as transformações da praia central e consequentemente de suas vidas.

Hoje eu vou na Barra sul, eu corro essa praia toda, eu não vejo ninguém pra dar bom dia, boa tarde, boa noite, seja lá o que for. Não tem ninguém do lugar, hoje é só gente estranha. Não acho ninguém do lugar pra dar bom dia (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

Mudou de 1960, 1965 foi mudando, foi mudando e cada vez mais prédio, mais turista, mais gente e daí foi...porque a praia mesmo começou foi de uns 30 ano pra cá. Começou o movimento, hoje tá essa coisa aí que ninguém sabe mais o que que é. Essa praia aí era quase tudo do meu pai e da minha vó. Era quase tudo deles, era da mãe do meu pai. Depois eles foram vendendo, trocava um lote de terra por um saco de farinha, um saco de arroz. Trocava por um peixe. 'Ah, quero fazer uma casa, mas não tenho lote, ah, então vai lá e pega pra ti'. Não se vendia, dava! Pra que dinheiro? Não tinha dinheiro, ninguém precisava de dinheiro. Todo mundo tinha. Os velho morreram sem nada, pelado (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

Só que hoje em dia, naquele tempo, como esse meu terreno, não tinha nada cercado, não tinha cerca, não tinha nada. Você podia dormir com as porta aberta, as janela aberta, não tinha medo de nada. Hoje em dia quanto mais cresce a cidade, mais bandido tem. Hoje é tudo cercado, porque é muita gente demais. Tem gente boa, mas também vem coisa ruim que não vale a comida que come. E bandidagem. Hoje não pode ter nada aberto (O Pioneiro, 82 anos, reside em Balneário Camboriú desde os 16 anos).

Antes era melhor. Eu acho que era. Porque não tinha nada de droga, não tinha nada. Os homens pegando essas mulheres. Tudo gente boa. Pra quem viu naquele tempo e vê agora. E hoje vê essa crise que ta aí. Isso foi de uns 15, 20 anos. Ninguém via briga nada. Tinha baile, dançava todo mundo, não tinha briga. Não tinha bebida (Esposa de Pescador, 62 anos, moradora nativa da praia central).

Estas transformações estiveram marcadas primeiramente com a chegada da energia elétrica ao município, quando este ainda pertencia a Camboriú. Posteriormente, com a construção da BR-101, outro ciclo de crescimento envolve o município e da mesma forma não prioriza a manutenção das atividades agrícolas.

Começou mudar o Balneário quando veio a luz pra praia. A luz já vai uns 50 e poucos anos. (...) Camboriú lá que era município aqui da praia. Camboriú era tudo mato, não tinha nada de diferente. Aí veio a luz, quando veio a luz, ainda Camboriú mandava aqui Balneário. A gente pagava o imposto la, eu me casei la, morava aqui, mas naquele tempo aqui não tinha igreja não tinha nada, não tinha padre. Eu casei lá em Camboriú, na igreja lá em Camboriú (O Pioneiro, 82 anos, reside em Balneário Camboriú desde os 16 anos).

Assim como a atividade agrícola, a pesca artesanal sofreu fortemente os prejuízos da especulação imobiliária na praia central. Fortemente associada à vida agrícola, a pesca teve seu ciclo de prioridade, decadência e ao mesmo tempo resistências. Com a maior demanda turística, inicia-se também, um maior envolvimento entre a população residente e os pescadores artesanais, especialmente da barra do Rio com a população turística. Passa a ser uma prática comprar o peixe fresco do pescador, fato que refletiu no auge da ‘banca do pescador’ localizada na Barra Sul até a década de 1990. No entanto, mesmo diante da sua expressão e tradição, foi extinto por negociações políticas, cedendo lugar a formas desordenadas de ocupação “a beira rio”, como marinas, trapiches e demais infra-estruturas de lazer e turismo.

Tais práticas refletiram na crescente decadência da atividade já na década de 1990. Medeiros et al. (1996) identifica que a população pesqueira artesanal que reside na cidade afirma não valer mais a pena realizar as atividades pesqueiras. Filhos de pescadores artesanais já não se interessam em continuar a profissão dos pais, refletindo fortemente na continuidade da atividade.

Outro exemplo relacionado com o declínio e da mesma forma resistência dos pescadores artesanais da praia Central está relacionada ao arrasto de praia. Pescaria tradicionalmente marcada por um sistema coletivo de captura, não suportou a forte pressão e domínio da especulação imobiliária, restando apenas alguns grupos de resistência que mantêm a atividade, durante todo o ano, e outros com maior intensidade (nos meses de maio a julho), quando na época da Tainha (*Mugil spp*). Esses grupos foram direcionados a residir distantes da praia, além da perda da mínima estrutura de pesca, fortemente relacionada aos ranchos de pesca.

Tinha rancho sim. Ai foram vendendo o canto da praia todo. Foram fazendo prédio, foram acabando tudo. Faz uns 30 ano, 30 ano pra cá, 35 ano. Era nessa praia a fora toda ai. Todo lugar tinha rancho. Ali não tinha avenida, naquele tempo não tinha avenida. Era tudo coimbro assim. Ai foram fazendo prédio, foram indo, até que acabaram com tudo (...) a cidade foi crescendo foi acabando os pescador né? Mas lá pra baixo ainda tem o Fernando, tem o Zeca, puxo todo dia (O Pioneiro, 82 anos, reside em Balneário Camboriú desde os 16 anos).

Tinha, tinha. Prefeito. Carregou tudo. Não deixou mais fazer, que era tempo do Pavan. O Pavan é o maior desgraçado de prefeito, foi o Pavan. Esse miserento ai. Miserento! Foi um desgraçado! (...) a minha rede foi mais presa, por causa do Pavan. A minha rede foi mais presa na primeira vez que ele foi prefeito, primeira vez, faz quantos anos? Não me

lembro agora [1ª gestão de 1989 à 1992]. Ele mandou prender tudo isso ai. Ele não queria rede aqui na praia. Queria nada, não queria que ninguém pescasse, desgraçado. Mas agora o Piriquito ganhou. Prometeu de fazer um rancho. Em Itapema tem rancho, em Bombas, Bombinhas, Canto Grande tem rancho. Isso é uma atração turística né? Atração pro turismo. Na Itapema, na frente daquele hotel grande, tem um rancho de tijolo a vista, grande bonito, em cima de vidro. O cara tem congelador, tem balança, tem as canoa, corda tudo. Hoje não tem nada, não deixaram mais fazer, porque é praia de turismo, não sei o que. Mas hoje toda a praia é de turismo, Bombas, Bombinhas, Canto Grande, Porto Belo, é tudo praia de turismo. Todas as praia tem, retiro dos padre, praia do, toda praia tem rancho, aqui nós não podemos ter será? Por que não tem? Fica tudo jogado na praia. Não custa 500 conto, 1000 reais uma rede dessa, uma canoa hoje de fibra custa 5, 10 mil reais. Tu não compensa gastar esse dinheiro pra ta ai na praia jogado. Eu tenho duas rede la na praia, ta emborcada la, consertando, então fica tudo jogada na praia, não tem um rancho pra colocar. Segunda-feira cheguei pra pescar, cheguei a canoa abriu, rachou de fora a fora, um pedaço. Turma de desgraçado, o turista ai vão lá, botaram o pé em cima, tive que gastar quase 200 conto pra arrumar ela. Tive que comprar ferro, corda, parafusar tudo. Fica lá na praia jogado, quebro o remo, corto a corda, quebro tudo. Corda minha já roubaram um monte, não do conta a comprar⁵².

A partir da fala desse informante é possível identificar que este reconhece a situação da sua profissão e da mesma forma, identifica caminhos e soluções a serem construídas com a participação do poder público. A relação posta entre turismo e pesca, é por um lado vista como uma possibilidade, se esta for direcionada para uma valorização mútua, tanto da atividade pesqueira, como do turismo. Por outro, menciona que no quadro de desvalorização que hoje se encontra, o turismo ocasiona prejuízos tanto econômico, como sociais aos pescadores da praia central.

Conciliar tais atividades consiste num grande desafio, especialmente num processo de urbanização da atividade pesqueira, que necessariamente exige um comportamento institucional diferenciado. A situação da urbanização dos pescadores foi descrita e analisada por Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), por ser um fator muito importante em muitos estados do Brasil, mas sobretudo nas regiões sudeste/sul. Tal situação obriga os pescadores a deslocar-se para as periferias das cidades costeiras, por uma série de fatores, como: a) aumento do turismo, das residências secundárias (de veraneio) e da especulação imobiliária que resultou, freqüentemente, na venda ou expropriação das terras e praias; b) o abandono de atividades agrícolas e extrativistas; c) a inexistência de infra-estrutura de desembarque (gelo,

⁵² Para preservar o informante, em função da fala direcionada a outras pessoas, não irei mencionar suas características, para que sua identidade seja preservada.

óleo) nas comunidades e disponíveis em centros urbanos; d) a proximidade dos mercados nas cidades; e) a carência de serviços de saúde e educação nas comunidades e a presença, ainda que precária, nas áreas urbanas e periurbanas e; f) a implantação de unidades de conservação de proteção integral, com a expulsão dos pescadores.

Os autores ainda ressaltam os reflexos dessa migração interna para as periferias:

A mudança para as periferias das cidades, foi na maioria dos casos, traumática para os pescadores artesanais que, em geral, passaram a viver em favelas ou bairros recentes, com pouca ou nenhuma infra-estrutura, muitas vezes longe da praia e de seu lugar de trabalho. Este processo é de fundamental importância para as políticas pesqueiras públicas, uma vez que o apoio à pesca artesanal urbana deve ser diferente daquele dado às comunidades pesqueiras, distantes dos centros urbanos. Muitas vezes esses pescadores passam a exercer atividades urbanas (construção civil, serviços, turismo) nas entressafras pesqueiras (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007:51).

Tal migração ocorreu em BC, refletindo no distanciamento dos pescadores da 'beira da praia', potencializando a perda da solidariedade existente nas comunidades litorâneas, fundamentais em se tratando de territórios. Vale salientar que o processo de expropriação dos pescadores não direcionou nenhuma organização sociopolítica, no sentido de reagir e garantir a manutenção desses espaços-territórios originais. Da mesma forma, nenhuma iniciativa do poder público foi efetivada, demonstrando o perfil tecnocrata fortemente instituído na administração pública. Sem cair na falácia de que o 'pescador artesanal é passivo e não sabe defender seus direitos' (Diegues, 2004), os pescadores artesanais da praia central mostraram-se pacíficos, mas não passivos diante do processo. Numa luta silenciosa e diária, resistiram aos interesses da política desenvolvimentista e da mesma forma mantiveram a tradição de ser pescador, ainda que presente minimamente.

Dos sete pontos do arrasto de praia existentes antigamente, restam hoje apenas três grupos. Dois deles realizam o arrasto de praia anualmente, e um deles apenas durante a safra da tainha. O arrasto de praia anual, envolve cerca de 12 pescadores em cada ponto (Figura 3).



Figura 3: (A) Arrasto de praia em Balneário Camboriú emoldurado pela ‘selva de pedras’. (B) Venda da escassa produção aos turistas e moradores que circulam pela praia.

Como residente de Balneário Camboriú há 22 anos era comum presenciar especialmente na vida escolar e na fala cotidiana das pessoas, que Balneário era ‘terra de ninguém’ e que era raro encontrar uma pessoa nascida no município, devido ao grande número de residentes vindos de outras regiões do estado e do Brasil. Era como se fosse um povo sem identidade. De certo modo esse foi um aspecto da trajetória da cidade que absorveu culturas, pessoas e diferentes interesses vindos de diversas regiões do Brasil e do mundo. Mas diante deste contexto ressalto a inexistente valorização da rica e densa história presente no município. Mesmo sendo freqüente avistar os pescadores diariamente “puxando a rede” na beira da praia, ir frequentemente na Barra comprar o camarão da ‘crente’ ou do seu ‘Zé’, visitar nos finais de semana a ‘banca do pescador’, e ver a certa fartura e variedade de peixe e camarão, bem pouco se conhecia sobre a história dessas pessoas que ficavam diluídas e invisíveis em meio a um universo de diferentes pessoas, histórias e interesses.

Reconhecer a densidade e importância desse grupo social faz com que se torne ainda mais importante reagir à trajetória construída na praia central e que tende a ser reproduzida na região das praias agrestes – Costa Brava. Ainda que o foco das informações aqui apresentadas parta das representações esquemáticas de situações junto aos atores locais, essas podem ser fundamentais para a produção de referenciais e recomendações, que contribuam de alguma forma na definição de políticas locais mais coerentes com os princípios do ecodesenvolvimento.

2.1.2.4. ...e a Costa Brava?

A região da Costa Brava vive atualmente grandes transformações no cenário sociopolítico, socioeconômico, socioecológico e sociocultural. Como o esgotamento atual da praia central, como das praias próximas, como Itapema, sua ocupação foi intensificada, resultando em grandes alterações no cenário socioambiental. No entanto, o tamanho reduzido das praias situadas e a dificuldade de acesso a elas devido sua topografia acidentada, determinou a manutenção das características naturais da região por um período maior de tempo, presenciado fortemente até os dias de hoje.

Os principais sistemas de produção dessa região estiveram relacionados ao sistema agrícola, marcado fortemente por um sistema de trocas e de gestão familiar/comunitária dos espaços. A pesca artesanal transitou como pesca de subsistência para um sistema comercial configurado e o corte de pedra a partir das pedreiras existentes em todas as praias compuseram a dinâmica dessa região. Estes ciclos foram mais, ou menos marcados pela presença do sistema turístico tendo como principais vetores: de forma indireta, a construção da BR-101, e diretamente com a política de expansão do município, primeiramente com a chegada da energia elétrica e posteriormente com a construção da Interpraias. Cada um desses sistemas de produção foi marcado por inovações e vetores que serão descritos a seguir, a partir da leitura feita pela comunidade.

A atividade agrícola

O gostoso da gente quando era pequeno, com o carro de boi cantando, é que quando a minha mãe era viva, o carro de boi vem cantando lá do morro. Aí antigamente não tinha água em casa, não tinha torneira, às vezes ela dizia assim ó, pra qualquer um filho né,(...) 'vão lá buscar uma água, fazer o café, que o pai tá vindo do morro'...o carro já tava cantando lá no morro...(O Vigia, 48 anos, pescador)

A atividade agrícola era a principal atividade das comunidades da Costa Brava. Os sistemas agrícolas eram fortemente marcados por propriedades de terra que eram

compartilhadas pelas famílias, com a produção de diversos produtos para subsistência e outros de maior valor comercial, trocados nas ‘casas de comércio’ existentes no Bairro da Barra, na praia de Taquaras e na praia Central (Camboriú). Nas praias agrestes, segundo relato dos moradores, existia mais de 20 engenhos tradicionais, responsáveis em processar a mandioca e cana-de-açúcar plantada nessa região. Além desses produtos, o café era responsável por grande parte da produção dessas famílias, especialmente com o plantio do café sombreado.

Alguns vetores foram determinantes para o rompimento da atividade agrícola nessas comunidades. Os principais estão relacionados ao:

a) desaparecimento/escassez da mão de obra: grande parte da força de trabalho migrou para indústria têxtil em auge no Vale do Itajaí, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. Outros migraram para atender as demandas crescentes na praia central, como a construção civil e nas atividades turísticas, especialmente nos hotéis. Ao mesmo tempo, a população começou envelhecer impedindo a continuidade da atividade;

b) Desmatamento: proibição de cortar e da prática do fogo, especialmente após a década de 1960, com a implementação do Código Florestal (Lei nº 4.771/1965);

c) Venda das propriedades: com a política de expansão do município, especialmente com a vinda da energia elétrica (década de 1990) houve o aumento dos impostos, induzindo a comunidade a se desfazer das terras para os moradores de segunda residência e turistas que já frequentavam a região;

d) Melhoria no acesso: com a construção da Interpraias (1999-2000) houve uma maior facilidade de buscar produtos e emprego/trabalho em outras regiões, ocasionando o desinteresse em viver da ‘roça’. Da mesma forma, o choque cultural ocasionado entre nativos e moradores de ‘fora’. Estes começaram a impedir algumas práticas pelo não entendimento e valorização das atividades tradicionais;

e) Tecnologia: sistema agrícola em transformação, refletindo na comercialização dos produtos agrícolas artesanais;

f) Turismo: o foco da atividade do litoral passa a ser o turismo, com a valorização excessiva dos terrenos, impossibilitando a permanência das atividades agrícolas. Mudança de grande propriedades para loteamentos.

Tais vetores não ocorreram de forma linear, sendo muitos deles causa, e outros, consequência. Tal situação pode ser visualizada nos densos relatos da comunidade tradicional que vivenciou tais transformações.

Porque ninguém mais plantou mais aipim, ninguém mais plantou mandioca mais nada. Não podia desmatar mais. Saiu emprego, os filho saia de empregado, ficava o pai sozinho mais a mulher, não podia mais fazer nada. Não podia plantar.(...)em Balneário Camboriú que toda vida teve emprego. Desde 40 e poucos anos começou a ter muito emprego. 40 ano pra cá que veio emprego. Hotel Fischer, foi um dos primeiro hotel. Turismo. Depois veio o Hotel Plaza, que veio pra qui em 71. Em 71 o Hotel Plaza veio pra li. A BR ainda não tava aberta ainda aqui (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha).

Você faz farinha pra vender a R\$ 2,40, R\$ 2,50 o quilo, tem que esperar um ano, um ano e meio, então mais vale trabalhar de empregado do que plantar as coisa.(...) daí foi trabalhar em Blumenau. Em 44 foi em Blumenau. Ela em 46. Foi quando terminou a guerra. (O Escritor de Histórias, 82 anos, patrão da tainha).

Eu não posso te dizer assim a data certa, mas ta fazendo uns 15 anos que foi desligado, 12, 15 ano foi desligado da roça. Ai depois entrou aquele negócio, a gente, a minha mãe vendeu os terreno muito terreno, né. Aí também entrou esse negócio do meio ambiente, do verde, que se não pode roçar mais, aquela coisa toda, ai foi, pertando o cerco ne, foi pertando, foi indo, foi indo, ai ninguém tinha espaço, ai, foi difícil. É como eu falo pra ti, foi parecendo mais problema de emprego, mais fácil, a gente já foi, já tinha serviço por aqui, tinha na Barra, ai a gente foi se largando, não foi só eu. Isso ia na nossa costa aqui, foi, barra, estaleiro, taquara, foi tudo indo assim, o que ficou na pescaria ficou, que tem pescaria, que nem teve gente ai que os ponto bom ainda ficaram com pesca, que tem embarcação motor, então tão se guentando na pesca, e a maioria se jogaram pra outra parte ne, pra fora, trabalhando em barco pra fora e outros. Mas na verdade aqui eu conheço que tu sabe disso ai ó, na nossa costa aqui bem pouco hoje trabalha na lavoura, não existe mais, né. Tem a lavoura, em SC, mas no oeste, mas na costeira nossa beira mar, não tem mais, né. Tem alguém que planta um aipinzinho, uma coisinha, mas dizer assim, viver da lavoura eu não conheço ninguém que vive da lavoura (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

A gente tem bem pouca terra. Antigamente a gente até plantava alguma coisa no terreno de alguém ai, Sr. Álvaro Silva que cedia o terreno, mas ai foi complicado porque pra hoje você plantar vai ter que derrubar alguma coisa, vai ter que queimar, hoje já ta proibido essa parte de queimação, né, então você vai querer arrumar uma confusão pra plantar pouca coisa, não vale a pena, planta uma cebola perto de casa, mas viver... (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Meu pai tinha animal. Tinha vaca de leite pra não precisar comprar leite, né. Na época que nós trabalhava na roça, fazia farinha, açúcar, então tinha que ter o boi pra puxar, entende, era farinha, açúcar, arroz, várias coisas. Então tinha que ter o boi naquela época

pra puxar o carro. E criava porco, galinha, essa coisa a gente sempre tinha também... Parou já faz o que, faz uns 25 anos mais ou menos. Ficou velho, não tinha mais como trabalhar mais o velho, um casou, o filho casou, um saiu pra um lado, saiu pra outro, ninguém quis mais trabalhar teve que parar. Um saiu pra trabalhar de empregado em outra firma, outro trabalhar em outro lugar, nós ficamos na pesca (...) porque a lavoura, a roça era muito difícil, né? Uma que não podia mais fazer queimada, não podia mais derrubar árvore, aí ficou difícil fazer uma roça, né (...) o pai tinha muita terra aqui, depois ele vendeu quase tudo, só ficou um pedaço só. Não tinha como pagar os imposto, ele não tinha arrendimento. A renda dele era pouca. Hoje não tem nem terra nem dinheiro (risos) (...) muitos venderam pela necessidade, né. Não tinha condição de pagar impostos, outro a terra pra eles não servia, não tinha valor. Hoje não, uma terra aqui vale absurdo (O Bondoso, 52 anos, pescador desde os 19 anos).

E outra, os que tinha o terreno aqui, os antigo, eles foram vendendo terreno, daí, foram cercando não tinha mais como passar pra botar a roça, porque eles não deixavam mais, né. As pessoas que compravam o terreno não deixavam mais (O Irmão, 42 anos, pescador desde os 10 anos).

Foi como eu falei pra ti, nós perdemos espaço na terra, minha mãe vendeu muito cedo, se a gente tivesse como tinha antigamente dava pra ter, manter um engenho, pra guardar um carro de boi aí, ou um terreno pra botar uma junta de boi, pra ter assim pra ajudar ne, mas não tem fazer o que? Não se pode usar mais ne? Se botar, amarrar um animal aí, na beira da praia, deixa na beira da praia, não pode mais, na beira do asfalto, se estourar a corda corre perigo também, se você botar, tudo terreno comprado, tudo loteado, então, e se deixar na beira, de noite aí, no outro dia o animal já não tá mais, já roubo o animal, já matam. (risos)...complicado (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Começou entrar, vim coisa de fora né? Aí começou vir o arroz, já e tudo. Aí começou a aumentar a população, aí um bota um boteco, já tem ali. Aí já começou esse negócio de desmatção que já não podia fazer tanto. Aí foi onde foi acabando. Aí foi destruindo. E a turma que era da roça, já foram passando, foram ficando velho, os mais novo já não queriam mais ficar na roça, queria sair. Como tem hoje, ia pra Blumenau, tudo que é lado. A maioria foi pra Blumenau, aí foram pra fábrica trabalhar. Eu já não quis, eu já fui pro mar. No mar ganhamo dinheiro (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos)

Ah! A tecnologia foi aumentando, né? Foi avançando né? A tecnologia foi aumentando, foi avançando. Veio a soja, o feijão também, o milho, já dava óleo, mas ninguém tinha tecnologia né? Não vê que o milho esse ano tá, a galinha não pode nem vê, pra fazer biodiesel. A galinha agora tem que subir de preço, porque o milho tá num preço danado. É, a tecnologia avançou muito (O Entendido, 76 anos, pescador)

No Brasil, segundo Mussoi (2003), a implantação do modelo de desenvolvimento urbanoindustrial, impôs à agricultura um novo dinamismo do ponto de vista técnico-

econômico e determinou transformações significativas, marginalizando boa parte da agricultura de base familiar dos seus “benefícios”, responsável pela maior parte dos produtos alimentícios destinados ao consumo alimentar.

Neste sentido, Muhlbach (2004) coloca que os sistemas de produção alimentar, que seguiram cultivando espécies adaptadas às condições regionais, de certa maneira, possibilitaram a continuidade de certos hábitos alimentares tradicionais dos grupos sociais, os quais estão pautados na sua cultura alimentar. A modernização da agricultura, com a difusão de suas tecnologias, acaba por introduzir “todo um modo de alimentação espelhado nos países da América do Norte e da Europa Ocidental”. Ainda, segundo a autora, no Brasil, a implantação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial promoveu a melhoria dos sistemas viários e de transporte, facilitou a formação de novas redes de abastecimento, como grandes e médias cadeias de supermercado, favorecendo o deslocamento dos alimentos e provocando uma certa imposição de novos padrões alimentares e por conseqüências resultam em mudanças no sistema de produção.

Ainda mais marcante é a fala dos que resistiram aos impedimentos, e com dificuldade mantiveram a tradição e a atividade agrícola com uma pequena produção de mandioca e os engenhos para fabricação de farinha artesanal. As evidências das normas informais que geriam o patrimônio natural e suas atividades eram fortes. Este manejo era em grande parte marcado pelas relações familiares e pelo respeito das regras pela comunidade. Tais regras, de certo modo são possíveis de serem adaptadas, para uma regulamentação mais específica, que leva em conta aspectos da legislação ambiental atual. No entanto, demonstra-se avessa as transformações que impedem a manutenção dos valores e práticas tradicionais locais, conforme vivenciado após a construção da Interpraias.

É. E outra porque não compensa, porque não pode mais derrubar, roçar a terra. Como é que vai plantar, se não pode roçar? Agora não podemos mais plantar, porque não podemos mais roçar ne? Porque que ditava que era assim ó, pelo menos uma faixa, eu tenho um terreno grande lá em cima, pelo menos uma faixa daquele terreno aonde, já ta mais judiado, mais trabalhado, tirei pra pessoa trabalhar, e o restante que é mato, que então não mexesse, aí é certo. Mas é trancado tudo, não pode roçar nada (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

É porque naquela época ninguém andava mandado, né. E hoje nós andemo mandado dos outro. É porque se não pode botar uma roça alí porque o fulano não deixa. Não pode marrar um gado lá porque não pode porque é do outro. Naquele tempo não tinha nada disso. Naquele tempo o cara passava, tinha um animal marrado no terreno dele, ele nem dava bola,

passava, ia embora, nem ligava. Se tivesse roçando aí no terreno também não dizia nada. Porque era o povo tudo daqui. Agora não dá, não tem mais isso. Aí a pessoa não pode fazer isso aí ó, fazer isso aí vai ser multado porque não pode. Então fica difícil, né? (...) foi depois da Interpraias mesmo foi que mudou tudo...risos. Até antes, até dava, agora mudou tudo mesmo (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

A farinha de mandioca era um dos principais produtos agrícolas da província de Santa Catarina. Em 1885, ano da instalação do município de Camboriú, a farinha ocupava o terceiro lugar da pauta de exportação da província, só perdendo para a madeira e para erva-mate. A farinha era utilizada para diversos fins. E por este fato, durante a Revolução Federalista, mais precisamente em 25 de outubro de 1893, a Câmara de Camboriú veta a sua exportação, alegando que *‘atendendo ao estado agitado que passa o País, apesar de o Estado estar em paz, e sendo a farinha um alimento de primeiro consumo e que já se encontrava em falta, e por caber a esta Câmara as providencias em tais casos, proíbe a exportação’*. A exportação da farinha de mandioca volta a ser proibida em março de 1918, desta vez pelo Governador Felipe Schmidt, em função da 1ª Guerra Mundial (Rebelo, 1997).

Com a elevada produção, o comércio de produtos agrícolas era muito expressivo e parte da produção vinha das praias agrestes que alimentava o comércio de Camboriú, chamado por eles de *‘casa de negócio’*. Um dos mais expressivos ficava localizado onde hoje é a Avenida Atlântica, próximo da loja Havan.

Tinha uma venda ali, que era o Zé, que nós chamava de Zé da Bilica. Chamava Zé gordo, ali onde é o colégio dos padres. Ali perto dessa Havan...alí na frente. Um terrenão que ele tinha, da herança do pai. Então, ele botou uma venda. Ele comprava batata, ele encomendava (O Entendido, 76 anos, pescador).

Era o tal do Zé da Bilica, da pescaria. E a gente passava o rio de batera. Pagava-se 1 tostao. Era 200 reis. Eu ia na venda, meu pai mandava comprar fumo, eu lembro que eu ia com 1000 reis, 500 reis (...) nós ia vender as coisa. Nós era pobre. Nós ia vender ovos, banana, essas coisa assim, nós ia vender, né. Fiz até 14, 15 anos. Depois minha mãe não quis mais. Ai meu pai, melhorou mais um pouquinho de vida. Nós trabalhamos muito na roça, nós trabalhamos tanto, tanto, de manha à noite, só vinha em casa almoçar e saía (A Saudosa, 84 anos, filha de pescador).

Meu pai depois botou uma casa de negócio, na beira da praia, botou uma casa de negocio, nós tinha um salão de baile, na beira da praia. Nós ia pegar lá em Itajaí. Entregar de carroça, louça de barro. Tinha um negócio grande (...) as praias, eles vendiam banana, galinha, farinha, batata, cebola, das Taquaras, Estaleiro. Era tudo solto, não tinha nada

ensacado. Chegava lá queria um saco de açúcar era tudo em caixinha(...)tinha mais de 12 empregado. Muita vaca de leite. Porco tinha mais de 200. Fazia queijo, nata... (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

Outro ponto de comercialização importante ficava localizado na região mais interiorana do município, chamada de Barranco. A casa de negócio pertencia à família Garcia. Toda a produção vinda das praias era trocada por outras necessidades da comunidade que tinham como principal moeda de troca a farinha e o café. Outros produtos também faziam parte da ‘cesta de produtos’ que iria garantir o sustento e sobrevivência das famílias por mais 12 meses.

Aqui vendiam o café pros Garcia. Aqui no Barranco, tem a casana do Garcia. Carlos Isidoro vendia. Eles compravo fiado pelo ano, pra pagar com o café. Pro colono ele vendia por ano, fiado. Café, noz, aquela baguinha de nozes, isso aqui tinha muito, aqui na frente, tinha uns 4, 5 pés. Então tava no tempo de colher, tava seca, então ele preferia já tirasse a casca dura, e ficasse só o miolo, era pra fazer óleo. Ele tinha o moinho. Espremia num tipitinzinho feito de taquara. Tirava o óleo que era pra fazer tinta, fazer pintura, era tudo. Então, negociava assim (O Entendido, 76 anos, pescador).

Nós colhia café. Nós comprava por ano nas loja. Na Casa Garcia. Lá no Barranco. Em Camboriú. Não sei se já caiu aquela casa. Nós comprava roupa, querosene, não tinha luz, era querosene, comprava roupa de vestir, sal e sabão. Fumo, e às vezes quando tava o mar muito grosso assim que não dava pra pescar, meu pai mandava lá comprar carne seca. Era a 25 cruzeiro o quilo (A Saudosa, 84 anos, filha de pescador).

Da mesma forma, no Bairro da Barra, na praia de Taquaras e na Praia do Estaleirinho existiam pontos fixos de comércio que estavam ligados a outros pontos de comercialização como Itajaí e Tijucas. O Bairro da Barra apresentava certo fluxo, uma vez que já tinha sido sede do município de Camboriú. Já Taquaras, estava incluída no circuito de comercialização por meio do transporte marítimo, devido à importância da sua produção. A praia do Estaleirinho, por estar localizado mais ao sul, matinha relações comerciais com Tijucas. Essa informação foi concedida por um único informante, que menciona ser a ‘Família Baia’, de Tijucas, a vir buscar produtos como café, amendoim, entre outros. Tais produtos eram armazenados no ‘Armazém do Martinho Vieira’ – ‘inspetor do quarteirão’. Esse armazém ficava localizado onde hoje é a sede da Associação de Moradores do Estaleirinho.

Em relação à praia de Taquaras, o informante-chave relata sobre a ‘casa branca’: *‘era ali embaixo onde tem aquelas casas ali, bem em frente do colégio, por ali, a casa branca era ali. Era casa de comércio, né? Ali, as lavouras eram vendidas tudo ali, naquele tempo, isso é muito antigo, reuniam tudo ali, as lanchas vinham buscar de Itajaí pra levar pra Itajaí, aí ali, era um comércio meio forte, naquele tempo, tinha de tudo que era. Era forte’*. O informante com mais de 80 anos, menciona que ainda pequeno chegou a ver tal casa em funcionamento.

Olha, essa farinha, quase todo mundo que trabalhava com esse negócio de trabalho assim, a gente tinha os comércio na barra que eles vendia pra 3 mês, 2 mês, assim. Você ia lá, falava naquele tempo no fiado né, mercado. Você comprava aquela prestação lá, pagava, aí o cara ia lá, negociava lá, pegava comprar, pra quando fizesse aquela farinha, você levava aquela farinha e certava o que tinha comprado. Então muitas vezes, a gente levava, 10, 20 saco de farinha, botava, pesava, naquele tempo era tudo em saco de algodão ne, não era nada de plástico né. Então era pesado, dava uns 45 quilos, pesava e, aí colocava lá na balança. Aí os cara ia lá, ia puxar a listra lá, o caderno, vê quanto é que a gente tinha gastado, tinha usado naquela época, pegado em mercadoria da venda. Tinha vez que não, a gente ficava até devendo alguma coisa, tinha que fazer mais farinha pra poder pagar aquilo ali. Tinha ocasião que sobrava um trocado. Tinha vez que você levava a farinha e vinha sem nada. Pra chegar lá, acertar e já pegava comprar tudo outra vez, pra fazer nova listra outra vez. Naquela época quase ninguém se usava dinheiro né...as vezes você queria um terreno, as vezes você queria um animal, negociava né (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Segundo descrições de Rebelo (1997), em 1923 o município de Camboriú se orgulhava de ser essencialmente agrícola, sendo o maior produtor de café. O açúcar era outro importante produto de exportação, além de outros produtos como milho, arroz, feijão, mandioca, batatas e frutas. Toda essa produção era levada a Itajaí onde era consumida e exportada para outros mercados brasileiros e Montevideo. Reflexo disso, em 1923 o município de Camboriú dispunha de seis casas de comércio na sede, e quarenta no interior, incluindo o Distrito de Itapema (que na ocasião pertencia a Camboriú). Por muito tempo o comércio de Camboriú permaneceu nas mãos de Joaquim Rebello, na Barra; Pedro Cypriano da Silva, no Rio Pequeno; Ana Garcia, no Barranco e José Francisco Bernardes, no Garcia (centro).

Fortemente relacionada às atividades agrícolas, estava a pesca artesanal, que por um período comportou-se como complemento alimentar para as famílias, não possuindo grande expressão para comercialização. Esses ciclos relacionados à pesca artesanal serão descritos no sub item a seguir.

A pesca artesanal

...porque o próprio homem acaba, destrói a natureza. E ele acha que não (O Entendido, 76 anos, pescador).

A pesca na região da Costa Brava possui dois períodos marcantes: um em que a pesca era realizada apenas como um complemento alimentar, onde o maior tempo das comunidades era destinado aos plantios de mandioca e outros produtos que atenderiam a forte comercialização local. Tal situação, também evidenciada por Diegues (1984) no litoral paulista, categorizando-as como comunidades de pescadores-lavradores. Após este longo período, e com a escassez da atividade agrícola, muitos permaneceram na atividade pesqueira, buscando no mar a sua sobrevivência. Desta forma, nas comunidades da Costa Brava, é possível identificar núcleos de pescadores artesanais que assumiram a pesca como profissão, a partir dessa transição agrícola, permanecendo até os dias de hoje.

Essa parcela da comunidade que permaneceu na atividade pesqueira vivenciou importantes ciclos vinculados a pesca artesanal que da mesma forma teve seus vetores de mudanças e refletiu no maior ou menor desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal na região. Importante mencionar que fazendo parte do contexto da pesca artesanal, tem-se a forte relação com a pesca industrial (Lago, 1961; Medeiros et al. 1997). Grande parte dos pescadores artesanais residentes no centro-norte catarinense passa parte da sua vida vinculada à pesca industrial, fortemente incentivada pelo porto pesqueiro de Itajaí. Fato este que também foi fortemente identificado junto aos pescadores da Costa Brava.

Eu fiquei um bom tempo pescando aqui, vamo dizer, pesca e trabalhando na roça, lavoura aqui nossa sempre foi o forte, porque não tinha outra parte, a depois me tranquei ai, ficou meio difícil, veio os filho, né, ai fui trabalhar em Itajaí, trabalhei embarcado um bom tempo em Itajaí também (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Trabalhei em barco de camarão rosa de 25 metro de comprimento (...)trabalhei muito no norte de São Paulo, em Cananéia. Eu fui conhecer Cananéia em 73, 35 ano atrás (...) ai eu fui ficando...depois fui pro Rio Grande. Trabalhei na Praia do Rio Grande. Até Chuí, lá na praia do Cassino. Voltei de volta. Ai comecei correr de um lado pro outro. Até quando era solteiro, ai adepois, que eu me casei, ai eu parei (...) Fiquei três ano em Cananéia, minha falecida mãe, não sabia onde é que eu tava. Aquele tempo era ruim de comunicar(...) (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos).

De qualquer modo os que permaneceram na atividade, seja de maneira permanente ou temporária, vivenciaram o declínio da atividade pesqueira, num ciclo de ‘fartura’ a ‘escassez’ de produção. A diminuição dos recursos marinhos, preocupação recorrente não só dos pescadores, como das políticas de ordenamento pesqueiro do país, e dos célebres documentos elaborados pelas organizações mundiais, indicam uma série de fatores prioritários e urgentes de serem mitigados. Os pescadores da Costa Brava apontam alguns vetores que foram vivenciados e são causas, sob os seus pontos de vista, do declínio da atividade pesqueira artesanal, tais como:

a) Tecnologia e petrechos de pesca: mudança no tamanho da malha das redes, redes de algodão para rede de nylon, de barco a vela a barcos a motor, a pesca por aparelho sonar, além da possibilidade do armazenamento da produção, a partir dos frigoríficos, gelo, etc;

b) Aumento da comercialização: valorização de algumas espécies;

c) A pesca do atum: redução dos estoques de manjuba da costa, capturados pelas frotas pesqueiras industriais, especialmente os ‘atuneiros’. Redução da isca natural (o ‘comestil’) que atrai espécies de peixe carnívoras de alto valor comercial, como enchova, corvina, espada, etc.

d) Mergulho: prática do mergulho amplamente desenvolvida no centro-norte catarinense por empresas de mergulho, bem como pelos pescadores amadores/esportistas. Grande impacto na pesca da lagosta que teve um forte ciclo comercial na região das praias;

e) Conhecimento tradicional: dificuldade das novas gerações permanecerem na pesca, desvalorização progressiva da atividade devido à ausência de políticas eficientes;

f) Aspectos naturais: poluição, mudanças globais relacionadas à temperatura da água que afasta o peixe da costa.

Depois de uns 30 ano pra cá pegou parecer alguém assim. Vinha alguma turma de Blumenau, chegava em Laranjeiras e vinha pra cá, mas na época que eu conhecia era muito deserto isso aqui mesmo. Só se vivia da roça também, né? Pescaria também, tinha pescaria mas não tinha muito comércio também. Era mais o pescado pra comer assim, né. Vender alguma coisinha aqui memo, porque pra fora ninguém vendia peixe, né (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Hoje em dia é tudo diferente. É pescado tudo por aparelho. A sardinha, quando começou a cercar de cerco, não tinha aparelho, não tinha nada (...) agora hoje não, ta

passando por cima, ta vendo peixe, a fundura. Por isso, mais uns anos, já ta escaciando, mais uns anos vai faltar (...) Igual o camarão, se pescava o camarão, abril, maio, junho. Julho já,...era salgado o camarão. Era pescado o camarão, cozinhava, descascava, o miolo era salgado. Salgava no balaio, depois vendia para fábrica para fazer em conserva. Ai depois que entrou o gelo, o frigorífico. Agora, vem, quando tão descarregando um barco com 15 dias de pesca, não da de agüentar da catinga. Sulfite, para segurar o miolo duro. Aquela época era tudo fresquinho. Quando começaram a pescar né? Que ninguém se lembrava de pegar camarão pra descascar, pra comercializar. Se pescava camarão para isca, pegar corvina, cação. Espinhel. Ai foi mudando. Foi vindo a rede de espera, foi vindo o caceio. Com 500 metros de rede, naquela época, ia ali com uma meia hora pra fora do lageado, 2 horas levantava. Botava mais pra terra, tirava mais ou menos, onde tinha mais peixe. Hoje não, vai lá, tem o aparelho. O caceio, agora para o barco de pesca, tem 5, 6 quilometro de rede. Tem caceada, que quando eles acabam de colher, o peixe daquela ponta, já ta estragado (...). Agora hoje é tudo fácil, tem guincho, sonar, tem comando piloto para viajar. Naquela época era tudo no escuro. Era remo, vela. E hoje foi comercializando, foi a invenção, foi aumentando. Atum ninguém comia, era para isca. O pequeno? Atum pegava de tarrafa na praia com a manjuva. Hoje é atuneiro, pescando atum para exportar. Nós comia, pequeninho, chamava pau de fumo, tem uma carne vermelha, sangra bastante. Peixe espada, ninguém queria, só se matava 2, 3 desse tamanho [grande]. Comia assada. A pequeninha soltava. Hoje vai tudo... (O Entendido, 76 anos, pescador).

A base de 45 anos atrás...né, 42 anos atrás. 42 anos atrás o peixe era uma coisa por demais, isso aqui nós enchia esse rancho de peixe. Não tinha comprador(...)a lagosta naquele tempo tinha muito valor. As coisas que a gente, não dependia de comprar muita coisa, porque a gente tirava da roça, então sobrava tudo ne? Ai sobrava (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos).

Eu vou ser sincero pra ti, antes de vir a pesca, o atum destruir, antes de vim a pesca do atum, vão botar aqui, 20 ano atrás né, mais ou menos, vamo bota mais, um 25 ano atrás. Enquanto não veio o atuneiro e a pesca de mergulho de 20 ano atrás, o peixe ainda tinha (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos)

A água era quente. Que não tava derretendo tanto essa geleira (...) e não tinha tanta coisa n'água quanto é hoje. E hoje é muito mais máquina em cima. Mais instrução de rede. Era mais pouca embarcação, era motor mais pequeno, rede mais pequena, ai sobrava. E hoje não, vão tirando, eles fazia malha 7, naquele tempo a malha 7 nós não trabalhava. Era malha 10, malha 11 pra cima. Hoje tão botando a malha 6, não sei porque... (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos)

Outra coisa que eu bato também, o peixe na nossa costa, no caso aí das baías, é a poluição que também tem né? A poluição ta ajudando muito também. Nós não sentimo na verdade, né, se nós botar o pé lá dentro da água, senti um cheiro dentro da água, ninguém vai sentir, mas o peixe, que ele é, ele vive ali, eu acho que ele ta afastando o peixe (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos)

A pesca antigamente, dos 60 anos, até 75, 80 por ai, era peixe. Eu dei puxada de rede de matar 40 tonelada de peixe, sardinha, 20, 30, 10 tonelada cada puxada que dava. Hoje, 500 quilo de peixe é uma festa quando mata, maior festa. Antigamente, 500 quilo de peixe pra nós não era nada. Dava lance de 20, 30, 40 tonelada. (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos)

Na fala dos pescadores fica evidente a visão ecossistêmica que possuem em relação ao processo de transformação dos estoques pesqueiros. Na abordagem ecossistêmica de gestão além dos processos biológicos, são consideradas as interações com os ecossistemas e, da mesma forma, a diversidade cultural como parte desses ecossistemas. Tal abordagem não é novidade e segundo Garcia e Cochrane (2005:312), suas raízes são profundas, encontradas nos primórdios da gestão das pescarias continentais, vida selvagem e florestas, e, portanto, gestão pesqueira tradicional, praticadas por pequenas comunidades pesqueiras, que eram mais conscientes do ecossistema que o modelo convencional de gestão de grandes pescarias.

Da mesma forma, as falas estão em concordância aos diversos trabalhos que evidenciam os problemas na pesca artesanal, tais como a sobre-exploração dos recursos pesqueiros e degradação dos ecossistemas marinhos e costeiros (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007); o conhecimento incompleto ou ausente sobre a atividade pesqueira artesanal (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007; Medeiros, 1997); os conflitos entre a atividade pesqueira artesanal e a pescaria industrial (Medeiros 2002, 1997; Diegues, 2001) e conflitos entre a atividade pesqueira e a atividade turística nos balneários do litoral brasileiro (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007; Medeiros, 2002; Lago 1961).

Os aspectos relacionados à demanda crescente por produção para atender um consumo cada vez mais alto, induziu os pescadores a encontrar estratégias para o rendimento familiar, especialmente com um aproveitamento mais eficiente dos produtos pescados. Por outro lado, a possibilidade de comercializar os produtos capturados, mesmo os de menor tamanho, de certo modo, induz a uma possível despreocupação com os estoques. O processamento do pescado com a produção de filés empanados reflete, de alguma maneira isso. Neste momento de crise, o uso da ‘mistura’⁵³ da pesca do camarão, dinamiza a cadeia produtiva local, gerando

⁵³ Mistura é como os pescadores chamam a fauna acompanhante capturada durante o arrasto do camarão, tais como peixes e siris.

uma comercialização desses produtos que são beneficiados e vendidos com um maior valor agregado.

Foi de repente. Depois que começou essa poluição, essa pesca predatória, esses barco grande, né, esses barco foram indo, foram indo. Foi terminando, foi acabando, não tem mais nada, não tem mais peixe. O mar ta devastado. Eles não deixam criar peixe, dá produção.

Por exemplo, eles tão usando essa redinha malha 6, pego ai, pessoal da Barra, Itajaí, diversos lugares, não é só daqui, Santa Catarina toda, cada um pescador, coloca mais de 2 mil metro de rede n'água. Pegando filhotinho de pescadinha, filhote de enchova, filhote de sardinha, pego pra fazer filezinho, tudo empanadinho. E agora não tem mais, acabaram com tudo. (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos)

Da mesma forma, a grande circulação de pessoas na cidade possibilitava uma melhor comercialização do pescado. Assim como visto com as casas de negócio vinculadas aos produtos agrícolas, também os peixes passam a ter uma expressão neste sentido. Até a década de 1990 era forte a 'banca do pescador' que mobilizava especialmente os pescadores de camarão e das redes de espera do Bairro da Barra. A sua extinção, de certo modo, possibilitou o surgimento de outras formas de comercialização dos produtos, como as diversas unidades de processamento que foram surgindo no bairro. Embora existam unidades que existem há mais de 30 anos, em função de uma necessidade imposta pelos preços baixos pagos pelas salgas e pelos atravessadores, um novo grupo de pescadores adere à idéia num período que pode ser considerado recente, entre 10 a 15 anos atrás.

A década de 1990 também marca a Costa Brava, com a instalação da maricultura na Praia de Laranjeiras que ao seu tempo traz reflexos à dinâmica local.

As Pedreiras

Recuperando a trajetória de desenvolvimento e entendendo as atividades que marcaram a região da Costa Brava é possível visualizar a diversidade de atividades que marcaram sua trajetória. Nesta diversidade o município de Camboriú como um todo foi marcado pela riqueza natural atribuída pelas diversas jazidas de mármore e granito. Segundo Rebelo (1997), o primeiro interessado em explorar tais jazidas foi Antonio Aguiar Junior que teve do Governador em 18 de novembro de 1890, a primeira resposta positiva para fazer sua

exploração. Prática que permaneceu até meados de 2007, atraindo ‘broqueiros’ de diversas partes do Brasil.

A pedreira começou em 50...Teve ocasião aqui na Barra, sair 200 mil pedra por dia, fora o cabeça, capa. De ter 500, 400 pessoas trabalhando. Ah, veio do Brasil inteiro. Tinha pernambucano, bahiano, paulista, até gaúcho tinha aí trabalhando. Quando chegava 5 horas, a gente ia ali na esquina olhar, olhava lá pra aquele canto, parecia uma procissão (...) agora proibiram. Mas custou. Levou ano pra parar (O Entendido, 76 anos, pescador)

Tal prática, apesar de ter sido realizada com grande força no Bairro da Barra, teve também um ciclo importante junto às praias agrestes, como Taquaras e Estaleiro. Informante de Taquaras menciona a produção de pedras em seu terreno, dizendo: *‘Tinha, cortaram muita pedra aqui. Isso era muita pedreira, cortaram. No meu terreno, lá em cima, no morro. O que tinha de pedra vendi tudo. Só que eu vendi, a faixa que eu vendi não estragava nada né? Ela já tava limpa de eu trabalhar mesmo. As pedras tava solta assim. Mas vendi, vendi muita pedra, vendi’.*

Ao contrário do que é mencionado pelo informante de Taquaras e confirmado em campo pela ausência de qualquer resquício de pedreiras consolidadas, é o relato do morador da praia do Estaleiro. Este demonstra as fortes transformações na paisagem, assim como nos recursos naturais ocasionadas devido ao reflexo da exploração das pedreiras. Da mesma forma indica as pedreiras como vetor de destruição e modificação da paisagem e defende as atividades agrícolas desenvolvidas na época, e que era de longe motivo de impactos ambientais.

É por isso que eu te digo, ‘ah hoje não tem água por causa da desmatção’, não! Isso aí é história. Eu não acredito. Agora se eu dizer pra ti que a poluição tá ali do motor, do asfalto, aí sim. Que tá faltando água. E a explosão, a explosão, que aí pra fazer estrada, pra fazer isso tudo, aí sim começou abrir a estrada, a terra, aí a água, contaminou. Porque naquele tempo, você olhava era só roça. Por isso que eu digo, a desmatção dali, pode ser de alguma desmatção, mas ali, como faziam com roça, eles toda vida trabalhavam, toda vida teve água (...) se eu disser pra ti a cachoeira que tinha aqui, a maior cachoeira (...)aquilo ali, era uma água gelada. As vezes eu passo ali, não tem água nem parada, e era cachoeira (...) aquilo ali começou a acabar quando veio a Triangulo. A Triangulo, a Sultepa, o asfalto passou aqui. Que era a firma Triangulo. Começou explodir pra poder passar o asfalto (...) Ai onde tem a sultepa ali, aquilo ali a triangulo já tinha um britador, pra moer as pedra. E quando dava enxurrada, porque esse rio nosso aqui, esse rio era fundo. E hoje tá dessa fundura [raso]. Ali tem pedra brita. Ai quando dava enxurrada trazia. E foi tapando. Foi tapando lá em cima. (...) era tudo cheio de peixe dentro, tinha camarão, tudo. Nós botava até espinhel, espinhelzinho dentro do rio pra matar camarão. Bonitão assim. Isso foi vê só, de

quantos anos, que quantos anos faz que passou isso aí, deve fazer uns 35 anos mais ou menos que tem isso aí (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos).

Atualmente na região da Costa Brava, e conseqüentemente em todo município de Balneário Camboriú não existem mais pedreiras ativadas, ou seja, regularizadas. Em 2007, o Ministério Público Estadual exigiu a paralisação das atividades ainda existentes no Bairro da Barra, com o intuito de impedir, segundo o promotor, a ‘destruição da Mata Atlântica’. Desde 2002 um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com os broqueiros estava sendo negociado, para que estes adaptassem suas atividades à região dos Macacos em Camboriú. Segundo relato do responsável pela Associação dos Moradores da Barra, os broqueiros, que representam mais de 150 famílias, aguardavam uma alternativa para suas atividades, já prometidas pela prefeitura municipal. A implantação de um mercado público açoriano não aconteceu, devido à falta de recursos, alegados pela prefeitura municipal. Tal impasse de algum modo ainda ocorre, agora com a intervenção do Ministério Público Federal que junto da Associação de Moradores da Barra propõe a recuperação da área, com recursos provenientes de um TAC com a Marina Tedesco.

O processo de desativar as pedreiras da Barra foi sem dúvidas marcadas por uma participação mais efetiva das organizações não governamentais junto ao poder público municipal e ministério público. Tal participação e mobilização trouxeram à tona as fragilidades das políticas ambientais do município, bem como a imaturidade em lidar com alternativas para minimizar os dilemas entre conservação e meio ambiente.

A Interpraias

A Interpraias aqui mencionada está diretamente relacionada à política de expansão do município de Balneário Camboriú, que teve três ciclos principais de intervenção, sendo o terceiro mais intenso e recente. O primeiro ciclo de expansão ocorreu já na década de 1970, quando o acesso à região sul de Balneário Camboriú, especialmente ligando o Bairro da Barra à praia de Laranjeiras ocorreu por intervenção do prefeito em exercício⁵⁴. A proximidade com

⁵⁴ Na época o prefeito em exercício era Gilberto Américo Meirinho com mandato entre 1973-1977.

a recente emancipação do município demonstrava, já na época, os interesses políticos presentes e futuros com essa região.

Primeiro na Interpraias não, nós tava construindo isso aqui, já foi reservada essa parte aqui pra passar a rua. Porque era por aqui. Ai o prefeito Meirinho quis abrir.(...) quando veio o Meirinho, nós conhecia, fui levar um barco dele pra ajudar de cozinheiro, pra Porto Alegre, aí fiquemo conhecendo, diz ele: ‘tu que vivesse aquilo lá, passa?’ Passar passa. Mas era pedra! Diz ele, ‘olha: tem uma coisa, Balneário não tem nada’, a prefeitura era alugada a casa, diz ele: ‘eu vou abrir uma rua. Ao menos uma carrocinha, um carro velho, podemos passá. E eu vou te dar um agrimensor e tu vai mostrar com ele. Tu morasse ai, tu conhece essas toca toda. Depois nós acertemo!’ Aí fui eu e o Joel, mora lá na Taquara. Joel Pires. Ai varemo na Laranjeira, vendo tal e coisa, aí ele varou, abriu (O Entendido, 76 anos, pescador).

Essa primeira abertura do acesso foi bastante tumultuada, pois muitos proprietários não permitiam que a estrada passasse sem que a prefeitura os indenizasse por isso.

Mas aquele italiano ali na esquina não queria deixar passar. É, porque ele tinha fama de brabo. ‘É, porque não sei o que, porque é meu, não passa’. Eu digo, não é pra ti. É pra todo mundo. É público, ‘não...ele tem que me pagar, não sei o que’(...) aí o Tedesco disse: ‘no meu pode passar!’(...) o Tedesco, disse, ‘olha Carlos, terreno sem rua não adianta, de canoa?’ (risos) (...) aí o Avelino, tinha a ponta lá que é o do Tuti hoje. ‘O meu pode passar, não dando de passar por cima do costão, pode passar’(O Entendido, 76 anos, pescador).

Não muito diferente do que ocorreu no primeiro processo de ‘melhoria’ do acesso às praias, o terceiro ciclo de expansão do município, marcado pela construção da Interpraias (Figuras 4 e 5), no final dos anos 1999, início de 2000, envolveu da mesma forma negociações políticas pouco articuladas com a sociedade civil. Da mesma forma foi deflagrada de mudanças nos recursos naturais, como evidenciado por Foppa (2003) com a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos devido ao excesso de bombeamento feito pelo aumento das residências locais. O ciclo intermediário (segundo ciclo de expansão) está relacionado à vinda da energia elétrica para região das praias, que ocorreu tardiamente, em relação ao desenvolvimento da praia central, apenas em 1990.



Figura 4: Processo de construção da Avenida Interpraias. Fonte: Associação Ecológica Taquaras.



Figura 5: Avenida Interpraias, à esquerda antes da melhoria, à direita com o asfaltamento. Fonte: Arquivo Histórico de Balneário Camboriú.

As negociações associadas ao processo de construção da Interpraias pouco levaram em conta aspectos socioambientais. Os impactos das explosões de pedra, os cursos de água, bem como os direitos dos proprietários das terras foram pouco ou quase nada considerados antes, durante e após o processo de construção.

Passaram ai, disseram que ia passar a interpraias, intepraias, nem sabia o que era. Isso pra passar custou os olho da cara deles, coitados. Brigavam, ia pra frente brigavam, não queriam que passasse, porque tinha pegar pedaço de terra dum, como pegou do meu la, tiraram uma porção de terra pra fazer a rua. Aqui também pegaram um bocado, brigaram. La pro Ze Virginio também pegaram um bocado. Brigaram. Não queriam passar. Levou muito tempo pra passar. Não queriam deixar passar. Pelo Pavan. Foi o Pavan que conseguiu. Tanto que tem o nome. Já me esqueci o nome, da o nome, como eles chamam essa

rua do Pavan⁵⁵? Na Laranjeira levou um tempão a passar, porque tem muita pedra. Muita coisa, isso deu uma mão-de-obra (A Saudosa, 84 anos, filha de pescador).

Quando questionados sobre a indenização das suas propriedades, os moradores nativos são unânimes em responder que este foi um procedimento desconsiderado por parte do poder público e da mesma forma aceito pacificamente pela comunidade. A promessa da melhoria de acesso, não encorajava nenhum morador em ter qualquer posicionamento contrário à construção, mesmo que esta fosse realizada sem critérios técnicos. Da mesma forma, importante mencionar que apesar dos moradores viverem em isolamento, não houve diretamente uma solicitação da população residente em reivindicar a melhoria deste acesso.

Não. Não deram um centavo. Ali no Zé Virginio parece que não deram também. Não deram nada (...) pra mim lá não veio ninguém, aqui não sei se vieram, se vieram aqui, não sei...chegaram com as máquina e já vieram fazendo e demarcavam, mediam, e mediam todo dia, e ninguém sabia pra que era, bem no fim (...) eles diziam 'é pra alargar as rua, alarga as rua'...e quando aconteceu lá, chegaram lá, vão pega aqui, fizeram o detalhe assim, aí o meu velho foi lá e disse: 'não aqui vocês vão cortar o terreno todo, então faz pra lá, pra lá não tem ninguém, lá pras banda do Rolinha'. Lá não tinha ninguém né, manda pra lá (...) O velhinho ainda era vivo, foi onde ele disse: 'aqui não, vocês leva pra lá, boto pra lá então, lá ta vazio, o terreno do Rolinha tava todo vazio. Foi onde eles fizeram (A Saudosa, 84 anos, filha de pescador).

Não, eles vieram conversar antes. Só que, quando eles vieram, já vieram pra entrar dentro do terreno aí tudo. Por causa que nós tinha água, sempre tinha água, a água já acabou-se, tivemos que passar pra outra água (...) então é uma coisa que é bom, como eu digo, não tem nada que dizer, porque pra quem tem carro ficou uma maravilha, agora pra mim, não prestou porque eu perdi terreno, não quiseram pagar, estragaram, acabaram com água, acabaram com tudo, então pra mim não foi muito bom não (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

Já em relação às mudanças da vida cotidiana e que marcou a vinda dos primeiros 'turistas' à região, os moradores relacionam que de maneira mais intensa foi à vinda da energia elétrica que aproximou esses moradores de segunda residência, refletindo na venda dos terrenos a partir do aumento dos impostos na região.

⁵⁵ A Linha de Acesso as Praias (LAP) tem as mesmas iniciais de Leonel Arcângelo Pavan. Fato este mencionado pela moradora. Oficialmente a Interpraias é chamada de Rodovia Rodesindo Pavan, mas esta identificação não foi apropriada pelos moradores da região.

A Inter-praias foi bom, quer dizer, bom prum lado, ruim pro outro. Ninguém podia segurar, se tem que, ficou uma obra bonita. Igual hoje, você ta ai também, tinha problema, pegava uma chuva, tava lá fora, pegava um mal tempo, tinha que ficar lá em Laranjeiras, estrada ruim né. Hoje passou esse asfalto ai, por um lado ficou bom, por um lado ficou ruim, mas... Olha, o que acompanha, vem...nós aqui na verdade era mais calmo, em tudo, ne? Na verdade, antes já da luz elétrica nós já era mais tranqüilo ne. A luz elétrica já, já veio, facilitou, imagina a luz elétrica não pode nem...porque era problema de querosene, era problema do gás. Quando veio a luz elétrica já, agora com esse asfalto não é assim ne. Então é complicado você...é tudo fechado no cadeado, na chave, ninguém pode mais sair de casa ter aquela liberdade, como era primeiro, que a gente saia pra roça. Nós trabalhava, onde que o cara saía, deixava tudo a vontade, a casa aberta, hoje já corre perigo nessa parte (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Alguns aspectos envolvidos com a dinâmica local a partir da Interpraias, está associado à comercialização do pescado capturado pelos pescadores artesanais. Neste sentido, existem falas (contraditórias) que demonstram entendimentos e percepções diferenciadas em relação a este aspecto.

Com certeza. Tudo tem o lado bom e o lado ruim. O lado ruim é a questão do roubo. O lado bom é a questão do acesso. O que teve de ruim, já entraram duas vezes pra roubar meu motor. Arreventaram...tenho alarme, cadeado, trava, sempre atento. Antes não tinha. Mas é bom porque as pessoas vem, é como eu digo da um sol as pessoas vem. Feriado, essas festa ai, octoberfest, o pessoal desce pra praia e passo por aqui, vê a plaquinha, ' ah vim conferi o seu pescado' (O Empreendedor, 46 anos, pescador desde 14 anos)

Olha, vou dizer um coisa pra ti, pra mim não mudou nada. A única coisa que ta mudando um pouco é que vendia pro restaurante, hoje já não pegam mais porque tem muita gente trazendo de fora. Ai pra eu vender um peixe mais bem vendido era o robalo, e antes eu vendia mais peixe que agora. Porque a turma começa a transportar de fora mais barato que nós. Vem trazer peixe que não vale nada, peixe tudo já batido de gelo, e vem trazer mais barato que nós (O Patrão, 57 anos, pescador desde os 13 anos).

Vale ressaltar assim como já relatado com dinâmica socioeconômica da Praia de Laranjeiras que sofreu mudanças significativas do perfil do público frequentador, conforme já relatado na descrição da área no item 2.1.1.2.

Embora o processo de construção da Interpraias tenha sido autoritário perante a comunidade tradicional, o processo de licenciamento do empreendimento seguiu ao menos as mínimas exigências legais impostas pela Legislação Federal. Um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) foram realizados em

1997, assim como Audiência Pública em 26 de março de 1998. Embora não seja o objetivo relatar as fragilidades técnicas desse processo, de maneira geral, é importante mencionar que os EIA/RIMAs são, na maior parte das vezes, elaborados com alto direcionamento aos interesses do empreendedor, mais do que demonstrar a viabilidade, a longo prazo, dos empreendimentos. Assim como os processos de audiências públicas tem sido altamente questionados, especialmente no que se refere à participação popular.

No entanto, segundo relatórios da FATMA, as exigências que marcaram o processo de licenciamento do ‘empreendimento Interpraias’, além dos mencionados acima, foi um embargo formal do órgão licenciador, após grande parte da estrada ter sido ‘aberta’. As exigências para liberação da obra foram:

- 1) Implementar um programa de humanização da rodovia, em função do excesso de curvas;
- 2) Manter a Pedra do Ovo localizada entre as praias de Taquarinhas e Taquaras, que corria o risco de ser implodida para o alargamento da estrada, e por fim;
- 3) Criar uma Unidade de Conservação – uma Área de Proteção Ambiental, conforme havia sido sugerida no EIA/RIMA.

A criação da APA Costa Brava, imediatamente instituída por Lei Municipal, após exigência do órgão ambiental, categoriza-a num contexto muito semelhante ao afirmado por Faria e Pires (2007), onde grande parte das unidades brasileiras tem sido criada mais em função de oportunismos políticos do que em decorrência de orientações científicas para ocupação dos territórios, excetuando-se casos isolados mais recentes. Criar a APA foi à forma encontrada pelo poder público para aprovar, a qualquer custo, a tão sonhada obra panorâmica de acesso às praias.

Assim, no cenário atual, a existência da APA Costa Brava, conduz a região a um cenário favorável, que poderá ser, ou não, potencializada para uma nova abordagem de desenvolvimento.

2.1.2.5. O Cenário Atual

É com farinha, tainha, camarão e mistura

Um importante ‘resquício’ do sistema agrícola da Costa Brava é a presença do engenho de farinha centenário, atualmente gerido pela ‘família Alexandre’, e que da mesma forma tem um importante significado para toda a comunidade local. Antigamente, o engenho era uma importante fonte de renda e hoje funciona esporadicamente, nos meses de julho, agosto ou setembro. Antigamente, o engenho era movido pelo boi e forneado “a braço” em forno de barro. Hoje em dia, a presença do motor auxilia no processo, sendo uma mudança significativa do sistema de produção.

Ah sim, meus pais, os avós, já ne? Eu já sou o ultimo trabalhando nisso aí já. Já deixei pros filhos, os filhos tão trabalhando (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

(...) naquele tempo era difícil fazer, que era tudo a pescoço de boi, e agora já o motor faz ne? Uma facilidade hoje. Até raspador já eu tive pra raspar mandioca. Quando trabalhava com mais, depois tirei, não trabalhei mais com farinha, pouca coisa. Tirei o raspador, mas até raspador eu tive. Hoje ta fácil de lidar. Agora no meu tempo mesmo era difícil. Era tudo aquele engenhinho, daquele antigo, levada mandioquinha de um em um, na sovadeira, dava muito trabalho naquele tempo. Era só o boi que fazia, não tinha outra maneira. Hoje não, tem uma facilidade né para fazer (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

O sistema de produção parte da plantação de mandioca, considerado pequeno, com um tamanho aproximado de 1200 metros. A produtividade não é definida, mas segue o padrão de produção tradicional, sendo todas as etapas realizadas pela família e com ajuda de outros parentes e membros da comunidade. Essa ajuda é ‘voluntária’, sendo a moeda de troca o recebimento da farinha. Na ‘roça’ não existe adubos, além da tradicional ‘queimada’, utilizada para ‘preparar’ a terra. Após a colheita manual, o transporte da mandioca é feita por carro de boi até o engenho de farinha. O principal destino da produção é o consumo familiar, bem como de amigos e parentes que são presenteados pela farinha produzida no local. Ainda que a principal finalidade da farinha produzida seja o consumo familiar, o engenho é cedido para outras pessoas do entorno que produzem mandioca a partir das pequenas roças que persistem no litoral catarinense.

Aqui é uma roça pequena (...) rocinha pequena. Tem hoje uns 30 assim, metros de cumprido. É uma base assim 30 x40, uma roça (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

Não se vende não. Fica aí. Faz pouquinho. Ai a família mesmo fica. Fica um com pouco, outro, As vezes, vende um saco, como agora venderam. Só. No mais termina ali mesmo. Pra família mesmo (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

Embora o sistema de produção de farinha artesanal ainda persista na praia de Taquaras, este é marcado por uma série de dificuldades. Tais dificuldades envolvem basicamente três aspectos:

a) Produção: dificuldades em manter as plantações, ainda que pequenas, devido ao impedimento de corte e queimada para manter a produção. Alternativas no processo de produção são aceitas, no entanto inexistente suporte externo neste sentido.

Agora não podemos mais plantar, porque não podemos mais roçar ne?(...) eu queria que viesse assim ó, o cara fosse lá no meu terreno, dissesse assim, essa faixa que ta aqui, pra ca, tu pode trabalhar, pra cima não, porque se tu colocar a foice la pra cima, tu vai ser multado, mas essa parte tu podes trabalhar. Ai eu fico pagando imposto, do jeito que eu pago e não faço nada no terreno. Nem uma parte pra mim trabalhar não tenho. O que eu faço lá é soltar uns bezerros lá nuns pedacinhos, mais eu não posso fazer (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

b) Comercialização: dificuldades do processo de venda do produto impostas pelo sistema de certificação atual.

Não, porque hoje não pode vender ne? Só se tiver firma. Porque não pode vender lá fora mais um saco como antes vendia, não pode. Tem que ser com embalagem, tem que ter firma. (...) ah, com a embalagem, eles vendem lá fora. Pode chegar num mercado daquele vende. Vende, a farinha daqui é boa. Só que tem que ter a embalagem né? (O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

c) Tradição: os primeiros aspectos apontados direcionam para uma dificuldade em manter a tradição local. Um impedimento que acarreta perdas ao sistema sociocultural local.

Então a coisa ta difícil. As vezes eu quero arrumar o engenho. Ainda agora tava falando, queria dar uma reforma, naquele engenho, naquela maquina, mas não compensa, porque não pode trabalhar, porque é que vai fazer?Então é difícil. (...) e hoje, vai terminar duma vez. Até esse ai vai terminar, porque se não pode roçar, não pode fazer farinha. Como é que vai ter?(O Agricultor, 83 anos, morador nativo).

Já em relação aos núcleos de pesca artesanal, o cenário atual é marcado pela presença de diferentes pescarias, com características, que de maneira geral são apresentadas no Quadro 21. Já as relações entre as pescarias e especificidades que envolve o sistema pesqueiro artesanal, no que tange os arranjos institucionais e os padrões de interação serão detalhadas nos itens 2.2. e 2.3.

Quadro 21: Principais aspectos das pescarias realizadas na Costa Brava no cenário atual.

ARRASTO DE PRAIA	Acontece nas praias de Laranjeiras, Taquaras, Taquarinhas, Estaleiro e Estaleirinho durante o ‘corso’ ⁵⁶ da tainha. Ocorrem também na praia central, onde os pescadores envolvidos possuem forte relação com os pescadores da Costa Brava. Essa atividade mobiliza cerca de 150 pessoas e mais de 30 famílias diretamente envolvidas. O cenário do arrasto de tainha é ainda fortemente marcado pela presença do conhecimento tradicional das comunidades, sendo causa e consequência de coesão social. Os principais conflitos estão associados a outras pescarias ‘concorrentes’(caça de malha, rede feiticeira, celibri) e aos pescadores não profissionais que ‘estragam’ a pescaria. Além disso, a manutenção dos ranhos de pesca e o acesso a eles tem sido alvo de conflitos locais. A partir do arrasto de praia, iniciativas para a gestão local têm surgido, assim como a manutenção de regras informais usadas pela comunidade.
CERCO FIXO FLUTUANTE	Acontece nas praias de Laranjeiras e Taquaras, nos moldes tradicionais, gerido a partir de famílias tradicionais há décadas. O cerco mobiliza um trabalho familiar com a presença maciça da comunidade tradicional. O pescado capturado, ‘sempre vivo’ e por isso com qualidade, é entregue aos atravessadores. Ao longo do processo do uso dos recursos, um dos principais fatores mencionados pelos pescadores da atividade foi o ‘fracasso’ da pesca, especialmente relacionado à pesca da manjuva na costa. Pescaria esta que causou uma série de conflitos entre pescadores artesanais e industriais refletindo a forte preocupação do pescador artesanal na manutenção do recurso, bem como sua visão a longo prazo.
REDES DE ESPERA	As redes de espera mobilizam pescadores do Bairro da Barra, praia de Laranjeiras, Taquaras, Estaleiro e Estaleirinho. Com exceção da praia de Laranjeiras e do Estaleiro, o produto capturado é processado e algumas vezes beneficiado nas unidades familiares existentes nos bairros/praias. Os demais ainda adotam o sistema de entregar a produção aos atravessadores, ou vender o produto ‘por peça’ aos turistas que circulam pelas praias.
PESCA DO CAMARÃO	Associada a pesca do camarão está também a pesca de siri. Devido à grande presença das mulheres associadas a essa pescaria, o siri capturado junto com o camarão mobiliza-as para o processamento e beneficiamento do produto (carne, cascas e partes do siri). Além disso, muitas mulheres assumem a captura ao longo do rio Camboriú. Mais de 30 unidades de processamento do pescado/camarão, assim como pequenas empresas dinamizam essa cadeia produtiva local. Na praia do Estaleirinho coexiste com a rede de espera a pesca do camarão. O mesmo processa sua produção juntamente com a família. Um dos aspectos importantes relacionada a pesca do camarão e marcou os últimos dois anos dessa pescaria é a defesa do

⁵⁶ ‘Corso’ é como os pescadores chamam a migração das tainhas.

	camarão que trouxe à tona o conhecimento ecológico do pescador e a falta de legitimidade dos órgãos ambientais.
MARICULTURA	A maricultura ocorre em duas áreas, sendo uma na praia de Laranjeiras e outra na região da 'Águada', entre a Foz do Rio Camboriú e a praia de Laranjeiras. A primeira é gerida por dois proprietários distintos que dividem a área e a manejam desde a implantação da mesma, na década de 1990, sendo um deles não vinculado a atividade pesqueira. A segunda é manejada por pescadores, no entanto os 'proprietários' mudaram ao longo do tempo. Os principais conflitos associados à atividade está relacionado a retirada das sementes, bem como com a rede cerco, devida ao tamanho reduzido da baía abrigada. Os maricultores vivem um permanente cuidado relacionado aos níveis da qualidade de água para manter a sua produção. Tais reivindicações são realizadas pela Associação de Maricultores (Asmariscan).

De praias agrestes à Área de Proteção Ambiental

Além dos aspectos mencionados acima, o principal, refere-se à a presença de uma unidade de conservação de uso sustentável – Área de Proteção Ambiental, instituída por lei municipal no ano 2000. A partir deste cenário, uma dinamização institucional ocorreu na área, especialmente a partir do processo de implementação dos instrumentos de gestão, conselho gestor e plano de manejo. Esse processo tem sido marcado, desde 2006, por um movimento da sociedade civil, com a intermediação do Ministério Público Federal e assessoria técnico-científica da universidade para tornar o processo mais democrático e transparente.

Dessa forma, o cenário atual é composto por novos atores. Com a visibilidade que a área alcançou nos últimos anos, o Ministério Público Federal tem atuado fortemente com Ações Cíveis Públicas para minimizar os efeitos do desenvolvimento desenfreado instaurado na área. Com o objetivo de corrigir ou de impedir ocupações irregulares em APP, ACPs percorrem o Ministério Público Federal, tendo como co-autores entidades da sociedade civil organizada.

Essas medidas judiciais têm ligação direta com as comunidades tradicionais, uma vez que condicionam o uso dos recursos realizados por elas. A participação de entidades ambientalistas, neste processo é significativa, sendo também um novo ator atuante na área. Um nova configuração também é visualizada junto as associações de moradores, que (re)significam seu papel diante ao cenário de mudanças na área.

Isso resulta em processos conflituosos, seja pelo uso ou pelos diversos interesses dos ‘novos e velhos atores’ que compõe o cenário atual da Costa Brava. Esse novo cenário envolto pela complexidade da APA pode, ou não, aparecer como um agente mediador de conflitos, embora as experiências de unidades de conservação no Brasil demonstrem que, muitas vezes estas atuam como deflagradora de tais conflitos. Tais aspectos serão analisados em detalhes na sequência.

A seguir, num esforço de síntese, será apresentada primeiramente no Quadro 22 uma linha do tempo com os principais eventos que marcaram os últimos 60 anos da trajetória de desenvolvimento do município de Balneário Camboriú. Na sequência, a Tabela VI apresenta os principais aspectos, vetores e consequências dessa trajetória de desenvolvimento.

Quadro 22: Linha do tempo dos principais eventos da trajetória de desenvolvimento do município de Balneário Camboriú (SC).

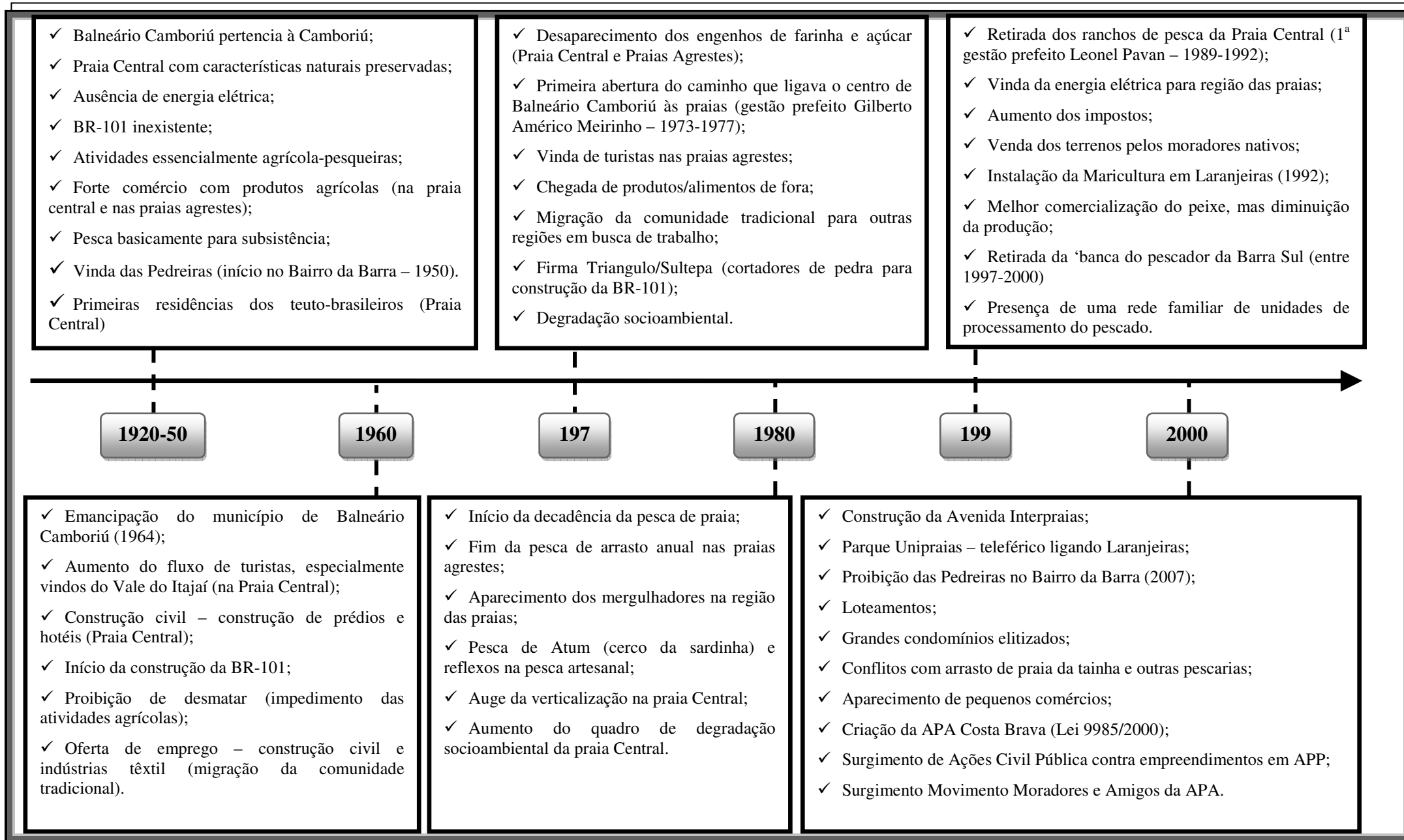
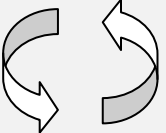




Tabela VI: Principais aspectos da trajetória de desenvolvimento da Costa Brava, município de Balneário Camboriú (SC).

FASES	MUDANÇAS	VETORES	CONSEQUENCIAS	CENÁRIO ATUAL
Agricultura 	De principal atividade comercial para atividade em decadência.	Desaparecimento/escassez da mão de obra; proibição de cortar e da prática do fogo (Código Florestal - Lei nº 4.771/1965); venda das propriedades a partir da energia elétrica e aumento dos impostos; melhora ao acesso de produtos externos; transformação do sistema agrícola a partir das novas tecnologias e o turismo.	Desaparecimento de atividades tradicionais e de saberes locais, choque cultural entre as comunidades tradicionais e os novos residentes. Capacidade adaptativa das comunidades restrita para lidar com novas normas legais, com a ausência de assessoria/orientação externa.	Existe apenas um engenho de farinha (roças de mandioca) na praia de Taquaras. Presença de aspectos culturais fortes associados: terno-de-reis, boi-de-mamão (farra do boi), pesca da tainha e a produção da farinha com cooperação comunitária. Tombamento do engenho de farinha sem o conhecimento dos proprietários.
	Pesca 	Os sistemas pesqueiros que permanecem, passam do sistema de subsistência para atividade produtiva.	Advento da tecnologia e petrechos de pesca; a pesca industrial (atuneiros); mergulho; desvalorização do conhecimento tradicional, mudanças nos ecossistemas e turismo.	Aumento dos conflitos entre pescarias e pescadores, diminuição dos estoques, descontinuidade da atividade pesqueiras pelas novas gerações, conflitos pelo uso do espaço-território, e por outro lado inovações para adaptar-se às mudanças e seus vetores.
Expansão Turística 	De comunidades predominantemente tradicionais com laços territoriais definidos, para grupos sociais heterogêneos que compartilham o território em construção. Predominância de atividades vinculadas ao turismo.	A partir da década de 70 com a primeira abertura da estrada da Barra até Laranjeiras. Década de 90 com a vinda da energia elétrica para as praias e em 2000 com a construção da Avenida Interpraias.	Perda progressiva do espaço-território das comunidades tradicionais e consequentemente migração, degradação socioambiental, mudança nos modos de apropriação, mudança nos tamanhos dos terrenos, parcelamento exagerado do solo,	Turismo tendendo ao de massa. Aumento de pousadas, condomínios, restaurantes e loteamento. Ainda persiste senso de comunidade em alguns núcleos tradicionais. Aumento do número de Ações Cíveis Públicas. Mudanças em potencial junto ao processo de gestão da APA Costa Brava.

2.2. Os arranjos de tomada de decisão

O segundo conjunto de atributos proposto por Oakerson (1992) refere-se às *regras em situação*. Esta designação é entendida para conduzir um vasto conjunto de arranjos que não são vistos simplesmente como *organização* ou *instituição*, e sim a *regimes de recursos*. Segundo o autor, os *arranjos de tomadas de decisão* são definidos pelas relações de autoridade que especificam *quem decide o que* em relação *a quem*. Estes podem ser classificados em três subconjuntos (Ostrom, 1994; Oakerson, 1992):

a) *regras operacionais*, que regulam o uso dos *commons*, decisões que ocorrem sempre que indivíduos afetam diretamente os recursos;

b) regras que estabelecem *ações de escolha coletiva* no grupo imediatamente envolvido com os *commons*. Constituem as decisões dos grupos sobre atividades operacionais;

c) *arranjos externos (regras constitucionais)* que são estruturas de decisão externas ao grupo imediato que colidem em como os *commons* são geridos.

No caso específico da zona costeira, valeria indagar como e por quem elas têm sido geridas e, da mesma forma, examinar quais ações coletivas têm importância fundamental para gestão sustentável dos recursos costeiros. É claro, que o desafio de integrar as dimensões social, econômica e ecológica e desenvolvimento costeiro, com estratégias de conservação, freqüentemente exige reformas nas instituições de gestão em vários níveis (Brown, Tompkins e Adegger, 2002).

Esses vários níveis condizem com uma integração vertical e horizontal dentro e entre organizações governamentais, organizações comunitárias e instituições informais em diferentes escalas. Segundo os autores, as instituições responsáveis pela gestão da zona costeira tendem a uma compartimentalização de setores por especialização e devem estar integradas horizontalmente, cruzadas por setores e especialidade, e verticalmente cruzadas em diferentes escalas de operação (local, regional, nacional). Ainda, formatos institucionais promissores não devem estar centrados exclusivamente no nível local, e nem tão pouco nos níveis mais altos, assegurando assim o estabelecimento de conexões através de vários níveis de organização institucional, ou seja, a partir de *conexões institucionais transescalares*,

conectadas tanto *horizontalmente*, no *espaço*, quanto *verticalmente*, nos *níveis de organização* (Berkes, 2005b).

De acordo com a notória complexidade que envolve analisar tais instituições, somada a perspectiva desta pesquisa, onde caberia entender as instituições relacionadas não só à pesca artesanal, mas também ao conjunto da zona costeira, irei focar a análise dos arranjos de tomada de decisão em alguns aspectos. Primeiramente descrevo o conjunto de regras e ações regulatórias constituídas (instituições formais) associadas às principais instituições informais existentes na área. Neste aspecto, serão também pontuados os principais instrumentos de gestão que estão sendo usados ou não na área. Posteriormente, analiso as regras institucionais que estão sendo formadas, chamadas aqui de inovações institucionais, com foco especial à Área de Proteção da Costa Brava. Por fim, faço uma análise dos espaços de negociação existentes, no sentido de entender como estes podem ser apropriados pelas comunidades tradicionais.

2.2.1. Situação institucional

2.2.1.1. Instituições formais: algumas considerações sobre legislação, estrutura organizacional e instrumentos de gestão

Em se tratando da atividade pesqueira, esta está envolvida diretamente a pelo menos cinco ministérios, seja pela relação com os cadastramento/inscrição, ou pelo acesso aos benefícios. Conforme mencionado por Medeiros (2009), o quadro institucional brasileiro está hoje relacionado: a) ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Departamento de Conservação da Biodiversidade e pelo IBAMA; b) à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; c) à Marinha, por meio da Capitania dos Portos; d) ao Ministério do Trabalho e Emprego que vincula os processos de seguro-desemprego durante o período de defeso; e) à Previdência; e por fim, f) ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura familiar que estabelece regras para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Além disso, há de se considerar o marco da política de pesca no Brasil (Filardi, 2007), a partir do Decreto-Lei nº 221/1967, que mudou a atividade pesqueira de meramente artesanal e produção de armadores a uma atividade baseada no modelo de desenvolvimento concentrador de capital. Segundo Dias Neto e Marrul Filho (2003), tal estrutura trouxe conseqüências devastadoras, especialmente ao comprometimento e sobreexploração dos estoques pesqueiros, uma vez que a proposta carecia de conhecimento sobre as características do potencial de pesca brasileiro, além de ter sido importada e assimilada sem criticidade, a partir de uma perspectiva, como sempre imediatista. Em conseqüência, a organização da pesca foi alterada e o aumento do esforço de pesca resultou, até a década de 1970, no aumento de produção que dobrou nas regiões sudeste e quadruplicou no sul (Diegues, 1983).

Atualmente, com a criação da SEAP (Lei 10.683/2003), alguns problemas se mantiveram e apenas ao longo do processo de sua atuação poderá ser possível avaliar suas políticas e os benefícios provocados junto ao setor pesqueiro artesanal. No entanto, de acordo com Filardi (2007:197) é difícil acreditar que o setor artesanal será beneficiado, tendo em vista que ainda não estão claras suas estratégias e políticas, além do precário intercâmbio de informações entre as instâncias da SEAP e com os outros órgãos relacionados (especialmente a tímida relação SEAP-IBAMA), bem como a carência de recursos humanos e financeiros.

Tendo como base a perspectiva ecossistêmica, não somente o quadro institucional da pesca deve ser considerado no processo de uma gestão integrada e participativa da zona costeira. Assim as principais instituições correlatas serão aqui mencionadas, no sentido de compor o quadro institucional ligado a zona costeira. Neste sentido, Ribeiro (2005) propõe alguns *instrumentos para ação*, que são instituídos com o intuito de desenvolver uma política ambiental preventiva e proativa, ainda que tais iniciativas não tenham amenizado a problemática em relação ao acesso e uso dos recursos naturais (Quadro 23).

Quadro 23: Instrumentos constitucionais, operacionais e de ação coletiva para uma gestão integrada e participativa de recursos naturais.

Instrumentos constitucionais, operacionais e de ação coletiva para uma gestão integrada e participativa de recursos naturais
Tratados Internacionais
Constituição Federal Brasileira
Princípios
Legislação
Políticas Nacionais
Arranjos Organizacionais de Planejamento e Gestão
Instrumentos de Planejamento (ordenamento territorial) Proativo/Associativo
Instrumentos Econômicos
Instrumentos Regulatórios (comando e controle)
Instrumentos Informativos
Instrumentos Jurídicos Individuais e de Ação Coletiva
Fontes de Financiamento

Fonte: Ribeiro (2005).

Dito isso, a descrição aqui mencionada também irá destacar a situação que envolve o município de Balneário Camboriú (Tabela VII). O objetivo aqui é apenas mencioná-las, uma vez que todas serão reunidas e retomadas de alguma forma, a partir do arranjo em múltiplas escalas desenhado pela APA, situação esta que será tratado no item *inovação institucional*.

Tabela VII: Principais Instrumentos de gestão relacionados com a Zona Costeira e considerações de ocorrência na Costa Brava/Balneário Camboriú (SC).

	Regulamentação	Situação na Costa Brava (nível local)
Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro Integrado/GERCO e Zoneamento Ecológico Econômico	Lei nº 7.661/88; Decretos nº 5.300/04 e 4.297/02	Mínima atuação, apesar da porção centro-norte catarinense, ter sido a única a ser contemplada no estado com o ZEE, com a etapa de construção do estudo de análise ambiental juntamente com um estudo cartográfico multi temático.
Projeto Orla	Ação conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	O município elaborou o Plano de Intervenção da Orla Marítima de Balneário Camboriú com mínima participação da sociedade civil. Esta foi apenas representada apenas pelo SINDUSCON (Sindicato da Construção Civil). O setor primário é mencionado neste plano como irrelevante, apesar de mencionar a presença da extração de granito e a significativa produção de crustáceos (camarões).

Código Florestal	Lei nº 4.771/65 e Resoluções CONAMA nº 369/06, 302/02 e 26/99	Atua especialmente na definição das Áreas de Preservação Permanente e que são em grande parte desrespeitadas. Conflito de uso com as comunidades tradicionais a partir dos plantios de mandioca e mais recentemente com a construção irregular de empreendimentos imobiliários.
Sistema Nacional de Unidades de Conservação	Lei nº 9985/00 e Decreto nº 4.340/02	Existência de unidade de conservação de uso sustentável – APA. Lei municipal de criação (1985/2000), bem como o decreto de criação e nomeação do conselho gestor (Decreto nº 5192/2008). O Plano de Manejo foi elaborado mediante consultoria contratada pela prefeitura municipal como resultante de uma ação civil pública na área. Este plano de manejo foi contestado pela sociedade civil organizada junto ao ministério público federal.
Plano Diretor	Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, Resolução nº 25 e 34 do Conselho Nacional das Cidades	No município o Plano Diretor é bastante conflituoso, especialmente em assumir que a região da Costa Brava deverá, necessariamente ser gerida pela Unidade de Conservação (plano de manejo/conselho gestor) e não pelo plano diretor municipal. Foram estabelecidos usos conflitivos, que somente serão anulados, após a aprovação do plano de manejo. Da mesma forma, seu formato em pouco proporciona a participação popular.
Agenda 21	Culminou com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida por ECO-92	O processo de construção da Agenda 21 Local em Balneário Camboriú foi encerrada pelo secretário de meio ambiente em 2005. A prefeitura municipal revogou na íntegra a 'comissão municipal de políticas de desenvolvimento sustentável e da Agenda XXI', criado em 1998 (Decreto de criação nº 2.978/98 e de revogação nº 4.139/2005).
Conselho de Meio Ambiente	Integrante do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). Lei nº 6.938/81 e Decreto nº 99.274/90	Criado por decreto municipal (nº 5.044/2008), mas sem representação de ambientalistas em sua composição. A única entidade relacionada a ocupar uma das cadeiras destinadas à sociedade civil organizada é o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú.
Ação Civil Pública e Termo de Ajuste de Conduta	Lei nº 7.347/85 – Lei de Ação Civil Pública	Quatro principais ACP existem na Costa Brava: em Laranjeiras (recuar construções em terreno de marinha), Taquarinhas (contra proposta de Resort em APP), Taquaras (demolição de Bar/restaurante em APP) e Estaleiro (abertura da Estrada do Porto privatizada por condomínio). Da mesma forma, um TAC junto a Marina Tedesco e aos broqueiros da Barra foram efetivadas. Este tem sido o principal mecanismo de conservação do patrimônio natural na região.

Ainda, faço aqui referência à abrangência das políticas do governo federal em nível municipal. Segundo Ferreira, Maida e Messias (2007) é uma estratégia que tem crescido na

última década, reflexo de um estímulo à descentralização das atribuições da União e estados para garantir maior eficiência administrativa, tal qual é sugerido na implementação dos conselhos de meio ambiente.

As autoras contestam que apesar da descentralização permitir em muitos casos o desenvolvimento de gestões adaptativas que atendam as necessidades peculiares, no litoral, a ausência de capacitação local, o ritmo crescente (e acelerado) de degradação ambiental e os vários conflitos de uso, tem dificultado este processo. É evidente que mesmo diante da descentralização, se esta não priorizar o compartilhamento de poder e responsabilidade no esforço de gestão envolvendo o governo e instituições locais (Berkes, 2005b), dificilmente recairá em êxitos.

Berkes (2005b) ainda salienta os impactos da ação governamental sobre as instituições locais, tais como a centralização das tomadas de decisão, as mudanças nos sistemas de conhecimento, a nacionalização dos recursos e políticas de desenvolvimento que desmantelam as instituições locais. Essa falta de legitimação ou reconhecimento de instituições no nível local influencia e dificulta a construção de *instituições robustas*⁵⁷. Tal construção refere-se as regras que têm sido divididas e modificadas ao longo do tempo, de acordo com os passos das escolhas coletivas e regras constitucionais. Em outras palavras, seria dizer onde os sistemas têm sido sustentáveis por um longo período de tempo (Ostrom, 1994).

O ordenamento pesqueiro

Embora o Brasil seja contemplado por uma série de políticas, regramentos e legislações, parece que na prática, estas são com dificuldades implementadas. Da mesma

⁵⁷ Elinor Ostrom (1990) define oito princípios para caracterizar instituições robustas de recursos comuns. Estes princípios são definidos como um conceito usado consciente ou inconscientemente para constituir e reconstituir uma associação contínua de indivíduos sobre um princípio organizacional geral. Não serão aqui trabalhados em profundidade, mas destaque-os: 1) definição clara dos limites e dos direitos de uso, 2) congruência entre apropriação e provisão de regras e condições locais, 3) arranjos de escolha-coletiva, 4) monitoramento, 5) sanções graduais, 6) mecanismos de resolução de conflitos, e 7) reconhecimento mínimo dos direitos de organização. E para recursos que são parte de sistemas outras escalas, os 8) arranjos imbricados (*nested enterprises*).

forma, muitas vezes acabam sendo substituídas por outras, de acordo com os interesses da ocasião. Sem dúvidas, o caráter centralizador e pouco participativo de suas políticas, faz com que elas fracassem antes mesmo de serem incorporadas por alguns grupos da sociedade, ou justamente por não ter sido incorporadas pelos atores diretamente envolvidos.

Neste sentido, cabe ressaltar a experiência que hoje o Brasil vive em relação ao seu ordenamento pesqueiro, centrado fortemente em proteger partes selecionadas dos estoques, a partir da proibição da captura em determinados períodos para a proteção de uma parte da população, geralmente na fase de recrutamento ou reprodutiva – aqui denominado de defeso.

Neste propósito trago como exemplo o defeso do camarão sete barbas (*Xyphopeneaeus kroyeri*), que sofreu nos últimos dois anos mudanças significativas no seu processo de gestão. Santa Catarina neste sentido teve um importante processo de mobilização junto aos pescadores artesanais⁵⁸, que solicitaram em 2005 a alteração do período de defeso de primeiro de março a 31 de maio, para primeiro de outubro a 31 de dezembro. Esta mudança entrou em vigor a partir de 2006 (IN IBAMA 91 e 92 de 07 de fevereiro de 2006), onde houve a primeira parada na nova proposta de defeso, que segundo alguns pescadores, repercutiu positivamente em relação à manutenção dos estoques.

Pelo que a gente teve noção a parada de outubro foi melhor, porque esse ano deu bastante camarão (Sete-barbas L.).

Pra quem tem lógica, foi boa essa parada (Sete-barbas N.).

No entanto, segundo relatos do Sr. José Dias Neto (Coordenador Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros – CGFAP/IBAMA) durante reunião realizada no dia 19 de agosto de 2008 na sede do CEPSUL/IBAMA em Itajaí, o órgão ambiental vinha desde a mudança recebendo muitas reclamações e críticas, de diversas ordens, tanto políticas, do MMA, de pescadores, empresários, etc. Desta forma, o IBAMA

⁵⁸ A mobilização dos pescadores artesanais de camarão esteve fortemente marcada pela atuação/mediação do Projeto Pesca Responsável na Baía de Tijucas, financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente e executado pela Universidade do Vale do Itajaí que teve como fundamentos principais a valorização do conhecimento tradicional dos pescadores junto ao processo de gestão. Os relatórios deste projeto demonstram, após dois anos de pesquisa na área junto às comunidades e com levantamento da fauna, que a mudança do defeso seria coerente com a preservação da espécie. Da mesma forma, a intervenção do projeto de extensão desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Sociais e Políticos (NESP/UNIVALI) junto às comunidades pesqueiras da Penha proporcionou uma coesão entre comunidades para reivindicar soluções para problemas comuns.

propôs a realização de encontros para retornar o defeso do camarão sete-barbas, de forma unificada, com o camarão rosa, ou seja, março, abril e maio. Esta proposta de retorno teve 3 fases, da qual os pescadores de Balneário Camboriú também estiveram envolvidos:

- Primeira fase: reunião preparatória para escolher os representantes das Colônias de Pescadores de Santa Catarina, organizada pela Federação Catarinense dos Pescadores de Santa Catarina (FEPESC) e IBAMA, para construir um posicionamento sobre o defeso do camarão-sete-barbas. Essa reunião ocorreu na Colônia de Pesca Z-7 no dia 08 de agosto de 2008 e contou com a participação de aproximadamente 30 pescadores;
- Segunda fase: tendo os representantes escolhidos em cada uma das colônias de pesca catarinenses (de Governador Celso Ramos à Itapoá - centro-norte e norte do estado) estes foram reunidos na sede do CEPSUL/IBAMA em Itajaí (SC), para discutir suas propostas. Nesta reunião além do debate (não-consensuado) de retornar ao período de defeso, foram escolhidos dois representantes dos pescadores para participar da terceira e última fase;
- Terceira fase: reunião com os representantes escolhidos dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, na sede do CEPSUL/IBAMA em Itajaí (SC).

A segunda e terceira etapa deste processo foi mediada pelo IBAMA e além dos representantes da pesca artesanal, havia a presença massiva do Sindicato da Pesca Industrial e de armadores, além da presença de pesquisadores da UNIVALI. Os pesquisadores presentes mediarão o processo da primeira alteração do defeso junto aos pescadores e desta forma, tiveram um espaço para explanar sobre os erros em retornar o defeso ao período março-maio, a partir dos conhecimentos construídos com o projeto Pesca Responsável Baía de Tijucas. Após essa apresentação grande parte dos pescadores reiterou as informações, concordando com a construção do Pesca Responsável.

As propostas das colônias de SC foram apresentadas e ficou claro que não havia consenso, além da ausência de muitas colônias que não sabiam que a reunião aconteceria o dia todo (segundo relato do Sr. Ivo Silva, presidente da FEPESC). O panorama de participação e posicionamento das colônias está apresentado no Quadro 24.

Quadro 24: Posicionamentos das entidades presentes na reunião sobre defeso do camarão sete-barbas em 19 de agosto de 2008 na sede do CEPSUL/IBAMA.

Entidade	Período de Defeso
Colônia de Pescadores Itapoá	março - maio
Colônia de Pescadores São Francisco do Sul (Baía da Babitonga)	março - maio
Colônia de Pescadores Barra do Sul	outubro - dezembro
Colônia de Pescadores Barra Velha	outubro - dezembro
Colônia de Pescadores Piçarras	ausente
Colônia de Pescadores Navegantes	ausente
Colônia de Pescadores Penha	outubro - dezembro
Colônia de Pescadores Balneário Camboriú	março – maio. O presidente da colônia de pescadores quando apresentou a proposta disse que os pescadores estavam ‘divididos’, mas ‘a maioria quer que volte’.
Colônia de Pescadores Itapema	Ausente
Colônia de Pescadores Bombinhas	Ausente
Colônia de Pescadores de Porto Belo	março – maio
Colônia de Pescadores Tijucas	Opinião dividida. Presidente menciona que ‘se depender de mim volta’
Colônia de Pescadores Governador Celso Ramos (Z-10)	março – maio
Colônia de Pescadores Governador Celso Ramos (Z-9)	outubro - dezembro
SINDIPI	março – maio

Mesmo assim, a reunião foi encaminhada no sentido de um ‘consenso’ forçado, e dois representantes foram escolhidos para representar SC, sendo um deles do SINDIPI (Sindicato da Pesca Industrial de Itajaí)⁵⁹ e outro pescador artesanal, ‘indicado’ pelo presidente da FEPESEC, também a favor da unificação do defeso. A terceira fase deste processo ficou marcada pela decisão da unificação do defeso, com exceção do estado do Espírito Santo que propôs outra data, em função das suas características oceanográficas. Além disso, outro ponto de discussão ficou em torno de revogar o atual defeso imediatamente, ou manter ainda em 2008, implantando a medida a partir de 2009.

Apesar de novamente não haver consenso, estando os representantes ali presentes em dúvida se o melhor é ficar 6 meses com seguro-defeso e sem pescar (outubro, novembro e dezembro/2008 e março, abril e maio/2009), ou ficar um ano e três meses (dez/2007 a

⁵⁹ A pesca industrial não tem interesse sobre o camarão sete-barbas, uma vez que as permissões de pesca para esta frota são para a pesca do camarão rosa. No entanto, a frota de camarão rosa é controlada e não são emitidas novas licenças, até que um barco saia da frota. Com isso, ficaram de fora diversas embarcações de médio porte, que acabaram conseguindo a permissão de pesca para o camarão-sete-barbas e, segundo relatos de integrantes do SINDIPI, o problema reside no fato que as embarcações de médio porte atuam sobre os estoques juvenis de camarão rosa. Esse conflito explica o lobby do SINDIPI em pressionar o IBAMA para a mudança, evitando que a frota intermediária atue sobre o camarão rosa.

fevereiro/2009) sem nenhuma medida de proteção dos estoques. O representante do IBAMA decide que a suspensão será imediata, liberando a pesca do camarão e assim os estoques pesqueiros passam a ficar sem nenhuma proteção até o defeso unificado em primeiro de março de 2009.

O acompanhamento desse processo permite que sejam feitas algumas ponderações:

1. O retorno da unificação do defeso do camarão sete-barbas e do camarão-rosa ficou centrada nos problemas de fiscalização e por pressões políticas mais do que pela proteção/preservação dos recursos. Além disso, a data tem função biológica apenas para o camarão rosa;
2. O ordenamento pesqueiro no Brasil está fortemente centrado no defeso de algumas espécies, não levando em conta outros mecanismos de regulação, tais como os alterações das dimensões dos petrechos, definição de áreas de exclusão, territorialização das frotas, abordagem ecossistêmica, entre outros (Berkes et al., 2001);
3. O processo de participação dos pescadores artesanais foi fortemente marcado pela indução de opiniões da FEPESC que tem como representante legal a mesma pessoa que representa a Federação Brasileira de Pescadores. Desta forma, não existe uma particularidade em defender os interesses da pesca em SC, que é diferente da realidade dos outros estados do Brasil;
4. A mediação do processo foi marcada por um despreparo do órgão ambiental, com posturas autoritárias. Falas como, se ‘você não colaborar (ou seja, manifestarem contrariedade as decisões) eu encerro o processo e decido’. A imposição nas decisões torna o processo não legítimo e não proporciona a construção de confiança entre os atores envolvidos. Mascara os processos participativos, reforçando a ideia de que ‘não adianta’ participar. Assim como relata o pescador que esteve presente em uma das fases da reunião.

Eu fui lá numa reunião no Itajaí, que é a mesma coisa que tu não ir. Eles debate, debate e na hora fazem o que eles querem. Nós tivemos lá, tinha o que, umas 200 pessoas. Dono de rede, dono de barco, presidente de colônia, e acabando todo mundo deu opinião, não adiantou de nada. Tinha uma mulher lá, deu a opinião dela, botou

no papel e resolveu. Aí a opinião do pescador não contou nada. Por isso eu não gosto de reunião(...) foi discutido, discutido e o IBAMA fez o que quis⁶⁰;

5. Presença avassaladora do Sindicato da Pesca, sem menção alguma em considerar a diferença do número de representantes contemplados pelo sindicato e o número de associados da colônia. Ainda em relação a isso, espaços de negociação, ou mediação de conflitos deveriam levar em conta a identificação e categorização prévia dos diferentes atores e as dimensões em que permeiam seus interesses, como poder, legitimidade e urgência (Brown, Tompkins e Adeger, 2002);
6. Os pescadores artesanais não estavam articulados durante a reunião, mesmo porque a própria Federação Catarinense já havia se posicionado a favor da unificação, deixando-os assim, sem uma representação. No entanto, a articulação posterior está ocorrendo com a manifestação contrária à unificação;

Ainda, quero destacar alguns aspectos apontados pelos sujeitos-pescadores de camarão entrevistados durante esta pesquisa. Embora não haja um consenso entre os 18 entrevistados direta ou indiretamente e que manifestaram opinião sobre o período de defeso, irei destacar falas que mostram tanto a divergência de opiniões, como alguns pontos críticos do processo de tomada de decisão. Quero aqui também destacar a importância das *mulheres pescadoras e das mulheres descascadeiras*, especialmente em relação ao conhecimento ecológico fortalecido em anos de contato com o camarão.

Quanto ao 'roubo do camarão' e a fiscalização

Agora não adianta proibir o camarão e não ter fiscalização. Não adianta fechar, é claro, pois se a turma tão matando direto (Sete-Barbas R.A.J., 55 anos, pescador desde sempre).

A parada? Boa. Ai foi bom porque cai tudo numa fiscalização só. O arrasto, o sete barba, o rosa. Então fica melhor assim pra eles fiscalizar. Fica tudo junto.(Sete-Barbas D.)

⁶⁰ Para preservar a imagem do pescador, não irei destacar suas características.

O que eu vejo do camarão, mas também é bem pouco respeitado. Um pouco também eu sempre falo isso aí. O pescador também é culpado nessa parte né. Porque o governo dá esse defeso aí, da esses 3, 4 salário, mas se o pescador já sabe que vem esse defeso aí. Eles podem botar uma redinha, segurar com outra coisa aí, ou trabalhar, fazer um biquinho, mas todos, segurar pra esse camarão ir fazer criação (...) mas tem aquele, eu conheço na Barra, tem cara faz o defeso, entra o defeso hoje e sai, tem vez aí que você olha: ‘defeso do camarão tem?’ Esse mar aí tá cheio de gente trabalhando. Para 10, 12 embarcação, o resto continua.

Se falar pra eles? iiii...Então um dia, eu falei pro rapaz aqui...ele veio trazer a mulher dele aqui no colégio, as embarcação dele tão ali, ‘pois é mais somo obrigada a ir, 3 salario o que é que da?’ Eu digo, ‘tu vai me perdoar’, eu disse pra ele, ‘o cara que gosta de arrastar nessa parada de defesa, ele pode ganhar o salário mil dois mil, ele vai apanha mesma coisa’. Eu digo pra ele, (...) o governo não tá preocupado com ele, ele tá preocupado com o pescador.

Ele faz isso pro pescador. Se todo pescador tem salariozinho, é pouco é pouco, mas é 3 salário. Então, ele bota mais uma redinha, pode bota rede, pode fazer um bicozinho em terra, alguma coisinha. Passa os 3 meses, tem produção, ne? Vai lá tem camarão que da pra...mas se ele chegar lá não, que não sei o que, que é pouco, mas é pouco, mas vai lá receber os 3 salário e aqueles coitado, tem muitos que gosta de arrespeitar, puxa embarcação, dão uma pintura na embarcação, não vai os 3 mês. E os outros cara já eu vou..aí quando termina a safra, von dizer, termina a defesa do camarão os 3 mês, os outros coitado quando chega lá não tem mais nada, porque já tem limpado também. Então é isso, eu penso assim, o pescador que é para ser mais sério nessa parte, tudo se unir, não, nós não vão.

Eu digo assim, mudar um pouco a malha ne. Inventar uma malha aí diferente. Uma malha mai laceira, uma malha que o cara não ficar sem o pescado, lógico, aretirar tal malha, assim, assim, assim e vamo aretirar uma milha, duas milha, sei lá...da costa. Mas também tem que ser assim, tem que fazer uma reunião pra fazer isso aí, bota a malha e ter fiscal, seja Pedro, seja Paulo, seja irmão, o que pegar e levar rede pra terra. Se não fizer assim, não adianta. Igual o camarão, não adianta. Você vai ali, é um monte de gente querendo fazer o seguro desemprego por causa do dinheiro, vira as costa, no outro dia tão tudo lá fora. Mas deus o livre se o presidente não assinar lá pra dar pra ele ganhar o dinheirinho, fica meio brabo. Mas esquece depois (...) porque existe o defeso, pra que existe esse defeso, que é pra da a criação, pra da a produção, e essa produção não vai vir...(O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos)

Quanto ao melhor período para o defeso

Pior!Porque pra nós, o camarão sete-barbas é abril, maio e junho, é quando tá fechado. Então nessa época nós não podemos pegar. Adepois quando abre dia 1 de junho já tá acabando a safra do camarão 7 barbas. Já tá acabando. E se não pegou na safra dele vai embora. Igual a tainha, se você não pegar a tainha na safra dela, ela vai embora, e o camarão é igual. Quando tá grado, abril, maio e junho. É quando tá grado, e da bastante ainda. E nessa época não poder pegar vai ser difícil pra nós. (...) é como eu digo, na época dele pra nós, é o inverno, que ele faz criação. Tem criação, se nós não pegar em abril, maio e junho, outra época é difícil vim sete barbas. Só naquela época pra nós que da. Nessa região, abril, maio e junho, depois...outro lugar não sei...(O Bondoso, 52 anos, pescador desde os 19 anos).

Eu ainda acho que tem que ser quando ta aquela lendiazinha, bem branquinha. Tem duas época isso ai. Já passou uma época ai atrás, aquilo ali, é branquinha, coisinha tudo assim, branquinho, branquinho. Faz uns 3 meses ai atrás. Faz uns 3 mês ai atrás, tinha também⁶¹. Era um crime. Eu ainda acho na minha opinião, devia existir 3 parada. Um mês, parou o mês, 3 mês no ano. Um mês por vez, no caso. O pescador ia ganhar a mesma coisa, naquele ano ali. Parar um mês quando ele vai desovar, vamo supor janeiro, ou fevereiro, um mês que eles tão com aquela lendizinha, ai depois um mês denovo que já tão maiorzinho assim. Tem época que tem aquela lendiazinha, branquinho, que da até pena, vem empastado (...). Porque num mês o camarão aumenta bastante. Num mês ele aumenta bastante. Devia ser só um mês pra desovar, porque num mês o camarão desova bastante. Ai eles vão desovar, eles tão com aquela lendiazinha, então nessa época devia ser dois mês. Ai trabalhar mais uns 3 meses, na frente, e quando tiver miudinho denovo, parar mais um mês, pronto, deu. Porque é nessa época da lendiazinha é que devia parar, ta louco... (Mulher Pescadora, 54 anos, pescadora)

Aqui pra nós de fevereiro em diante é que pega a aparecer camarão. Camarão mais bonito. Fevereiro pra começo de março. Aí para. Para os 3 mês, quando abre a pesca. É 15 dia só. Em 15 dia o camarão se some (Mulher Pescadora, 54 anos, pescadora).

Eu não sei, mas esse ano não faltou camarão. O certo mesmo é parar quando ta em criação. É o primeiro ano que eu vejo que não faltou camarão. Depois que eu casei que sei, era Abril, maio, junho esses 3 é o mês grosso. Ai agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, não tinha camarão. E agora com o defeso melhorou. (Descascadeira, 52 anos, esposa de pescador)

Quanto à ocorrência do camarão-rosa e camarão sete-barbas

Rosa só da a noite. É mais lucroso. Vem mais peixe, mais siri, vem o siri candeia que eu te falei, corvina... (Mulher Pescadora, 54 anos, pescadora)

É aquele corso dele, é igual a tainha. O camarão não guenta. Quando ele vem, ele vem pra criar. Portanto que quando a gente pega, o casco dele ta todo molinho. Quer dizer que a gente já mata ele um pouco filhote. E o que sobra, ali, ele vem pra beira da praia, os pescador vao pra beira da praia e mato um pouco. Sete- barba da o verão todo (Mulher Pescadora, 54 anos, pescadora).

O que devia ser feito, eles não fazem. Aqui na nossa região, nós temo aqui a praia brava, a praia do coco, e a praia dos amores. Aquilo ali é uma reserva de criação de camarão. Então aquilo ali, devia botar tudo aqueles pé de galinha que tem la no mole de

⁶¹ Entrevista realizada em 3 de outubro de 2008.

Itajai tudo com arame e finca. Ali o pescador não ia. Assim, fazer em todas as praias que é ponto de reprodução. [Quais são?]

Praia brava, cabeçudas, amores. Geralmente, preservar 1 milha da praia pra fora. Já taria bom. Porque o camarão desova de uma milha pra terra. E o IBAMA ele quer 3 milha. Da praia pra fora. Então 3 milha da praia pra fora, não existe mais sete barba. Se tu bota uma lei de 3 milha da praia pra fora, pode acabar com a safra do camarão, porque não existe. Se tu for, como eu trabalhei quase toda a minha vida no camarão, de Cananéia pra Santos, o camarão o máximo que ele vai é com 15 m d'água. Passou de 15 metro d'água não adianta arriar uma rede que não mata mais o 7 barba. E nesses 15 metro já passou as 3 milha. Entre uma e 3 pode pescar tranqüilo. Igual aqui na nossa região, quando chega no finzinho da safra, ele vai até os 18 metro. Depois...some. ele vai até os 18m, mas daí tu só pega os camarão 7 barba grandão. O miudinho ele não vai, por causa da pressa d'água (Sete-Barbas S.A., 50 anos, pescador de camarão).

Quanto à participação

O problema do pescador é que o pescador não participa. Se ele não participar ele perde a força (Pescador R., nascido na praia do Estaleiro e morador da Barra).

Teria que ser assim: umas 3, 4 pessoa que entende, chamar um grandão lá do IBAMA e conversar. Depois vamo supor, ele conversa com 3 entendido aqui da Barra. Ai ta. Se ele for la na Armacao, e pegar 3 entendido, vai dizer a mesma coisa. Tu só não pode pegar pra conversar com ele, aquele que rouba camarão, que rouba lá na beirinha da praia. Na hora da desova. [o pescador sabe quem rouba?] Claro que sabe. Ontem ainda, vi o pescador indo com uma caixa de 7 barba, só a fêmea. Aquele camarão foi matado la na praia dos Amores. No meio da pedreira, onde é a desova. É difícil...porque quando tu entra numa sala cheia de gente, cada um tem uma idéia diferente. Tu vai fazer uma reunião. O presidente da colônia podia escolher 3 pessoa, ou 4, que gosta de preservar, que não rouba camarão na parada, então ele vai dar a idéia certa. Se ele pegar 3 daquele que gosta de roubar, ele já vai distorcer tudo (Sete-Barbas S.A., 50 anos, pescador de camarão).

Quanto aos conflitos entre o camarão-rosa e camarão sete-barbas

Eles proibiam agora o camarão, sete barba, outubro, novembro e dezembro, aí o rosa, podia o rosa. Daí as embarcação pequena iam la pro rosa. Ai quando abrisse o 7 barba, fechava o rosa. Ai as embarcação grande do rosa vinha pro 7 barba. Daí o pequeno sofre, o grande vem e mata tudo. Então tem que fechar igual (Mulher Pescadora, 54 anos, pescadora).

(...) aqui eles querem isso aí, por causa que abre um, fecha o outro (Sete-Barbas R.A.J., 55 anos, pescador desde sempre).

Conservação e desenvolvimento?

É...assim ó, pra quem quer preservar a natureza, tem que ser outubro, novembro, dezembro, que é o período dele, é a desova. Agora quem quer produção boa, aí tem que ser mês de março. Porque quando abre a pesca, abre tudo grado. Se for preservar a natureza, quando abre em 1º de fevereiro, abre tudo camarãozinho assim [pequeno]. Agora o que eles deviam fazer é o seguinte, parar todo arrastão. Tudo o que é de arrasto parar tudo. E ter uma fiscalização né. Parar tudo em março. Aí parava o 7 barba, o vermelho, o rosa, a parelha, parava o barco de porta, parava tudo. Aí o mar descansava 90 dia.

Do jeito que vai ficar agora, quando abre, abre tudo grado, mas escapa muito camarão. E agora, se fechar em outubro como tava, eles matava o miudinho, não chegava a desovar mais. Porque eles iam roubar igual. Não tem fiscalização. Tem muita gente que tem barco guardado em casa, barco pequeno, só esperando a parada pra roubar camarão. Tem gente que trabalha, pega 8 hora da manha trabalhando, chega 5 hora da tarde, 6 hora, vai la da 2, 3 arrasto a noite, chega em casa a mulher vai limpar, ele vai trabalhar, e vende pro restaurante pela metade do preço. Nos 3 mês da parada a gente não consegue vender nada.

Eu que tenho firma, eu acho bom por isso, quando chega mês de março, para o 7 barba. Aí parando o 7 barba, pára o rosa e para o vermelho. Então parou as 3 espécie que é mais capturada. Então em 90 dia, as empresa vende todo o seu estoque. Quando abre, todo mundo quer camarão e tem preço. E do jeito que tava. Parava o sete barba, ficava o ferrinho e o vermelho, as industria trabalhando, o camarão nunca tem preço. É por isso que hoje tão oferecendo 1 quilo de ferrinho a 1,60 o quilo. Porque eles têm demais. Se tu quer vender tu vende, se tu não quer tu não vende. O pescador é obrigada a pescar, é obrigada a comer, aí se assujeita a vender naquele preço. Então essa parada é a melhor (Sete-Barbas S.A., 50 anos, pescador de camarão).

2.2.1.2. As instituições informais

Conforme já mencionado ao longo do capítulo, as regras informais existentes nessa região eram fortemente marcadas pelo uso familiar/comunitário. Acontecia especialmente antes dos ciclos de expansão do município onde as famílias estabeleciam os usos e a divisão dos territórios com fortes laços de reciprocidade. Após os ciclos de expansão, a privatização das terras e as limitações impostas pela legislação ambiental alteraram os modos de apropriação, hoje fortemente marcados pela especulação imobiliária.

Igualmente na pesca, esta teve um longo período marcado como atividade de subsistência, ligada fortemente a eventos sazonais geridos de forma tradicional. Exemplo disso está relacionado à pesca da tainha, onde a gestão comunitária dos recursos é mantida até os dias de hoje, com fortes laços comunitários, sendo um mecanismo de fortalecimento e valorização das tradições locais, assim como de coesão social.

Embora tal condição seja um ponto forte a ser considerado no regramento informal ainda presente nas comunidades da Costa Brava, há que se considerar a presença marcante da pesca do camarão, que apesar da existência de regramento institucional formal, como o defeso do camarão, esta ainda tende fortemente ao livre acesso, conforme explicitado no item anterior. Desta forma os principais aspectos considerados como instituições informais serão descritos no item a seguir, com foco especial à pesca da tainha.

2.2.2. Inovações institucionais e espaços de negociação

Segundo Ostrom (1990), o ‘reconhecimento mínimo do direito de se organizar’, ou seja, o direito dos usuários em construir suas próprias instituições, sem serem desafiados por autoridades externas é ponto fundamental para construção de ‘instituições duráveis’. Neste sentido, cabe aqui ressaltar qual tem sido o papel da comunidade tradicional da Costa Brava no processo de estabelecimento da Área de Proteção Ambiental. O *status quo* é hoje marcado por este ‘novo arranjo’. Todavia, tanto o poder público desconhece seus instrumentos e os pontos essenciais da política das unidades de conservação, especialmente no que se refere o potencial e necessidade de incluir as comunidades no processo de construção desse novo arranjo, tornando-o legítimo.

Assim, cabe ressaltar como têm sido construídos esses ‘ambientes institucionais’, embora o processo seja ainda muito embrionário. A APA foi criada em 2000, a partir de uma medida compensatória da Avenida Interpraia, mas a continuidade da sua implementação veio à tona apenas em 2005, tornando limitado analisar sua eficiência. No entanto, alguns episódios marcaram este processo, e são essenciais para indicar possibilidades futuras de processos promissores da gestão integrada e participativa da zona costeira, e que por consequência resultem num processo de desenvolvimento territorial sustentável.

Desta forma, destaco alguns vetores (Quadro 25) que contribuíram no processo de construção da APA Costa Brava. Tal processo foi marcado especialmente por dois vetores, um aqui denominado de processo judiciário, que foi assumido pela Procuradoria da República, por meio do Ministério Público Federal de Itajaí. Este processo dialogou com outro vetor, o processo comunitário em curso. Tal processo esteve especialmente marcado

com a presença das ONGs ambientalistas da região, assim como da presença marcante de pesquisadores da UNIVALI que atuaram com a assessoria técnico-científica. Assessoria esta que esteve sempre em convergência com a realidade comunitária, num processo desafiador da pesquisa-ação.

Tais processos, ainda que tenham características próprias, estiveram em permanente diálogo, onde o Ministério Público Federal foi um ator chave para constituição de um processo mais transparente de implementação da APA.

Quadro 25: Vetores que marcaram o processo de implementação da APA Costa Brava

Processo Judiciário	Processo Comunitário (Pesquisa-ação)
	2003: Projeto de pesquisa: 'Água subterrânea e Gestão Comunitária'.
	2004: denúncia de crime ambiental sobre o <i>Resort</i> a ser construído na Praia de Taquarinhas.
2005: Ação Civil Pública contra este empreendimento, tendo como réus a Construtora Thá, a Prefeitura Municipal e a FATMA; e como autores da ação, o Ministério Público Federal e a ONG ambientalista Voluntários pela Verdade Ambiental. Apoio da UNIVALI com pareceres técnicos sobre a área. Neste processo veio à tona a existência da APA que nunca havia sido implementada pela prefeitura municipal.	2003/2004: primeiros passos a mobilização comunitária. Tentativa de implementação do Fórum das Águas. Coibido pelo representante da Associação de Moradores de Taquaras.
2006: Ativação do Conselho Gestor da APA com intervenção do MPF, como resultado das audiências de conciliação da ACP	2004-2008: Projeto Comunidades Litorâneas na escola. Encontros Comunitários para valorização da cultura local e temas socioambientais locais.
2007: Contratação de consultoria para elaboração do Plano de Manejo da APA. Decisão judicial que o	2007: Movimento Socioambientalista de Itajaí e Região assume como proposta de comemoração da Semana do Meio Ambiente, '(re)viver as Unidades de Conservação nas suas áreas de atuação. Participavam deste Movimento a Associação Ecológica Taquaras e UNIVALI que assumiram a região da Costa Brava.
2007: Realização da Primeira Oficina Comunitária sobre a APA Costa Brava, realizada na Escola Municipal do Estaleiro no dia 9 de junho de 2008. Organização da UNIVALI e Associação Ecológica Taquaras. Dando início ao <i>Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava</i> .	

A partir destes registros, destaco o papel fundamental do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava, chamado aqui de 'Movimento', desde junho de 2007 que

assumiu um papel fundamental de tornar público e transparente o processo de implementação da APA.

2.2.2.1. O Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava

O relato realizado sobre o ‘Movimento’ terá como base a minha participação como mediadora deste processo. Como o objetivo não é aqui analisar em profundidade sua ação, enquanto movimento social, o que exigiria outros suportes teóricos, irei me ater às principais conquistas do ‘grupo’, e como sua existência repercutiu na mobilização dos atores sociais.

Inicialmente, o ‘Movimento’ teve uma longa fase de informação geral junto à comunidade, identificando atores e buscando lideranças para participar do processo em curso. Assim como os moradores, entidades, simpatizantes da ‘causa’, que foram aos poucos surgindo nos espaços criados pelas reuniões semanais nas comunidades desconheciam por completo a existência desta APA, também a prefeitura municipal tinha dificuldades em circular as informações referentes. Desta forma, apenas com a mudança do secretário de meio ambiente em final de junho de 2007 é que as informações foram tornando-se, aos poucos, públicas. O secretário que passou a freqüentar os encontros do ‘Movimento’, trouxe informações concretas sobre o processo. Por surpresa, um plano de manejo já tinha sido concluído, sem ao menos o Conselho Gestor ter sido ativado.

O comportamento do poder público em relação ao processo estava fortemente vinculado às exigências do MPF, que na ocasião mediava suas ações, pelas ACP. No entanto, os interesses dos empresários locais, especialmente a Construtora Thá, solicitavam agilidade do processo, entendendo o plano de manejo, apenas como um documento que aprovaria a construção do seu empreendimento.

E foi neste aspecto que o ‘Movimento’ teve um papel crucial. Com a mediação da UNIVALI e da Associação Ecológica, foi possível construir com as lideranças e participantes que os fundamentos de uma unidade de conservação eram outros, e que a participação da comunidade local era fundamental. A preocupação dos mediadores já residia em tornar mais participativo o processo e não repetir o processo clientelista do município, excluindo as comunidades, especialmente as tradicionais. Desta forma, o primeiro passo coletivo do grupo

foi construir um diálogo com a prefeitura municipal, que na ocasião já não contava mais com um secretário atuante junto ao ‘Movimento’, para alterar a composição do conselho gestor, que possuía apenas uma entidade representando a comunidade, a Associação de Moradores de Taquaras⁶².

Embora outras manifestações tenham marcado a ação do ‘Movimento’, a conquista em mudar a composição do Conselho, fez com que lideranças, assim como os representantes de mais de 13 entidades participantes se sentissem parte do processo, visualizando a importância da participação e coesão da comunidade. Conforme demonstra a Tabela VIII, a ação do Movimento mudou significativamente a representatividade da sociedade civil organizada, da mesma forma que reviu a legitimidade de alguns representantes.

A conquista não foi completa, uma vez que as negociações que pautaram essa alteração, marcadas por muitos conflitos, não permitiram a exclusão do ‘Representante de Taquarinhas’, que representa não mais que ele mesmo e seus interesses, indo de encontro aos propósitos de representação de qualquer conselho. Todavia, este processo de reconhecimento do poder público em alterar a composição, foi uma ruptura nos modelos de gestão do município, que não reconheciam e nem mesmo permitiam qualquer participação popular, que fosse contrária aos propósitos do governo. Fato este que antes da alteração do conselho gestor, o poder público tentou ainda ativar o conselho inicialmente composto, o que foi combatido pelo ‘Movimento’, deixando claras as fraquezas da condução do poder executivo. Isso repercutiu em todo município (Anexo 3), e a partir da forte pressão popular, o conselho gestor, foi enfim alterado.

De qualquer modo, importante dizer que a inclusão das entidades ambientalistas, bem como dos representantes das comunidades, garantiram um espaço, que terá que ser apropriado com responsabilidade pelas comunidades. Neste sentido, o ‘Movimento’, tem assumido como prioridade um processo formativo e continuado. Em 2008, foram realizadas mais de 80 horas

⁶² Vale aqui ressaltar que a participação da Associação de Moradores de Taquaras na primeira versão do Conselho Gestor, se deu, em função de que a primeira mobilização contrária ao empreendimento em Taquarinhas, surgiu de um movimento de pesquisadores e ONGs que atuavam nesta praia. Na ocasião, a discussão estava ainda muito localizada, e no entendimento do empreendedor, e até mesmo do MPF, era de que a comunidade que ‘respondia’ por Taquarinhas era a comunidade de Taquaras. Por um lado, até refletiu a forte relação entre as praias, já expostas aqui neste capítulo. Ao longo do processo isso foi sendo dirimido, uma vez que a praia de Taquarinhas passou a ser preocupação de outras entidades ambientalistas, assim como de moradores de todas as praias da Costa Brava, do município e da região.

de formação com as lideranças e alguns já nomeados conselheiros, assim como mais de 40 encontros sistemáticos que auxiliam na efetivação de seus propósitos: *ser um espaço de discussão, aprendizado e ação para comunidade local, colaborando com o processo de entendimento e implementação da APA Costa Brava*⁶³ (Figura 6).

Tabela VIII: Composição do Conselho Gestor da APA Costa Brava/Balneário Camboriú (SC).

	CONFIGURAÇÃO INICIAL	APÓS AÇÃO MOVIMENTO
DECRETOS	Decreto nº 4300, de 02/fevereiro/2006 Decreto nº 4448, de 17/julho/2006	Decreto nº 5192, de 16/outubro/2008 Decreto nº 5124, de 04/agosto/2008 Decreto nº 5095, de 14/julho/2008
PODER PÚBLICO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Meio Ambiente 2. Procuradoria Geral do Município 3. Secretaria Planejamento 4. Secretaria Turismo e Comércio 5. IBAMA 6. Programa GERCO/SC 7. Ministério Público Federal 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Meio Ambiente 2. Procuradoria Geral do Município 3. Secretaria Planejamento 4. Secretaria Turismo e Comércio 5. IBAMA 6. FATMA 7. Ministério Público Federal
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação Moradores Taquaras 2. Colônia de Pescadores Z-7 3. ONG Voluntários pela Verdade Ambiental (V-Ambiental) 4. Comitê Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú 5. ONG GOPE 6. Thá Construtora 7. Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação de Moradores da Barra 2. Associação de Moradores Rio das Ostras 3. Associação de Moradores de Laranjeiras 4. Associação de Moradores de Taquaras 5. Associação de Moradores do Estaleiro 6. Associação de Moradores do Estaleirinho 7. Colônia de Pescadores Z-7 8. ONG Voluntários pela Verdade Ambiental (V-Ambiental) 9. Associação Ecológica Taquaras 10. Associação Quilombola 11. Associação Amigos da Praia do Pinho 12. Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) 13. Representante da Praia de Taquarinhas

⁶³ Tal propósito foi construído coletivamente com os participantes, em seu processo formativo, na busca da identidade coletiva deste movimento.

Importante considerar outro aspecto que permeia as discussões da APA, relacionado à definição dos seus limites. Embora o EIA/RIMA da Interpraias tenha mencionado e sugerido que os limites da APA devesse incluir todos os bairros e praias que tivessem sido contemplados com a Interpraias, no momento da criação de sua lei, os bairros da Barra e Laranjeiras ficaram de fora. Ainda que os motivos desta ‘exclusão’, não fique clara, e certamente não foi por um posicionamento contrário da comunidade local, o ‘Movimento’, considera, que os limites da APA devam ser os estabelecidos no EIA/RIMA, que vão ao encontro com as dimensões ecológicas da região. Além da função ecológica desses limites, há também um forte apela sociocultural imbuído nas localidades inicialmente excluídas. No tocante a essas dimensões, a comunidade do Morro do Boi concorda com esta ampliação, pelos motivos já explicitados neste capítulo (Figura 7).



Figura 6: Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava. À esquerda reunião com o prefeito municipal, no centro durante os encontros de formação, à direita durante as reuniões ordinárias.



Figura 7: Limites da APA Costa Brava. À Esquerda limite estabelecido pelo EIA/RIMA, no centro os limites (não demarcados) propostos na Lei de criação da APA (1985/2000) e à direita os limites propostos pelo Movimento.

Ainda há que se considerar a inclusão dos limites marinhos da APA, assim como sua ampliação territorial em direção ao município de Itapema que tem demonstrado interesse neste sentido. Em relação aos limites marinhos, esta deverá ser pautada por uma ampla discussão com os pescadores artesanais que deverão ser protagonistas destas proposições. Tais aspectos deverão ser discutidos no âmbito do conselho, ainda não efetivado.

No processo em curso, o ‘Movimento’ atuou em outros espaços de gestão. Aqui destaco a sua participação na audiência pública do Plano Diretor para ‘aprovar’ a instalação de casas noturnas na praia de Laranjeiras. Este evento ficou marcado pela ampla participação da comunidade dos moradores nativos, especialmente da praia de Taquaras, com posicionamentos contrários a esta instalação. A partir desses posicionamentos, o ‘Movimento’, protocolou um documento com justificativas para não implantação dessas casas noturnas que foi acatado pelo poder público.

Outras repercussões estão relacionadas à organização da base comunitária. A partir da discussão da recomposição do conselho gestor, algumas entidades buscaram o processo de regularização, e outras de constituição. A praia de Laranjeiras, apesar de estar fortemente relacionada com as atividades turísticas, especialmente com seus restaurantes, teve um movimento dos moradores locais para constituir uma associação de moradores e assim, ter reconhecimento para compor o conselho gestor. Embora esta seja uma iniciativa interessante, o processo tem mostrado que tal entidade tem fortes vínculos com os empreendimentos turísticos locais, e já se posicionou contrária a implementação da APA, apesar de ter pleiteado vaga no conselho gestor.

Da mesma forma, outras iniciativas de empresários locais, liderados especialmente por corretores de imóveis e pela Thá Construtora foram empreendidas. O setor empresarial inicialmente participava do ‘Movimento’. No entanto, aos poucos, os interesses divergiram, e estes passaram a realizar um ‘movimento paralelo’, marcado fortemente por negociações políticas partidárias e certamente por interesses individuais no setor imobiliário.

Assim, surge uma estrutura institucional (Figura 8) marcada pelo Conselho Gestor (ainda não instituído e por isso em pontilhado), que se relaciona com demais ‘forças’ presentes. Em princípio, o conselho gestor foi fortemente influenciado pela estrutura mediadora - o Movimento da APA, na alteração da sua composição. Na continuidade, o ‘Movimento’ poderá construir um processo de reconhecimento e legitimidade junto à

comunidade e, da mesma forma, ser uma estrutura mediadora para circular as informações do Conselho à comunidade e assim empoderá-la. Ainda há que considerar a participação do MPF como regulador, por meio da ACP, ou mesmo como representante do conselho, tornando o processo mais transparente no que tange os aspectos legais. Ainda, a presença do setor empresarial, atua com forte influência junto à comunidade e da mesma forma ao conselho, por meio do poder público e até mesmo por entidades locais. A intervenção do setor empresarial provoca conflitos potenciais junto ao 'Movimento', questionando sua legitimidade.

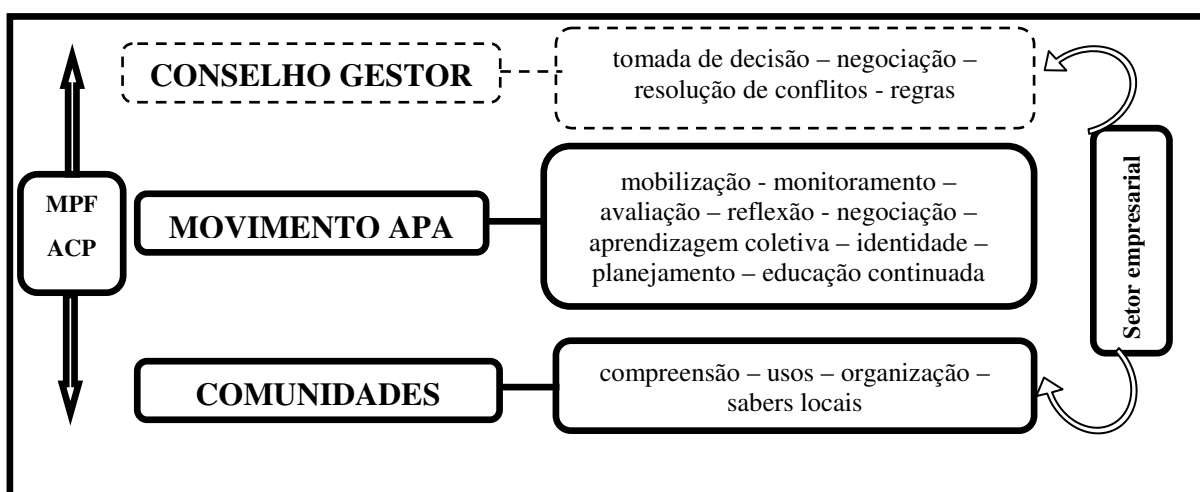


Figura 8: Inovação Institucional que marca o cenário atual da APA Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).

Neste contexto, vale ressaltar a presença dos representantes que constituem elos importantes, ainda em formação. Neste sentido, a relação da comunidade e seus representantes precisam ser clarificados, para que a APA não seja vista apenas como um espaço de negociação de interesses particulares. Apesar de algumas comunidades da Costa Brava ainda estarem inertes ao processo, estas reconhecem o jogo de interesses de alguns representantes.

Da APA até agora eu vi interesse, interesse eu vi bastante. Uma época saiu o Robalo e saiu o Jundiá⁶⁴ (...) todos os dois queriam terminar a casa. Agora eles terminaram, ai depois não sei quem é que ficou (O Empreendedor, 46 anos, pescador desde 14 anos)

⁶⁴ Robalo e Jundiá substituíram os nomes dos representantes de uma das praias mencionados pelo entrevistado que aqui serão preservados.

Ainda, em relação aos elos, outra configuração diz respeito aos representantes e o movimento, que muitas vezes consideram o movimento como o espaço legal de tomada de decisão, desconsiderando o conselho. Essa situação, da mesma forma que indica as dificuldades das comunidades em incorporar esses instrumentos de gestão, indica também o reconhecimento e até mesmo poder que alguns representantes dão ao movimento.

Outra relação diz respeito à comunidade e o movimento. Embora a participação de algumas lideranças exista, além dos representantes da comunidade, estes ainda poderiam potencializar melhor sua participação. Da mesma forma que os representantes e o movimento precisam melhorar seus canais de comunicação com a comunidade para empoderar e tornar ainda mais legítimo o processo junto à ela. Em relação aos elos entre comunidade e setor empresarial, este é marcado fortemente por barganha e manipulação. Situação como o oferecimento de festas com churrasco nas comunidades, bem como doação de terrenos para a comunidade com o intuito de liberar empreendimentos é comum.

Por fim, importante considerar a aproximação dos pescadores artesanais junto ao 'Movimento'. Estes buscaram suporte, e ao mesmo tempo soluções para demandas específicas, mantendo assim um diálogo próximo e permanente com as discussões da APA. Essas demandas estiveram relacionadas ao fechamento da Estrada do Porto no Estaleiro, que a partir desta mobilização gerou uma ACP para sua abertura, bem como junto aos pescadores de tainha, em função dos grandes conflitos gerados em 2008. Embora a comunidade participe em momentos pontuais, e apenas algumas lideranças continuem no processo formativo continuado, que por sua vez é mais lento, um canal de diálogo está fortemente estruturado, e desta forma, a presença dos pescadores coexiste junto aos espaços de negociação.

2.2.2.2. *Em tempo de tainha*

Então hoje a nossa pesca artesanal aqui muitos não tá dando valor pra nós que somos pescador, mas eles tem que olhar esse lado que hoje, a pesca artesanal que tá sustentando muitas pessoas, muitas pessoas a nossa pesca tá sustentando. Nós precisava mais de um apoio. Pra turma olhar mais pra pesca artesanal e ajudar mais o pescador (O Sorridente, 45 anos, pescador)

A partir da movimentação junto aos pescadores artesanais, diante da assessoria técnico-científica da universidade e pela presença do 'Movimento', com a atuação de lideranças locais na comunidade, um importante momento ocorre em 2008, associado à pesca da tainha. A partir de conflitos ocasionados durante a safra da tainha de 2008, os pescadores, especialmente do Estaleirinho e Taquaras iniciaram uma discussão sobre a presença de outras pescarias que atrapalham o 'cerco de praia'.

Conforme afirmado por Medeiros (2002) a pesca de arrasto de tainha exerce um importante papel no contexto cultural, social, econômico e ecológico das comunidades pesqueiras de Santa Catarina. Segundo o autor, a pesca da tainha promove uma grande transformação social na comunidade pesqueira, mobilizando pescadores aposentados que reiniciam na pesca e, da mesma forma, mulheres de pescadores, nativos e outros integrantes da comunidade se tornam pescadores. Ainda, é um dos recursos pesqueiros de maior importância para pesca artesanal, promovendo grandes trocas nos modos de captura, nas formas de organização e representa um grande símbolo de identidade cultural (Diegues, 2004; Medeiros, 2002, 2003; Medeiros, no prelo). É uma pescaria que acontece em um grande ritual coletivo, onde existem funções e complexas formas de repartição do resultado.

Por outro lado, Pinheiro (2007) a partir de em estudo realizado no litoral paranaense aponta o franco declínio da atividade, especialmente pelo modo de conservação local, a inserção de novas tecnologias mais produtivas e rentáveis e as mudanças nos regimes de acesso aos recursos.

Desta forma, a partir da mobilização dos próprios pescadores, houve a manifestação coletiva para criação de novas regras associadas ao arrasto de praia, fundamentais para reestruturar e oxigenar a atividade local. Este processo ainda pode ser considerado um passo intermediário da participação dos pescadores junto ao processo de implementação da APA, uma vez que novos regramentos, assim como todos os aspectos relacionados à pesca poderão ser incluídos no plano de manejo e nas demandas do conselho gestor.

Como um grande potencial de organização, os pescadores apontaram problemas comuns ligados ao arrasto de praia, assim como construíram um diagnóstico participativo da situação do arrasto de praia do município (Figura 9). Alguns dos problemas apontados durante a reunião como prejudiciais ao arrasto ao longo de 2008, foram:

- ‘O peixe não encostou’;
- ‘O Vento Oeste’;
- ‘A fisga, o celibri’;
- ‘A caça de malha’;
- ‘A rede feiticeira no costão’;
- ‘Pessoas que não são pescadores estão pescando’;
- ‘A lei que não é respeitada’;
- ‘Pesca industrial na boca da Lagoa dos Patos’;
- ‘A malha estraga mais que a traineira’;
- ‘No centro, a rede de ‘vai e vem’’
- ‘Rede fundiada’;
- Não colocar mais pontos de rede (apenas redes casadas).

Além disso, algumas considerações sobre a ‘pesca de praia’ foram feitas, no sentido das diferenças que marcam o sistema produtivo do arrasto de praia e da caça de malha. A primeira reside no número de famílias beneficiadas, onde a pesca de praia ‘sustenta muitas famílias’, e a caça de malha, ‘apenas duas’. Outro ponto foi em relação ao tipo de pescaria, sendo que a pesca de praia depende do peixe ‘encostar’, diferente das demais pescarias que podem ir ‘para fora’ à procura do peixe. Tais diferenças foram também relatadas durante as entrevistas desta pesquisa, conforme pontuado a seguir.

O maior problema que nós temo na tainha é essas rede feiticeira, que nós falémo lá na colônia ne. Essas feiticeiras. Porque é o seguinte. 2 rede como eu tenho ali, não custa nada, custa mais de 50 mil reais, ou mais. Pra fazer duas rede como eu tenho ali, não faz por 50 mil. Hoje em dia não faz...então, eu dependo de 10 homem ta comigo ali na pesca esses dois mês. Ele vão pra la 5 hora da manha, fizemo café na praia, fizemo comida, viemo embora a noite. Fiquemo ali. Olhando la, olhando pro mar, pra vê se passa tainha e coisa, chega esses cara que não tem nada, com uma redinha de 200 reais, 300 reais, 2 homem estragando a pesca de 10, 12 homem. Tanto estraga a minha, como a do Zé, como la do Canto, como estraga do Estaleiro, Taquara, Mato Camboriú, essa praia toda, ta entendendo como é que é. Pra fazer uma feiticeira, eu faço por 500 reais, eu faço uma feiticeira. O meu capital, pra uma feiticeira é muita coisa, 500 real pra 50 mil é muita coisa de diferença. Uma rede da Laranjeira, das Taquara, Taquarinha, Mato Camboriú, quanto é que custa, custa mais do que a minha. Custa caro, e cada rede daquela, depende de 30 homem ta pescando ali. Depende de 30, 40 homem de ta pescando em cada rede daquela ali. Quer dizer, vou pescar uma feiticeira de 500 conto pra estragar a pesca daqueles 30 homem la? Vamo bota um cardume de 5 mil tainha, mais ou menos, eu vou la pego 20, 30 tainha, espantou tudo, não pegou ninguém, uma rede de praia, pega, 10 mi, pega 5, pega 15, pega 20, 30 mil tainha. Sabes como é. E dali daquela rede de praia, quantas pessoas ganha tainha, mais de 50 pessoa ganha, os que tão ajudando, todo mundo ganha. Essas feiticeira ninguém ganha, tão só estragando (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

Eu não vou com a minha rede la na pedra. Minha rede não da pra puxar, minha rede é só na praia. Eu espero a tainha me procurar. Eles saem por ai com uma batera, procurando, no costão, onde tem cardume, jogando a rede aqui, jogando lá. Desaparece, como aconteceu esse ano. O ano passado deu porque não tinha tanta rede, esse ano o que aconteceu? Não deu nada. Tem mais de 2000 pessoa jogando rede nesse costão ai. Ai o peixe não guenta, não vem (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

...a pesca da tainha hoje, tu da um lance de tainha, todo mundo come, pesca de praia, todo mundo come. Pode notar. Já em barco, é difícil tu ganhar um peixe. De firma, é difícil, só se tiver um amigo teu la. Agora pesca da praia não, chegou na época todo mundo quer um peixe pra comer. E quando chega na época de coisa, nós temo 20 homem pescando, já na frente, antes de começar a pesca, já tem um monte de gente querendo trabalhar com nós. Mas não da pra botar tanta gente, pois se dar uma cercadinha de 20, não da nem uma tainha pra cada um. Se da um lance grande, igual esse ai, ai todo mundo, a comunidade, todo mundo que chega ganha peixe (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

As falas acima demonstram que os investimentos na atividade ainda são altos, apesar da atividade estar em decadência, e que manter o sistema coletivo de pesca exige elementos não encontrados nas demais pescarias. Esse sistema coletivo que marca fortemente a pescaria, é avaliada, de certo modo como ‘sustentável’, uma vez que existe um ritual de esperar a tainha ‘encostar’, sem ir em busca dessa captura. Por outro lado, os pescadores da própria localidade que pescam com rede de espera, mencionam a diferença da sua prática pesqueira e da mesma forma, reconhecem que o período da tainha é marcado por conflitos.

Eu pesco a tainha no inverno, mas eu corro atrás dela. Respeito aqui a praia pra não ter atrito ne, que é o que mais da (O Empreendedor, 46 anos, pescador desde 14 anos).

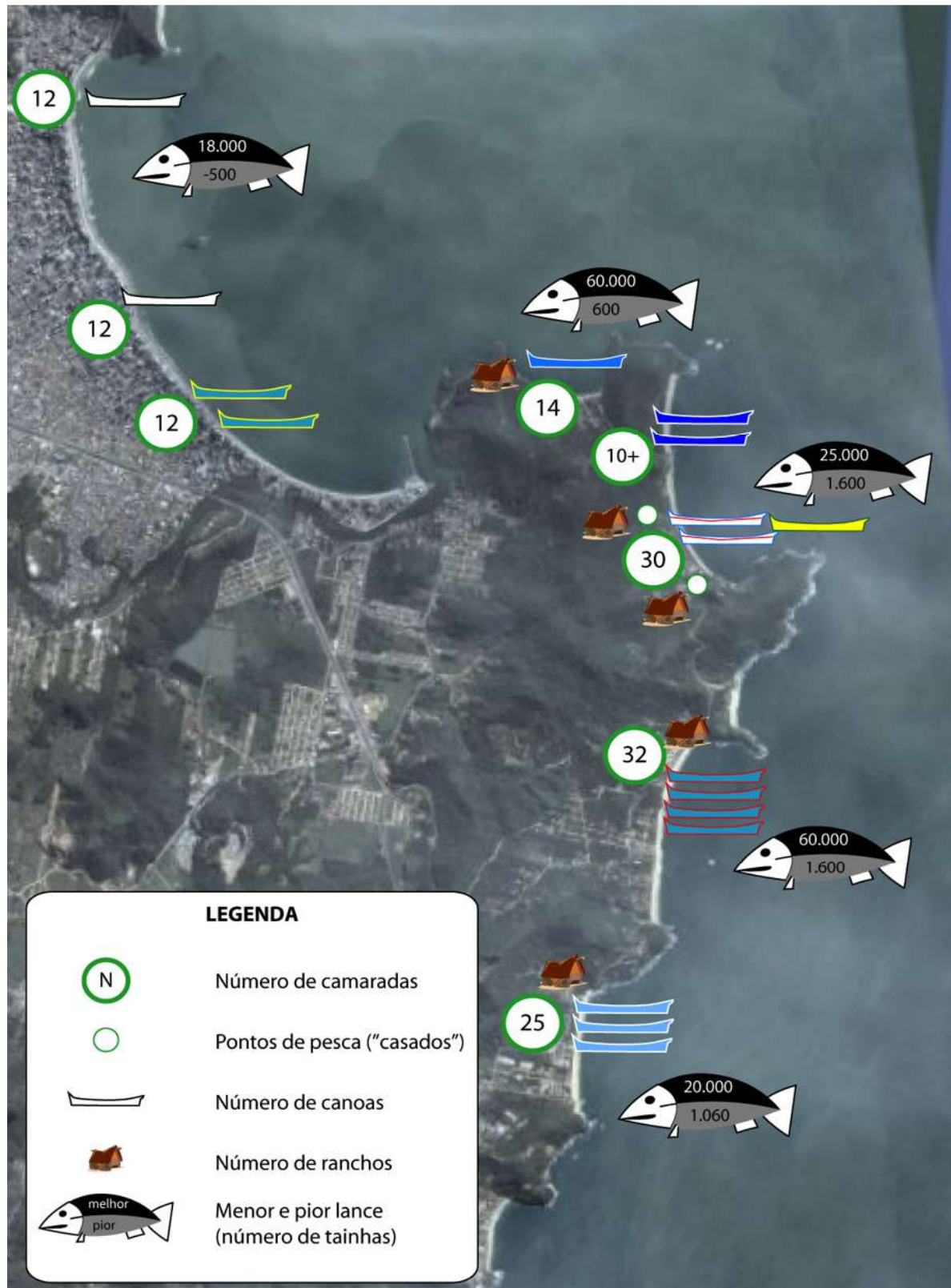


Figura 9: A pesca do arrasto de praia em Balneário Camboriú (SC).

Por fim, algumas idéias para uma fiscalização adequada da Instrução Normativa do IBAMA nº 171/2008⁶⁵, especialmente no que tange o impedimento de outras pescarias nos limites de uma milha da praia e 300 metros do costão foram propostas, sem considerar que estas deveriam ser negociadas com as diferentes instâncias ligadas à pesca, como IBAMA, SEAP, Polícia Ambiental e Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

- Criação de uma ‘associação’ dos pescadores de praia – a sugestão foi embasada no sentido de que não existe fiscalização, e os próprios pescadores poderiam realizar tal procedimento. Foi ponderado pelos próprios pescadores que esta medida poderia ser respaldada pela prefeitura municipal através de uma lei municipal, ou da mesma forma que fosse concedida uma autorização pelo órgão ambiental.

A partir dessas propostas é claramente visível a tentativa de formação de uma proposta de monitoramento do recurso, um dos princípios que promove a sustentabilidade ou robustez (*robustness*) do sistema (Ostrom, 1990), e que ganha maior efetividade quando as regras são reconhecidas pela comunidade, com participação direta dos usuários no monitoramento (Anderies, Janssen e Ostrom, 2004). Ao mesmo tempo, a associação pode se tornar um espaço legítimo de resolução de conflitos e de criação de regras locais de gestão do uso dos recursos pesqueiros, mais uma potencial inovação institucional. O amadurecimento desta proposta potencializa a aplicação de outros instrumentos de gestão, como os Acordos de Pesca (IN IBAMA 29/2002), onde os pescadores têm participação direta na construção das regras de uso dos recursos pesqueiros.

- Posto da Polícia Ambiental – foi proposto que os pescadores reivindicassem um posto da polícia ambiental na área, para que pudesse atender imediatamente aos chamados dos pescadores, situação que nunca ocorre junto ao IBAMA, mesmo este tendo uma sede do CEPSUL na proximidade, no município de Itajaí, assim como a Marinha.

⁶⁵ IN/IBAMA nº 171/2008, especialmente estabelecer normas, critérios e padrões para o exercício da pesca em áreas determinadas e, especificamente, para a captura de tainha (*Mugil platanus* e *M. Liza*), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil. Segundo consta no Art. 6º: proibir, anualmente, no período de 1º de maio a 30 de julho, no litoral do estado de Santa Catarina, a menos de uma milha náutica (1MN) das praias licenciadas para a prática de arrastão de praia usando canoa a remo, e a menos de 300 m dos costões rochosos, o exercício da pesca com o emprego dos aparelhos e/ou modalidades abaixo discriminadas: a)redes de cerco; b)captura de isca viva; c)redes de caça e malha; d)redes de trolha; e)redes de emalhar fixas; f)cercos flutuantes; g)figsas; h)garatéias; i)farol manual; j)pesca de espada; e, l)tarrafas.

Por outro lado, mesmo a iniciativa de organização local não tira a sensação dos pescadores de estarem desprotegidos e sem amparo legal. E, portanto, com a ausência ou desconhecimento dos instrumentos de gestão dos recursos pesqueiros, faz-se necessário o uso de medidas vinculadas a polícia, para garantir a permanência da pesca,

Nós temo que ter outra reunião lá. Pra dar certo. Pra nós faze um B.O.⁶⁶ dessa coisa ai, ir em cima, e chegar de abril em diante, dia 15 em diante já pegar botar uma baliza, com umas bóia não pode pescar...da ilha pra fora, só uma distância pra barco e rede feiticeira. Nesses costão. Acabar com esses cara. Dentro do rio. Eles botam rede dentro do rio ali. Acercando com uma rede dentro do rio. Não pode meu deus. Não tem mais siri. Pega um peixinho desse tamanho pra vender a 50 centavos o quilo. Pra que isso ai?Daí nós vamo fazer um B.O. urgente pra acabar com esse desaforo (O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos).

A pesca da tainha também marca a construção de um território e da formação de territorialidade,

Territorialidade é criada baseada num conhecimento da localização de bons pontos de pesca e da sua legitimização através de instituições (formais e/ou informais) baseadas na melhor forma de uso e da manutenção da extração de recursos ao longo do tempo. Direitos de pesca e direitos territoriais são importantes instituições que lidam diretamente com a questão de poder já que aqueles com o direito de definir e controlar os territórios da pesca detém o poder para o controle da gestão desse capital natural. Territórios têm sido utilizados em muitos casos no desenvolvimento de instituições mais restritivas de controle da forma como os recursos são extraídos dos oceanos: leis e regulações para a distribuição, uso e transferência dos direitos sobre os comuns (Kalikoski, 2007:69).

Portanto, ao mesmo tempo em que a pesca da tainha está entre as mais antigas e duradouras instituições, ela representa, com marcada territorialidade, um ambiente potencial para a formação de novas instituições. Esse processo pode proporcionar um espaço de aproximação das comunidades pesqueiras ao processo de criação do plano de manejo da APA, e, portanto, uma porta de entrada, muitas vezes esquecida, para as comunidades se apropriarem a fazer parte de novos arranjos institucionais, que muitas vezes não estimulam não só a aproximação, como também não a legitimam.

⁶⁶ B.O. – Boletim de Ocorrência

2.3. Os padrões de interação

A casa central do modelo Oakerson (1992) tem como variável-chave os *padrões de interação*. As variáveis aqui detalhadas estão relacionadas à análise do jogo de atores, correspondendo aos atores sociais envolvidos no processo de gestão e suas principais relações. Na sequência o foco da discussão recai aos principais conflitos identificados na região, especialmente os reconhecidos pela comunidade. O terceiro tópico diz respeito aos aspectos produtivos, com foco na cadeia produtiva associada à pesca. Por fim, conclui a descrição dos padrões de interação apontando os elementos que constituem o conhecimento local, aqui entendido como o sistema de saberes, valores e representações que compõe o sistema de conhecimento.

2.3.1. Atores sociais envolvidos no processo de gestão

Os principais atores que compõe o sistema social da Costa Brava podem ser agrupados em cinco categorias. A primeira diz respeito à comunidade pesqueira, com a presença de pescadores, agricultores que ainda persistem na produção de mandioca, maricultores, bem como as mulheres pescadoras e *descascadeiras* que tem uma grande participação no processo produtivo da pesca. O outro grupo diz respeito aos moradores locais, tanto pelos moradores nativos, que representam a comunidade tradicional, como pelos moradores de segunda residência que residem na localidade, especialmente nos finais de semana e período de veraneio. Também compõe este grupo, a comunidade residente que migrou de outras regiões, ou mesmo do município de BC para residir fixamente na Costa Brava. No terceiro grupo está o setor empresarial, especialmente representado pelos proprietários de pousadas, hotéis, bares e restaurantes. Além disso, os condomínios, os grandes empreendimentos locais e os corretores de imóveis compõem o quadro de forças do setor produtivo atuante na região. Também há que considerar os pequenos ‘empresários’ ligados à pesca que processam e comercializam o pescado, tais como as salgas e peixarias locais. O quarto grupo está representado pelas entidades ambientalistas com atuação na região e por fim, o último grupo aqui definido como ‘agentes externos’. Estes agentes estão representados pelos pesquisadores

e alunos da Universidade que atuam com pesquisas, ou mais profundamente com assessoria técnico-científica, o Ministério Público Federal, especialmente relacionado às Ações Civis Públicas em curso. Por fim, a EPAGRI, por meio de seu escritório municipal atua com seus técnicos e extensionistas especialmente junto à maricultura e com projetos de artesanato local.

Tais atores atuam, na maioria das vezes por meio de suas organizações (Tabela IX). Outros atuam pela influência política de suas atividades, utilizando mecanismos de controle contestáveis sob o ponto de vista ético e de representação. As organizações da Costa Brava estão marcadas por uma ampla participação, ou por uma inerte atuação.

Os moradores locais são representados pelas associações de moradores, com presidentes sem clareza de sua função e representação. A maioria delas está fortemente marcada por atuação autoritária e clientelista, com fortes vínculos partidários. Além de não atuarem como representantes dos moradores, muitas vezes agem em causa própria, decidindo com a voz individual e não a partir de demandas construídas junto a sua comunidade. As negociações das associações são feitas junto ao poder público para reivindicar infra-estrutura, ou mesmo junto aos empresários locais, que ‘trocam’ terrenos e outros benefícios pelo silêncio comunitário. No entanto, a partir do processo de implementação da APA e da ação do ‘Movimento’ junto à comunidade foi possível identificar lideranças ‘engajadas’ e comprometidas. Tais reflexos são vistos com a mudança de alguns presidentes de bairro, ou pela atuação de lideranças fora do contexto das associações.

As entidades ambientalistas estão fortemente relacionadas aos processos de ACP, ou em projetos que refletem o caráter de proteção e conservação da natureza. Algumas delas, com projetos mais definidos, tem atuado com a dimensão formativa das comunidades, ligadas ao processo de implementação da APA.

A colônia de pescadores possui uma organização interna e reconhecimento junto aos pescadores. No entanto, esta muitas vezes é frágil a pressões, especialmente pelo vínculo com o poder público a partir do repasse de recursos. O reconhecimento da colônia junto aos pescadores está fortemente relacionado à existência da funcionária que atua em prol da atividade pesqueira e do ‘pescador’. Reconhecimento constante na fala dos pescadores que consideram sua história como filha de pescador e sua coerência profissional, fundamentais para o bom funcionamento da Colônia.

Tabela IX: As principais organizações com atuação na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).

Organização	Atuação	Abrangência
Vinculadas à pesca		
ASMARISCAN	Associação vinculada à Maricultura de Laranjeiras. Não possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Laranjeiras
Colônia de Pescadores Z-7	Atuação com pescadores artesanais associados. Regularização da atividade e busca de benefícios junto a SEAP. Possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Balneário Camboriú
EPAGRI	Escritório municipal no Bairro da Barra, com atuação principal vinculada a maricultua e o PRONAF. Não possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Barra e Laranjeiras
CONDES/Comitê Assuntos do Mar	Junto das entidades locais, como ASMARISCAN, Colônia Z-7, Epagri, além de outras ligadas a atividade turística tem como meta a 'melhoria' do trapiche dos pescadores. Não possui vaga no Conselho Gestor da APA	Balneário Camboriú
Organizações não-governamentais (ONGs) socioambientalistas		
V- Ambiental	Autora da Ação Civil Pública junto ao MP contra o empreendimento na praia de Taquarinhas. Possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Regional
IDEIA	Atua na região com um abaixo assinado para transformar a praia de Taquarinhas num Monumento Natural. Não possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Regional
AET	Autora da Ação Civil Pública junto ao MP contra a construção de um bar em APP na praia de Taquaras. Mediadora do processo formativo do 'Movimento'. Possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Balneário Camboriú
Associações de base (organizações comunitárias e culturais)		
Associações de Moradores (sete)	Existem: da Barra e Rio das Ostras (Barra), Laranjeiras, Taquaras, Estaleiro, Estaleirinho e Amigos da Praia do Pinho. Possuem vaga no Conselho Gestor da APA.	por praia/bairro, mas ligadas a UNIBAC (União das Associações de Moradores de BC)
Associação Quilombola Morro do Boi	Além de associação de base, também tem vínculo cultural. Possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Morro do Boi e ligadas ao Movimento Quilombola regional

Associação Naturismo	Relação com a Federação de Naturismo Brasileira. Não possui vaga no Conselho Gestor.	Nacional
Informação, educação e conhecimento		
UNIVALI (Campus I e II)	Atuação na mediação do Movimento. Existência de projetos de pesquisa. Não possui vaga no Conselho Gestor.	Santa Catarina
Escolas	Projetos de educação ambiental que abordam a questão da APA, como por exemplo Comunidades Litorâneas (UNIVALI) e Programa Terra Limpa (prefeitura). Não possui vaga no Conselho gestor, apenas indiretamente com a Sec. De Meio Ambiente.	Nos bairros/praias
Defesa dos direitos difusos e coletivos		
MPF Itajaí	Autor de Ação Civil Pública. Possui vaga no Conselho Gestor da APA.	Federal
Vinculadas as atividades produtivas		
Associação de Bares Laranjeiras	Criada para defender os interesses dos bares e restaurantes da praia de Laranjeiras. Não possui vaga no Conselho Gestor.	Laranjeiras

O escritório da EPAGRI atua especialmente junto a maricultura e junto às mulheres da comunidade com cursos de artesanato. Não reconhece as demais pescarias, não sabendo da existência de muitas unidades que compõe o sistema pesqueiro do município, como o cerco de Taquaras e o próprio arrasto de praia, na praia central. Atualmente coordena o Comitê Assuntos do Mar do Conselho/CONDES, incentivando a ‘melhoria’ do trapiche dos pescadores. No entanto, a principal função da entidade reside em mediar os processos de financiamento do pescador junto ao PRONAF. Tal ‘atendimento’, não é bem visto por muitos pescadores, uma vez que os financiamentos são facilitados ou dificultados pelo técnico do escritório.

Já a assessoria técnica da universidade tem auxiliado no processo formativo das lideranças comunitárias, e com isso, direcionou o processo de implementação da APA, conjuntamente com tais lideranças/organizações, unificando o processo a partir do ‘Movimento’.

Por fim, uma das grandes forças do sistema social reside no setor empresarial. Além de ser estimulador de conflitos com a comunidade local, tem atuado com fortes manipulações. As doações de terrenos às associações de moradores, a tentativa de estruturar uma entidade para fazer frente ao ‘Movimento’, bem como as festas organizadas pelas grandes construtoras

locais são marcas da sua atuação (Figura 10). Tal manipulação inclui coibir e construir falsas verdades junto aos moradores. Constroem uma imagem de legalidade das suas ações ilegais e da mesma forma, induzem a ilegalidade e ilegitimidade das ações contrárias ao seu empreendimento, pondo em ‘xeque’ a atuação do MPF, da universidade e de entidades ambientalistas.

Apesar da forte manipulação, a comunidade tem reagido a estes propósitos, com posicionamentos contrários. A co-participação nos eventos promovidos por estes grupos não significa a concordância total aos empreendimentos a serem instalados.



Figura 10: Festa do pescador realizada pela Construtora Thá à comunidade de Taquaras.

2.3.2. Conflitos

O foco do trabalho não reside em entender a fundo como são estabelecidas as estratégias de resolução de conflitos na área. No entanto, vale à pena indicar os principais conflitos que ocorrem na área e que de alguma forma, resulta em ações coletivas empreendidas pelos atores locais. Irei destacar nesse sentido, os principais conflitos existentes na área e que resultam numa ação da comunidade local, ou da mesma forma, prejuízos a ela.

De acordo com Brown, Tompkins e Adegger (2002) a partir do entendimento de quem são os *stakeholders* e quais são seus interesses é possível uma exploração dos seus conflitos. A teoria dos conflitos sugere que a identificação de conflitos de interesses é o passo inicial no

processo de gestão de conflitos uma vez que estão ligados às suas percepções e atual propriedade e direitos dos usuários. O aumento de demandas e interesses na zona costeira (diversos usos) aumenta a possibilidade de conflitos.

Os autores mencionam que tais conflitos entre atores podem estar ligado ao uso dos recursos costeiros para seu sustento, direto, entre usuários, ou indiretamente, entre diferentes objetivos para os recursos. Os conflitos podem existir entre usuários locais que utilizam o mesmo recurso, ou em muitas escalas (sociedade global e internacional, nacional, regional, agentes externos, agentes locais). Conflito pode potencialmente existir entre a pesca e o turismo, o desenvolvimento de regiões e acesso às praias locais, entre outros.

Assim, proponho no Quadro 26 uma síntese dos principais conflitos identificados na região da Costa Brava e que influenciam fortemente às comunidades tradicionais. De algum modo, estes já foram mencionados ao longo do trabalho e serão aqui apenas sintetizados.

O conflito entre pescadores artesanais e os pescadores de pequena escala estão visivelmente marcados na literatura. Também na Costa Brava, acontecem fortemente associados com os ‘atuneiros’ que pescam a manjuva (isca para pescaria do atum) muito próximo da costa e com isso alteram a cadeia alimentar dos peixes carnívoros amplamente capturados pelos pescadores artesanais. Em relação a isso, importante mencionar que os pescadores das praias, de forma geral, mencionam sua contrariedade a prática, que resulta, na concepção deles, ao declínio dos estoques.

Muito barco pesqueiro hoje em dia. Esses atuneiro vem pegar isca aqui dentro ó, aqui na costa, que é a comida do peixe, então vai acabar. Ta acabando o alimento do peixe, então o peixe é obrigado a sair pra outro lugar. Tem praia aqui, que nem Balneário, ali Laranjeiras, chegavam pertinho da praia, pertinho. Porto Belo, eles encostavam. Multavam um, outro escapava, e assim foram acabando. Sei que hoje em dia é difícil encontrar aquela manjuvinha aqui na costa, que é a comida do peixe, porque o peixe vem aqui em terra pra comer aquele peixe, e não tem mais, não existe. Por que ta acabando a sardinha? Por causa do atuneiro pega as manjuvinhas, vai matando a criação, não pode produzir (O Bondoso, 52 anos, pescador desde os 19 anos).

Quadro 26: Principais conflitos associados à pesca na região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).

CONFLITO	IDENTIFICAÇÃO
Quanto ao uso dos recursos pesqueiros	
Entre pescarias	Conflitos entre a pesca do arrasto de praia e outras pescarias que impedem a aproximação dos cardumes de tainha. Da mesma forma, conflitos com pescadores da própria comunidade que não exercem atividade junto ao arrasto e são considerados causa do 'fracasso' da pesca de tainha.
Entre pescadores artesanais e pescadores industriais	Conflito entre pesca de pequena escala e industrial, em função da manutenção do recurso, especialmente pela captura da manjuva próxima à costa, pelos barcos atuneiros impedindo assim a vinda dos peixes carnívoros capturados pelos pescadores artesanais.
Entre comunidade tradicional e maricultores	Conflito reside na retirada das sementes de marisco dos costões pelos maricultores de todo estado, e com grande expressão da praia de Laranjeiras.
Entre pesca e turismo	
Acesso às praias	Conflito associado ao fechamento da Estrada do Porto na praia do Estaleiro que impediu o acesso a praia pelos pescadores. Fato que resultou numa ACP, no entanto são poucas as evidências de ação coletiva dos pescadores em prol desta resolução.
Novos empreendimentos	Mudança no território de pesca do arrasto de praia dos pescadores de Taquaras junto a Taquarinhas, em função da proposta de estabelecimento de um <i>resort</i> que desconsiderou os regimes locais.

Os conflitos se acentuam, uma vez que a contrariedade está relacionada também a legislação. Neste sentido, a não concordância com as regras constitucionais estabelecidas são fortemente geradoras de conflitos, direcionando ao mesmo tempo a organização local, a impedir tais atividades.

Por que terminou a sardinha? A IBAMA faz a ordem de proibir a pesca do charuto, da sardinha, quando ta ovado, mas não proíbe, o barco atuneiro de pegar os filhotinho deles.

Proíbe a desova, ai ta, cria o filhotinho, faz uma redinha que parece mosqueteiro, que nem mosquito não passa, pegam toneladas, tudo que é firma pra pescar, então acabou. Quer dizer proíbe o pescador de pegar a sardinha, mas não proíbe de pegar o filhotinho. Ai vai criar?(O Contador de Histórias, 66 anos, pescador desde os oito anos)

Porque a outra vez um atrito que teve, a gente chamou a autoridade, veio a Marinha, veio o IBAMA e veio o Meio Ambiente (...) e nos deram uma resposta que eles podiam cercar onde tivesse a manjuva. Ai eu peguei e falei pra eles, ' vocês que são autoridade federal nos dão uma resposta dessa, o que nós vamo significar na frente deles?' Ai ele pegou olhou pra

mim e falou assim: ‘a única coisa que vocês podem fazer é tentar fazer uma abaixo-assinado e criar uma lei municipal, não sei o que’... ai reunimo uma vez la em Laranjeiras, não sei quem, um cara que representava a gente em Brasilia, um tal de Maneca, não sei o que la, e daí pra ca, passaram a respeitar nossa praia (O Empreendedor, 46 anos, pescador desde 14 anos).

As praias de Taquaras e Laranjeiras reagiram fortemente à presença de tais barcos, chegando aos extremos da violência. Pelo fato de muitos pescadores terem vivido parte de suas vidas junto à pesca industrial, reconhecem os mecanismos de captura e desta forma alegam que estes não possuem nenhuma preocupação com a manutenção dos estoques.

Foi chamado policia, na época, deu tiroteio ai dentro. Foi um absurdo mesmo (O Sorridente, 45 anos, pescador).

Os problemas que envolvem a pesca do arrasto de praia, como já explicitado no item 2.2.2.2., também ocasionam, internamente, conflitos entre membros da própria comunidade, onde pescadores profissionais de outras modalidades de pesca, como as redes de espera, não reconhecem e até mesmo desvalorizam a pesca de praia.

Só que a tainha já não é uma profissão. Se tu analisar a tainha é uma tradição. Por que quem vive dois meses por ano? Nem traficante (...) ninguém consegue, eu que trabalho todos os dias pra pagar minhas dividas, já é um suor. Então a tainha é uma tradição. Se tu analisar, pesquisa em todas as nossas praias (...) de Porto Belo, melhor dizendo, até Laranjeiras, tu vê quantos pescador são dono de canoa? Pouquíssimos.

Da muita briga em razão, que o pessoal interpreta dessa maneira: se eu mato e eles não matam, o peixe não vem por minha causa. Pode ter 500 barco, mas é eu que sou culpado. Eles dizem que a rede de emalha é que não deixa vir o peixe pra praia. (...) uma traineira, quantos mil mata? Quantas toneladas? A Kowalsky, com 3 barco só o mês de maio matou 280 tonelada de tainha.

Em relação à maricultura o conflito reside na retirada das sementes do costão, sem permissão e sem respeitar o tamanho mínimo que garanta a sustentabilidade da espécie. O conflito está fortemente ligado aos maricultores de Laranjeiras, como de outros maricultores do estado que retiram sementes dos costões das praias, demonstrando o problema generalizado da implementação das mariculturas no estado. Tal prática gera repudia e

indignação, e muitas vezes pelo cenário de clandestinidade, gera atos violentos entre a comunidade.

A visão entre pescadores artesanais e dos maricultores é bem distinta e contraditória. Os pescadores artesanais acreditam que os maricultores não utilizam mecanismos para proteger a natureza, comprometendo os estoques naturais. Por outro lado, os maricultores, acreditam que os pescadores artesanais possuem uma postura insustentável em relação aos recursos, sem nenhuma preocupação com a continuidade da própria profissão. Tal generalização não coincide com muitas práticas locais, ocasionando conflitos entre atores.

A grande maioria do pescador é extrativista, só retira. Então a partir do momento que ele tem que botar dinheiro do bolso e que ele tenha que cuidar de alguma coisa pra dar resultado, já se torna difícil. Quando ele tem que depender de outras pessoas, de outros trabalhadores, principalmente que não seja da família, complicou mais ainda. Nós já temos uma outra visão. Nós temos uma visão de você investir pra tirar, pra você ganhar. Nós hoje temos uma visão de você procurar ter meios de produzir a própria semente do que tirar do costão (Maricultor)

Por outro lado, o pescador artesanal demonstra preocupação com a manutenção do recurso, assim como explicita sua visão de longo prazo.

Outra coisa que eu toda vida sempre me bati, foi essa coisa de semente de marisco também, eu tive caso com isso aí. Eu ficava preocupado. Pessoal dos cativoiro pegava tudo. Deu problema, peguei o rapaz aí tirando, ele registrou uma ocorrência, fomo pra delegacia, de lá fomo pro fórum. Deu um serio problema por conta de nada. (...) se nós briguemo, não é pelo marisco, mas pelo tamanho. Eu não sou o dono, o marisco ninguém é o dono, ninguém é dono do costão. Alguém pode vir lá de Blumenau, de Camboriu pra tirar marisco pra comer. Só que ele tem aquela criação, a semente, eles não botam a semente na rede que é pequeno, então bota na rede maiorzinho que já tem uns três meses da produção pra comer. Isso é minha raiva.

Já em relação aos conflitos associados à pesca e o turismo, na Costa Brava eles são evidenciados em dois momentos. O primeiro, em relação à pesca do arrasto de praia em Taquarinhas, que a partir da proposta de instalação de um *resort* desencadeou a vinda de outros grupos de pescadores. Estes recorreram ao ponto de pesca, com o oferecimento do proprietário do imóvel de um rancho, sem mesmo ter passado pelos mecanismos de regulação da pesca, ou pelo respeito aos regimes locais. Isso desencadeou a queima dos ranchos de pesca provisórios instalados na praia de Taquarinhas, desencadeando acusações injustas ou

não, aos pescadores de Taquaras. Sem nenhuma medida de mediação de conflitos, o empresário alegou não saber que ‘aqueles’ pescadores não eram de Taquaras, mas mesmo assim, o território de pesca tradicionalmente utilizado pelos pescadores de Taquaras, foi perdido, gerando animosidade na comunidade.

O segundo diz respeito à Estrada do Porto da praia do Estaleiro que foi privatizada por um grande condomínio, impedindo qualquer acesso dos pescadores aos seus ranchos de pesca, a sua atividade e no escoamento da sua produção. Tal ação desencadeou uma mobilização dos pescadores e da Associação de Moradores junto ao MPF, resultando em uma ação civil pública. Mesmo com a demora da justiça, os pescadores têm reagido pacificamente a este procedimento. Alguns pescadores das praias vizinhas acreditam que os pescadores, deveriam ter agido pró-ativamente e impedido o estabelecimento do condomínio.

Porque eles começaram a fechar, porque a própria comunidade quando viu aquilo ali, na minha opinião, os pescadores ali do Estaleiro, se viram que tá começando trancar, já vão procurar o recurso, não deixa primeiro trancar. Já tem que antes de começar, partir pra cima. Vai na colônia, vai na capitania, faz alguma coisa, chama alguém pra fazer. Porque depois de fazer, até desmanchar, dá uma polêmica muito grande (O Sorridente, 45 anos, pescador).

Segundo Brown, Tompkins e Adegger (2002) as ações coletivas são aquelas tomadas por um grupo em busca de interesses observados, com o qual benefícios mútuos podem ser alcançados por indivíduos cooperando, ao invés de trabalharem um contra o outro. No entanto, a ação coletiva pode ser favorecida por alguns aspectos, tais como a) fronteiras físicas do recurso bem definidas; b) se os usuários são residentes na localidade do recurso; c) quanto maior a demanda por produtos (*outputs*) e a confiança no recurso; d) maior a chance de uma gestão da propriedade comum ser bem sucedida; e e) quanto melhor definido o grupo de usuário, maior a chance de sucesso.

Neste sentido, chamo a atenção que mesmo sendo residentes na localidade e entendendo a importância da estrada centenária, a pesca nesta praia apresenta-se bastante descaracterizada, com grande evasão dos pescadores da atividade. A confiança no recurso, cada vez mais escassa, desmobiliza e impede uma reação pro-ativa até mesmo em relação à ilegalidade instaurada. Da mesma forma o empoderamento dos atores são centrais para o sucesso de uma ação coletiva, condicionados pelas a) características dos grupos de usuários; b) a relação entre usuários, o estado e os sistemas legais; e c) as relações entre os *stakeholders*

(Brown, Tompkins e Adeger, 2002). No caso da Estrada do Porto é possível visualizar que o coletivo de pescadores encontra-se bastante descaracterizado e fragilizado. A relação de diálogo entre os usuários e o poder público local inexistente, sendo marcado por sistemas legais clientelistas, envoltos por privilégios aos mais favorecidos economicamente. O MP tem sido aos poucos reconhecido pela comunidade de pescadores, que incorpora em seu dia-a-dia, esta nova prática de cidadania.

2.3.3. Comercialização

Neste item, apresento aspectos da cadeia produtiva da pesca artesanal, especialmente sobre a sua estruturação, questões associadas ao mercado e sustentabilidade, além de questões referentes à dinamização territorial. Embora a região da Costa Brava seja contemplada por três tipos de pescadores, ou seja, aquele que mantém a atividade para o complemento alimentar, aquele que só pesca durante a safra da tainha, ou o pescador profissional que mantém a atividade anualmente, irei focar os aspectos que envolvem a comercialização, apenas destes últimos. A partir disso, apresento os principais aspectos da comercialização das pescas da rede cerco, rede de espera e camarão, nos diferentes núcleos pesqueiros estudados.

De forma geral, a cadeia produtiva da pesca na Costa Brava possui dinâmica própria. Dois aspectos marcam essa dinamização, sendo a primeira fortemente relacionada às unidades de processamento do pescado associadas à pesca do camarão e das redes de espera, com grande participação e organização da mulher pesqueira. O segundo aspecto, e mais recente, diz respeito à aproximação da Colônia Z-7 aos subsídios governamentais, com a implantação do primeiro posto de óleo marítimo subsidiado do Brasil. O acesso aos financiamentos, a partir do PRONAF, auxiliou também neste sentido, onde a maior parte dos pescadores possui embarcação própria, muitas vezes compartilhando com os filhos, as novas embarcações.

A presença das unidades de processamento do pescado conduz a uma autonomia dos pescadores locais, que conseguem obter um maior valor no processo produtivo, sem ter que passar pelos atravessadores locais. Mesmo assim, estes têm um papel considerável no processo de comercialização, com uma participação em diferentes níveis. As unidades de processamento, que da mesma forma beneficiam o produto capturado, têm buscado a

qualidade na sua produção, a partir da oferta de diferentes produtos, com um preço competitivo.

No intuito de ilustrar a complexa rede formada, desde a produção até a comercialização dos produtos, ou seja, o destino da produção aos consumidores, apresento para cada uma das pescarias, as principais etapas do circuito de comercialização do pescado/camarão capturado na região da Costa Brava.

Inicialmente, como pode ser visto na Figura 11, a pesca da rede cerco de Taquaras possui, apesar de localizada num pequeno núcleo de pescadores, inter-relações importantes. O pescador responsável entrega sua produção diária diretamente ao mesmo atravessador⁶⁷, que aguarda diariamente o retorno dos pescadores para armazenar os produtos capturados num caminhão frio e conduzir a sua peixaria própria em Itapema, ou aos mercados de Itajaí. Um dos produtos atualmente comercializados é o peixe espada. Este é vendido pelo pescador por cerca de R\$ 0,30 o quilo ao atravessador, e depois de processado, terá valor agregado, em torno de R\$ 5,00 a R\$ 10,00⁶⁸.

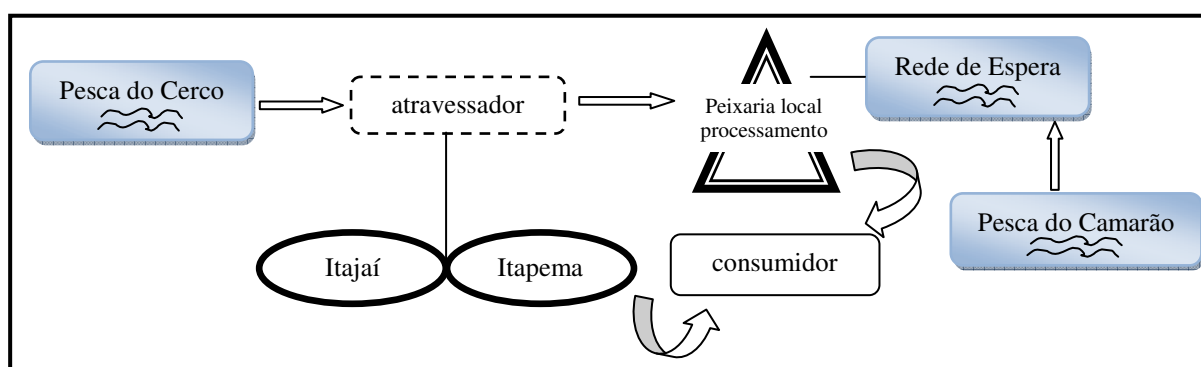


Figura 11: Ciclo de comercialização da produção da Pesca de Cerco de Taquaras, Balneário Camboriú (SC).

No entanto, o ciclo de comercialização a partir do atravessador não é feito apenas com outros municípios. O pescador de rede de espera da mesma praia, que possui uma unidade de processamento do seu pescado, compra o peixe bruto deste mesmo atravessador, processa-o e depois comercializa. A compra do atravessador e não diretamente do pescador é feita por dois

⁶⁷ O termo atravessador será aqui utilizado para designar o intermediário entre o pescador e o consumidor, tendo características distintas em cada circuito de comercialização.

⁶⁸ Valores obtidos no primeiro semestre de 2008.

motivos: o primeiro reside no tempo para pagar, com prazo até 30 dias, o outro pela qualidade do produto. A escolha das ‘espadas mais bonitas’, pelo pescador da rede de espera não poderia ser feita diretamente com o pescador do cerco, pois este perderia a venda quantitativa junto ao atravessador, que da mesma forma, exige as mesmas ‘espadas mais bonitas’. A pequena unidade de processamento, ou ‘peixaria’, adquire outros produtos de pescadores de camarão da Barra, para poder atender os consumidores, basicamente marcados por turistas, moradores locais e de segunda residência. Os restaurantes da região eventualmente são também atendidos, no entanto, não são vistos como prioridade para o produtor.

Importante considerar que o trabalho individualizado dos dois pescadores é justificado em função das diferenças nas pescarias, sendo a do cerco responsável em ‘matar mais quantidade’, e a rede de espera, ‘mais qualidade’. Mesmo que as relações econômicas/comerciais entre os pescadores não sejam estabelecidas, isso não condiciona a ausência de parceria e reconhecimento entre os profissionais.

Já as redes de espera, possuem ciclos distintos em cada um dos núcleos pesqueiros. A cadeia produtiva mais simples é encontrada na praia o Estaleiro (Figura 12), onde o produto capturado segue dois caminhos: ou diretamente ao atravessador que comercializa especialmente junto aos restaurantes locais, ou vendido diretamente ao consumidor, por ‘peça’. Estes consumidores são os turistas e moradores locais, ou muitas vezes, dependendo da espécie capturada, os restaurantes localizados no Estaleiro.

De modo distinto ocorre com o núcleo pesqueiro da praia do Estaleirinho (Figura 12), onde o produto capturado é processado e beneficiado na unidade de processamento familiar e comercializado diretamente ao consumidor, que compra na ‘porta do pescador’, o produto ‘fresco’. Dependendo do produto capturado, estes são vendidos junto aos muitos restaurantes da região das praias na Costa Brava, como em Itapema. Neste núcleo pesqueiro, os pescadores possuem atividade do camarão, o que diversifica a produção. Os pescadores optam pela pesca do camarão nas melhores safras, que segundo eles, reside em março, abril, maio⁶⁹.

⁶⁹ Conforme já mencionado, o período de março, abril e maio é marcado pelo defeso do camarão. Desta forma, a produção fica prejudicada em função de tal medida.

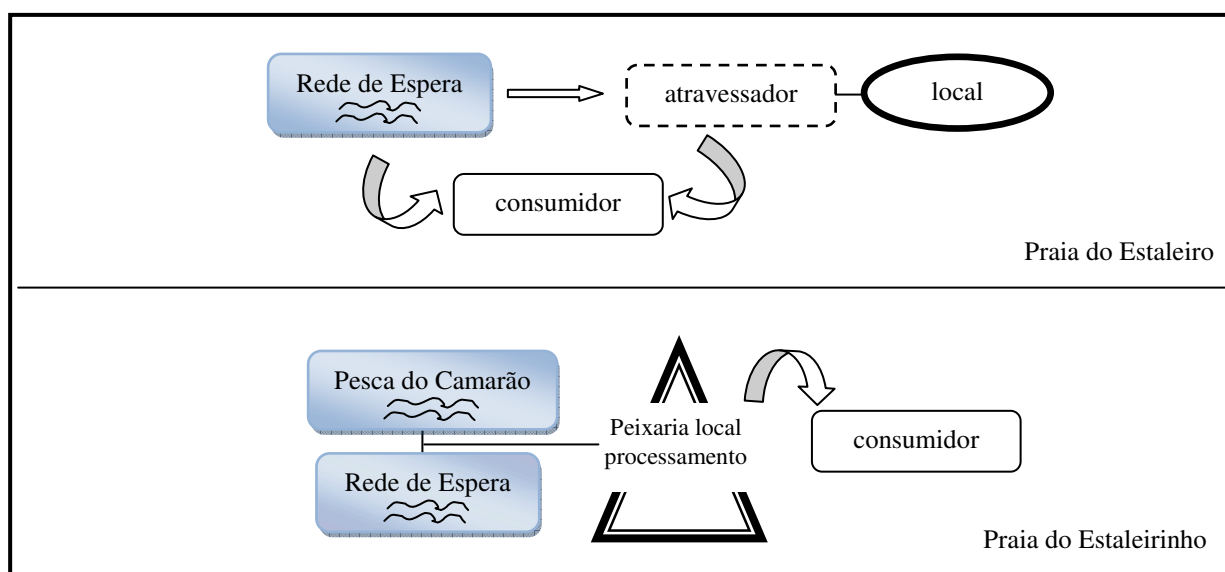


Figura 12: Ciclo de comercialização da produção da Rede de Espera das praias do Estaleiro e Estaleirinho, Balneário Camboriú (SC).

O circuito de comercialização das redes de espera que compõe o núcleo pesqueiro da Barra (Figura 13) é mais dinâmico, envolvendo outras relações entre pescadores e atravessadores. Primeiramente, importante considerar que os pescadores das redes de espera, em grande parte, processam a reduzida captura nas unidades de processamento.

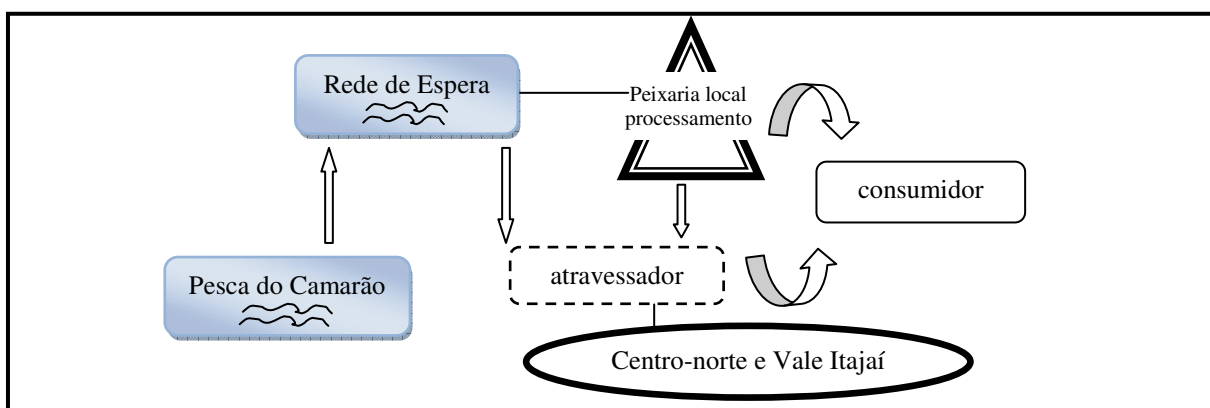


Figura 13: Ciclo de comercialização da produção das Redes de Espera do Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC).

Os produtos são também beneficiados, com a produção de filés, empanados e bolinhos, sendo assim uma forma de agregar valor ao reduzido tamanho do pescado atualmente capturado. Após o beneficiamento, o consumidor final são os clientes que compram direto nas unidades, ou os restaurantes locais. Os atravessadores também estão

presentes nesta comercialização, comprando os produtos pelo mesmo preço que é vendido aos demais consumidores, e posteriormente vendem com preço superior em toda região de Santa Catarina, especialmente no centro-norte e arredores da região interiorana do Vale do Itajaí.

A produção dessas unidades também é dinamizada com a compra de produtos oriundos da fauna acompanhante da pesca do camarão – ‘a mistura’, que da mesma forma, pelo seu tamanho reduzido, adquirem valor agregado a partir da ‘filetagem’, como os bolinhos de peixe. Como já explicitado na descrição da trajetória de desenvolvimento, esta dinamização socioeconômica, de algum modo mascara as questões ambientais, onde os pescadores não discutem a sustentabilidade do recurso, por terem no estabelecimento dessas unidades, uma ‘válvula de escape’, para atual crise nos estoques pesqueiros.

Por fim, o mais complexo circuito de comercialização está associado à pesca do camarão junto ao núcleo pesqueiro da Barra (Figura 14). Com dois circuitos principais, os pescadores de camarão, entregam o produto diretamente à ‘salga’ (Peixaria Stallone), ou possuem uma unidade de processamento familiar.

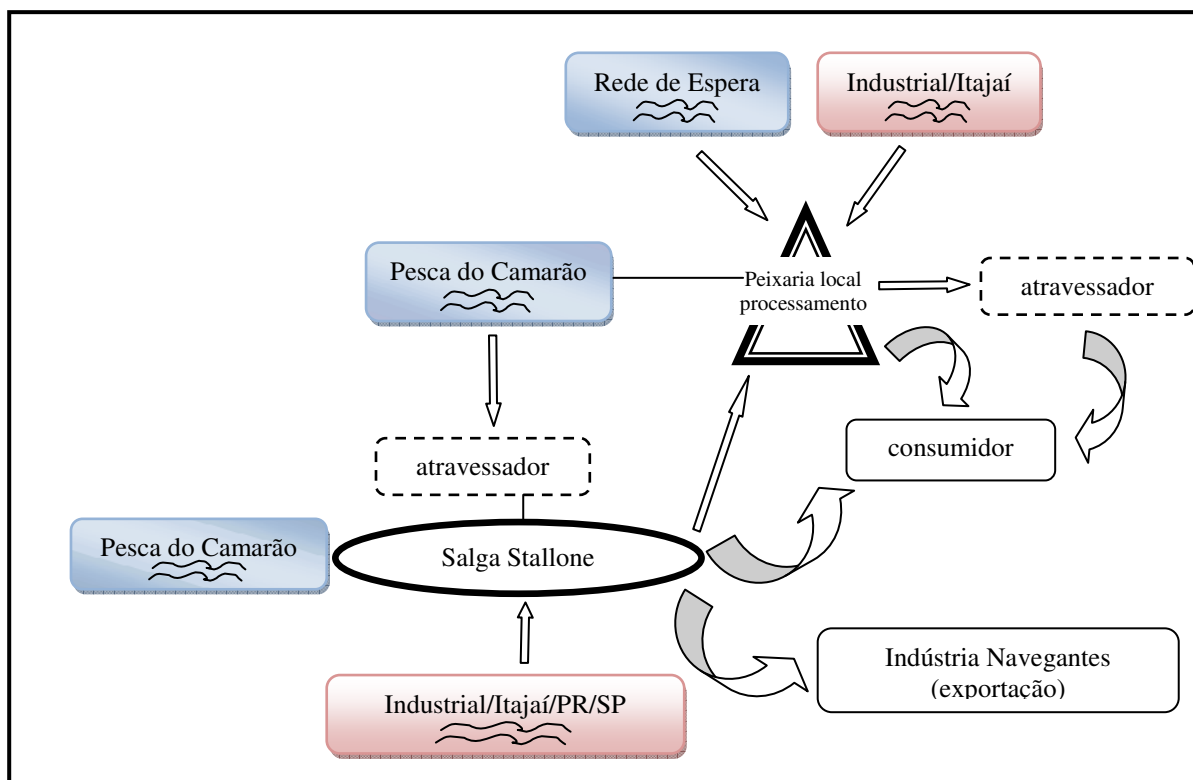


Figura 14: Ciclo de comercialização da produção do camarão sete-barbas no Bairro da Barra, Balneário Camboriú (SC).

Ainda neste aspecto, é possível identificar um tipo de unidade de processamento familiar de pequeno porte, que comercializa apenas sua produção diretamente a atravessadores, ou o consumidor final, ou as unidades intermediárias que compram produtos de outros pescadores da Barra, ou recorrem à produção da pesca industrial, em Itajaí.

Isto sem dúvida dinamiza e mobiliza outros atores locais, envolvidos com transporte, bem como com a negociação com outros mercados. Mesmo assim, tal dinâmica é fortemente marcada pela presença da família, em todo o circuito de comercialização. A presença de uma salga no local permite que os pescadores optem em processar seu produto, especialmente o de tamanho reduzido, com o auxílio das máquinas. No entanto, muitos pescadores, já não adotam tal prática, apenas em eventos isolados, quando a safra é reduzida.

Mesmo com a existência de muitas unidades de processamento na Barra, a única salga existente não reduz sua produção, uma vez que recebe de outros produtores do Brasil, especialmente da pesca industrial, dos portos de Itajaí, Paranaguá e Cananéia. O proprietário da salga, também proprietário de embarcação com permissão de pesca para sete-barbas, menciona que apenas 30% da sua produção são oriundas dos pescadores da Barra, sendo os 70% restantes dos portos acima mencionados. Ainda neste sentido, em termos de benefícios econômicos, o proprietário menciona que prefere comprar de fora, em vez do pescador local, posto que este exige o pagamento semanal, ao contrário dos compradores externos que permitem um prazo de 30 dias para o pagamento.

A salga tem uma lógica de produção diferenciada. Enquanto a produção das unidades familiares processa (descasca) cerca de 30 a 60 quilos de camarão diariamente (quando existe produção), a da salga atinge 500 quilos de camarão limpos/dia, sendo em torno de 1200 quilos de camarão processados por dia⁷⁰. As diferenças também residem no caráter desses estabelecimentos, sendo a salga legalizada e funcionando como pequena empresa, ao contrário das unidades familiares que não apresentam nenhuma regularização neste sentido. Tal regularização permite que os produtos sejam estocados, e desta forma distribuídos a outras empresas da região, especialmente Navegantes, com o objetivo de exportação.

⁷⁰ Ressalto que tal produção, por estar também vinculada aos produtos da pesca industrial, não só o camarão sete-barbas é processado, sendo também o camarão rosa.

Embora minimamente, a salga do local, chega a distribuir seus produtos aos ‘mesmos’ consumidores das unidades familiares, ou seja, restaurantes e venda diretamente na porta. A escolha dos consumidores, paradoxalmente se dá, ou pelo aspecto de limpeza da salga, o que atrai certo tipo de consumidor, ou da mesma maneira, retrai, em função das grandes quantidades de sulfite utilizados para conservar e auxiliar no processamento do camarão, especialmente o ‘miúdo’. Assim, muitos consumidores preferem comprar diretamente do pescador artesanal/família, fazendo certa seleção da escolha das unidades, podendo aqui ser considerado a preferência dos consumidores em comprar o produto ‘direto do pescador’. A limpeza, a amizade e a indicação de terceiros, são fatores importantes na escolha de comprar em uma, ou outra unidade/familiar.

Ainda importante considerar que existem unidades de processamento/peixarias consideradas intermediárias, uma vez que possuem uma maior produção, e tem aos poucos efetivado estruturas diferenciadas, permitindo assim um circuito de comercialização, tais como visto nas peixarias, com alvará de funcionamento. Outro grupo está vinculado a unidades familiares que estão em busca dos selos de certificação para regularizar a produção, que tem sido fortemente ampliada. Unidades intermediárias, por exemplo, chegam a abastecer cerca de 70 mercados em toda a região centro-norte e norte do estado, tanto no litoral, como na região interiorana, ainda que atuem sem os selos de certificação.

Tais unidades, associadas a um produtor de camarão com permissão de pesca para sete-barbas, associa na sua produção, o beneficiamento de produtos oriundos das redes de espera local, como da pesca industrial de Itajaí. Este produtor menciona da mesma forma, que compensa comprar o produto das indústrias de Itajaí, uma vez que oferecem o melhor peixe, em tamanho, e melhor preço, ou seja, prazo para pagamento. A abundância do peixe parece tamanha que permite um ciclo de produção longo, com um bom preço de comercialização, e mantém o pescador e sua família vivendo dessa profissão.

Um exemplo fica evidente com a filetagem do peixe espada. O pescador da Barra adquire o filé bruto em Itajaí por R\$ 1,25/quilo, entrega a uma unidade de beneficiamento em Itajaí para produzir o filé, pagando R\$ 2,50/quilo, traz para sua unidade, beneficia (filé empanado) e vende por R\$ 5,00. Essas diferenças também são vistas com a compra da ‘mistura’. Em Itajaí esta é comprada por cerca de R\$ 0,60/quilo, já o pescador da Barra, não a vende por menos de R\$ 1,00/quilo.

Compro de Itajaí, de industrial, de vários (...) pra fazer o filé. É mais barato comprar de lá. O rapaz queria vender peixe pra mim agora, a um real. Eu compro em Itajaí a setenta centavos. É 30%. Não é mais barato, é super mais barato. (...) fui comprar do rapaz ali, disse '1 real não dá, então eu vou da para os pobres'. Só que eu não tenho culpa de comprar mais barato lá em Itajaí. (Sete-barbas C.)

De maneira geral, as unidades de processamento familiar, bem como as salgas não dependem exclusivamente do verão para manter sua atividade. Apesar do período de temporada ajudar na circulação dos produtos, os muitos restaurantes de Balneário Camboriú, com um fluxo permanente de clientes, permite a venda pelos pescadores, que preferem esta comercialização por ser em maior quantidade e de alguma maneira fixa. Alguns pescadores/comerciantes mencionam que o período de maior comercialização é a quaresma, e não a temporada de verão.

As unidades de processamento

As unidades de processamento, de modo geral são bastante simples, possuindo apenas o necessário para processar, beneficiar e armazenar o produto. As infra-estruturas existentes são bancadas azulejadas ou não, pias, e freezers que variam de 2 a 4, dependendo da unidade. Algumas unidades possuem máquina de descascar o camarão, que auxiliam principalmente no processamento dos camarões mais 'miúdos', e segundo as mulheres, ajudam na produção. Outros preferem não ter a máquina, uma vez que esta influencia na qualidade do produto final.

Estão localizadas nas próprias residências dos pescadores, no fundo do quintal, nas lavanderias, ou na própria cozinha. Muitos processam o pescado no próprio rancho de pesca, conduzindo apenas o armazenamento em suas residências. Existem unidades que processam apenas o camarão, outras peixe e camarão, outras só o peixe, e outras ainda complementam a produção com o siri, capturados especialmente na pesca do camarão. Os pescadores de camarão têm dinamizado o beneficiamento, com a produção de filés, a partir da 'mistura', bolinhos, etc, o que permite uma renda extra. No entanto, algumas famílias preferem apenas processar o produto, para que não exija mais trabalho do reduzido grupo familiar.

O siri também é um produto bastante procurado e mobiliza ainda mais as mulheres de pescadores. Estas não só beneficiam o produto, com produção de bolinho, separação das partes e limpeza da casca (para ‘casquinha de siri), como também vão ao mar e tornam-se pescadoras. Tal prática mantém no bairro da Barra algumas unidades que priorizam o processamento e beneficiamento apenas do siri. O processamento das cascas de siri, que basicamente exige a lavagem e secagem possibilita a comercialização de R\$ 1,00 a dúzia que são cuidadosamente preparadas pelas mulheres pesqueiras (Figura 15).



Figura 15: Processamento das cascas de siri para comercialização junto aos restaurantes.

Aliás, cabe aqui ressaltar a importância das mulheres. Dos 545 pescadores cadastrados na Colônia Z-7, 153 são mulheres⁷¹. Fugindo da lógica muitas vezes embutida nas comunidades pesqueiras, de que a pesca é uma atividade masculina e que às mulheres cabe apenas o artesanato, a mulher pescadora em Balneário Camboriú não está oculta e exerce um papel fundamental na dinamização da socioeconômica local. Sem dúvidas, a configuração essencialmente familiar da atividade pesqueira local influencia sua permanência na atividade, estabelecendo e fortalecendo relações de cooperação entre homens e mulheres.

Embora não seja possível visualizar uma organização das mulheres, nem mesmo formas de resistências frente à idéia de que a atividade pesqueira é uma atividade masculina, elas possuem o reconhecimento familiar, mesmo que não sejam tão bem remuneradas. Elas são responsáveis em manter o dinâmico circuito de comercialização, especialmente junto às unidades de processamento, sendo responsáveis por várias etapas do processo produtivo, do

⁷¹ Dados obtidos junto a Colônia de Pescadores Z-7.

processamento, até a venda. A responsabilidade das unidades fica a cargo da mulher, e desta forma, não há como não considerar o importante papel que desempenham no contexto das comunidades tradicionais pesqueiras, e mais ainda para a sobrevivência da atividade.

Um dos grandes fatores de reconhecimento sob o ponto de vista das mulheres ocorre especialmente pelo fato de, ao se reconhecerem pescadoras, fazem uso dos benefícios, como seguro-desemprego e aposentadoria e permanecem na atividade com orgulho. No entanto, o reconhecimento não ocorre apenas neste sentido. Os homens recorrem à presença da mulher como uma parceira para o bom desempenho e manutenção da pescaria.

Porque não dava né, trabalhava muito e nós não tinha nada. Era só os salgueiro que ganhava. Então nós não ganhava nada. Então chegou um dia, eu disse pra ele, vamo limpar camarão. Ainda tinha os filho, era tudo pequeno, 5 filho. Ai ele disse ‘tu não vai dar conta’. Não, eu disse, traz o camarão que eu vou conseguir. Assim ele fez, começou a trazer pra mim, eu comecei a limpar. Passei trabalho, porque não tinha nada assim de rancho, era tudo areia. Daí eu estendia um pano, botava as mulhé embaixo e limpava camarão ali. Levantava 3 h da manha, pra limpar a casa, pra deixar os filho tudo em ordem, pra daí ir pro camarão. E conseguimos ne?(Descascadeira J.)

Adoro!! Chego a chorar de não poder ta trabalhando. Eu quero ficar aqui! Eu não sei porque, mas eu adoro esse lugar, eu adoro o que eu faço (Descascadeira J.).

O contato com o público sou eu. Se o [marido] vai, ele já me chama pra ajudar ele. Porque homem já viu ne? Eu não saio pra nada. Se chega gente aqui pra comprar peixe e ele ta sozinho ele se atrapalha-se todo (Descascadeira D.).

Hoje em dia se o pescador for depender de bota na salga ou qualquer outra coisa, ele não vive. Ele tem que pegar a mulher dele, decascar e vender (Sete-Barbas N.)

Enfim, as unidades de beneficiamento, surgiram justamente pela escassez da produção e assim aumentar um pouco o rendimento, além do baixo preço pago pelas salgas. Há de se considerar que a alta demanda dos restaurantes, bares e lanchonetes em todo o município, por estes produtos, auxilia na manutenção dessas unidades. Estas são reconhecidas pelos moradores, como restaurantes que criaram o hábito de comprar o peixe na Barra.

Ainda, um grupo bem reduzido, cerca de 3 pescadores, destinam sua produção junto à banca do pescador, na praia central. Estes ‘contratam’ algumas mulheres que descascam o camarão na própria banca, no momento da comercialização. A reduzida participação neste espaço se dá pelos motivos já apontados, como dificuldade de acesso e localização

desfavorável. Um hábito antigo dos moradores de Balneário Camboriú em comprar o peixe direto do pescador na banca se perdeu com a sua transferência da Barra Sul. Importante mencionar que as grandes peixarias na praia central atraem um público diferenciado, ainda que estas muitas vezes comprem produtos do pescador artesanal da Costa Brava (Figura 16).



Figura 16: Banca do pescador (à esquerda e no centro). À direita exemplo de grandes peixarias existentes na praia central.

Ainda que as unidades mobilizem uma rede de famílias de pescadores, estes possuem alguns impedimentos para mantê-las em funcionamento. Um dos principais problemas reside em conseguir mão-de-obra para processar o pescado, especialmente as unidades que necessitam de uma força de trabalho maior. Muitas famílias têm na pesca sua única fonte de renda, e com isso mobilizam, esposa, filhas, filhos, noras e genros. No entanto, todos mencionam que é muito difícil manter, especialmente as mulheres trabalhando, em função do pouco retorno financeiro que atividade ainda proporciona.

(...) não é que ta difícil, é que vai trabalhar o dia todo, pra descascar 10 quilo de camarão, vai dar 20 reais. Ela prefere trabalhar de carteira assinada. (Sete-Barbas N.)

Na maricultura, já é falado em ‘mecanização’ da atividade, uma vez que o número de pessoas que permanecem é muito escasso, especialmente pela demanda de trabalhos temporários oferecidos no verão, como pelas exigências físicas impostas pela atividade. É evidente, que a proposta de mecanização está fortemente associada a diminuição dos custos, e consequentemente aumento dos lucros.

Por fim, importante mencionar que a importante produção, especialmente de camarão no município, incentivou a colônia de pesca buscar parceria junto ao governo federal para a implementação do posto de abastecimento de óleo subsidiado, assim como a proposta, em

negociação da fábrica de gelo. No entanto, o pouco tempo de vida do subsídio na comunidade (inauguração em junho de 2008) já reflete fragilidades da política. Apesar do baixo custo do óleo, R\$ 1,87 o litro, cerca R\$ 0,35 mais barato que os adquiridos nos postos de gasolina, muitos pescadores não têm aderido à proposta, e outros que aderiram inicialmente, estão retornando a comprar nos postos de gasolina. Isto tem ocorrido em função do pouco prazo para o pagamento do óleo subsidiado, apenas sete dias, ao contrário dos postos que permitem 30 dias para o pagamento. Tal situação indica a fragilidade econômica de muitos pescadores que não tem capital financeiro para investir no próprio processo produtivo.

Sustentabilidade

Ainda que as dimensões socioeconômicas do sistema produtivo associado à pesca artesanal apresentem características importantes para o contexto local, a aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade ambiental, pode ainda ser considerada incipiente. Além do regime de livre acesso que marca especialmente a pesca do camarão atualmente, outras fragilidades nas etapas do sistema produtivo precisam aqui ser destacadas. O uso de tecnologias alternativas que auxiliem no processo produtivo não são utilizadas, sendo uma das propostas, tal qual mencionado pela própria política da SEAP, o desenvolvimento da aquicultura.

Neste sentido, a unidade de maricultura local tem investido na produção de outros recursos naturais, como é o caso da experimentação do cultivo de polvos, com apoio da EPAGRI. As discussões que permeiam tais 'alternativas', não vão além da eficiência econômica, ou de alguma maneira, a intervenção/controla dos maricultores da qualidade da água na baía de Laranjeiras, por uma necessidade para manter a comercialização da produção.

As unidades de processamento do pescado/camarão não apresentam nenhuma medida para deposição dos dejetos gerados com o processamento. As cascas do camarão, as escamas dos peixes e os resíduos em geral são despejados diretamente nos cursos d'água local, seja no rio, ou no mar. Muitas unidades estão localizadas ao longo do Rio das Ostras, na Barra, e desta forma, da janela de casa são 'jogadas' para alimentar os animais, que por ali aparecem em grande quantidade. Os que residem mais distante, levam de balde, ou carrinho os dejetos

gerados até o Rio Camboriú. Tal prática é vista como natural pelos pescadores, justificando que tal procedimento mantém a cadeia alimentar, ou seja, ‘tudo vira comida’ para os outros animais.

Não só as condições dos dejetos causam desconfortos. A própria higienização das unidades resulta em impedimento da atividade, especialmente junto à vigilância sanitária que quando atua, na maior parte das vezes por denúncias, aplica medidas drásticas que causam prejuízos aos pescadores.

No caso, essa coisa de saúde né? Se a prefeitura vim, com certeza eu não vou mentir pra ti, eles vão me embargar na hora. Eles exigem muita coisa. Pra gente botar tudo certinho, tu tens que ter um calço bem bom. Porque eles exigem uma coisa que tu nem imagina. Esses dias tiveram ali no [Garoupa], levaram tudo, não querem nem saber. O que tá congelado, o que tá fresquinho. O camarão, ou se for o filé de peixe, tudo que for, eles levam (Descascadeira G.).

A regularização junto à saúde exige alterações que os pescadores atualmente não têm condições de arcar, desde os equipamentos individuais dos trabalhadores das unidades, como a infra-estrutura.

Teria que ter assim, uma câmara fria, teria que ter tudo calçada, tudo piso, tudo com toca, tudo com bota, avental branco, tudo com grade, telinha, só que não tem como. Só o [dono da salga] tem. É muito dinheiro (Descascadeira G.).

Ainda que existam alternativas para aproveitar os dejetos produzidos pela atividade pesqueira, o acesso a estes programas não foi ainda proporcionado aos pescadores, mesmo porque a fiscalização das suas atividades não chega a impedir, de fato, sua continuidade. Uma das famílias entrevistadas, menciona que dão outro destino aos dejetos quando existe uma demanda externa. Por exemplo, quando pessoas ligadas ao artesanato os procuram para comprar escamas de peixe.

2.3.4. Saberes, tradição e conhecimento local

Isso aí eu já disse pra minha mulher, o dia que eu morrer, se ela quiser me deixar bem alegre, se é que um dia eu vou precisar, que lá de cima a gente vê, me faça uma canoa com uma rede de tainha, com um lance bem bonito e bota lá no túmulo. Porque é a coisa que eu mais gosto na minha vida é aquilo ali...(O Vigia, 46 anos, pescador).

Quero com este item finalizar a discussão que permeia os padrões de interação, reconhecendo sua complexidade, sem, no entanto, deixar de distinguir elementos que são bases constituintes da comunidade tradicional da Costa Brava. São esses elementos, acima de todos, que os tornam cheio de adjetivos, os tornam ‘tradicionalis’, ‘artesanais’. Desta forma, quero aqui, indicar a riqueza de características ainda resguardadas nestas comunidades e que de forma aparente, ou não, reagiram aos processos globalizadores, que resignificam aceleradamente as culturas, e de certa forma, induzem a uma degradação cultural dessas comunidades.

Apesar dos modos de vida estarem em transformação, os saberes, a tradição e o conhecimento local, de algum modo, está mantido nessas comunidades. Neste aspecto, trago reflexões que direcionam para o sentido de pertencimento e de territorialidade ao ‘lugar’, das formas de ‘conservação da natureza’, e da continuidade da atividade pesqueira. Tais aspectos, sem dúvidas, podem ser potencializados nos novos arranjos institucionais em formação na área.

De acordo com Cunha (2007), a partir de estudos sobre os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras paranaenses,

(...) quando os saberes e fazeres desses povos são valorizados, manifestam-se como sistemas fechados, como se fossem dotados de um poder total e absoluto na conservação da natureza – sem errâncias e carências, sem segredos e mistérios. Desconsidera-se ainda que os pescadores artesanais estejam inseridos desde sua gênese histórica na modernidade, processo esse que em seu desenvolvimento tem levado à redefinição ou, em muitos casos, fragmentação de seus saberes tradicionais (Cunha, 2007:72).

Ainda que elementos de ruptura e permanência atuem concomitantemente, o conhecimento do ciclo da pesca, dos recursos naturais e dos ambientes costeiros ainda integra o universo do pescador artesanal, atravessando gerações, mesmo num contexto acelerado de mudanças (Cunha, 2007).

(...) a tradicionalidade do conhecimento do pescador artesanal se expressa em processos de transmissão desse conhecimento de geração a geração, no ato de observar e escutar os mais velhos – pelo menos as gerações mais próximas. Se há linhas de descontinuidades na transmissão desses saberes, não abrangendo mais transversalmente as várias gerações de pescadores, o ato de saber pescar em seus processos fundamentais (tradicionalis) integra a

cultura do pescador artesanal, apesar da introdução de inovações tecnológicas e das transformações que aí se operam (Cunha, 2007:69).

Da mesma forma, Roué (2000), menciona a importância de valorizar o conhecimento que uma sociedade adquiriu sobre o meio natural no qual ela vive igualmente à sua visão de mundo, para gerir os recursos naturais. A autora menciona que com a descolonização, iniciou-se uma tomada de consciência do absurdo que é ‘modernizar’, ‘desenvolver’, sem considerar essas populações, e que tal realidade vem a tona após o fracasso de inúmeros programas de desenvolvimento que não se preocupavam muito com as realidades locais, humanas, ou ambientais.

Qualquer proposta de alternativa de desenvolvimento ou de desenvolvimento local sustentável passa, portanto, por considerar o saber acumulado, pelas formas de agregação de valor dele derivadas, e por um novo gerencialismo nas associações e cooperativas, que incorpora fatores étnicos, de identidade, de gênero e de ênfase no entendimento dos sujeitos da ação (Almeida, 2004).

Sem aqui recair a uma visão ingênua e dicotômica entre modernidade – tradição, e da mesma forma nas armadilhas do julgamento de valor, inicio expressando as representações da comunidade relacionadas a práticas de conservação do recurso, resultado de um sistema de valores morais e éticos. Valores estes que se expressam numa relação de proximidade, reciprocidade e pertencimento ao território vivido.

Quando o pescador afirma, *‘eles podem tirar nessa costa braba né, fora, no costão de traz, mas não aqui na **minha praia**’*, é possível identificar uma territorialidade marcante em relação aos territórios onde são permitidos ou não o uso dos recursos. Da mesma maneira, falas como a indicada abaixo deixam claro o senso de parceria e visão de conjunto que estão além das relações e dos benefícios econômicos. A indignação com práticas que grupos pesqueiros industriais, que invadem o território dos pescadores artesanais, praticam, desestruturando-os, aflora tais valores.

Eu perdia serviço....eu não posso nem ver (...)estragaram rede minha, eu dizia, eu não quero que eles pagam a rede, eu quero é que eles se arretiram da costa (...) não era por causa de mim, o meu peixinho, é que eu pensava na rede cerco, tem tanta família ali né, e eles tirando o pescado, tirava a manjuva, não entrava, o outro peixe na vinha, ne (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

A comunidade, a partir dessas relações de reciprocidade e confiança se estabelece acima da vulnerabilidade de trocas individualistas e que não beneficiem o recurso e a comunidade como um todo. Neste sentido, é possível também perceber a visão de longo prazo, que ultrapassa a lógica imediatista, muito recorrente na vida cotidiana atual. A perspectiva de sustentabilidade é desenhada, incorporando as dimensões econômicas, mas não acima das sociais e ambientais. A cooperação entre os membros da comunidade desempenha um papel fundamental, fortalecendo-os individualmente e enquanto grupo. Segundo Brown, Tompkins e Adger (2002), a partilha do conhecimento e a construção da confiança acrescentam legitimidade e promove a eficácia nas decisões de uso do recurso.

Na época quando ele começou a brigar sobre o atuneiro aqui dentro (...) o próprio dono do barco falou pra ele pra pegar a isca que ele comprava dele, lá da rede circo. O que que ele fez? [o pescador da rede cerco] disse não: ‘nós temo brigando pra vocês saírem daqui de dentro, agora não vou vender isca pra vocês’. Se ele faz na época, hoje mesmo não tinha mais nada. (...) então nós ia pegar aquela manjuva, ia botar dentro do cativoiro, quem ia faturar com isso? Era ele, era eu. Nós ia faturar nisso aí, só que tinha que saber o que vai vir pela frente ainda. Se nós mata tudo naquela época. Hoje a gente podia ta bem de vida, tava, podia ta bem, de tanta isca que nós pegava, mas ia fazer falta pra nós hoje. E já ta fazendo (...) se nós pega e mata? Hoje tava faltando peixe. Graças a deus nós não fizemo isso. Com certeza alguns lugar eles faz... (O Sorridente, 45 anos, pescador).

...mas já se arrependeram(...)mataram e venderam, o peixe pro próprio barquinho mas o que que o barco fizeram, hoje o barco tem o próprio barco dele de pegar a isca, o bote de pegar a isca, e eles la deixaram eles pro canto (...) porque agora eles não tão ganhando mais o dinheiro (...) mas tem aquilo que não se troca. Quer ver a produção seguir eu acho quem sabe um dia, eu tenho filha, mas hoje em dia já tenho um neto hoje em dia, capaz de ele pagar e vim naquela profissão que a gente ta, aí a gente tem que deixar um pouquinho pra eles (O Vigia, 46 anos, pescador).

Nas relações estabelecidas com a pesca da tainha, um conjunto de valores e visões de mundo são também explicitados, apesar do conhecimento local sobre recursos estar num processo de ‘perda progressiva’ entre algumas comunidades pesqueiras, especialmente, segundo Medeiros (2002), devido à falta de recrutamento entre os filhos dos pescadores. Os baixos valores de captura associados a esta pescaria, reforça sua importância em termos sociais, culturais e históricos, apesar do baixo retorno financeiro. A pesca de arrasto de tainha torna-se uma expressão cultural e também uma oportunidade de promover uma divisão mais equitativa dos recursos, apesar de atualmente ser uma atividade economicamente desvantajosa. (Medeiros, 2002; Pinheiro, 2007).

Olha, se eu tivesse condições, que amanhã quisesse vender eu ficava, eu ficaria com a metade [metade da canoa de tainha]. Eu ainda comprava. Mesmo com esse fracasso de peixe eu ia comprar outra canoa ainda (...) eu quero poder manter, mesmo que ta fracasso a pesca, não quero acabar, não quero sair dessa tradição. Que meu pai deixou pra mim (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Ainda que o fracasso da atividade se comporte como uma ‘sombra’ na vida cotidiana dos pescadores, estes não associam a atividade apenas a uma questão de subsistência alimentar, ou sobrevivência econômica, mas que compõe o conjunto de ‘necessidades básicas’ para sobrevivência não somente individual, mas comunitária. A motivação deixa de ser a produção e troca de bens, com interesse material, e passa a estabelecer outros níveis de reciprocidade e/ou dádiva⁷².

Não adianta que ta no sangue. Se eu não tiver com isso aqui, então eu vou vender e vou morar la fora, la pra Camboriú, mas eu gosto disso aqui. Na verdade eu não to botando mais rede ai e coisa, muitas vezes to comprando até o peixe, mas ainda to com isso no sangue (...) tem vezes que o rapazo vem, tem essa redinha aqui, eu fiz pra eles ai, eles vêm de noite ai, dão um arrastão ai, mata uma caixa de peixe galo, eles dão um pouco de peixe pra mim, dão um pouco pro meu irmão, eles dividem cada um divide pra si. E tão levando pra segurar essa tradição ai né (O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Ainda, muito presente nas falas dos pescadores é a preocupação com a continuidade da pesca. Apesar de muitos afirmarem que sempre haverá pescador, outros trazem distintos significados, uma vez que este ‘ser pescador’, está muito vinculado a um aprendizado conquistado junto aos mais ‘velhos’, ou experientes da comunidade. O distanciamento das gerações mais novas da natureza, associado ao processo da busca de formação profissional, exigidas na sociedade atual, proporciona essa ‘sensação’ de descontinuidade. No entanto, algumas manifestações de permanência dos saberes, mais uma vez são vistas associadas a pesca da tainha, onde filhos de vigias importantes, valorizam e de alguma maneira perpetuam o saber local.

⁷² Segundo Jacques Godbout (1999) a relação de dádiva é antes de mais nada um fenômeno de reciprocidade. Não entrarei aqui em detalhes, sobre as dimensões que envolvem ‘o espírito da dádiva’. No entanto, cabe aqui mencionar que os autores que escrevem sobre a dádiva compartilham a surpresa inicial de Mauss quando ele começou a observar as relações de dádiva, em face da obrigação de retribuir, que se torna ao mesmo tempo a coisa a ser explicada e a essência de toda relação de dádiva, sua verdadeira natureza, aquela que se esconde por trás das afirmações de gratuidade de atores. Donde se conclui que a essência da dádiva não é ser uma dádiva, e antes de mais nada, não há sempre retorno, no sentido habitual, mercantil do termo, sendo muitas vezes maior do que a própria dádiva (p.113-114).

Tinha que começar de pequeno, hoje tu não pode ficar na praia pescando, tem que ter o estudo. Ou estuda, ou pesca. Ai eles saem pro estudo, e a pesca vai ficando, vai indo, vai acabar (...) tu vê, esses pequeno de hoje já não vão mais na praia, com os mais velho, de manhã. E nós quando era pequeno, nós saía atrás do pai. O pai ia pra praia, nós ia junto. Hoje eles não vão. Então não tem como tu ensinar (...) mas tem o menino do [Pirajubaé] que é o Pirajubaé ta na praia, ele ta atrás...e ele enxerga um peixe no mar, uma tainha, lá na volta do mar, até aqui no rancho, só uma tainha só, ele fica olhando, e não perde ela...(O Pés Descalços, 44 anos pescador desde os 15 anos).

Outro aspecto muito presente nas reflexões dos pescadores está relacionado ao ritmo de vida, que remete a recordações e que refletem valores. Honestidade, relações de confiança estabelecidas pela ‘palavra’, pela honra permeavam as ‘negociações’, as trocas entre os membros da comunidade. A vida acelerada, os valores mercantis, a despreocupação com o outro, enquanto ser, o que desdobra em uma despreocupação do todo, da coletividade, ou seja, do território, assumem assim, na vida atual, outros sentidos. Desta forma, pensar os saberes locais é ir além do entendimento de suas práticas e de como conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas. É incorporar também o conjunto de valores que mantiveram as relações harmônicas, embora muitas vezes exploratórias da natureza, permitindo o estabelecimento de outras relações.

Eu não sei, por isso eu falo, eu digo, você vê a calma do Zé Gregório né? É uma amostra que nós temo aí né? Um homem calmo (...) conversa com ele, não é preocupado com nada ele, já viu? Dá gosto conversar. Ele não é preocupado, vai lá, tem o boizinho lá, tem o engenho ta, um homem calmo, viveu a vida como começou e ta ali ó. Né? Viveu! Não precisa muito dinheiro pra viver. Viveu! Gostoso a gente viver assim né? E hoje se vê que, sei lá, parece que tem que ter muito dinheiro, muito dinheiro, muito dinheiro, muito dinheiro, risos...(O Tradicional, 62 anos, pescador desde 17 anos).

Contudo, inserir e reconhecer o conhecimento ecológico tradicional como parte fundamental e constituinte dos processos em configuração na Costa Brava torna-se fundamental. Tais elementos auxiliam com propriedade no entendimento da crise do sistema pesqueiro com foco, e da mesma forma em seus sentidos mais amplos, incorporando os novos desenhos da zona costeira, com os fortes domínios da especulação imobiliária e do turismo de massa.

CAPÍTULO 3 – Ensaio à Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Zona Costeira

Para haver desenvolvimento, é necessário: que haja um movimento de busca, de criatividade, que tenha no ser mesmo que o faz, o seu ponto de decisão; e que esse movimento se dê não só no espaço, mas no tempo próprio do ser, do qual tenha consciência. Daí que, se todo desenvolvimento é transformação, nem toda transformação é desenvolvimento. Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido

A partir da descrição no capítulo anterior sobre a dinâmica socioecológica da eco-região da Costa Brava, proponho aqui identificar quais os aspectos dessa dinâmica, atuam como promotoras de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável. Assim, com o intuito de alimentar a discussão sobre cenários prospectivos, o desafio aqui consiste em delinear ‘futuros possíveis’ para área de estudo, a partir do que foi possível identificar junto aos atores locais. Desta forma, este capítulo, antes de tudo, oferece pistas, para avançar na análise da construção de estratégias de DTS, tendo como base a realidade da zona costeira.

O ponto de partida é o diagnóstico descritivo (Vieira, 2006) apresentado, que permitiu uma leitura atualizada das interações mantidas pelas comunidades pesqueiras, com o meio ambiente físico e construído, bem como as relações que marcaram as configurações das paisagens e das atividades tradicionais de uso dos recursos naturais dessa eco-região. Deste modo, para avançar no entendimento do que está acontecendo nessa região serão aqui apresentados, a partir do roteiro metodológico explicitado na Introdução, os fatores críticos encontrados no território, bem como os fatores favoráveis.

As pistas de aprofundamento indicam, de algum modo, ainda que não de maneira aprofundada, como o sistema atual poderia ser melhorado, tendo como base um cenário de pesca artesanal, com crescente turismo de massa, que reproduz o modelo de desenvolvimento embutido na zona costeira; podendo ser transformado/dinamizado a partir da estruturação de uma unidade de conservação de uso sustentável. Reconhecer o cenário de crise da zona costeira, a partir dos efeitos desastrosos da especulação imobiliária e do perfil de ocupação dos seus espaços, com a promoção de turismo gerador de altos impactos (Vieira, 2006) e resultando disso a exclusão das comunidades tradicionais/minorias, é também considerar os espaços de manobra existentes, embora pouco utilizados.

Esses espaços, aqui definidos como os obstáculos, limites e potencialidades da região, propõem a formulação de alternativas de *eficiência econômica*, a *governança territorial* e a *responsabilidade ecológica* (Andion, 2007; Vieira, 2006), inseridas num contexto maior da zona costeira.

Importante aqui mencionar que estou assumindo como unidade de análise empírica a região da Costa Brava. Tal aspecto, de algum modo, pode ser contraditório na concepção essencial do DTS, que avança de uma perspectiva *local* para a *territorial*. Ainda que as análises resultantes estejam refletidas num contexto maior – o da zona costeira – vale fazer algumas referências. Em relação a isso, Vieira (2006) menciona que:

a microrregião pode ser considerada como uma unidade de análise bastante favorável à experimentação com estratégias endógenas, centradas na busca de satisfação de necessidades básicas e sensíveis aos riscos de desvio ‘imediatista’ e ‘localista’ nas ações de planejamento. Pois se trata de um espaço-território considerado suficientemente restrito para a efetivação de diagnósticos socioambientais participativos, exprimindo aspirações e iniciativas locais, e ao mesmo tempo, em contraste com espaços distritais, urbanos ou com as bacias ou microbacias hidrográficas, suficientemente amplo para viabilizar estratégias melhor ajustadas à busca de soluções integradoras das dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioambiental pressupostas no conceito sistêmico de desenvolvimento (Vieira, 2006:266).

Ciente das críticas à visão ‘comunitarista’, conforme afirma Arocena (2004) *apud* Andion (2007), muitas vezes presentes nos estudos sobre o desenvolvimento local, faço alusão, que esta visão deveria ser substituída por uma concepção mais complexa, que tome distância tanto de leituras globalizantes, quanto reducionistas.

A análise do local impõe o desafio de manter ao mesmo tempo uma abertura total para o particular e uma capacidade de análise da inscrição universal no particular, sendo possível estudar um processo de acumulação local, enquanto realidade inteiramente singular, mas deve-se inserir nessa realidade certas singularidades estruturais. A focalização nas especificidades do local, não reduz a importância do estabelecimento de relações com o exterior. (Arocena, 2004 *apud* Andion, 2007:71).

Contudo, as diversas dimensões do DTS, a partir do seu aporte conceitual serão aqui consideradas, especialmente no que tange os seguintes aspectos: a) as iniciativas dos atores locais, valorizando os recursos naturais, o patrimônio cultural e arquitetônico e o

conhecimento local disponíveis na área, e levando em conta simultaneamente a lógica das necessidades básicas, a prudência ecológica e a governança local; e da mesma forma indicar que b) não apenas as iniciativas locais, ainda que bem sucedidas, são suficientes, exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as interações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política (Vieira e Cazella, 2004).

Uma leitura prospectiva, com a construção de cenários alternativos poderá ser, a seu tempo, construído de forma participativa junto aos atores e processos locais. Desta forma, ressalto ainda que a existência de um grupo multidisciplinar associado ao Projeto DTS na Zona Costeira/EPAGRI/UFSC que intui promover junto aos atores locais tais perspectivas, tendo como contexto maior o centro-norte catarinense. De qualquer modo, as ‘pistas’ aqui oferecidas são ponto de partida para o entendimento e identificação de ‘embriões’ de DTS, que podem, ou não, ser potencializados a partir de iniciativas e realidades promissoras, tendo como base as comunidades pesqueiras artesanais.

A existência de tal dinamização, pode ser potencializada, numa perspectiva a longo prazo, inserida num contexto mais amplo e pode ser o anseio para novos recortes de pesquisa, essencialmente construídos na perspectiva da pesquisa-ação. A fim de manter coerência com os princípios deste enfoque, que pressupõe a participação que conduz ao empoderamento, cabe, portanto ressaltar que a análise a seguir é um exercício acadêmico e não um exercício de gestão. Faço esta diferenciação, no sentido de explicitar que é necessária a construção de um ambiente coletivo favorável à construção da discussão a ser apresentada a seguir. Portanto, esta é uma reflexão em construção, que traz pistas para um debate mais propositivo e próativo no cenário da APA Costa Brava.

3.1. Os fatores favoráveis e obstáculos atuais no cenário atual da Costa Brava

Sinteticamente, irei aqui indicar os fatores favoráveis e principais obstáculos que compõe o cenário da Costa Brava, a partir das dimensões sistêmicas de análise do desenvolvimento. Essas dimensões serão apontadas de forma dialogada, sem ter a pretensão

de fazer afirmações em definitivo. Após essa discussão inicial, apresento uma matriz de combinação dos fatores analisados, indicando assim um ponto de partida para o estabelecimento de cenários, que ao seu tempo, poderão ser construídos com os espaços de gestão e desenvolvimento da região.

Fatores sociopolíticos

O principal fator sociopolítico existente na Costa Brava diz respeito à existência de dois sistemas de planejamento: o Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava, bem como o Conselho Gestor, ligados a unidade de conservação local. Tais sistemas, muito embora sejam recentes, podem constituir ao longo do processo, um espaço favorável para o empoderamento das comunidades, pensando sob a perspectiva de longo prazo o desenvolvimento local.

O ‘Movimento’, a partir da assessoria técnico-científica da universidade e a ampla adesão de lideranças comunitárias, configura-se num processo de ação coletiva, onde a criação de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável tem sido considerada. A realização de propostas educativo-formativas junto às comunidades, de forma a intervir proativamente no processo de implementação da APA pode redirecionar, propositivamente o desenvolvimento da região, a partir dos princípios normativos do ecodesenvolvimento, ainda que a questão ambiental seja muito marginalizada junto ao poder público municipal.

Da mesma forma, o Conselho da APA, a partir da forte intervenção da sociedade civil organizada, poderá ser um espaço não apenas de compartilhamento de poder entre governo e sociedade civil, mas acima de tudo, um espaço para pensar o desenvolvimento local e aprendizagem coletiva, este último um processo necessário para alcançar a resiliência de sistemas socioecológicos (Berkes, Colding, Folke, 2003; Ostrom, 2005). Os novos rumos construídos nos últimos anos em relação ao estabelecimento do Conselho, com a sociedade civil cada vez mais atuante na região, indicam possibilidades promissoras. A mediação do MPF e assessoria da universidade poderão dinamizar e, ao mesmo tempo, possibilitar a criação de mecanismos regulatórios eficientes, construídos de ‘baixo para cima’. Da mesma forma, a partir da efetivação da APA, regras e normas poderão ser construídas junto às

instituições locais, especialmente no que diz respeito à apropriação e gestão de recursos naturais, que hoje ficam reféns da generalidade dos regramentos federais.

A incorporação da questão ambiental na esfera pública municipal é mínima e pouco funcional. De algum modo, tais políticas, ou ausência delas, são respaldadas pelos programas estaduais, que como o GERCO ainda não saiu do papel. A política municipal de meio ambiente não está inserida numa discussão transversal junto às demais políticas do município, muito menos inserida, num contexto regional/estadual. Ainda mais marcante é a inexistência de qualquer intervenção governamental ligada à pesca, sendo sua única representação regional, além da FEPESC, a AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí) que possui um Plano Regional de Desenvolvimento da Agricultura, Aquicultura e Pesca. No entanto, não fica evidente sua existência real junto ao setor artesanal.

Neste sentido, ainda mais marcante nos últimos anos é a ineficiência do poder público em adotar mecanismos de descentralização do sistema político. O ‘encerramento’ arbitrário do Fórum da Agenda 21 municipal, a composição pouco legítima dos conselhos municipais, são alguns dos reflexos da postura autoritária adotada pelos diversos grupos governistas municipais. No entanto, o cenário governamental passa agora por transformações, uma vez que a oposição assumiu o poder, e da mesma forma, alguns movimentos da sociedade civil tem sido fortalecidos com a experiência adquirida nos últimos anos, especialmente pelo processo formativo do qual estão adotando. Uma combinação de fatores, que podem ao seu tempo trazer inovações institucionais, determinantes para pensar num novo estilo de desenvolvimento.

Por fim, há que se considerar a presença de inovações no sistema de ensino local. A presença durante os últimos quatro anos do projeto Comunidades Litorâneas, com uma proposta de educação ambiental comunitária, desenhou novos rumos a comunidade. A proposição em trazer a discussão da APA junto à comunidade local, criou novos contornos, que sem dúvida possibilitam rever os sistemas de gestão, passando necessariamente, por uma revisão nos atuais ‘moldes’ de participação. No entanto, essa revisão deve, contudo, considerar a presença avassaladora dos empresários de turismo que impõem dinâmicas próprias ao território, e muitas vezes ao poder público. Assim, só com a intervenção massiva do terceiro setor, por meio de redes socioeducativas que valorizem e empoderem o

conhecimento local será possível constituir um movimento regenerador de contracorrente às dinâmicas destrutivas existentes.

Fatores socioeconômicos e técnicos

A Costa Brava hoje está inserida em outros contextos de formação técnica. A nova geração tem buscado e criado demandas para aprimorar a formação profissional. A melhora no nível educacional (formal), ao passo que tem sido deflagrada da descontinuidade de algumas atividades tradicionais, tem possibilitado também um retorno, em médio e longo prazo à comunidade. A presença de uma unidade do Colégio Agrícola da Universidade Federal de Santa Catarina tem atraído as ‘novas gerações’, que ao seu tempo tem demonstrado interesse e afinidade aos cursos que de algum modo, refletem a proximidade da relação homem-natureza, constituintes da formação individual dessas gerações. Mesmo com as limitações da formação técnica de ensino médio e pós médio, alguns projetos tem sido desenvolvidos na região, com a perspectiva de romper, ou no mínimo questionar os padrões de desenvolvimento local.

Em relação ao nível de saúde/qualidade de vida da população, critério estabelecido pelo modelo, fica evidente junto à comunidade tradicional a relação que estabelecem de ‘qualidade de vida’ ao tempo antigo, ainda que este não esteja marcado por fortes retornos econômicos. Junto ao critério ‘qualidade de vida’, eles manifestam que as relações sociais são fundamentais nesta representação. Falas do tipo ‘querer aquele tempo antigo’, ‘ganhava pouco, mas era gostoso’, ‘ninguém para pra nada’, ‘mais seguro’, estão presentes no discurso da comunidade tradicional. E neste sentido, o distanciamento das gerações atuais de tais valores pode ser uma ameaça ao DTS.

O ambiente socioeconômico da Costa Brava é extremamente heterogêneo em relação às atividades produtivas que buscam a satisfação das necessidades básicas da população local, tomando como base os critérios do ecodesenvolvimento. Ao mesmo tempo em que existe núcleos pesqueiros que integram pesca-agricultura, praticam a produção do próprio alimento, possuem um certo grau de autonomia, laços de reciprocidade e a ‘alta capacidade de sorrir’, como relatam os pescadores - ‘felicidade é isso, uma alegria, quando dá bastante peixe’, ‘a

gente se sente *sorto* aqui no mar'; coexistem também processos que apesar da amplitude familiar e seu papel na dinamização socioeconômica comunitária, estão comprometidos do ponto de vista ecológico.

Na primeira situação, cabe destacar a pesca de cerco e o arrasto de praia associado às atividades agrícolas, gerida com a perspectiva da soma das dimensões socioeconômicas e ecológicas. Tal soma, se dá pelo baixo impacto ecológico da atividade sobre o ecossistema, com a alta seletividade dos aparelhos de pesca, pouca ou nenhuma fauna acompanhante, bem como pela certa 'passividade', sem a busca incessante pelo recurso. O uso do conhecimento ecológico sobre a tainha, por exemplo, conduziu a estratégias coletivas para promover a equidade ao acesso do recurso, e, portanto, privilegiando os objetivos sociais, em concordância a princípios de sustentabilidade.

A pesca do camarão, por sua vez, é marcada pela individualidade durante a captura, por um modelo tecnológico impactante, além de mecanismos de gestão em desacordo com o entendimento e conhecimento dos pescadores. Mesmo que a atividade esteja marcada pela forte presença das famílias, que de algum modo mantêm uma reciprocidade no espaço familiar e entre famílias, os aspectos econômicos e socioecológicos perdem mutuamente, uma vez que a inexistência de limitações no uso dos recursos, a competitividade via qualidade de preço, sem potencializar as especificidades da produção e do território condicionam a um cenário de exaustão.

Em relação à reciprocidade de alguma forma explícita nestes sistemas, importante tecer considerações. Sabourin (2008), numa releitura sobre a dádiva em Marcel Mauss, descreve que ela é um processo de vai e volta, independentemente de seu valor, e se explica na força presente da coisa dada (*a tainha*), numa dimensão espiritual (a conexão do pescador com o mar que entende a tainha como um presente de deus e, portanto, estimula 'o dar um peixinho pro pessoal que tá ajudando, né rapazi'). "Pois bem, a reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Não se pode estar inquieto do outro sem se preocupar com suas condições de existência. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir". (Sabourin, 2008:135). O autor ainda completa estabelecendo que a reciprocidade se diferencia da troca pois visa produzir valores afetivos ou éticos como a paz, a confiança, a amizade e a compreensão mútua.

O que os raros estudos sobre reciprocidade e sua vinculação ao tema do desenvolvimento tentam mostrar é que existe uma externalidade positiva quando a intensidade dos laços sociais de proximidade auxilia na promoção de sinergias locais entre os atores sociais (Radomsky e Schneider, 2007). Os autores ainda complementam:

As relações em rede e as formas de reciprocidade não são apenas importantes para entrar no mercado de trabalho via indicação, estas relações constituem maneiras de instituir os empreendimentos. É no trabalho coletivo, na associação com conhecidos ou parentes, que as pequenas empresas conseguem ser criadas e estabilizadas. Portanto, as relações de reciprocidade, que redundam em confiança, são importantes, pois um indivíduo sozinho talvez não se lançasse em novos empreendimentos — cujo risco é desperdiçar os esforços. A conclusão mais importante sobre este aspecto é que as relações de proximidade são fundamentais quando os capitais econômicos são escassos (Radomsky e Schneider, 2007:268).

Importante também considerar que a questão agrícola, ainda presente neste conjunto rural-urbano da Costa Brava, traz elementos em potencial. O reconhecimento das famílias vinculadas à produção de farinha a questões mais atuais, remete a uma certa ‘abertura’ desses núcleos a discussões mais amplas. A exigência dos selos de certificação, como também de uma assessoria empoderadora para auxiliar no processo de plantio da mandioca, completamente impedido pela legislação federal, seriam no mínimo esperançosos, para reverter o quadro de ‘abandono’ da atividade. Neste sentido, a intervenção de agentes ‘externos’, tais como EPAGRI, prefeitura e outras organizações deveriam coexistir, no sentido de um diálogo construtivo. A menção no plano diretor de tombar o engenho de farinha, sem que o proprietário conheça tal medida, pode direcionar a caminhos mais uma vez autoritários e descontextualizados de desenvolvimento. Vale ressaltar que tais instituições precisam ter um posicionamento e um projeto político para assumir outros estilos de desenvolvimento em seus projetos e atuações.

O baixo grau de associativismo e cooperativismo na região demonstra algumas fragilidades estruturais. Ainda que a colônia de pescadores esteja fortemente engajada em demandar e articular junto a SEAP políticas de crédito e financiamento que beneficiem o pescador, o retorno de tais políticas tem demonstrado que apenas o suporte de crédito isoladamente, não possibilita dinamizar a socioeconomia local. A ausência de um empreendedorismo coletivo, especialmente ligado ao maior núcleo pesqueiro da Costa Brava – a Barra impede uma reação propositiva em relação às políticas. O óleo subsidiado, apesar de

auxiliar de maneira significativa aos pescadores que conseguem investir no pagamento ‘imediato’ (sete dias para o pagamento) tem da mesma forma retraído à adesão de alguns. Com isso, fica aqui o questionamento, em quais etapas do sistema produtivo ainda existem fragilidades, ou que dinamização ainda precisa ocorrer para que o pescador ultrapasse essa relação de dependência, e ao mesmo tempo omissão da sua própria realidade?

Tais políticas, desenhadas, de certo modo como assistencialistas, uma vez que não exigem uma postura empreendedora e coletiva dos pescadores, torna difícil sua efetivação. Dissociadas de um programa continuado, desde a solicitação, até a implementação e monitoramento/avaliação, dificultam o atendimento das necessidades básicas desses grupos, no seu princípio mais amplo, o do ecodesenvolvimento. Sem dúvidas, a passagem de pescador/coletor/produtor para empreendedor exige suportes e auxílios diferenciados. Ainda que os núcleos pesqueiros estejam reagindo e inovando a partir das unidades familiares, bem configuradas em sua produção e beneficiamento do pescado, o certo isolamento entre esses núcleos pode ser um obstáculo a construção de novas estratégias de desenvolvimento.

No que diz respeito aos critérios de sustentabilidade, a política de subsídios da SEAP⁷³ não está vinculada a medidas de controle de esforço de pesca. A redução do custo do óleo ao seu tempo, em vez de diminuir o custo de produção, pode intensificar o tempo de arrasto, uma vez que na lógica de livre acesso, o subsídio acarreta, na prática, em maior esforço de pesca, do que auxiliar no valor final da produção já contabilizada.

Outro exemplo no tocante as políticas públicas da SEAP em apoio à pesca artesanal, refere-se ao Edital 02/2008 - Projeto Apoio a Pequenos Empreendimentos na Pesca Artesanal. A Colônia Z-7, assim como todas as demais Colônias do Brasil que participaram desse edital, tiveram suas propostas negadas, em função do estatuto jurídico dessas entidades. O edital não permitia que as entidades em seu estatuto, autorizassem o pagamento, ou prolabore dos membros da diretoria. Importa refletir que de um lado tal medida impossibilitou o acesso às políticas, e por outro, forçou a uma nova postura política da diretoria das colônias. Esta provocação, pensada ou não pela SEAP, direciona de alguma maneira estimular a probidade, e da mesma maneira romper com as redes clientelistas associadas a estes grupos, tão

⁷³ Embora não seja competência da SEAP fixar normas e padrões de uso para as espécies consideradas (Lei nº 10.683/2003), seria coerente que tais políticas de subsídios estivessem agregadas a medidas de controle do esforço a fim de manter a resiliência socioecológica do sistema pesqueiro do camarão-sete-barbas.

questionadas por agentes externos ou não, às comunidades. Questionamentos estes que muitas vezes levaram a formação de associações de pesca em muitos núcleos pesqueiros do estado (Filardi, 2007, Medeiros, no prelo) e no Brasil.

Importante mencionar que o contexto de “economização do mundo” (Leff, 2006), onde as várias dimensões da vida social são reduzidas à racionalidade de mercado, influencia sobremaneira os pescadores artesanais. Segundo Valencio (2006) o saber-fazer dos pescadores artesanais, não fica imune a tal processo, onde novas relações lhes são impostas a fim de que incorporem crescentemente novas formas de representação do mundo, de assimilação e acomodação de novas tecnologias e de associativismo. Ainda neste sentido, importante considerar, enquanto contexto, que as poucas iniciativas de associativismo no setor pesqueiro fracassaram, pois não conseguiram superar os desafios ligados a comercialização do pescado (Lago, 1968), sobretudo em mercados cada vez mais globalizados e competitivos (Diogo, 2007). Vale ainda salientar que as experiências mal sucedidas de cooperativismo no centro-norte, como em Porto Belo, Bombinhas, Navegantes remete a visões pessimistas dos pescadores em adotar tais mecanismos de organização. Falas como ‘esquece cooperativa’, ‘todas que fazem *fali*’, ‘não tem como unir os pescadores’, são recorrentes.

Balneário Camboriú, pode a partir da proximidade dos centros de comercialização, fracassar ou reagir. De certo modo, a existência das unidades familiares cumpre este papel, mas terá que ao seu tempo ser dinamizada. Tal dinamização pode ocorrer a partir de redes de cooperação, ainda que não formalizadas nos moldes de cooperativas. Circuitos em rede para dinamizar o sistema produtivo, com a incorporação de outros bens e serviços territoriais podem ser promissores, numa comunidade com potenciais culturais, ecológicos e territoriais.

Fatores socioculturais e socioecológicos

Os *fatores socioculturais e socioecológicos* serão tratados conjuntamente, uma vez que podem ser entendidos como potencial para a configuração de uma ‘cesta de bens’ e serviços territoriais.

O ponto de partida da discussão relacionada ao DTS é sua contribuição para constituir novas bases para a criação de sistemas de gestão costeira, sensíveis à busca da satisfação das

necessidades básicas das populações locais, sem recair numa postura ‘preservacionista’, mobilizando recursos subutilizados e/ou desconhecidos, a começar pelo enraizamento cultural das comunidades (Vieira e Cazella, 2004).

Apesar do cenário homogeneizante da zona costeira, marcado fortemente por políticas públicas que subestimam sua importância ecológica e histórico-cultural como potencial de desenvolvimento, é possível identificar focos de valorização da cultura local, desenhadas pela combinação dos açorianos e indígenas que ocuparam a costa catarinense.

A trajetória de desenvolvimento da Costa Brava indica a permanência de mecanismos de integração social, marcados fortemente por eventos típicos da cultura açoriana. A Barra e Taquaras mobilizam uma rede de ‘artistas’ locais, unidos por grupos constituídos do ‘terno de reis’ com o objetivo de valorizar a cultura local/territorial, e da mesma forma ser uma alternativa de emprego e renda as comunidades. A partir dos grupos de terno de reis, é possível presenciar a valorização das pessoas mais antigas da comunidade, que participam da ‘cantoria’ de maneira respeitosa e valorizada pelos demais membros da comunidade. A expressão dos que versam o terno de reis é antiga, uma vez que sempre tiveram um reconhecimento em outras cidades do estado. A continuidade da tradição, agora com a incorporação de outros elementos, como CDs, DVDs, etc., mantém essa tradição, sendo um importante fator de coesão social, configurando-se como um importante recurso territorial.

Quanto ao patrimônio cultural e arquitetônico existente na Costa Brava, este passa também por uma homogeneização elitista a partir da instalação de condomínios e outras estruturas ‘importadas’ da praia central. No entanto, a Costa Brava resguarda importantes elementos que remetem a ‘vila de pescador’, com os ranchos e canoas, que não só fisicamente coexistem com outras estruturas locais, como também simbolicamente carregam significados. Os engenhos em funcionamento, ou desativados, embora escondidos, aparecem, vez ou outra, subvalorizados, como peças do folclore da região. De qualquer modo, os recursos imateriais são cheio de significados.

A pesca da tainha celebra e reina durante três meses do ano junto a essas comunidades. Muito embora, alguns mencionem tal atividade como ‘apenas uma tradição, e não como profissão’, esta está cheia de significados e poderia mobilizar tanto quanto a temporada de verão mobiliza em menos de dois meses por ano na praia central, os recursos locais. Tal mobilização ainda poderia ser construída a partir dos princípios do ecodesenvolvimento,

muito mais do que o modelo adotado pelos municípios costeiros, que priorizam a pontualidade de bens e serviços.

Tais recursos conduziriam a construção de ativos, a partir da manifestação da identidade do território como um todo, valorizando suas especificidades. Uma nova roupagem no contexto da selva de pedras, de camelôs, e de propostas homogêneas e estereotipadas, e da mesma forma descontextualizadas da história local, poderiam catalisar estratégias de DTS, com base na identidade cultural. Além de tudo, a valorização identitária e a cultura local podem favorecer a cooperação e solidariedade no espaço-território (Flores, 2007), convidando a região a inventar um modelo próprio de adaptação/reconversão (Andion, 2007).

Essas estratégias poderiam estar configuradas em ‘produtos territorializados’, com identidade cultural. Alterando da mesma forma as dimensões produção-consumo que influenciam diretamente no potencial dos recursos naturais. Os produtos com identidade territorial, associados a programas de informação/educação, direcionariam outros públicos conscientes das dimensões que envolvem o processo de produção dos produtos adquiridos. No caso da pesca, apesar de todo potencial brasileiro para produção do pescado, seu consumo associado numa aproximação entre consumidor-produtor é ainda incipiente e não permanente.

Em relação às especificidades das potencialidades socioecológicas locais, além das já relacionadas acima, o cenário local é marcado pela intervenção de ONGs socioambientalistas que assumem a problemática socioambiental, exercendo um papel fundamental no combate aos processos de degradação na área. Tais ações são marcadas pela intervenção do MP, muito mais do que um processo de negociação com o poder público local, uma vez que estes têm sido vinculados a partidos políticos com pouca ou nenhuma diretriz socioambiental.

O potencial dos recursos naturais é alto, onde os níveis de degradação podem ser considerados baixos, especialmente se comparados com o contexto de ampla urbanização de todo o centro-norte catarinense. A presença de praias com características ainda preservadas, como Taquarinhas, que revelam alto valor paisagístico, demonstram que forças contrárias ao estabelecimento de um padrão desenvolvimentista na área, coexistem. Os níveis de degradação têm sido minimizados com a intervenção do MP e das ONGs locais, que promovem ações para superar essa tendência desenvolvimentista que vai de encontro à manutenção dos ecossistemas em potencial.

Sem dúvidas, uma grande lacuna é o entendimento das instituições governamentais que atuam na área, em adotar políticas que priorizem o desenvolvimento e ao mesmo tempo a conservação da natureza. Tal aspecto reside no dilema central que envolve a zona costeira. Tal transformação exige uma nova postura político-institucional dos diversos setores envolvidos, mas que ao mesmo tempo rompam com a visão setorial do desenvolvimento. A atuação, por exemplo, da agência de pesquisa/extensão do Estado (EPAGRI), pouco intervém neste sentido, limitando-se em reconhecer como potencial, apenas as unidades de maricultura.

Todavia, a construção de diretrizes de mudança a partir da perspectiva socioambiental tem ficado ao cargo dos padrões de comportamento das comunidades locais, da intervenção judicial do MP junto às ONGs; e mais recentemente, com a participação da universidade, atuando como promotora de tímidas mudanças, a partir dos legítimos, mas muitas vezes demorados projetos de pesquisa-ação.

A velocidade das mudanças sociais e ambientais tem sido rápida, exigindo a intervenção externa, tais como aquelas propostas pelo MP. Ainda que muitas vezes tais discussões fiquem restritas a esfera judicial, o comportamento dos procuradores tem sido no sentido de construir uma nova mentalidade junto às prefeituras e a comunidade local. As práticas de ilegalidade e desrespeito as normas ambientais, comuns em todo litoral, pode influenciar na formação de uma representação social de ilegalidade e desrespeito a legislação ambiental e ao patrimônio natural/cultural. Desta forma deve ser coibida, antes que restem poucas evidências desses elementos, tanto para um potencial de recurso, como para o bem estar das populações.

Ademais, a centralização das decisões públicas marca o cenário da região. No tocante ao grande volume de arrecadações da administração pública, esta destina estrategicamente tais recursos, a partir da cultura política centralizadora e autoritária, bem como das redes clientelísticas, sendo assim, indutoras de efeitos negativos no nível local/territorial.

A inércia da população local se dá pelo escasso espaço de participação, que são encarados a partir de hábitos herdados do passado, como inapropriados. Todavia, as estratégias socioeconômicas atendem a espaços e demandas externas, com uma postura tecno-burocrática e verticalizada, com excessiva especialização das atividades, relacionada fortemente ao setor turístico.

A partir da conjuntura apresentada anteriormente, sintetizo na Tabela X a combinação dos fatores favoráveis e obstáculos inerentes à região da Costa Brava.

Tabela X: Matriz de inventário de combinações de fatores favoráveis e principais obstáculos à promoção do desenvolvimento territorial sustentável a partir de elementos da região da Costa Brava, Balneário Camboriú (SC).

Dimensões	Visão Estática		Visão Prospectiva	
	Potencialidades	Fragilidades	Oportunidades	Ameaças
SOCIOPOLÍTICA	<p>Presença do Movimento de Moradores e Amigos da APA Costa Brava com a presença de entidades comunitárias, vinculadas a pesca, bem como lideranças locais.</p> <p>Organização da Colônia de Pesca que atua proativamente junto aos pescadores.</p> <p>Constituição de novas organizações não governamentais, assim como a importante presença do ministério público federal.</p>	<p>Diálogo ainda em construção entre representantes/participantes do ‘Movimento’ e a comunidade.</p> <p>Falta de clareza das funções das Associações comunitárias, com fortes vínculos partidários e com empresários locais.</p> <p>Ações da Colônia de Pesca personificadas na vontade individualizada de funcionários. Ao mesmo tempo o distanciamento dos pescadores da entidade.</p> <p>Modelo de governo centralizado que inviabiliza a participação popular e potencializa as relações clientelistas com o empresariado local. Ausência de movimentos sociais representativos.</p>	<p>Implementação da APA a partir da efetivação do Conselho Gestor e Plano de Manejo.</p> <p>Cenário político diferenciado, abrindo diálogo junto ao poder público. Além disso, potencial restaurador com a troca de experiências entre outras unidades de conservação no Estado, assim como a singular assessoria técnico científica da universidade e de ONGs.</p> <p>Desenvolvimento de projetos interinstitucionais, tais como o projeto DTS/Zona Costeira/EPAGRI/UFSC.</p>	<p>Tirantias locais (Ostrom, 2005), tanto por lideranças dominantes, como empresários.</p> <p>Aprovação do Código Florestal em Santa Catarina que abre oportunidade de impactos mais graves ao patrimônio natural.</p> <p>Continuidade do descompasso do conhecimento ecológico tradicional e as medidas de gestão.</p> <p>Desmobilização e cooptação da sociedade civil organizada, criando um ambiente favorável ao clientelismo público.</p>

Tabela X: continuação

<p>SOCIOECONÔMICOS</p>	<p>Unidades familiares de processamento do pescado, reconhecidas junto aos circuitos de comercialização local.</p> <p>Presença de reciprocidade que ainda marca algumas atividades produtivas locais.</p>	<p>Desvalorização do tradicional em detrimento dos produtos externos, sem discussão sobre a origem do produto. Dificuldade em efetivar ativos territoriais a partir dos recursos locais.</p>	<p>Possibilidade de geração de emprego e renda a partir dos recursos territoriais.</p> <p>Resignificação do rural/tradicional a partir da formalização do plano de gestão da APA.</p>	<p>Criação de padrões de consumos insustentáveis e estabelecimento de estilos desenvolvimentista, tais como os assumidos pela praia central e a zona costeira como um todo.</p>
<p>SOCIOCULTURAIS</p> <p>SOCIOECOLÓGICO</p>	<p>Recursos imateriais e materiais ligados especialmente a pesca da tainha e o terno-de-reis.</p> <p>Potencial paisagístico. Recursos locais ainda preservados.</p> <p>Existência de uma Área de Proteção Ambiental.</p> <p>Alto grau de conservação dos recursos terrestres, com potencial de atividades econômicas com viés ecológico/educativo.</p> <p>Existência da comunidade tradicional com forte memória social, que estão presentes tanto pelo conhecimento do comportamento dos recursos, como dos valores que permearam o uso dos recursos na região.</p>	<p>Exploração desenfreada dos recursos naturais a partir da ocupação irregular.</p> <p>Forte especulação imobiliária.</p> <p>Conflitos de uso entre comunidade tradicional outros moradores.</p> <p>Fiscalização ineficiente.</p> <p>Sobreexploração dos recursos pesqueiros, especialmente o camarão.</p> <p>Política de desenvolvimento com viés excessivamente economicista, desconsiderando as variáveis socioecológicas/culturais.</p>	<p>Efetivação da APA e constituição de um plano de gestão/desenvolvimento com base nos princípios do ecodeenvolvimento.</p> <p>Desenvolvimento de projetos de cunho socioecológicos por ONGs, Ministério Público Federal e universidades. Da mesma forma, presença de projetos como o DTS/Zona Costeira que dinamiza a realidade e os recursos ecológico-culturais da área.</p> <p>A sobreexploração do recurso pode ao mesmo tempo motivar a formação de outros arranjos como resposta adaptativa à crise (Gunderson e Holling, 2002).</p>	<p>APA tornar-se excessivamente preservacionaísta e não considerar o potencial das comunidades tradicionais.</p> <p>A falta de organização dos pescadores e a continuidade das falhas nos sistemas de gestão, podem levar ao colapso da pesca do camarão, e por consequência das unidades familiares que dinamizam a socioeconomia local.</p>

3.2. A APA como processo, um processo de educação

Em se tratando de DTS, pode-se aqui reforçar que os principais elementos que o constituem, estão desenhados entre outros elementos, na participação social, na descentralização de poder, na coesão social, na relação de conhecimentos, nas redes de cooperação (capital social), nos contornos territoriais, num outro estilo de desenvolvimento. Todavia, há que considerar os problemas metodológicos envolvidos no processo de elaboração de estratégias de DTS - do *conceito a ação*, não podendo estar dissociadas do *empoderamento* e da *transformação* dos seres sociais.

A partir dos sinais de esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no país emergem questões prioritárias que podem ser, com êxito, contrabalanceadas a partir do estabelecimento de *fóruns, estruturas, espaços regionais/locais de planejamento*, que sejam ao mesmo tempo *integrados e participativos* (Tonneau e Vieira, 2006). No entanto, um ponto central recai em como criar um ambiente de empoderamento em tais espaços, muitas vezes centralizadores e com perspectivas limitadas, em se tratando de uma visão em longo prazo.

No que diz respeito ao estabelecimento desses *espaços*, a APA Costa Brava, como um novo cenário institucional, pode, ou não ter em seu processo de implementação, uma real capacidade de empoderamento e efetivação prática da essencialidade de criação desses espaços de *compartilhamento*. Desta forma, quero aqui apresentar algumas ponderações, determinantes a serem considerados na construção de um arranjo institucional que promova um melhor sistema de governança, e que possa de fato assumir a perspectiva de uma gestão integrada e participativa.

Para tanto, vale considerar, como ressaltam Tonneau e Vieira (2006:317), que o êxito de um projeto de DTS depende de três fatores básicos: a) interesse real dos atores locais na modificação efetiva de suas práticas convencionais; b) do nível de sinergia *bottom-up* que eles alcançarem e; c) da efetividade das políticas públicas indutoras de inovações técnicas. Ainda, é possível acrescentar a partir das considerações desses autores, que o DTS deve ser visto

como um processo de *empoderamento*⁷⁴ e *articulação*, e que a construção de tal processo remete ao fato de que este não pode ser decretado, e sim construído.

Essa noção designa um processo simultâneo de educação política e de mobilização social, da capacitação profissional, da democratização das informações e sistematização das experiências, da interação solidária e da capacidade de resolução não-violenta de conflitos (Tonneau e Vieira, 2006:319).

Neste sentido, o empoderamento favorece a endogeneidade, que proporciona novas configurações institucionais baseadas em laços de confiança e solidariedade, ao invés de uma preocupação obsessiva pela promoção do crescimento econômico a qualquer custo. A partir de abordagens didático-pedagógicas centradas na noção de empoderamento, a prioridade recai na geração de massa crítica e de criação de competências para intervenções sinérgicas e duradouras no cenário de desenvolvimento territorial (Tonneau e Vieira, 2006).

De tal modo, a emancipação traz em si a questão do empoderamento. Criar um ambiente de empoderamento envolve diversas dimensões, desde a construção de políticas que ao mesmo tempo alterem e incluam grupos sociais, num processo de construção socioambiental, como também uma cultura e desenho institucional que valorize a participação ativa desses atores (Bracagioli, 2007).

Neste sentido, de acordo com as proposições de Sherer-Warren (2007) a *educação* poderá ser um agente efetivo de transformação social, na medida em que contemple a construção de conhecimento do ‘outro’, do diferente, do desigual e promova caminhos para uma política de reconhecimento social e cultural. Portanto, promover a aprendizagem coletiva passa a ser um dos pilares fundamentais da concepção de novos arranjos institucionais (Armitage, Berkes e Doubleday, 2007), entre eles, as unidades de conservação. A partir deste processo, é possível alimentar a transição de uma sociedade alienada, para uma sociedade *autônoma* (Galtung, 1977).

Neste sentido, o termo *self-reliance*, presente enquanto princípio do ecodesenvolvimento, apesar de difícil tradução, remete à autonomia. Galtung (1977:21), ao

⁷⁴ Cumpre salientar o significado especial dado para a palavra empoderamento por Paulo Freire (1986), não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, mas sim internamente, pela conquista. Da mesma forma, remete ao fato de que a liberdade se adquire pela conquista, e não como um presente.

definir esse conceito, alerta para a natureza aberta de sua definição, possuindo certo núcleo conceitual, mas livre para dar conotações mais precisas. Para o autor a autonomia pressupõe auto-confiança e dignidade – “a fé nos próprios valores e culturas, auto-suficiência – a ausência de medo – “atitude e uma estrutura de defesa contra as forças coercitivas”. Ainda, designa um “padrão de regeneração pelos próprios esforços, de combater a dominação começando por confiar em si próprio”, colocando o *self* individual e o coletivo num mesmo patamar de igualdade.

O autor enfatiza dois princípios práticos do conceito de autonomia: participação e solidariedade. Aponta para uma direção onde “a sociedade é organizada de tal forma que a massa chega auto-realizada a partir da autonomia – na participação com os outros na mesma situação. Ainda arrisca em propor hipóteses para situações promovidas na existência autonomia, tais como, a) mudança das prioridades em direção à produção para as necessidades básicas daqueles que mais precisam; b) a participação da massa é garantida; c) os fatores locais são usados mais apropriadamente; d) a criatividade é estimulada; e) haverá mais compatibilidade com as condições locais; f) haverá maior diversidade de modelos de desenvolvimento; g) haverá menos alienação; h) equilíbrio ecológico será mais facilmente atingido; i) externalidades positivas são internalizadas ou compartilhadas com os vizinhos do mesmo nível; j) solidariedade com outros no mesmo nível ganha bases mais sólidas; l) aumenta a habilidade de eliminar a manipulação por causa de dependências comerciais; m) aumenta a capacidade de defesa militar do país; n) a relação centro-periferia assume uma relação mais igualitária.

Sem cair em excessos e assumir as unidades de conservação como uma panacéia para todos os problemas locais, vale aqui ressaltar que em se tratando da construção de territórios sustentáveis, a sua legítima implementação pode ser determinante para a construção de novos rumos para região. Embora o processo de criação da APA tenha sido inicialmente construído de forma exógena, pode ao seu tempo, ter o seu “desenho” legitimado pela população local, que dela se apropria e nela se reconhece. Este processo de ‘apropriação’ dos espaços institucionais, precede uma mobilização e um amplo processo educativo, para que a valorização dos conhecimentos tradicionais seja na mesma medida um potencial restaurador da identidade dessas comunidades.

Uma reação propositiva à trajetória construída na praia central, baseada em princípios, como do ecodesenvolvimento, pode ser construída a partir de um comportamento crítico que não reproduz práticas de degradação e ao mesmo tempo explorem com mais lucidez a viabilidade de alternativas ‘não miméticas’(Sachs, 2007).

E este sem dúvida pode ser o papel a ser desempenhado pela Área de Proteção Ambiental. Mas para isso, há que se considerar que essencialmente, promover o *empoderamento* e *autonomia*, exige também inovação na abordagem metodológica de educação e da criação desses espaços de gestão. Neste sentido, o papel das universidades, de ONGs com direcionamento socioeducativo, e os demais atores ligados, mas talvez ainda invisíveis neste processo, precisam ser fortalecidos e significados para o papel fundamental que devem exercer enquanto mediadores/animadores deste processo compartilhado.

A valorização dos conhecimentos tradicionais, o aprendizado constituído a partir de uma reintegração dos conjuntos de regras informais já exercidos pelas comunidades, recuperando o cenário diverso de atividades já desenvolvidas nessa região, pode com êxito, construir a valorização do território.

No entanto, importante mencionar que simplesmente recomendar que os recursos costeiros sejam tratados como recursos de propriedade comum e que instituições são estabelecidas para integrar todas as visões dos *stakeholders* não é suficiente. Questões como *poder*, *consenso*, *natureza trans-escalar das instituições* e limitações da *aplicação de um projeto de participação ou gestão integrada* precisam ser considerados (Bronw, Tompkins e Adegger, 2002).

A gestão participativa da zona costeira reflete amplas mudanças políticas e sociais. Esses novos arranjos institucionais devem estender oportunidades para cidadãos e usuários dos recursos tornarem-se envolvidos em questões que diretamente afetam seu bem-estar, seu sentimento de lugar e sua apropriação do futuro (Bronw, Tompkins e Adegger, 2002). Neste sentido, desconsiderar a existência das comunidades tradicionais no cenário atual seria desconsiderar a história local e retornar aos tradicionais modelos de gestão instituídos na zona costeira, que em nada encorajam mudanças políticas e sociais, nem tão pouco empoderam os grupos sociais, na maioria das vezes os excluindo.

Por fim, o dilema ‘conservação e desenvolvimento’ pode de algum modo ser dirimido, a partir do estabelecimento de essencialidades (Bronw, Tompkins e Adegger, 2002) que se

constituem num novo e atual desafio para Costa Brava. Estabelecer a confiança como pré-requisito nos processos de tomada de decisão, assim como o estabelecimento de um processo transparente, com informação e formação junto aos diversos *stakeholders* são passos iniciais para essa construção. Ainda mais, considerar as diversas formas de conhecimento compartilhadas e legitimizadas – o conhecimento científico, os tradicionais, as diferentes visões de mundo e valores - como potenciais para construir novas unidades, na diversidade e complexidade que envolve a zona costeira. E por fim, e não menos importante, a sensibilidade para a dinâmica dos ecossistemas, reconhecendo a necessidade de uma maior conscientização e informação das instituições podendo ser usadas para promover a resiliência institucional e ecossistêmica.

Contudo, ainda há que se considerar que estas lições estarão imersas num cenário de incertezas e surpresas, tão catalisadoras de adaptações. Sabendo que qualquer que seja a *ação* empreendida, esta começa a escapar de suas intenções, entrando num universo de interações, onde é o meio ambiente que se apossa dela, e muitas vezes podem contrariar a intenção inicial. E é isto que estabelece *novos ciclos adaptativos*, que realçam o aprendizado institucional e o entendimento para a resiliência na conexão dos sistemas socioecológicos em qualquer sociedade (Morin, 2003, Gunderson e Holling, 2002).

...agora, só que tem uma coisa. O Mar 'qué' ficará ruim...já tem que tira tudo, porque devora, rasga, 'rebenta'. Olha...as vezes a gente arruma 'dereitinho', quando tira que dá um toró, deixa tudo numa paçoca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo foi possível identificar elementos importantes da trajetória de desenvolvimento do litoral centro-norte catarinense que potencializaram o cenário de descaracterização sociocultural e ecológica atual, intensificando a invisibilidade das comunidades tradicionais. Da mesma forma, a identificação de elementos em potencial das relações estabelecidas entre comunidade e, entre elas e o meio clarificou o entendimento sobre os processos de recriação individual e coletiva desempenhadas por estas comunidades. Ainda, com a recuperação da trajetória e com isso, a identificação de especificidades do território foi possível identificar as atividades desempenhadas pelas comunidades tradicionais e como estas podem ser potencializadas no processo de desenvolvimento da região, a partir da gestão integrada deste território, desenhadas a partir do ‘sistema de gestão APA Costa Brava’.

Importa referir nestas considerações finais que assumir a abordagem interdisciplinar proposta pelos *commons* foi um grande desafio, além de um grande exercício acadêmico. No entanto, tal abordagem permitiu que este exercício fosse vivenciado e experienciado numa relação de proximidade muito forte com as comunidades, o que tornou a pesquisa cheia de significados e possibilidades. As escassas pesquisas desenvolvidas na região da Costa Brava, especialmente com uma abordagem integrada e participativa, possibilitaram desenhar caminhos próprios e criativos, descrevendo, diagnosticando, analisando e de alguma maneira propondo.

Além de tudo, a fase da qual se encontra a região atualmente é estimuladora. Tanto para contextos de pesquisas, como para uma militância e intervenção cidadã na sociedade, aspectos estes que nunca considerei separadamente enquanto profissional. Deste modo, a abordagem sistêmica auxiliou, confortou, significou e direcionou para um entendimento, ainda que não em definitivo, da realidade local.

Esta pesquisa cumpre no seu tempo histórico um papel importante. Ao mesmo tempo em que sistematizou as diferentes dimensões e relações coexistentes entre atores e o sistema natural, possibilita novas agregações, considerações e tomara, que contestações. O caráter

ainda que excessivamente descritivo, foi necessário, como um primeiro panorama da área, podendo em seu tempo possibilitar novas análises e pesquisas comparativas.

No entanto, não só o caráter descritivo marcou este trabalho. O registro da vida das comunidades da Costa Brava cumpriu um papel importante, enquanto marco na trajetória de desenvolvimento, em constante construção. Se a opção pelo modelo desenvolvimentista excluiu, ou arriscaria dizer, quase totalmente as comunidades tradicionais que viviam nessa porção do litoral, quero crer que não só de registros as comunidades da Costa Brava serão lembradas, mas, sobretudo, pela intervenção, reflexão e ação em que atuaram e atuarão. Creio ser esta uma das lacunas a serem preenchidas daqui em diante: manter o processo, o vínculo empoderador e educativo que pode transformar e direcionar a outros rumos a participação dessas comunidades junto aos espaços de gestão.

Outro ponto a considerar está relacionado às dimensões da pesca aqui tratadas. Com a proposta de tentar ir além das descrições das estratégias de pesca ou da discussão sobre a situação dos estoques pesqueiros, já amplamente discutidos nas bibliografias existentes, o desafio foi trazê-la sob o enfoque do DTS. Desafio marcante, uma vez que as bibliografias sobre este enfoque estão em grande parte, se não, na totalidade, configuradas para o meio rural, ou na perspectiva de ‘distritos industriais’. Vale dizer, que construir contornos específicos para a realidade da zona costeira foram aqui também ensaiados e podem, criativamente serem contestados e reapropriados.

Muitas outras lacunas ainda existem e ficam aqui como proposições. A configuração, ou mesmo o entendimento das limitações e possibilidade de construir um *sistema produtivo local integrado* com os diversos elementos em potencial na zona costeira, a partir da realidade do centro-norte catarinense são um deles. Considerar a valorização da identidade cultural das comunidades, o potencial de recursos naturais, transformados em ativos específicos, uma remodelagem criativa do turismo que não massifique, nem segregue as comunidades tradicionais, são um desafio posto.

A ‘recriação criativa’ das comunidades tradicionais da Costa Brava como reação ao modelo desenvolvimentista, socialmente excludente e ecologicamente predativo presente na zona costeira do centro-norte catarinense podem agora ser inseridas de maneira fortalecida no contexto da APA, e ainda mais, um compromisso. O monitoramento deste processo, especialmente no que tange a participação dessas comunidades, tanto pela estruturação do

plano de desenvolvimento/gestão da APA, como pelas ações empreendidas pelo Conselho Gestor instituído, deverão ser inseridos num contexto de pesquisa, configuradas na ação de grupos de pesquisadores articulados com as comunidades.

O processo está em construção! E que este diagnóstico sirva para alimentar processos... 'que sua presença se vá tornando convivência, que seu estar no contexto vá virando estar com ele, é o saber do futuro como problema e não como inexorabilidade. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. [...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. [...] Constato não para me adaptar mas para mudar.'(Freire, 2000:85).

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M. y NIEMAN, G. (orgs.) Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios. 1a ed. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS, 2006. p.51-71.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Lima; MORELLI, Gustavo. (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégias de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-64.

ALMEIDA, A.W.B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. Somanlu, ano 4, n.1, jan/jun.2004. p.9-28.

ANDERIES, J.M; JANSSEN, M.A.; OSTROM, E. A framework to analyze the robustness fo social-ecological systems from a institutional perspective. Ecology and Society. v. 9, n. 1: 18. Disponível em: www.ecologyandsociety.org/vol9/iss1/art18. 2004.

ANDION, C. Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGREGO. 2007. 427f. Tese de Doutorado Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado Sociedade e Meio Ambiente, UFSC, Florianópolis, 2007.

AMBINAT – Consultoria e Assessoria Ambiental – Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Balneário Camboriú, 1997.

AMPTA. Associação de Moradores Praia de Taquaras. Levantamento disponível no Arquivo Histórico de Balneário Camboriú. 2001.

ARAUJO,G.P. Trajetória do Turismo no Litoral Centro-Sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável. 2008. 134f. Dissertação de Mestrado Agroecossistemas, UFSC. Florianópolis, 2008.

ARMITAGE, D.; BERKES, F. e DOUBLEDAY, N. Adaptive Co-management: Collaboration, Learning, and Multi-Level Governance. Editora UBC Press, 2007.

- BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciência*, 18 (3): 121-132. 1993.
- BERKES, F. **Sacred Ecology**. Traditional Ecological Knowledge and Resource Management. Taylor e Francis: Philadelphia and London. 1999.
- BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED. 2005, 45-72p.
- BERKES, F. Conexões Institucionais Transescalares. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED. 2005b, 293-331p.
- BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C.; **Navigating social-ecological systems**: building resilience for complexity and change. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2003.
- BERKES, F. FEENY, D.; MCCAY, B.J.; ACHESON, J.M. The benefit of the commons. *Ambio*. 340: 91-93. 1989.
- BERKES, F. e FOLKE, C. Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge (UK): Cambridge University Press. 1998.
- BERKES, F.; MAHON, R.; McCONNERY, P.; POLLNAC, R.; POMEROY, R. **Managing small-scale fisheries**. Alternative directions and methods. Ottawa: International development research centre. 2001.
- BERTALANFFY, L. **Teoria geral dos sistemas**. 2ª Ed. Vozes/MEC. 1977.
- BROWN, A.C. e McLACHLAN, A. **Ecology of and shores**. Elsevier: Amsterdam. 1990.
- BROWN, K.; TOMPKINS, E.L. ADEGER, W.N. **Making Waves**: Integrating Coastal Conservation and Development. Earthscan. 2a edição, 2002.
- DIOGO, H.R.L. O cooperativismo no setor da maricultura: estudo de caso da cooperativa de Canto Grande (Coopermac), Bombinhas (SC). In: Costa, A.L. (org.) Nas redes da pesca artesanal. Brasília: IBAMA, 2007. p.155-181.
- CARLSSON L. e BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environmental Management*, 75: 65-76, 2005.

- CARRIERE, J-P. e CAZELA, A.A. Abordagem Introdutória ao conceito de Desenvolvimento Territorial. EISFORIA, Florianópolis, v.4, n.especial, p.23-47, dez.2006.
- CAZELLA, A.A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. EISFORIA, Florianópolis, v.4, n.especial, p.225-247, dez.2006.
- CORRÊA, I. B. História de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú. Ed. do Autor, 1985. 138p.
- COURLET, C. Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo. **Eisforia** 4(4): 49-79, 2006
- CROZIER, M. e FRIEDBERG, E. **El actor y el sistema**. Alianza Editorial Mexicana: Mexico. 1990.
- CUNHA, L.H.O. Ordens e desordens socioambientais saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. 2007. 215f. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba, 2007.
- DANSEREAU. P. A ética ecológica e a educação para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, P.F. e RIBEIRO, M.A. **Ecologia humana, ética e educação**: a mensagem de Pierre Dansereau. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: Aped. 1999.
- DIAS NETO, J. e MARRUL FILHO, S. Síntese da situação da pesca extrativista marinha no Brasil. Brasília: IBAMA, 2003.
- DIEGUES, A.C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática. 1983.
- DIEGUES, A.C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. 2a Ed. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 225p.
- DIEGUES, A.C. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004. 315p.
- DIETZ, T.; OSTROM, E.; STERN, P.C. The struggle to govern the commons. *Science* 302: 1907-12. 2003.
- FAO. Review of the state of world marine fishery resources. FAO FISHERIES TECHNICAL PAPER 457. Rome: FAO. 2005. 244p.
- FARIA, H.H. e PIRES, A.S. Atualidades na gestão de unidades de conservação. IN: ORTH, D. e DEBETIR, E. (orgs). **Unidades de Conservação**. Gestão e Conflitos. Florianópolis: Insular, 2007, 11-41p.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHESON, J. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: Diegues, A.C. e Moreira, A.C.C. (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001. 17-42.

FERREIRA, B.P.; MAIDA, M. MESSIAS, L.T. Os conselhos municipais de meio ambiente como instrumento de gestão integrada: a experiência na Área de Proteção Ambiental Costa de Corais (AL/PE). In: Prates, A.P. e Blanc, D. (orgs.). **Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira**. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4. Brasília: MMA/SBF, 2007, p.51-63.

FILARDI, A.C.L. Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC): potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. 2007. 257f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2007.

FLORES, M. Da solidariedade social ao individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha. 2007. 311f. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2007.

FOLADORI, G. Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones sociales. Ambiente e Sociedade. Ano II. Nº 5. Nepam. Unicamp. 1999.

FOPPA, C.C. Avaliação da Contaminação do Recurso Hídrico Subterrâneo da Praia de Taquaras, Balneário Camboriú/SC, dentro de seu contexto sócio-ambiental. 2003. 82f. Monografia de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Biológicas – ênfase em Biotecnologia, UNIVALI, Itajaí, 2003.

FOPPA, C. C. A Ação do Projeto Comunidades Litorâneas na Formação em Educação Ambiental nas Escolas-pólo dos Estados do Paraná e Santa Catarina In: V Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental - SBEA, 2006, Curitiba. V Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental.

FOPPA, C. C., Kuroshima, N.K., Medeiros, R.P. Avaliação da Qualidade da Água Subterrânea e Mobilização Social: em Busca da Gestão Participativa do uso da Água (Praia de Taquaras, Balneário Camboriú/SC) In: XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 2004, Cuiabá. XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas. , 2004. p.23 - 26

FOPPA, C. C., Medeiros, R.P., MATAREZI, J. A Ação do Projeto Comunidades Litorâneas na Formação em Educação Ambiental nas Escolas-pólo dos Estados do Paraná e Santa Catarina In: V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, 2006a. **CD-ROM**.

FOPPA, C. C., Weiler, J., Santos, L.E.G. A ação do projeto comunidades litorâneas na formação em educação ambiental nas escolas-pólo dos estados do Paraná e Santa Catarina In:

3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2006b, Florianópolis. **3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**.CD-ROM.

FOPPA, C. C., Kuroshima, N.K., Medeiros, R.P. Em Busca da Gestão Comunitária do Uso da Água: A Experiência do Sistema Zona de Raízes na Praia de Taquaras, Balneário Camboriú (Sc) In: V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, 2006c. **CD_ROM**.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

GALLANO,C.; CURI. M.; MOTOMURA,O. Manifiesto por la vida: por una etica para la sustentabilidad. Agroecol. e desenv. Rur.sustent. 3 (3): 17-28. 2002.

GALTUNG, J. Self-reliance: concpets, practice ans rationale. In: GALTUNG, J.; O'BRIEN, P.; PREISWERK, R. **Self-reliance**: a strategy for development. Institute for Development Studies. Geneva: Bogle-L'oeuvre Publications. 1977

GAMBA, M.R.; M.A. BAILON e P.C. CONOLLY. Catálogo das artes de pesca artesanal do Estado de Santa Catarina. Itajaí, Cepsul-IBAMA.1993.119p.

GARCIA, R. Interdisciplinarietà y sistemas complejos. In: E. Leff (org) Ciências sociales y formación ambiental. Barcelona: Gedisa, p. 85-124. 1994.

GODBOUT, J.T. (Caillé, A. – colaborador). **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999. 272p.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. In: Cunha, S.B. e Guerra, A.J.T. A questão Ambiental: diferentes abordagens. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, 2007. 81-105p.

GUNDERSON, L.H; HOLLING,C.S. (eds.) **Panarchy**. Understanding transformations in human and natural sytems. Washington: Island Press. 2002.

GUNDERSON, L.H; HOLLING,C.S.; LIGHT,S.S. (Eds.). **Barriers and bridges to the renewal of ecosystems and institutions**. New York: Columbia University Press. 1995.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARDIN, G. 1968. The tragedy of the commons. Science 162: 1243-1248.

HELENA, R. História oral e micro-história: aproximações, limites e possibilidades. IV Encontro Regional Sul de História Oral – Anais Eletrônicos – nº1/2007. Disponível em www.cfh.ufsc.br/abho4sul/anais.htm

HERING-RINNERT, C.; SEVEGNANI, L. Composição Florística da Restinga de Taquarinhas (Balneário Camboriú/SC). In: 53º Congresso Nacional de Botânica, 2002, Recife. Anais do 53º Congresso Nacional de Botânica, 2002.

HOLLING, C.S. Foreword: the backloop to sustainability. In: Berkes, F.; Colding, J. e Folke, C. (Eds.) **Navigating social-ecological systems**. Building resilience for complexity and change. Cambridge: Cambridge University Press, p.xv-xxi. 2003.

HOLLING, C.S., BERKES, F. e FOLKE, C. 1998. Science, sustainability and resource management. In: Fikret Berkes e Carl Folke. **Linking Social and Ecological Systems: management practices and Social Mechanisms for building resilience**. Cambridge University Press, p. 342-361.

IBGE. Censo Estatístico 2008. Disponível em www.ibge.gov.br

ICLARM. Analysis of co-management arrangements in fisheries and related coastal resources: a research framework. Coastal Resources Co-Management Research Project: International Centre for Living Aquatic Resource Management (Iclarm)/Institute of Fisheries Management and Coastal Community Development (IFM), Philipines. 1998.

JENTOFT, S. Co-managing the coastal zone: is the task too complex. *Ocean e Coastal Management* 43: 527-535. 2000a.

JENTOFT, S. The community: a missing link of "fisheries management. *Marine Policy* 24:53-59. 2000b.

JUNGES, J.R. **Ética Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Unisinos. 2004

KALIKOSKI, D. e LAVKULICH, L. An Analytical Framework for the Analysis of Co-Management Arrangement for Conservation of Coastal Resources: The Forum of the Estuary of the Patos Lagoon in Southern Brazil, p.403-426. In: VIEIRA, P.F. (org.). **Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em Zonas Costeiras: enfoques e experiências na América Latina e no Caribe**. APED Ed. Florianópolis, 527 p. 2003.

KALIKOSKI, D. e SILVA, P.P. Avanços e desafios na implementação de gestão compartilhada no Brasil: lições comparativas do Fórum da Lagoa dos Patos (RS) e da Resex Marinha de Arraial do Cabo (RJ). In: COSTA, A.L. (org.) *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA, 2007. p.115-154.

KUROSHIMA, N.K., TEIXEIRA, T., YAMAMOTO, N., BERGO, N., FOPPA, C. C. Implantação e avaliação da eficiência do sistema zona de raízes implantadas na escola Municipal de Taquaras (Balneário Camboriú - SC) para tratamento de esgoto In: Seminário Nacional de Promoção da Saúde. **Experiências em Promoção da Saúde**, 2006. v.1. p.153 – 156.

LAGO, P.F. Contribuição geográfica ao estudo da pesca em Santa Catarina. Separata de: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 1: 121-215, jan-mar 1961.

LAGO, P.F. Gente da Terra Catarinense. Desenvolvimento e Educação Ambiental. Florianópolis: Ed. Da UFSC/FCC Edições/Ed. Lunardelli/UEDESC, 1988, 352p.

LEFF, E. Epistemologia Ambiental. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINS, H.N.; NICOLAU, J.A.; CAMPOS, R.R.; CÁRIO, S.A.R.; BARBOSA, C.R.F. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: VIEIRA, P.F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. APED Editora/Florianópolis, 2002. p. 209-261.

MEDEIROS, R. P. Análise de nichos ecológicos da pesca de emalhe na praia da Canoa (Barra Velha, Santa Catarina). Monografia de conclusão de curso em Oceanografia, Universidade do Vale do Itajaí: Itajaí, 1997, 88p.

MEDEIROS, R. P. Co-Gestão adaptativa de sistemas pesqueiros: a experiência do Projeto Pesca Responsável na Baía de Tijucas (Santa Catarina). Tese de Doutorado Programa de Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, no prelo.

MEDEIROS, R.P. Estratégias de pesca e usos dos recursos em uma comunidade de pescadores artesanais da Praia do Pântano do Sul (Florianópolis, Santa Catarina). 2001. 110f. Dissertação de Mestrado em Ecologia, UNICAMP, Campinas, 2002.

MEDEIROS, R. P. Regimes de Apropriação Temporários: O Caso da Pesca da Tainha da Praia Pântano do Sul (FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA). In: I Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul: Aspectos Humanos da Biodiversidade, 2003, Florianópolis. Anais do I Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia da Região Sul. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, 15 p.

MEDEIROS, R.P. Análise do quadro legal e institucional da pesca e da gestão ambiental no Brasil: subsídios ao licenciamento ambiental da pesca. Relatório Técnico. Brasília: MMA/DBFlo. Projeto PNUD BRA/00/021. Contrato PNUD 2008/001333. 2009. 85p.

MINAYO, M.C.S. O desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 7 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 9ª Ed. Bertrand Brasil. 2005.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: Castro , G. Carvalho, E. De A. Almeida, M.C. Ensaio de complexidade. Sulina, Porto Alegre, 15-24. 1997.

MÜHLBACH , R. Plantar, pescar... cozinhar e comer: estudando o sabor local. 2004. 145f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis, 2004.

MUSSOI, E. M. Segurança alimentar, agricultura familiar e extensão rural. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 18-21, Nov 2003.

OAKERSON, R.J. Analyzing the Commons: A Framework. In: Bromley, D.W. **Making the Commons Work**. Theory, Practice and Policy. Press, San Francisco, California, 1992, p. 41-59.

ONU, 1972. Development and environment. Report and working papers of a panel of experts. Founex: Mouton.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institution for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Institutional analysis, Design Principles and Threats to sustainable Community Governance and Management of Commons, p.34-50. In: Pomeroy (ed.) **Community management and common property of coastal fisheries in Asia and the Pacific**: concepts, methods and experiences. ICLARM conf. Proc. 45, 189p. 1994.

OSTROM, E., DIETZ, T., DOLSAK, N., STERN, P. C., STONICH, S. e WEBER, E. U. (eds.). **The drama of the commons**. Washington, National Academy Press. 2002.

PANAYOTOU, T., 1983. Conceptos de ordenación para las pesquerías en pequeña escala: aspectos economicos y sociales. FAO, Doc.Téc.Pesca, (228):60 p. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/003/X6844S/X6844S00.HTM#Toc>

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia** 4(4): 135-153, 2006

PIDO, M. D.; POMEROY, R. S.; GARCES, L. R.; CARLOS, M.B. **A Rapid Appraisal Approach to Evaluation of Community-Level Fisheries Management Systems**: Framework and Field Application at Selected Coastal Fishing Villages in the Philippines and Indonesia. *Coastal Management*, 25: 183-207, 1997.

PINHEIRO, L. O declínio da pesca de arrastão de praia face às mudanças nos regimes de uso e apropriação dos recursos pesqueiros no litoral do Paraná. 2007. 277f. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba, 2007.

POMEROY, R. S e Rivera-Guieb, R. **Fishery co-management**: A practical handbook. 2005. Disponível em <http://www.idrc.ca/openbooks/184-1/>

PROJETO ORLA: Fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA. Brasília: MP/SPU, 2002. 78p.

QUIVY, R e CAMPENHOUDT, L.V. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2005.

RADOMSKY, G.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**. V. 22, n. 2, p. 249-284. 2007.

REBELO, J.A. Sem história não dá. E assim se fez em Camboriú. Editora do Autor. 1997, 328p.

RECH, C.M.C.B. Subsídios para o zoneamento costeiro de uso da Área de Proteção Ambiental – APA “Costa Brava”, Santa Catarina, Brasil. 2003. 202f. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2003.

REBOUÇAS, G.N.; FILARDI, A.C.; VIEIRA, P.F. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. *Ambiente e Sociedade* IX (2):83-104.2006.

RIBEIRO, M.A. **Ecologizar**. Pensando o Ambiente Humano, 3ª Edição, Brasília: Editora Universa, 2005.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: Diegues, A.C. (org.) **Etnoconservação**. Novos rumos para a proteção das natureza nos trópicos. Editora Hucitec: São Paulo. 2000. p.67-79.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 37-61.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *RBCS*. V.23, n. 66, pp. 131-138. 2008.

SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Emprapa Informação Tecnológica, 2002, 402p.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986.
- SACHS, I. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez. 2007.
- SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. Estudos Avançados, v.9, n.25, p-23-63. 1995.
- SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. IN: Sorrentino (org.) **Ambientalismos e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/FAPESP. 2002, 115-134p.
- SCHMITT, TURATTI e CARVALHO. Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.
- SCHMITZ, P.I. e BITENCOURT, A.L.V. O Sítio pré-cerâmico de Laranjeiras I, SC. Pesquisas. Antropologia, no 53. Instituto Anchieta de Pesquisas, RS. 14-76 p. 1996. ISSN-0553-8467.
- SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. IN: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências. Editora Secco – APED, Florianópolis, 2005, p. 73-105.
- SILVA, M. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.
- SINGH, S.; SANKARAN, V. MANDER, H.; WORAH, S. **Strengthening conservation cultures. Local communities and biodiversity conservation**. Paris: MAB/UNESCO. 2000.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Editora Cortez, São Paulo, 108p. 2002
- THOMPSON, P. **A voz do passado**. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2002.
- VALENCIO, N.F.LS. Apesca artesanal como identidade: mercantilização e dissolução de um modo de vida rural. ALASRU - Associação Latinoamericana de Sociologia Rural. VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, nov., 2006, Flacso, Quito, Ecuador. Disponível em <http://www.alasru.org/inscri/Livro%20resumos%20completored.pdf>
- VASCONCELLOS, M.J.E. Delineando o paradigma tradicional da ciência. In: Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência. 2ª edição. Campinas, SP. Papyrus, 2003. P.67-99.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.C.; SALES, R.R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: Costa, A.L. (org.) *Nas redes da pesca artesanal*. Brasília: IBAMA, 2007. p.15-83.

VEIGA, J.E. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, ano 56, n. 2, abr.-jun. 2004, p. 26-29.

VIEIRA, P.F. Gestão de Recursos Comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências**. Editora Secco – APED, Florianópolis, 2005. p.333-377.

VIEIRA, P.F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia** 4(4): 249-309, 2006.

VIEIRA, P.F. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. In: SACHS, I. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez. 2007. p.09-31.

VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: Conceitos, Métodos e Experiências**. Editora Secco – APED, Florianópolis, 415p. 2005.

VIEIRA, P.F.; CAZELLA. Modelo de Análise do projeto de pesquisa *Desenvolvimento Territorial Sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos e zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina* – Projeto CAPES/COFECUB nº 449/2004. UFSC.

VIEIRA, P.F.; CAZELLA, A.A.; CERDAN, C. 2006. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. **Eisforia** 4(4): 13-22, 2006.

VIEIRA, P.F.; CUNHA, I.J. Posfácio. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, P.F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. APED Editora/Florianópolis, 2002. p. 289-310.

WAGNER, A.G. e BELLOTTO, V.R. Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário: Análise Econômica de Alternativas para Municípios Litorâneos - Estudo de Caso – Balneário Camboriú e Itajaí (SC), Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 8(1):93-108 (2008)

WESTLEY, F.; CARPENTER, S.R. BROCK, W.A.; HOLLING, C.S. e GUNDERSON, L.H. Why systems of people and nature are not Just social and ecological systems. In: GUNDERSON, L.H e HOLLING, C.S. (ed). **Panarchy**. Understanding transformations in human and natural systems. Island Press, Washington, 2002, p.103-119.

Sites consultados:

www.resalliance.org

<http://www.stockholmresilience.org/2.aeea46911a3127427980003200.html>

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<http://www.contralacorriente.cl/opinan.php>

<http://icsf.net/icsf2006/jspFiles/icsfMain/>

<https://www.fao.org.br/>

<http://www.praiadopinho.com.br/site/>

<http://www.ternodereis.com.br/>

ANEXO 1: LEI Nº 1985/2000 - CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA COSTA BRAVA

LEI Nº 1985/00: "CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL "COSTA BRAVA" - A.P.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental "Costa Brava" - A.P.A., constituída pela área delimitada à norte e leste pelo Oceano Atlântico, à oeste pela linha imaginária que se inicia na Ponta das Laranjeiras e segue pelo divisor de águas de microbacias das praias de Taquarinhas, das Taquaras, do Pinho e do Estaleiro, daí seguindo à leste pelo divisor de águas da praia do Estaleirinho, que forma o limite sul desta A.P.A., até a ponta do Malta, no limite com o Município de Itapema, com as seguintes finalidades:

I - Proteger as nascentes de todos os cursos de águas existentes nos limites da A.P.A., tendo em vista a preservação e conservação natural da drenagem em suas formas e vazões e sua condição de fonte de água para abastecimento humano;

II - Garantir a conservação da Mata Atlântica (floresta ombrófila densa) e ecossistemas associadas (restinga e manguezal) existentes na área;

III - Proteger a fauna silvestre;

IV - Melhorar a qualidade de vida da população residente, através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais;

V - Fomentar o turismo ecológico não destrutivo e a educação ambiental;

VI - Preservar a cultura e as tradições locais.

Art. 2º Na implantação e manejo da A.P.A. "Costa Brava", serão adotadas, dentre outras, as seguintes modalidades:

I - Elaboração do Zoneamento Ecológico - Econômico, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA, a ser regulamentado através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, definindo as atividades a serem incentivadas em cada Zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;

II - Utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, visando assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes a salvaguarda dos recursos ambientais;

III - Aplicação de medidas, nos termos da legislação vigente, destinada a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

IV - Divulgação das medidas previstas nesta Lei, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a A.P.A. e suas finalidades;

V - Incentivo ao recolhimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, ou outra categoria de Unidade de Conservação junto aos proprietários, cujos domínios encontram-se inseridos, no todo ou em partes, nos limites da A.P.A.

Art. 3º Ficam vedadas na A.P.A. "Costa Brava", dentre outras, as seguintes atividades:

I - Implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que causadoras de danos ao meio ambiente e que afetem os mananciais de água;

II - Realização de obras de movimentação de terra em áreas de declive superior a 30% (trinta por cento);

III - Exercícios de atividades capazes de provocar erosão do solo e/ou assoreamento dos cursos d'água;

IV - Exercícios de atividades que impliquem em matança, captura ou molestamento de espécies silvestres, quando estas atividades estiverem em desacordo com a legislação vigente;

V - Despejo, sem tratamento prévio, de quaisquer efluentes, resíduos ou detritos nos cursos d'água;

VI - Retirada, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de areia e material rochoso que impliquem em alterações ecológicas locais;

VII - Retirada ou destruição, sem autorização prévia dos órgãos competentes, de vegetação nativa, causando dano direto ou indireto à A.P.A.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos competentes, a implantação, administração e fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, como também a prestação de assistência aos proprietários das áreas localizadas na A.P.A., mediante programas que julgar convenientes e necessários, em articulações com os demais órgãos federais, estaduais, municipais e organizações não governamentais.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos competentes, deverá criar o Conselho Gestor da A.P.A. ou grupos técnicos, com o objetivo de apoiar a implementação das atividades de administração, elaboração do Zoneamento Ecológico - Econômico e do Plano de Gestão Ambiental.

Art. 6º O descumprimento às normas disciplinares previstas na presente Lei, sujeitará os infratores ao embargo das iniciativas irregulares, à medida cautelar de apreensão do material e das máquinas usados nessas atividades, à obrigação de reposição e reconstituição, tanto quanto possível, da situação anterior, à imposição de multa diária, em se tratando de infração continuada.

Parágrafo Único O Pagamento da multa não isenta os infratores das sanções previstas em legislação federal ou estadual, quando for o caso.

Art. 7º Os recursos financeiros provenientes das multas previstas no artigo anterior serão aplicados, prioritariamente na A.P.A., instituída por esta Lei.

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, especialmente no que refere-se ao artigo 6º e seu parágrafo.

Art. 9º A Secretaria Municipal do Meio Ambiente expedirá os atos normativos complementares ao fiel cumprimento do presente diploma legal.

Art. 10 As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Balneário Camboriú, 12 de julho de 2000.

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Prefeito Municipal

ANEXO 2: ROTEIROS DE ENTREVISTA

Roteiro Pescadores Arrasto de Praia

Comunidade:

Nome d@ Entrevistad@: _____ Apelido: _____

Data e Hora: _____ Local: _____

Idade: _____ Onde Nasceu: _____

Desde quando mora/trabalha ou atua no local/município:

Tem filhos? Quantos?

Participa de algum grupo/instituição?

1. Pai era pescador?
2. Avô era pescador?
3. Com quem aprendeu a pescar? desde quando? em que tipo de pescaria começou? onde?
4. E a inserção no arrasto de praia? que idade? onde?
5. Já fez outros tipos de pescarias no passado?
6. Além de pescar, caça, planta, cria animais? E antigamente? Hoje tem outra atividade? Pescador em tempo integral?
7. Vende os pescados para quem? Como está a venda de peixe?
8. O rancho é próprio? De quem era antes?
9. E os filhos na pesca? já trabalharam profissional na pesca? Hoje trabalham em que?
10. Contribui para colônia? como se dá esta participação?
11. Renda familiar é suficiente para despesas? Esse dinheiro vem só da pesca ou tem outras fontes? (aluguel de casas para veraneio, negócio próprio durante o verão, aposentadoria, salário-defeso, etc.)
12. Como era essa renda no passado? Diminuiu ou aumentou?
13. Melhor de vida antes do que agora? Empobreceu? Está na mesma? Como estão os últimos tempos?
14. Consegue definir a época desta mudança? (*coincide com a Inter-praias?)
15. É proprietário de quais embarcações? tem motor?
16. Tem redes de pesca? Que tipo e em que quantidade?
17. Quanto investe em redes?
18. Diminuiu ou aumentou o número de redes?
19. Diminuiu ou aumentou o número de embarcações?
20. De quem é a rede aqui? de quem era antes? como foi esta transição? por quê?

21. Quantas pessoas trabalhavam no arrasto antigamente?
22. Quantas redes operavam no arrasto antigamente?
23. Quantos pontos de pesca para o arrastão existiam antigamente?
24. Quem são as pessoas que participam da rede?
25. Quem faz o quê no arrastão?
26. Como é o quinhão aqui?
27. Quais são as pescas permitidas para a tainha, além do arrasto de praia?(feiticeira?) Rede feiticeira podem usar? Em qualquer lugar e qualquer horário?
28. Os pescadores do arrastão permitem?
29. Quem pesca no arrastão?
30. Antes isso era diferente?
31. Vocês falaram alguns problemas da pesca da tainha...Qual o principal problema da tainha? Será que se o peixe for só dos pescadores daqui e eles mesmos controlarem quem tem direito e como eles vão fazer para pescar, então o peixe não acaba? O senhor concorda?
33. E se todas as outras pescas também tivessem suas regras, como o arrastão tem (ou tinha)? Seria melhor?
34. Quem inventou as leis do pescador?
35. Quando? E por quê? (houve alguma necessidade? Havia algum conflito?)
36. O senhor acha que é necessário defeso para o arrastão de praia?
37. Defeso do próprio pescador ou do IBAMA?
38. Peixe que vem no arrastão diminuiu aos pouquinhos ou foi de repente? Por quê?
39. E o arrastão, diminuiu aos pouquinhos ou foi de repente? Por quê?
40. Pescadores são unidos?
41. Como era antes? E agora como ficou?
42. E no arrastão ou na tainha, ficam mais unidos ou é tudo igual como antes?
43. O senhor acha que os pescadores são camaradas, eles colaboram um com o outro, ou tem às vezes algum egoísmo?
44. Antigamente existia alguma forma de evitar que o peixe sumisse?
45. Hoje em dia tem alguma forma de evitar que o peixe suma?
46. Pontos de pesca com donos ajuda a ter mais peixe?
47. Quais são as coisas mais importantes para fazer o arrastão?
48. O que é mais valioso?
49. Qual a serventia dos peixes?
50. Antigamente o pessoal usava peixe para alguma outra serventia?

Roteiro Mulheres Pescadoras:

1. Como você se define na atividade pesqueira? Você se assume com pescadora?
2. O que significa ser mulher, uma mulher pescadora?
3. Como de dava, historicamente a atividade das mulheres? Quais eram? Mudou?
4. Participa de outra atividade? Exerce outra profissão? Se relaciona a outras atividades locais? Que atividades são essas? Exemplos: artesanato, culinária, turismo ou horta? Conhece alguém que desenvolva?
5. Você está associada à colônia de pescadores? Por que se associam? Como vê o papel da Colônia de Pescadores?
6. Você tem a carteira de pesca?
7. Que atividades as mulheres pescadoras que você conhece, aqui do Bairro desenvolvem? Elas (você) consertam rede? Vão para o mar?
8. Qual o principal conflito da pesca?
9. Em quais momentos você se sente estimulado a participar das discussões relacionadas a pesca?
10. Como vê o futuro da pesca? Como você vê a questão da conservação dos recursos naturais? E a continuidade da atividade com a escassez do recurso, especialmente o camarão?
11. Como vêm/percebem a própria condição, como mulher?
12. Existe apoio para o exercício da atividade de ser pescador/pescadora?
13. Quais as maiores dificuldades?
14. E o que tem de melhor na atividade?
15. E como surgiu a idéia das unidades de processamento? desde quando tem?
16. Como os homens vêm a mulher na atividade pesqueira?
17. Pergunta para os homens: (ESPOSO/FILHO) - Como vêm o papel da mulher na atividade pesqueira?

Roteiro Unidades de Beneficiamento

Embarcação:

Proprietário:

Onde nasceu:

Idade:

Embarcação (nome)/TIPO DE PESCARIA:

Tamanho/Embarcados/Própria:

Entrevistad@/Idade/Função:

Unidade:

Endereço:

Ponto de Referência:

Quem trabalha/Grau Parentesco/Idade/Filiado Colonia Z-7

Aumenta o número no período de safra/quando é essa safra:

Responsável pela Unidade:

Tem Mão de obra fácil:

Quanto tempo existe:

Tipo de Produto: () camarão () peixe () siri

Para onde vendem: () direto público () restaurante () peixaria () outros

Para quem compensa mais a venda:

Melhor produto para comercializar: () bolinho () filé () outros

Compram produto bruto? Qual? De quem/sempe do mesmo? Sempe?

Produção Diária:

Equipamentos/quantidade:

() Freezer () Pia inox () bancada () máquina () dejetos

(OBS):

1. Como era antes de ter as unidades?
2. Como e quando surgiu a idéia de fazer as unidades?
3. Existe algum impedimento para realizar a atividade? Como poderia ser resolvido? pensaram em cooperativa?
4. Vocês usam financiamento?
5. A renda da família vem toda dessa atividade? Vale a pena?
6. Melhor período? Pior? Como vê o turismo? O contato com o turista?
7. Como se vê na pesca, o seu papel? se sente realizada? Já foi pro barco? (para mulheres)

ANEXO 3: REGISTROS DA MÍDIA ESCRITA SOBRE A MANIFESTAÇÃO DO MOVIMENTO DE MORADORES E AMIGOS DA APA COSTA BRAVA



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)